



PROCURADORIA DA REPÚBLICA - ALAGOAS/UNIÃO DOS PALMARES

CÍVEL - TUTELA COLETIVA

Data de Autuação: 07/04/2021

# **Procedimento Administrativo de Outras Atividades Não Sujeitas a Inquérito Civil - PA - OUT**

## **1.11.000.000513/2021-14**

**Volume I**

**Resumo:**

Tutela coletiva. Caso Pinheiro. Acompanhar a situação que envolve o equipamento público Mercado de Bebedouro, assim como de todos aqueles que exerciam atividade econômica na referida localidade.

**Distribuição:**

PR-AL - 08/04/2021 - PR-AL - 7º Ofício

**Grupo temático principal:**

PFDC - PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

**Tema:**

10015 - Fiscalização (Atos Administrativos/DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO)

**Observação:**

**Município(s):**

MACEIÓ - AL

**Movimentado para:**

08/04/2021 - PR-AL/GABPR3-RLBB - ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM



PR-AL-00008400/2021

### **DESPACHO**

Trata-se de Notícia de Fato autuada em razão de representação subscrita pela Associação dos Empreendedores do Bairro do Pinheiro, na qual sustenta a importância de que alguns pontos do acordo entabulado entre a Braskem e os Ministérios Públicos Federal e Estadual, Defensorias Públicas Federal e do Estado, sejam revisitados.

Ressalte-se, no entanto, que a referida representação foi ofertada após a realização de reunião em 8 de julho de 2020, a pedido dos representantes da Associação em questão, conforme ata de reunião acostada aos autos.

Com isso, o documento traz as considerações dos empreendedores da região, instruído com dados de pesquisas da FECOMÉRCIO, que projeta o faturamento das empresas para os próximos anos, considerando os bairros envolvidos no evento, indicação dos pontos a serem considerados para fins de revisão dos termos do acordo.

Nesta perspectiva, inicialmente, relata-se que: 1) os impactos da atividade de mineração que acometem os 4 bairros são sentidos por cerca de 4000 empresas, que totalizam faturamento de cerca de 1 bilhão de reais e geram renda e emprego para cerca de 40.000 pessoas; 2) na medida que os bairros crescem, são desenvolvidas também as atividades de comércio, de sorte que “bairros transformam-se em verdadeiros nichos de mercado para os empreendedores dos mais diversos tipos de negócios, que prosperam, gerando emprego e renda, ao atenderem quase que exclusivamente às necessidades dos clientes que moram, divertem-se, estudam, trabalham e trafegam pela região”; 3) segundo a FECOMÉRCIO em janeiro de 2019 houve queda de cerca de 50% do faturamento das empresas da região; 4) o não atendimento das solicitações podem ocasionar que 91% das empresas percam a totalidade de sua renda em razão do cenário de urgente auxílio em que os empreendedores se encontram decorrente dos impactos sofridos pelo afundamento do solo e pelas ações pertinentes à realocação; 5) as disposições do acordo não atendem às necessidades dos empreendedores.

Em sequência, destacam que as questões trazidas não se revestem de particularidade e singularidade de cada um dos empreendedores, mas sim afeta ao

conjunto/coletividade deles, de modo que, argumentam pela caracterização de interesses transindividuais a justificar a atuação do Ministério Público.

Assim, passa-se a listar as dificuldades que a coletividade dos empreendedores enfrentam: 1) prejuízo com indenização trabalhista de março de 2018; 2) prejuízos acumulados com a redução dos clientes desde março de 2018; 3) lucro cessante; 4) custos com equipes técnicas para desmontagem e remotagem de equipamentos; 5) capital para aluguel ou compra de novos pontos; 6) reforma e adaptação do novo ponto; 7) capital de giro/investimento em marketing; 8) imprevisibilidade, insegurança e demora na indenização.

Por fim, são elencadas as solicitações, vejamos:

- 1) PARTICIPAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE EMPREENDEDORES – CRIAÇÃO DE CANAL DIRETO E INSTITUCIONAL COM A BRASKEM;
- 2) INCLUSÃO DE TODAS AS EMPRESAS, INDEPENDENTE DE ÁREA DE RISCO GEOLÓGICO;
- 3) AUMENTO DO VALOR INICIAL PARA R\$ 100 MIL A TÍTULO DE ADIANTAMENTO INDENIZATÓRIO;
- 4) ADIANTAMENTO DE TODOS OS CUSTOS DE INDENIZAÇÃO TRABALHISTA;
- 5) REVISÃO DOS FLUXOS E DEFINIÇÃO PRECISA DE TEMPOS CURTOS PARA INDENIZAÇÃO;
- 6) TEMPO MÁXIMO DE 30 DIAS DO INÍCIO DO PROCESSO PARA:
  - a) Receber os R\$ 100 mil iniciais: que o Acordo seja aditivado considerando prazos mais curtos e definidos para todos os processos, de modo que, da identificação inicial da empresa até o pagamento inicial de R\$ 100 mil, não passe de 30 dias;
  - b) Receber o valor médio do imóvel, que, logo no início do fluxo de realocação, antes da assinatura do termo de acordo e passagem da posse do imóvel para a Braskem, a empresa ou morador faça a proposta geral de indenização e a Braskem já pague inicialmente o valor do imóvel, pela média de no mínimo 2 avaliações/laudos por corretores e/ou engenheiros. Se a Braskem discordar, que faça um terceiro laudo dentro desses mesmos 30 dias e pague o valor do imóvel, para morador ou empresa, pela média dos três laudos no momento da passagem da posse/propriedade;
  - c) Receber o valor das indenizações trabalhistas, que no início do fluxo a empresa já forneça os comprovantes de indenizações trabalhistas já realizadas ou por efetivar, a partir da realocação, a título de adiantamento, evitando que tais custos consumam a verba do item a. concernente aos R\$ 100 mil;
  - d) Receber a resposta da Braskem sobre a proposta geral de indenização. Desse modo, a Braskem já pagaria o que fosse inconteste dentro de 30 dias e já informaria os pontos discordantes para produção de novas provas ou argumentos por parte das empresas e/ou moradores.
  - e) Tempo máximo de 4 (quatro) meses para pagar o valor restante proposto.

Se, dentro desse prazo de 120 dias, não houver entendimento entre as partes, fica instituída uma junta de mediação e arbitragem contratada pelos MPs e Defensorias, Associação e Braskem, com recursos da mineradora, para mediar conflitos e dar seu parecer final em 30 dias.

f) Para o conjunto das empresas maiores que necessitarem de valores muito superiores a R\$ 100 mil, como regra coletiva solicitamos o adiantamento da indenização pela média do faturamento mensal, com base no imposto de renda de 2016, 2017, 2018 e, opcionalmente, 2019;

Traz ainda considerações acerca da Ação Declaratória ajuizada pela Associação dos Empreendedores do Bairro do Pinheiro, argumentando que esta não inviabilizaria a atuação extrajudicial do Ministério Público Federal diante do escopo da ação.

Tece também comentários acerca de Nota Técnica da CPRM quanto à existência de risco em todo o Mapa de Setorização de Danos e Linhas de Ações Prioritárias, de sorte que não se mostraria adequado que o acordo não abrangesse a integralidade dos imóveis por ele alcançados.

Ademais, instrui a petição com alguns documentos, quais sejam, a íntegra da pesquisa da FECOMÉRCIO intitulada – a análise econômica dos empresários do Bairro do Pinheiro; lista das empresas que tentaram o fluxo normal de adesão ao acordo; apresentação realizada, por ocasião da audiência pública realizada no Senado Federal.

Aportou aos autos em 03/03/2021 petição registrada pela etiqueta PR-AL-00005828/2021 levada a efeito pelo representante dos comerciantes instalados no Mercado Público do Bebedouro, acompanhados dos seguintes documentos: 1) planilha Mercado Bebedouro; 2) Boxes Mercado Público e 3) documentos de identificação dos feirantes do Mercado Público.

É o relatório no que tem de essencial.

Diante do que requerido pela representante, antes de adentrar ao exame dos pontos, convém salientar que durante o ano de 2020 foram realizadas diversas reuniões com a Braskem para acompanhamento da execução do Termo de Acordo referido. Durante estas reuniões, além da apresentação dos números relativos à desocupação, à apresentação de propostas e à realização de acordos, também foram debatidas várias questões incidentes e supervenientes à celebração do instrumento.

Não é demais recordar, até porque ainda estamos em meio as estas circunstâncias, a superveniência da pandemia do COVID- 19 que ensejou a alteração e reacomodação da estratégia concebida para o desenvolvimento de atividades inerentes aos fluxos de desocupação e de compensação/indenização.

Por outro lado, inegável o desafio existente em tornar concreto, respeitoso e adequado um fluxo de desocupação e um fluxo de compensação que envolvia, inicialmente, cerca de 4.500 imóveis e que nos meses seguintes fora ampliado em sequência para alcançar cerca de 13.500! Muito mais que isso! Envolveria e envolve milhares de famílias, no mínimo o



equivalente à quantidade de imóveis, cada uma delas carregando sua história de vida, seus sentimentos e, infelizmente, muito sofrimento.

Nesta perspectiva, inegável também é que trabalhos deste porte importam a necessidade de ouvir, de coletar informações e de buscar incessantemente por melhorias. Impossível pensar que o processo nasceu pronto e acabado. As situações do dia a dia são diversas e ensejam a necessidade de ajustes na medida em que estes são percebidos como necessários e são também visualizadas as formas mais adequadas de implementá-los.

E assim foi e tem sido. A todo momento novos relatos chegavam e continuam a aportar ao Ministério Público Federal ou às demais instituições signatárias do referido ajuste, seja por meio de representações formais, seja por mensagens enviadas aos telefones dos membros signatários ou ainda durante as conversas nos círculos de amizade ou familiar. Informações também chegavam através do monitoramento realizado nos veículos de comunicação ou em redes sociais. Pode-se mencionar, então, que um rico acervo de informação (ainda que nem todo ele integralmente procedente) direcionou a atuação das instituições na busca de ajustes e cobrança ao que acordado entre as partes.

Importa registrar, então, que várias situações anteriormente não previstas, ou não suficientemente calibradas quando da celebração do acordo, foram levadas à discussão nestas reuniões buscando os ajustes necessários e possíveis diante do consenso alcançado durante estas.

Podemos destacar alguns frutos desta interação : a) a ampliação dos R\$ 81.500 (oitenta e um mil e quinhentos reais) a todos os bairros, não apenas ao Mutange, desde que fosse a opção do morador; b) o estabelecimento de metas mensais de oferta de propostas; c) flexibilização da documentação apresentada para comprovação de posse, propriedade e, consequentemente, possibilidade do pagamento da indenização com segurança; d) ampliação de equipes de advogados, técnicos sociais para imprimir velocidade na oferta de propostas; e) adaptação dos fluxos às limitações derivadas da pandemia; f) estabelecimento de referências para prazos entre as etapas do fluxo; g) remodelação de fluxo específico para atendimento das demandas dos empreendedores; h) contratação de empresa específica e especializada em análise econômica para auxiliar na valoração de indenizações, sobretudo, quanto ao lucro cessantes, diante do desafio existente quanto à adequação da documentação apresentada como suporte ao pleito de indenização.

As atas de reuniões acostadas aos autos retratam as cobranças realizadas e a busca por implementar ajustes importantes no processo e que pudessem minimizar o sofrimento das famílias, possibilitando a retomada das suas vidas. Alguns ajustes foram inteiramente integrados ao fluxo e outros estão ainda em processo de integração, como são exemplos o estabelecimento de referências de prazo, a flexibilização de documentação e a contratação de empresa para auxiliar a análise econômica, a fim de possibilitar que se chegue a uma valoração diante da insuficiência, e, por vezes, da inexistência de documentação que

possa guiá-la.

Convém destacar a importância destes pontos, sobretudo quanto ao estabelecimento de prazos regentes do fluxo, assim como a interligação existente entre eles, talvez às vezes não percebida adequadamente. A documentação apresentada pelo atingido há de ser a base para a oferta da proposta, de sorte que se há dificuldade na sua apresentação não é possível dissociar do momento em que a proposta deva ocorrer. Especificamente quanto a referência de prazo para oferta de proposta, há de se aclarar também que sua contagem só pode ser iniciada a partir da apresentação de toda a documentação necessária. Por outro lado, se existem dificuldades documentais e de valoração, alternativas devem ser buscadas para saná-las e não inviabilizar o pleito apresentado pelo atingido. Nesta perspectiva, é que a flexibilização de documentação e também a contratação desta empresa para auxiliar na valoração são instrumentos para tentar imprimir velocidade na apresentação de propostas e do cumprimento das referências de prazo estabelecidas.

Por óbvio, as medidas não se esgotam nestas mencionadas, seja porque existiram outras, seja porque estas podem não causar o efeito esperado e necessário, como algumas efetivamente ainda não surtiram de forma suficiente, e a busca por nova solução há de se impor.

Além disso, no aditivo firmado em 30 de dezembro de 2020, reconhecendo a necessidade de modificação do que estava estabelecido em janeiro, alguns pontos foram revisitados. Nesse aditivo, o próprio escopo do acordo foi ampliado para alcançar também os imóveis, fossem eles residenciais, comerciais ou mistos, classificados como criticidade 01, possibilitando que seus ocupantes pudessem ser realocados e indenizados, a partir do cronograma estabelecido, sem a necessidade de avaliação individual de risco pela Junta Técnica como ocorria anteriormente.

Ademais, alguns ajustes foram realizados em aprimoramento das disposições iniciais para atender algumas demandas trazidas pela comunidade e que aportaram tanto no Ministério Público Federal, como nas demais instituições signatárias. Foram elas: i) pagamento do valor de 6 mil reais a título de antecipação da compensação final, nos casos em que ficar comprovada a dificuldade financeira e a necessidade de recebimento de valor adicional para garantir moradia provisória à família realocada; ii) pagamento a título de adiantamento de valores a microempresas, empresas de pequeno, médio e grande porte, a ser definido individualmente, conforme informações e suporte probatório prestados pelo beneficiário; iii) previsão expressa de pagamento do dano moral à pessoa física ocupante do imóvel para o exercício de atividade econômica.

Em inovação foi criado o Grupo Técnico, denominado Comitê de Acompanhamento Técnico, a ser composto por equipe multidisciplinar e representantes das Defesas Cíveis do Município de Maceió e Nacional, além da Braskem, objetivando o monitoramento de áreas adjacentes ao Mapa em eventual avanço do fenômeno de

subsistência.

Em concreto, após o ano inteiro de intenso acompanhamento da execução do Termo de Acordo e dos aditivos que lhe seguiram, é possível apontar os seguintes resultados em 28/02/21:

	Quantidade
Total de Imóveis	13.936
Imóveis Selados	11.575
Imóveis Desocupados	10.575
Propostas de Acordos Apresentadas	4.699
Acordos Individuais Celebrados	3.072
Propostas Recusadas	16

Especificamente quanto aos comerciantes, as informações, também pertinentes ao dia 28/02/21, seguem na tabela abaixo:

	Quantidade
Imóveis Selados	1.791
Imóveis Desocupados	1.718
Pleitos ingressados	1.411
Propostas de Acordos apresentadas	526
Propostas pagas	273

Assim, passados 14 meses do ajuste originário - ainda que o processo não seja perfeito – no entanto, dificilmente, algum seria perfeito dadas as circunstâncias e complexidade que envolve a tragédia em curso – os resultados são significativos, embora haja espaço para abreviação do tempo para pagamento das indenizações e aumento do volume de propostas oferecidas e efetivamente pagas. Ademais, tais resultados e o aditivo firmado em dezembro de 2020 não encerram, de forma alguma, a busca por novas soluções e incremento de melhorias no processo. A primeira reunião realizada em 2021 revela que os aperfeiçoamentos continuam a ser buscados.

Pois bem. Traçadas estas primeiras linhas, é possível esquadrihar que o acordo, no que pertine aos comerciantes, envolve: o pagamento de lucros cessantes, com antecipação parcial para a saída, os custos de mudanças e indenizações por custas trabalhistas. Ainda que possam não ser exatamente nos termos em que a Associação representante pleiteia.

Ademais, na forma do parágrafo quarto, Cláusula 13, incluído a partir do Segundo Aditivo, a pessoa física que exercer atividade econômica no imóvel objeto de desocupação pleiteará a indenização por danos morais. Vejamos:

(...)CLÁUSULA 13ª. (...) Parágrafo Quarto. O fato de a pessoa física ocupar o imóvel para exercício da atividade econômica, ainda que através de pessoa jurídica, não lhe retira o direito à indenização pelo dano moral de que trata o caput, uma vez comprovado o dano moral, conforme tratativas individuais entre as partes. (...)

Outro ponto a ser destacado é a alteração da Cláusula 13, também a partir do Segundo Aditivo, para limitar o adiantamento com valor fixo aos microempreendedores individuais e aos que desenvolviam atividades econômicas de forma informal nos imóveis localizados no Mapa. Nos demais casos, e ainda excepcionalmente nestas hipóteses, a definição de valores será objeto de tratativas individuais, conforme se depreende do que abaixo transcrito:

(...) CLÁUSULA 12ª A BRASKEM pagará, a título de adiantamento dos valores de que trata a Cláusula 13ª deste TERMO DE ACORDO, auxílio temporário, em parcela única, no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais) aos microempreendedores individuais de que trata o art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e àqueles que desenvolviam atividades econômicas de modo não formal em imóveis localizados nas áreas objeto deste TERMO DE ACORDO.

Parágrafo único: O valor da antecipação prevista no caput desta Cláusula, a ser pago para microempresas, empresas de pequeno, médio e grande porte (ressalvados os Grandes Equipamentos previstos no Parágrafo Segundo da CLÁUSULA QUINTA do TERMO DE ACORDO), e, excepcionalmente, os microempreendedores individuais previstos no caput, quando comprovada a necessidade de valores adicionais de antecipação aos previstos no caput, será definido individualmente, conforme informações e suporte probatório prestados pelo beneficiário (faturamento, número de funcionários, etc.).(...)

Neste ponto, registre-se que a modificação acima exposta – promovida pelo Segundo Aditivo – reflete o convencimento de todas as partes quanto à insuficiência do que anteriormente fora previsto e da necessidade de adaptação contínua na medida que estas são percebidas e que é estabelecido o consenso.

Portanto, há de se realçar que o acordo é o resultado do consenso possível e alcançado entre as partes acerca dos pontos debatidos em mesa. Destarte, todas as contribuições relativas ao tema são apresentadas e discutidas em mesa, além do que outros fatores são analisados quando das tratativas para que se chegue a um ‘resultado consensado’.

Abordar o fluxo proposto mostra-se relevante neste ponto. Indubitavelmente esta previsão contida no acordo foi a mais incompreendida. Por óbvio, não se deixa de assimilar as angústias que sustentam cada incompreensão. No entanto, ao considerar a perspectiva real do desastre em curso não se mostrava – e ainda não se mostra – seguro que as pessoas aguardassem em seus imóveis o momento seja do pagamento da indenização, seja da apresentação da proposta.

Insista-se. Em um primeiro momento, abarcava-se cerca de 4500 imóveis. Não

se mostrava possível compatibilizar os tempos necessários à real necessidade de desocupação do imóvel e à análise documental de todos imóveis apta a subsidiar a valoração adequada diante do risco incerto, mas possível e iminente, da ocorrência de dolinamento e do movimento contínuo e acelerado de afundamento do solo, como tantas vezes declarado pelas Defesas Cíveis Nacional e do Município, assim como pela CPRM.

A própria desocupação simultânea de todos imóveis não é exequível. Tanto assim que a partir do exame e das contribuições dos órgãos técnicos foram estabelecidos cronogramas, considerando a análise de risco para cada área.

A ponderação entre interesses/direitos fundamentais se impôs para resguardar prioritariamente o direito à vida, o que justificou o estabelecimento de dois fluxos, garantindo a desocupação do imóvel em momento anterior e posteriormente a discussão da indenização. Há de se perceber também que, além da inexecutabilidade, a previsão de desocupação atrelada ao pagamento ou à oferta de proposta poderia se tornar uma vulnerabilidade ao atingido, que no anseio de sair para proteção de sua vida e de sua família poderia ver-se compelido a aceitar proposta que não correspondesse ao valor real do imóvel ou dos demais danos sofridos.

Ainda há de se anotar as dificuldades relativas à reunião de documentação necessária suficiente para subsidiar o cálculo das indenizações, sobretudo dos lucros cessantes, que ao longo desse período tem se mostrado real e tem contribuído para o atraso na oferta de propostas. Neste sentido, que, como acima assinalado, fora contratada uma empresa especializada para superar esse entrave.

Mas, como mencionado acima, não há perfeição. Houve ponderação dos interesses envolvidos. Por outro lado, restou consignado, como não poderia deixar de ser, que as regras entabuladas no acordo, não alcançava a todos, mas somente aqueles que assim optassem por este caminho. É o que prescreve a Cláusula 55 que, em respeito ao princípio da inafastabilidade da jurisdição, reproduz o direito do cidadão buscar a tutela jurisdicional do direito que entende lhe assistir.

Outrossim, não se pode deixar de registrar que a Associação representante, ou qualquer outra entidade, ou pessoa física, pode formular pleitos adicionais ao Judiciário, que assim deliberará sobre o acerto, ou não, dos pedidos lançados.

Neste caso, particularmente, importa ressaltar que a própria Associação já ajuizou Ação, como acima destacado, o que reforça sua capacidade de organização e de auto regulação na defesa dos direitos que assiste aos seus representados. Destarte, nada impedia ou impede de legitimamente levar ao Poder Judiciário os seus pleitos, caso entenda pela insuficiência da tutela que foi conferida aos seus representados por meio do acordo subscrito pelo MPF, MPE, DPE e DPU. De toda sorte, a atuação das instituições permanece na busca de melhorias.

Tecidas estas considerações, há de se reconhecer que um ponto trazido pela representante segue, por enquanto, sem qualquer avanço, uma vez que inexistiu consenso para endereçar sob nenhum aspecto, qual seja, que as empresas situadas fora do mapa produzido pela Defesa Civil sejam contempladas com as regras do acordo. Remanesce, portanto, essa questão a demandar a compreensão mais adequada e análise cuidadosa.

Por outro lado, novas questões surgem, mas que não se limitam ao que trazido pela Associação, que agrega uma pequena parcela dos empreendedores da região, a merecer acompanhamento tal qual a trazida pela Notícia de Fato recentemente autuada sob o nº 1.11.000.000164/2021-31. Ademais, mostra-se necessário acompanhar a efetividade dos ajustes feitos recentemente a partir do aditivo, bem como se a solução da contratação de empresa especializada para auxiliar nos cálculos das indenizações se mostrará suficiente à finalidade proposta.

Nos últimos dois meses também veio à tona a situação em que o Mercado Público do Bebedouro está envolvido, a partir de reunião on line realizada com moradores e empreendedores do bairro, conforme ata de reunião que será acostada nos autos. Neste sentido, foram juntados aos autos documentação a ela pertinente.

E mais recentemente, um outro desdobramento tornou-se evidente, qual seja, a situação daqueles que desenvolvem atividade econômica de maneira informal e desvinculada da existência de imóvel, ou seja, em pequenas bancas ou pequenos carrinhos, como são exemplos os comerciantes da 'ponte' no Bebedouro. Tal fato fora relatado de forma marcante na audiência pública telepresencial realizada no último dia 10/03/2021, tendo como tema "Formação do Comitê Gestor dos Danos Extrapatrimoniais".

Identifica-se, portanto, a necessidade de acompanhamento e monitoramento do acordo no que toca aos que exercem atividade econômica, porém que não se limita aos associados da entidade representante. Tal conclusão indica, no entanto, que mostra-se mais adequada a conversão desta Notícia de Fato em Procedimento de Acompanhamento, com correção do objeto na autuação, e a instauração de Procedimento de Acompanhamento, nos termos da Resolução nº.: 174 de 4 de julho de 2017.

Dessa forma, o primeiro, resultado da conversão da presente NF em PA, versará sobre o acompanhamento da execução do acordo em relação aos comerciantes/empreendedores em seu sentido amplo. Também no bojo deste procedimento, se buscará compreensão mais adequada e análise atenta quanto à eventual impacto sofrido por empreendimentos localizados fora do Mapa. Ademais, será instaurado um segundo Procedimento de Acompanhamento, cujo objeto será o acompanhamento da situação dos comerciantes do Mercado Público do Bebedouro.

Assim, com fulcro no que dispõe o artigo 8º e seguintes da Resolução nº.: 174 de 4 de julho de 2017, converta-se a Notícia de Fato em Procedimento de Acompanhamento, com correção da autuação, inclusive quanto ao representante, para delinear o objeto nos



seguintes termos: Caso Pinheiro. Acompanhamento da situação dos comerciantes/empreendedores em seu sentido amplo.

Ademais, a partir do presente Despacho, instaure-se, ainda, Procedimento de Acompanhamento, com o fito de monitorar a situação dos comerciantes do Mercado Público do Bebedouro, com distribuição por prevenção, ante a edição da respectiva Portaria.

Outrossim, determina-se, ainda mais, a adoção das seguintes providências:

- 1) juntada da ata de reunião do dia 9 de fevereiro de 2021, de acompanhamento da execução do acordo;
- 2) juntada da representação que deu origem à NF 1.11.000.000164/2021-31.
- 3) juntada da ata da audiência pública realizada no dia 10 de março de 2021 referente a Formação do Comitê Gestor dos Danos Extrapatrimoniais;
- 4) juntada da ata da reunião realizada no dia 22 de fevereiro de 2021, com representantes do Bebedouro e Bom Parto;
- 5) juntada da atualização do Relatório do Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação;
- 6) juntada dos documentos registrados com as seguintes etiquetas: PR-AL-00005828/2021 (e seus anexos).

Por fim, após autuação, cientifique-se o representante dos comerciantes do Mercado Público do Bebedouro acerca do teor do presente Despacho, ressaltando que eventual documentação que entenda pertinente e que interesse à instrução do feito deve passar a ser juntada nos autos resultantes.

Maceió/AL, data da assinatura digital.

(Assinado Digitalmente)

**Júlia Wanderley Vale Cadete**

Procuradora da República

(Assinado Digitalmente)

**Juliana de Azevedo Santa Rosa Câmara**

Procuradora da República

(Assinado Digitalmente)

**Niedja Gorete de Almeida Rocha Kaspary**

Procuradora da República

(Assinado Digitalmente)

**Roberta Lima Barbosa Bomfim**

Procuradora da República









**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Assinatura/Certificação do documento **PR-AL-00008400/2021 DESPACHO nº 213-2021**

.....  
Signatário(a): **ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM**

Data e Hora: **30/03/2021 12:16:41**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **JULIA WANDERLEY VALE CADETE**

Data e Hora: **30/03/2021 12:24:54**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA KASPARY**

Data e Hora: **30/03/2021 13:06:52**

Assinado com login e senha

.....  
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave bff3f62a.b4113ff3.55a0354d.c30b1dcc

**PORTARIA Nº 6, DE 6 DE ABRIL DE 2021.**

O **Ministério Público Federal**, por meio das procuradoras da República signatárias, com base no que preceitua o art. 129, II, da Constituição Federal, o art. 6º, VII, alíneas “a” a “d”, da Lei Complementar nº 75/93, o art. 5º da Resolução CSMPF nº 87/2006, de 03 de agosto de 2006, alterada pela Resolução nº 106/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o art. 4º da Resolução CNPM nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público.

**CONSIDERANDO** que, no âmbito da Procuradoria da República em Alagoas, aportaram nos últimos dois meses notícias relacionadas à situação que envolve o Mercado Público do Bebedouro, a partir de reunião telepresencial realizada com moradores e empreendedores do bairro, conforme ata de reunião, realizada em 22 de fevereiro de 2021, com representantes do Bebedouro e Bom Parto acostada aos autos;

**CONSIDERANDO** que acerca do fato retromencionado fora protocolado o documento registrado pela etiqueta PR-AL- 00005828/2021, por meio do qual os Feirantes do Mercado Público de Bebedouro colacionam documentos visando comprovar a possibilidade de ingresso no Programa de Realocação, bem como no de compensação financeira;

**CONSIDERANDO** que segundo o referido documento, os feirantes não receberam propostas de indenização, tampouco auxílio relacionado à realocação de empreendedores, sendo que o mercado se encontra completamente fechado há mais de 30 dias, ocasionando prejuízo irreparável aos feirantes, tendo a grande parte deles perdido a renda necessária à sobrevivência;

**CONSIDERANDO** que também esta situação foi mencionada na audiência pública telepresencial realizada no último dia 10/03/2021, tendo como tema a Formação do Comitê Gestor dos Danos Extrapatrimoniais;

**CONSIDERANDO** que essas circunstâncias ensejam, portanto, a necessidade de acompanhamento e monitoramento da situação que envolve o equipamento público Mercado de Bebedouro, assim como de todos aqueles que exerciam atividade econômica na referida localidade;

**CONSIDERANDO** que toda a indenização levada a efeito no bojo do Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação tornou-se possível a partir da celebração do Termo de Acordo entre a Braskem e o Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado de Alagoas, Defensoria Pública da União e Defensoria Pública do Estado

de Alagoas em 3 de janeiro de 2020;

**CONSIDERANDO** o art. 8º, I, da Resolução nº 174, de 04 de julho de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, que disciplina o Procedimento Administrativo sendo instrumento próprio para o acompanhamento do cumprimento das cláusulas do Acordo celebrado entre as partes;

**CONSIDERANDO** o teor do art. 9º, da Resolução nº 174, de 04 de julho de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP.

**RESOLVE instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO**, tendo por objeto o acompanhamento da situação que envolve o equipamento público Mercado de Bebedouro, assim como de todos aqueles que exerciam atividade econômica na referida localidade, determinando que:

- 1 – Autue-se o presente, por meio da documentação consistente em cópia do despacho de etiqueta PR-AL-00008400/2021 e dos demais documentos que lhe foram juntados (listados no bojo do referido despacho);
- 2 – Dê-se conhecimento da instauração deste Procedimento Administrativo ao Núcleo de Apoio Operacional à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, na Procuradoria Regional da República da 5ª Região, (art. 6º da Resolução n.º 87/2006, alterada pela Resolução nº 106/2010, do CSMPF), mediante remessa desta portaria.
- 3 – oficie-se à Braskem, solicitando informações acerca das providências:  
1) que estão sendo adotadas em relação ao equipamento público Mercado de Bebedouro; 2) adotadas em relação aos comerciantes que tiveram suas atividades interrompidas em razão da interdição de seu local de trabalho (Mercado Público de Bebedouro). Por ocasião da expedição do referido ofício, devem ser compartilhados os documentos que instruirão o presente feito, solicitando que a Braskem manifeste-se sobre eles.
- 4 – Publique-se a presente portaria, em observância ao art. 9º da Resolução nº 174, de 04 de julho de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP;
- 5– Cumpra-se o Despacho retro.

(Assinado Digitalmente)

**Júlia Wanderley Vale Cadete**

Procuradora da República

(Assinado Digitalmente)

**Juliana de Azevedo Santa Rosa Câmara**

Procuradora da República

(Assinado Digitalmente)

**Niedja Gorete de Almeida Rocha Kaspary**

Procuradora da República

(Assinado Digitalmente)

**Roberta Lima Barbosa Bomfim**

Procuradora da República



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Assinatura/Certificação do documento **PR-AL-00009519/2021 PORTARIA PA nº 6-2021**

Signatário(a): **ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM**

Data e Hora: **06/04/2021 19:54:12**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA KASPARY**

Data e Hora: **06/04/2021 20:56:51**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **JULIA WANDERLEY VALE CADETE**

Data e Hora: **07/04/2021 08:58:20**

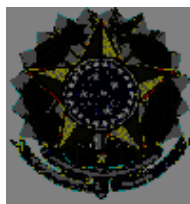
Assinado com login e senha

Signatário(a): **JULIANA DE AZEVEDO SANTA ROSA CAMARA**

Data e Hora: **07/04/2021 09:53:59**

Assinado com login e senha

Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 616413aa.f54ac340.37433421.5c832f3e



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

ATA DE REUNIÃO

Aos 9 (nove) dias do mês de fevereiro do ano 2021, às 15 h, reuniram-se, *via Microsoft Teams*, as **PROCURADORAS DA REPÚBLICA** Juliana de Azevedo Santa Rosa Câmara, Júlia Wanderley Vale Cadete e Roberta Lima Barbosa Bomfim; o **PROMOTOR DE JUSTIÇA** José Antônio Malta Marques; o **DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL** Diego Bruno Martins Alves; os representantes da **BRASKEM S.A.**, os **ADVOGADOS** Daniel Andrade Jacintho, Fernando Mota dos Santos, Filipe Alves Tavares, Guilherme Duarte Abud, Telmo Calheiros e Thiago Fontana Gemignani e a **ENGENHEIRA** Ana Carolina C. Viana Cerqueyra, para tratar de questões relativas ao caso dos bairros do Pinheiro, Mutange, Bebedouro e Bom Parto, mais especificamente para o acompanhamento do cumprimento do Acordo para Apoio na Desocupação das Áreas de Risco.

Dando início aos trabalhos, o **Dr. Thiago Gemignani** iniciou a apresentação do “Relatório Mensal das Ações de Desocupação e Compensação Realizadas – 09 de Fevereiro de 2021”.

**Slide 2: Cronograma para Selagem, Remoção e Compensação**

Destacou que seguem cumprindo o cronograma conforme combinado. Já foi finalizada a selagem da área H.

**Slide 3:**

O processo de realocação segue com forte adesão, estando com 97 a 98% de desocupação.

**Slide 4: Evolução do Programa de Compensação**

Índice de 99,6% de aceitação das propostas.

O **Dr. Fernando dos Santos** destacou que acompanham de perto as 15 propostas recusadas e, em poucos casos, a recusa se deu em razão do valor da proposta.

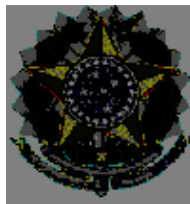
**Slide 5: Imóveis Comerciais e Mistos**

95% do total de imóveis comerciais e mistos já foram desocupados.

Vivem dois desafios importantes. Um é o desafio da documentação, até mesmo na comprovação da elegibilidade, especialmente no caso de imóveis mistos. Estão buscando novas flexibilizações documentais para superar esse desafio. O outro é a dificuldade documental de trazer sustentação ao resultado financeiro dos anos anteriores pleiteado pelos comerciantes. Já contrataram uma nova empresa para ajudar a fazer esse trabalho de valoração.

**Slide 6: Evolução do Programa de Compensação – mês a mês**

Em novembro foram apresentadas 574 propostas, em dezembro, 619 e, em janeiro, 563.



## MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

Os números mostram que estão no caminho certo.

### **Slide 7: Relatório Financeiro**

### **Slide 8: Principais Evoluções dos Prazos por Fase**

Desde novembro buscaram a implementação de uma série de ações.

Entre dezembro/20 e fevereiro/21, o prazo médio foi de 7 dias para darem um retorno ao morador após a apresentação de documentação suficiente, com mais de 91% dos casos sendo respondidos dentro do prazo.

Quando a documentação se mostrou suficiente para a apresentação da proposta, o prazo médio entre dezembro/20 e fevereiro/21 foi de 57 dias para apresentação da proposta após a apresentação de documentação pelo morador, mesmo com feriados de fim e ano, recesso forense e os meses curtos de janeiro e fevereiro.

### **Slide 9: Principais Ações para Aceleração do Fluxo de Compensação**

Prioridades:

Manter o ritmo de apresentação de propostas acima de 500 por mês e buscar novas iniciativas para aceleração;

Continuar o foco em redução de prazos para apresentação de proposta;

Garantir comunicação proativa e transparente aos moradores sobre evolução no fluxo;

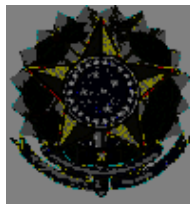
Avaliar novas ações de aceleração, inclusive com eventual flexibilização documental, considerando a maturidade do programa.

A **Dra. Roberta Bomfim** salientou que o MPF tem recebido uma série de reclamações sobre atraso e demora na apresentação de proposta. Apenas em seu gabinete há 20 procedimentos sobre o tema. Sugeriu uma solução tecnológica para a comunicação com os moradores e advogados.

O **Dr. Fernando dos Santos** ressaltou que, em relação aos casos que chegam no MPF, está em linha, porque apenas nos casos em que o processo atrasou é que os moradores procuram o MPF. Não é eficiente uma solução tecnológica. Já criaram grupos de mensagens com uma linguagem mais coloquial para informar qual é a fase que o morador está. Irão criar uma rotina de comunicação do andamento de todos os casos. Ainda estão trabalhando na superação deste ponto. Têm criado estratégias para que consigam se comunicar tanto com o advogado quanto com o morador.

A **Dra. Roberta Bomfim** ressaltou que receberam uma demanda relativa à Posse Legal da Associação dos Moradores do Bebedouro, a qual também salientou o problema das reuniões de ingresso, cujo agendamento não tem sido cumprido.





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

O **Dr. Thiago Gemignani** salientou que fazem hoje 50 ingressos por dia. Então, é difícil determinar exatamente em que dia a pessoa será chamada. Mas podem pensar em alguma forma de fazer isso. Reconhecem que a pessoa precisa ter uma previsibilidade. Conversaram ontem sobre isso.

O **Dr. Fernando dos Santos** informou que o Posse Legal está ativo e funcionando. A relação com a ANOREG é excepcional. Indagou qual é exatamente a reclamação.

O **Dr. Diego Alves** ressaltou que a solicitação em relação ao Posse Legal é que haja uma antecipação, que seja feito igual ao Pinheiro e ao Mutange, um mutirão de Posse Legal.

O **Dr. Fernando dos Santos** salientou que a Braskem é menos rígida do que o Posse Legal em termos de documentação, mas não podem parar e fazer um mutirão. A capacidade do cartório é pequena para processar, então não haveria celeridade. Posse Legal não é um requisito necessário para a Braskem, mas ela deixa como opção se o morador quiser. Comprometeu-se a fazer uma comunicação expressa sobre o que é o Posse Legal e a conversar com a liderança para esclarecer o ponto.

A **Dra. Roberta Bomfim** ressaltou que a Associação dos Moradores do Bebedouro também levantou o ponto dos feirantes do Mercado Público do Bebedouro.

O **Dr. Fernando dos Santos** esclareceu que o prazo para a Zona G ainda não iniciou, portanto, quando iniciar, todos os feirantes serão contemplados, e o fluxo será o de imóvel comercial, com a antecipação de 10 mil reais. Apenas não haverá a compensação pelo imóvel, já que o local é público.

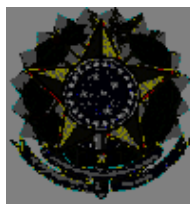
O **Dr. Diego Alves** salientou que alguns ex-mutuários, embora estejam reconhecendo que o valor da indenização é justo, estão com dificuldades de fechar o acordo, em razão dos valores que serão repassados à Caixa Econômica Federal. Acrescentou que os casos do FGHab estão demorando muito.

O **Dr. Fernando dos Santos** ressaltou que buscarão com as seguradoras um canal de atendimento para o morador, inclusive o advogado do morador pode falar com a Caixa Econômica, sem a interferência da Braskem. Comprometeu-se a buscar uma solução junto à Caixa Econômica. Quanto aos casos do FGHab, está clara a provocação quanto à aceleração do fluxo.

O **Dr. Diego Alves** salientou que a Prefeitura de Maceió, desde quando aconteceu o evento, está isentando do IPTU ou diminuindo o débito, se o pagamento for feito à vista. A isenção depende de requerimento do morador. Mas o desconto depende da Braskem, pois o pagamento à vista é feito pela empresa, e esse pagamento está demorando muito. Sugeriu, assim, que conversem com a Prefeitura para que tenham acesso a essa guia do IPTU já com o desconto e com prazo de vencimento alongado, pois o fluxo é demorado.

O **Dr. Fernando dos Santos** informou que tinham uma boa comunicação com a Prefeitura na gestão anterior. Comprometeu-se a verificar com o time como está a comunicação com a nova gestão.





## MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

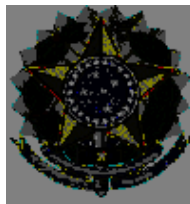
levaram esses casos a passar dos prazos. No entanto, comprometeu-se a estudar esse portal. Todavia, solicitou de um a dois meses, pois os prazos começaram a ser estudados agora. Ainda não têm identificados esses casos que passaram, portanto, o desafio agora é esse. Em dois meses conseguem obter essas informações.

A **Dra. Juliana Câmara** sugeriu à Braskem que reflita sobre quais peças pode colocar para que a engrenagem gire melhor, pois também tem lhe incomodado essa quantidade de demandas que tem chegado e a força-tarefa do MPF tem debatido uma forma de tratar a questão coletivamente. Salientou a importância de que o processo seja aperfeiçoado, como a obtenção automática de informações, para que o beneficiário não precise ir até as instituições para ter o pleito atendido, porque isso tem onerado bastante as instituições. Ademais, parabenizou a empresa pelos números obtidos, que, em comparação aos dados de 31 de janeiro, apresentam diferença de 194 propostas, ressaltando que é evidente que a empresa está compartilhando do objetivo de fluxo mais célere. Outrossim, solicitou informações mais precisas com relação aos empreendedores e comerciantes, em especial em relação ao caso da professora Eliana Cavalcanti, que divulgou um relato que viralizou na internet, com relação ao aluguel e ao tempo em que permanece no fluxo. Dessa forma, indagou se existe algum problema específico com o caso da professora.

A **Dra. Roberta Bomfim** ressaltou que tem sido uma preocupação do MPF essa questão levantada pela Dra. Juliana Câmara e que chegou a compartilhar com o Dr. Filipe Tavares o teor dessa carta, haja vista que alguns pontos trazem estranhezas, como a questão do aluguel. Afirmou que é bem verdade que as vezes o diálogo é difícil e que recebem informação de todo jeito e em vários tons. Entende que algumas críticas são bem pesadas e tangencia um pouco o que Dr. Diego Alves pontuou. Asseverou que, em sua opinião, a Braskem levantou uma defesa que não precisava nessa questão do prazo, afirmando que as instituições estão em um meio, recebem a crítica, não estão na ponta fazendo o programa girar, mas possuem a função de receber do morador/empreendedor a informação, organizar os entendimentos e trazer para a Braskem. Quando trazem, é por absoluto dever de tentar entender a situação e porque são responsáveis por colaborar com a engrenagem desse processo, de forma que toda a intenção é colaborar. Com relação ao empreendedor, afirmou que estão com dificuldade de cobrar da Braskem de forma mais efetiva, porque muitas vezes não conseguem identificar qual é a situação real. Salientou que, quando o empreendedor é realocado, ele perde o seu ganha pão, podendo ainda perder o seu teto se o imóvel for misto, razão pela qual é importante entender melhor o que está acontecendo. Afirmou não saber se é verdade essa questão de que os empreendedores não estão recebendo aluguel, mas é uma questão que incomoda e que precisa de uma atenção maior. Salientou que muito do não avanço na área é reflexo da falta de ajuda que eles dão, mas que queria ouvir mais a Braskem nesse ponto.

O **Dr. Thiago Gemignani** esclareceu que entende que isso é uma construção conjunta, e não um trabalho exclusivo da Braskem, e que os comentários que vêm da população e das instituições são fundamentais. Ressaltou que o objetivo de buscar as melhorias e garantir que não haja trabalhos desnecessários por ambas as partes é compartilhado. Asseverou que a satisfação de se alcançar o número de 600 propostas em dezembro é pessoal de cada um que está no programa. Afirmou que acreditam estar no caminho de resultados expressivos que não imaginavam em número de propostas e reconhecem que existe um caminho que está numa rota positiva, mas não nega que existem melhorias a ser feitas. Informou que teve contato com o caso da professora Eliana e do geral dos empreendedores talvez o Dr. Fernando dos Santos possa dar mais detalhes, mas é um ponto de atenção que vem com ruídos. Retomando alguns pontos da apresentação, informou que têm enfrentado um desafio do ponto de vista documental e que irão





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

O **Dr. José Antônio Marques** cumprimentou os presentes e solicitou nova explicação do Dr. Fernando dos Santos acerca da transparência nos critérios de pagamento, da identificação dos peritos que estão realizando as avaliações e de problemas em algumas tabelas de pagamento nos residenciais Jardim Acácia, Jardim Alagoas e Ana Cristina.

O **Dr. Fernando dos Santos** pontuou que foi identificada uma falha de parâmetros no Jardim Alagoas, e que os moradores estão sendo chamados para receber a correspondente complementação. Sobre o residencial Ana Cristina, adiantou estarem confortáveis sobre a valoração.

O **Dr. José Antônio Marques** esclareceu que a reclamação do residencial Ana Cristina é sobre a não inclusão da garagem na indenização, e que o m<sup>2</sup> foi avaliado em valor menor que o Jardim Acácia.

O **Dr. Fernando dos Santos** afirmou que a garagem já está incluída no valor avaliado, não precisando somar no m<sup>2</sup>. Esclareceu que os prédios têm padrões diferentes e são enquadrados em grupos comparativos, levando em consideração suas peculiaridades. Ressaltou que não fazem laudo, mas avaliação em massa, que é uma técnica de avaliação com base em critérios técnicos validados. Para os prédios, eles são agrupados em categorias, concluindo que podem conversar sobre a questão em outro momento.

Ao final, a **Sra. Ana Carolina Cerqueyra** salientou que os presentes ouviram atentamente os pontos tratados na reunião e que irão refletir, trabalhar e analisar o que se pode melhorar e avançar, trazendo as devolutivas nas próximas reuniões.

Como **encaminhamentos**, deliberou-se que a Braskem responderá formalmente aos seguintes questionamentos trazidos pela Associação dos Moradores do Bebedouro em reunião anterior com as instituições:

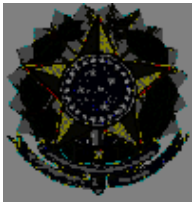
a) “Há algum tratamento de indenização pensado para feirantes do mercado público e outros comerciantes informais, que não têm seu comércio localizado em um imóvel, mas em estruturas provisórias (carrinhos e bancas de frutas, verduras, lanches, etc.), que constituíram seu fundo de comércio e dependem da clientela do Bairro?”; e

b) “Como proceder com a falta de acesso a informações da Braskem, visto que dependemos exclusivamente do canal de atendimento da central do morador da Braskem. Minha casa foi selada, pois entrou na zona de criticidade 00. A documentação foi enviada em 16 de novembro, conforme acordado, e até agora não obtive resposta. TODOS os vizinhos já se mudaram e não consigo uma resposta de ninguém. A resposta que recebo é que entrarão em contato conosco. São 76 dias aguardando, gostaria de saber como proceder? Estamos vulneráveis, morando sozinhos na rua.” (Sandra Catão – loteamento Caiçara).

Nada mais havendo a discutir, foi encerrada a reunião às 17h33, lavrando-se a presente ata, que, digitada pela Analista/Direito Nathália Diz Cenovicz, lida e achada conforme, vai abaixo assinada.

**JULIANA DE AZEVEDO SANTA ROSA**  
CÂMARA  
Procuradora da República

**JÚLIA WANDERLEY VALE CADETE**  
Procuradora da República



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

**ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM**  
Procuradora da República



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Assinatura/Certificação do documento **PR-AL-00008068/2021 ATA nº 15-2021**

Signatário(a): **JULIANA DE AZEVEDO SANTA ROSA CAMARA**

Data e Hora: **05/04/2021 10:33:42**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM**

Data e Hora: **22/03/2021 19:23:12**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **JULIA WANDERLEY VALE CADETE**

Data e Hora: **25/03/2021 14:40:11**

Assinado com login e senha

Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 1cc8b003.47b312c0.84d9bcae.5e0bdf02





PROCURADORIA DA REPÚBLICA - ALAGOAS/UNIÃO DOS PALMARES  
CÍVEL - TUTELA COLETIVA  
Data de Autuação: 03/02/2021

## Notícia de Fato - NF

**1.11.000.000164/2021-31**

### Reservado

Volume I

Resumo:

Tutela coletiva. Caso Pinheiro. Manifestação 20210008966. Notícia de suposta dificuldade dos comerciantes do bairro Pinheiro no recebimento da indenização da empresa Braskem. Requer intervenção do MPF. Maceió (AL).

Partes:

REPRESENTADO - BRASKEM SA

Distribuição:

PR-AL - 03/02/2021 - PR-AL - 7º Ofício

Grupo temático principal:

1ª Câmara - Direitos Sociais e Atos Administrativos em geral

Tema:

10439 - Indenização por Dano Material (Responsabilidade Civil/DIREITO CIVIL)

Observação:

Município(s):

MACEIÓ - AL

Movimentado para:

03/02/2021 - PR-AL/GABPR3-RLBB - ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM





Ministério Público Federal  
Sala de Atendimento ao Cidadão

Manifestacao 20210008966

Preferencial

Dados Manifestante SIGILOS

Representação

Data do Fato 01/02/2021  
Município do Fato MACEIÓ  
UF do Fato AL

Descrição

TEMOS UM COMERCIO NO BAIRRO DO PINHEIRO A 47 ANOS E APÓS O AFUNDAMENTO DO SOLO, DEVIDO AOS TRABALHOS DA BRASKEM , ESTAMOS AGUARDANDO A INDENIZAÇÃO NO ENTANTO FOMOS ORIENTADOS A INDENIZAR OS FUNCIONÁRIOS ANTES DA CONCLUSÃO DO PROCESSO POIS A EMPRESA ESTÁ FAZENDO ACORDO COM OS COMERCIANTES SEM FAZER A PROPOSTA DOS FUNCIONÁRIOS. INDIGNADA COM ESSA SITUAÇÃO SOLICITAMOS APOIO NO SENTIDO DE UMA INTERVENÇÃO JUNTO A EMPRESA NO SENTIDO DE AJUDAR A TODOS QUE ESTÃO PASSANDO POR TANTAS DIFICULDADES FINANCEIRAS E EMOCIONAIS. SITUAÇÃO MUITO DELICADA PARA OS COMERCIANTES E AGORA PARA OS FUNCIONÁRIOS QUE NÃO TERÃO APOIO JURÍDICO PARA RESOLVER TAL SITUAÇÃO.

Solicitação

APOIO DA JUSTIÇA NO SENTIDO DE UMA SUPERVISÃO DESSES ACORDOS A TODOS OS COMERCIANTES/FUNCIONÁRIOS E MORADORES ATINGIDOS POR ESSA TRAGÉDIA.

DESDE JÁ AGRADEÇO A ATENÇÃO



**Ministério Público Federal**  
Sala de Atendimento ao Cidadão

Andamentos

Data	Tipo	Responsável
02/02/2021 08:49	Assume manifestação da fila	GEORGE BRASILEIRO
01/02/2021 14:07	Cadastro de Manifestação	MANIFESTANTE

PR-AL-00002832/2021



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA - ALAGOAS/UNIÃO DOS PALMARES**

PR-AL-00002832/2021

PROCURADORIA DA REPÚBLICA - ALAGOAS/UNIÃO DOS PALMARES

Coordenadoria Jurídica

Setor Extrajudicial

**CERTIDÃO DE PRÉ-AUTUAÇÃO Nº**

Referência: PR-AL-00002652/2021

Certifico que, na data de 03/02/2021, foi efetuada pesquisa nos Sistemas Único e Aptus, utilizando como parâmetros:

Texto: "Caso Pinheiro" and (comerc\* or empresar\*);

Ferramentas: Consulta - Correlatos - autos adm/judiciais e Aptus;

Filtros: "Selecionar todos" - Distribuição "Indiferente";

Abrangência da Pesquisa: (X) Estadual ( ) Regional ( ) Nacional

( ) porém nada foi encontrado que trate especificamente do objeto do presente expediente.

(X) tendo encontrado o(s) auto(s) indicado(s) no(s) extrato(s) em anexo.

Maceió, 3 de fevereiro de 2021

**CICERO RODOLFO GRACILIANO DOS SANTOS**  
**CHEFE**

Avenida Juca Sampaio, 1800, Barro Duro - Cep 57045365 - Maceió-AL

Pral-atendimentocidadao@mpf.mp.br (82)21211400



**Ministério Público Federal**  
**Sistema Único**  
**Relatório de Correlatos**

**Usuário:** CICERO SANTOS  
**Setor:** SEEXTJ/PRAL  
**Data:** 03/02/2021 12:38

## Termos de Pesquisa

**Texto para pesquisa:** "Caso Pinheiro" and (comerc\* or empresar\*)  
**Locais de Pesquisa:** Resumo, Numeração, Partes, Etiqueta, Observação, Capa, Complemento, Outros números  
**UF Cadastramento:** Alagoas

### 1 - NF - 1.11.000.000893/2020-14 - PFDC

**Gênero:** Procedimento Extrajudicial/Adm  
**Tipo Classe:** Notícia de Fato  
**Capa:**  
**Resumo:** Tutela coletiva. Caso Pinheiro. Proposta da Associação dos Empreendedores no Bairro Pinheiro para revisão de acordo firmado com a Braskem, visando garantir os direitos da comunidade de empresários locais afetados pela calamidade no bairro Pinheiro. Maceió (AL).  
**Assuntos CNMP:** 1ª CCR - Fiscalização, SCI - Fiscalização, PFDC - Fiscalização, 4ª CCR - Fiscalização  
**Câmara:** 1ª Câmara - Direitos Sociais e Atos Administrativos em geral, 4ª Câmara - Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, PFDC - PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO, SCI - Secretaria de Cooperação Jurídica Internacional  
**UF Localização:** AL  
**Unidade Localização:** PR-AL/GABPR3-RLBB - ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM  
**Data de Autuação:** 23/07/2020 03:00  
**UF Cadastramento:** AL  
**Unidade Cadastramento:** PROCURADORIA DA REPÚBLICA - ALAGOAS/UNIÃO DOS PALMARES  
**Sigilo:** Normal  
**Partes:**  
**Grupo de Distribuição:** AA - Tutela Coletiva - PRDC  
**Ofício da Distribuição:** PR-AL - 7º Ofício  
**Data de Distribuição:** 23/07/2020

**Relatório gerado em 03/02/2021 12:38.**  
**Dados atualizados até 03/02/2021 12:38.**  
**Selecionado 1 documento(s) de um total de 1.**

PR-AL-00002833/2021

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PR-AL/SEEXTJ/PRAL - SETOR EXTRAJUDICIAL DA PR/AL

DESPACHO nº 120/2021

Referência: Certidão de Pesquisa de Correlatos

Assunto: Autuação e Distribuição

DESPACHO

De ordem, utilizando dos poderes conferidos à Coordenadoria Jurídica por força do Memorando nº 27/2017/GABPC:

- ☐ Autue-se em NF, e distribua-se aleatoriamente, conforme a classificação abaixo indicada.
- ☒ Autue-se em NF, e distribua-se por prevenção (com compensação), em relação aos autos de nº 1.11.000.000893/2020-14, conforme a classificação abaixo indicada.
- ☐ Tendo em vista uma possível correlação com o documento/autos de etiqueta nº \_\_\_\_\_, encaminho o presente expediente ao Procurador atuante naquele feito, para exame da possibilidade de juntada, no intuito de evitar duplicidade na autuação. Optando por autuar, que se manifeste sobre a hipótese de prevenção.
- ☐ Tendo em vista a aparente ausência de: ☐ elementos mínimos de convicção/coerência; ☐ ilícito civil, penal ou administrativo; ou de ☐ atribuição do MPF, encaminhe-se este expediente ao Procurador Revisor do Grupo \_\_\_\_\_, para o que entender cabível.
- ☐ Por se tratar, a princípio, de município abrangido pela esfera de atribuição da PRM-Arapiraca, encaminho o presente expediente àquela unidade.
- ☐ \_\_\_\_\_.

Grupos de Distribuição:

- ☐ Combate à Corrupção Política
- ☐ Meio Ambiente e Patrimônio Cultural

- ☐ Relatórios CGU - Sorteios Públicos
- ☐ Tutela Coletiva - PRDC
- ☐ Relatórios CGU - Sorteios Públicos PRDC
- ☐ Tutela Coletiva - 1ª CCR
- ☐ Eleitoral
- ☐ Tutela Coletiva - 3ª CCR
- ☐ Eleitoral Auxiliar
- ☐ Tutela Coletiva - 6ª CCR
- ☐ Atuação Repressiva e Residual
- ☒ GT Pinheiro
- ☐ GT COVID

Natureza

☒ Cível ☐ Criminal

Grau de Sigilo:

- ☒ Normal (sem sigilo), a ser confirmado pelo Procurador titular do feito.
- ☐ Sigiloso, a ser confirmado pelo Procurador titular do feito.

Maceió, 03/02/2021.

CICERO RODOLFO GRACILIANO DOS SANTOS

CHEFE

PROCURADORIA DA REPÚBLICA - ALAGOAS/UNIÃO DOS PALMARES

Avenida Juca Sampaio, 1800, Barro Duro - Cep 57045365 - Maceió-AL

Tel. (82)21211400 -

Email: pral-cojud@mpf.mp.br



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA - ALAGOAS/UNIÃO DOS PALMARES**  
**SETOR EXTRAJUDICIAL DA PR/AL**

**Termo de Distribuição e Conclusão**

*(Gerado automaticamente pelo sistema)*

**Expediente:** NF - 1.11.000.000164/2021-31

Os presentes autos foram distribuídos conforme descrição a seguir:

**Titularidade da Distribuição**

**Ofício Titular:** PR-AL - 7º Ofício

**Grupo de Distribuição:** AA - FT Pinheiro Tutela Coletiva

**Forma de Execução:** Automática

**Prevenção:** 1.11.000.000893/2020-14

**Conclusão da Distribuição**

**Vínculo:** Titular

**Responsável:** ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM

**Ofício Responsável:** PR-AL - 7º Ofício

**Forma de Execução:** Automática

**Usuário:** CICERO RODOLFO GRACILIANO DOS SANTOS

**Data:** 03/02/2021 12:51:52



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA - ALAGOAS/UNIÃO DOS PALMARES**  
**SEEXTJ/PRAL - SETOR EXTRAJUDICIAL DA PR/AL**

**Termo de Remessa**

*(Gerado automaticamente pelo Sistema Único)*

**Expediente:**

1.11.000.000164/2021-31

**Remetente:**

SEEXTJ/PRAL - SEEXTJ/PRAL - SETOR EXTRAJUDICIAL DA PR/AL

**Destinatário:**

GABPR3-RLBB - GABPR3-RLBB - ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM

**Usuário:**

CICERO RODOLFO GRACILIANO DOS SANTOS

**Data:**

03/02/2021 12:51:52

**Observação:**

Conclusão automática para o Ofício Titular - PR-AL/GABPR3-RLBB - Chefia da Unidade:  
ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM - Ofício da Distribuição: PR-AL - 7º Ofício -  
GABPR3-RLBB



**Referência: Notícia de Fato nº 1.11.000.000164/2021-31**

### **PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO**

Trata-se de Notícia de Fato autuada no âmbito desta Procuradoria da República, a partir de representação na qual são noticiadas dificuldades enfrentadas pelos comerciantes do bairro do Pinheiro, em vista da concretização dos acordos firmados pelo empresa Braskem S.A e das obrigações a serem cumpridas pelos empresários, dentre as quais a indenização dos empregados de forma antecipada.

Narra a representação anônima, de forma genérica, que os empresários que atuam tradicionalmente no bairro do Pinheiro estão enfrentando várias dificuldades em razão do processo de realocação/fechamento de suas empresas, sendo essas de ordem tanto financeira como emocional.

Desse modo, chama a atenção, em especial, para a situação dos empregados das empresas, de modo que a orientação recebida pelos empresários fora de efetivar a indenização trabalhista antecipado, antes mesmo da conclusão do processo atinente ao Programa de Compensação Financeira. Externa preocupação em razão da notícia de que a empresa nos acordos não contemplaria especificamente os funcionários.

Assim, pugna a intervenção do Ministério Público Federal no tocante à supervisão dos acordos.

É o relatório.

Pois bem, tramita no 7º ofício da Procuradoria da República a NF nº.: 1.11.000.000893/2020-14, instaurada a partir de representação da Associação dos Empreendedores do Bairro do Pinheiro, propondo a adoção de medidas para garantir os direitos da comunidade de empresários locais afetados pela calamidade do bairro do Pinheiro.

Consigne-se a complexidade da situação que afeta os bairros do Pinheiro, Mutange, Bom Parto, Bebedouro e mais recentemente também o Farol, retratada no afundamento de partes deles em razão da atividade de mineração desenvolvida ao longo de anos pela empresa Braskem S.A. Nessa perspectiva, as mais diversas facetas desse grave problema que assola o Município de Maceió estão sendo objeto de atenção do Ministério Público Federal, através da composição da Força Tarefa, refletindo na expedição de Recomendações, ajuizamento de Ações Cíveis Públicas, celebração de Termos de Acordos, assim como realização de inúmeras reuniões, consoante amplamente divulgado nos mais

diversos veículos de comunicação.

No que toca especificamente à questão dos empreendedores, percebe-se que a situação trazida pelo representante guarda íntima relação com o objeto de atuação no procedimento retromencionado, razão pela qual revela-se mais adequado que as informações ora trazidas sejam aglutinadas naqueles autos em contraposição à tramitação de dois procedimentos com objetos bastante semelhantes. Desta feita, o arquivamento da presente Notícia de Fato é medida que se impõe em consonância à eficiência processual, evitando a duplicidade de procedimentos.

Nesta toada, inexistem motivos que justifique a continuidade de tramitação deste procedimento, razão pela qual promovemos o **ARQUIVAMENTO DA NOTÍCIA DE FATO**, com fulcro no art. 4º, II, da Resolução n.º 174/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, salientando que os fatos ora denunciados serão apurados no bojo do Inquérito Civil n.º: 1.11.000.000893/2020-14.

Outrossim, com fulcro no art. 4º e §§ da Resolução n.º 174/2017 do CNMP, determino a adoção, sucessivamente, das seguintes providências:

- a) cientifique o(a) representante, acerca da presente decisão, comunicando-a que caberá recurso administrativo, devidamente fundamentado, no prazo de 10 (dez) dias, a ser protocolizado nesta Procuradoria da República em Alagoas;
- b) havendo recurso administrativo, voltem-me conclusos para adoção das providências previstas no §3º do art. 4º da Resolução n.º 174/2017 do CNMP;
- c) decorrido o prazo do item “a” sem a interposição de recurso, determino o arquivamento do feito no âmbito desta PR/AL, com baixa na distribuição, nos termos do art. 5º da Resolução n.º: 174/2017 do CNMP.

**Por fim, determinamos a extração de cópia desta Notícia de Fato e a juntada dos documentos aos autos do procedimento tombado sob o n.º: 1.11.000.000893/2020-14.**

Maceió/AL, data da assinatura digital.

Assinado Digitalmente

**Juliana de Azevedo Santa Rosa Câmara**

Procuradora da República

Assinado Digitalmente

**Júlia Wanderley Vale Cadete**

Procuradora da República

Assinado Digitalmente

**Niedja Gorete de Almeida Rocha Kaspary**

Procuradora da República

Assinado Digitalmente

**Roberta Lima Barbosa Bomfim**

Procuradora da República



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Assinatura/Certificação do documento **PR-AL-00004077/2021 PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO nº 22-2021**

.....  
Signatário(a): **JULIA WANDERLEY VALE CADETE**

Data e Hora: **26/02/2021 17:09:16**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA KASPARY**

Data e Hora: **26/02/2021 19:04:51**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM**

Data e Hora: **25/02/2021 19:42:53**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **JULIANA DE AZEVEDO SANTA ROSA CAMARA**

Data e Hora: **26/02/2021 13:48:57**

Assinado com login e senha

.....  
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave d272c94a.9c092da1.218dd35b.349c2baa

PR-AL-00004078/2021



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA - ALAGOAS/UNIÃO DOS PALMARES**  
**GABINETE DE PROCURADOR DA REPÚBLICA**  
**GABINETE DE PROCURADOR DA REPÚBLICA**

**Ofício nº 92/2021/PR-AL/7º Ofício/GAB- RLBB**

Maceió-AL, data da assinatura digital

A Sua Senhoria o(a) Senhor(a)

**Representante sob sigilo**

scheilanjós@gmail.com

**Referência: Notícia de Fato nº 1.11.000.000164/2021-31**

Prezado(a) Senhor(a),

Cumprimendo-o(a), encaminha-se, em anexo, cópia do Despacho de Arquivamento da Notícia de Fato, a qual foi cadastrada no âmbito do Ministério Público Federal em virtude de representação formulada por Vossa Senhoria.

Registramos, no entanto, que os fatos noticiados serão objeto de apuração em outro procedimento em trâmite no Ministério Público Federal instaurado em momento anterior.

Informamos ainda que, de acordo com o parágrafo 3º do art. 4º, da Resolução n.º 174/2017 do CNMP, na hipótese de discordância quanto ao arquivamento, poderá ser apresentado recurso administrativo contra a presente decisão, no prazo de 10 dias, protocolado na Procuradoria da República de Alagoas.

Atenciosamente,

Assinado Digitalmente

**Juliana de Azevedo Santa Rosa Câmara**

Procuradora da República

Assinado Digitalmente

**Júlia Wanderley Vale Cadete**

Procuradora da República

Assinado Digitalmente

**Niedja Gorete de Almeida Rocha Kaspary**

Procuradora da República

Assinado Digitalmente

**Roberta Lima Barbosa Bomfim**

Procuradora da República



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Assinatura/Certificação do documento **PR-AL-00004078/2021 OFÍCIO nº 92-2021**

.....  
Signatário(a): **JULIA WANDERLEY VALE CADETE**

Data e Hora: **26/02/2021 17:09:16**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA KASPARY**

Data e Hora: **26/02/2021 19:04:51**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM**

Data e Hora: **25/02/2021 19:46:33**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **JULIANA DE AZEVEDO SANTA ROSA CAMARA**

Data e Hora: **26/02/2021 13:48:57**

Assinado com login e senha

.....  
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 98b4a9fa.6f54ab7c.7d66122b.d8ad8105



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

**REFERÊNCIA: PA – TAC 1.11.000.000145/2021-12**

**ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA**

**“FORMAÇÃO DO COMITÊ GESTOR DOS DANOS EXTRAPATRIMONIAIS”**

Aos 10 (dez) dias do mês de março do ano 2021, às 14h30, foi realizada via Zoom, audiência pública com transmissão ao vivo pelo canal do MPF no Youtube, convocada pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público do Estado de Alagoas, com o objetivo de obter dados, subsídios, informações, sugestões, críticas ou propostas concernentes ao emprego das verbas pagas pela BRASKEM a título de indenização por danos sociais e danos morais coletivos, sobretudo para colher elementos para a definição da quantidade e detalhamento dos integrantes do Comitê Gestor dos Danos Extrapatrimoniais, bem como suas atribuições, além de buscar subsídios para a seleção dos representantes da sociedade civil que o integrarão.

Iniciando os trabalhos, a **Dra. Juliana de Azevedo Santa Rosa Câmara** cumprimentou os presentes, desculpando-se pelo atraso no início da audiência pública, ocorrido em virtude de dificuldades técnicas, por ser a primeira vez que o órgão realiza uma audiência pública em formato virtual, premidos pelas circunstâncias da pandemia do Covid-19. Afirmou que se objetiva discutir uma das problemáticas em voga em Maceió, decorrente da atividade de extração de salgema pela Braskem, o que se popularizou como Caso Pinheiro, mas que atinge também os bairros do Mutange, Bebedouro, Bom Parto e Farol. Esclareceu que o objetivo dessa audiência pública consiste em obter dados, subsídios, informações, sugestões, críticas ou propostas concernentes ao emprego das verbas pagas pela BRASKEM a título de indenização por danos sociais e danos morais coletivos, sobretudo para colher elementos para a definição da quantidade e detalhamento dos integrantes do Comitê Gestor dos Danos Extrapatrimoniais, bem como suas atribuições, além de buscar subsídios para a seleção dos representantes da sociedade civil que o integrarão. Informou que, no início na exposição, os membros do Ministério Público presentes esclarecerão ao público em que consiste essa indenização, esses valores e qual será o papel desse comitê gestor. Para o bom andamento dos trabalhos, devido ao formato virtual, solicitou que todos que não estiverem falando mantenham seus microfones no mudo. Em seguida, pontuou que a audiência pública foi amplamente divulgada e foram enviados cerca de trinta convites para líderes comunitários e autoridades públicas e que todas as inscrições recebidas até a data prevista no edital foram admitidas. Ressaltou que as falas serão limitadas a cinco minutos, conforme previsto em edital, e seguindo a ordem divulgada no site do MPF, formatada de modo a respeitar a antiguidade das inscrições, bem como de intercalar falas de



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria da República em Alagoas

moradores com falas de autoridades. Frisou novamente que objetivo é debater o emprego das verbas pagas a título de danos morais e que sabem que o problema decorrente dessa exploração continuada de salgema é muito grande e complexo e que as instituições signatárias do acordo da indenização dos moradores normalmente recebem muitas críticas e sugestões sobre esse fluxo de compensação e indenização, mas é preciso alertar que esse não é o objeto do trabalho nesta tarde. Salientou que ao longo dos debates pausas serão feitas para que o MPF possa endereçar as perguntas feitas via chat do youtube. Em seguida, passou a palavra para a Dra. Roberta Bomfim.

A **Dra. Roberta Lima Barbosa Bomfim** destacou que a audiência pública é um instrumento muito caro e importante para o MP, sendo um prazer estar neste momento com os presentes, sobretudo nesse formato diferente, adaptado às circunstâncias e ao cenário adverso. Explicou que esta audiência pública não trata sobre a indenização dos moradores, mas sobre o acordo ambiental. Este foi levado a efeito em outra ACP, ajuizada em agosto 2019, buscando a responsabilização socioambiental pelos danos ocorridos na região, e, ao longo de 6 a 7 meses de intensas tratativas, foi celebrado, em 30 de dezembro de 2020, acordo, contando com a presença e colaboração da Promotoria de Urbanismo do MPE/AL, titularizada pelo Promotor Jorge Dória, no capítulo da reparação dos danos sociourbanísticos. O acordo firmado foi bastante amplo: um capítulo tratou das ações para estabilização das cavidades; outro capítulo tratou da reparação dos danos ambientais; outro dos danos sociourbanísticos e, dentro deste, ações para reparação da área afetada, ações de mobilidade urbana e medidas de compensação social; outro capítulo, por fim, tratou do dano moral coletivo (dano extrapatrimonial). Importante salientar que, nesse acordo, houve o reconhecimento pela Braskem da responsabilidade pelos danos socioambientais, como também foram disciplinadas regras sobre *compliance*, em que haverá estudos para entender o que aconteceu, os erros cometidos, buscando propor medidas para evitar que esse evento se repita. Tratou o acordo, também, sobre a nova destinação da área, destacando-se que não se autorizou a Braskem a ocupar e edificar no bairro, enquanto a região estiver instável, só sendo possível nova ocupação quando os locais tornarem-se estáveis, mas somente se permitido algum tipo de ocupação e edificação pelo Plano Diretor da cidade, que é um instrumento que garante a participação da sociedade, uma vez que traz muita informação técnica e que também preserva a autonomia do Município quanto à destinação de suas áreas. Como instrumento de política urbana, pareceu mais adequado que a discussão fosse travada nesse ambiente, e não a partir do estabelecimento de regras entre as partes. Destacou que não são verdadeiras as notícias de que a Braskem construirá novos bairros, sendo que, havendo a estabilização da região, essa questão será devolvida ao Município e à sociedade no futuro. Pede que as exposições e o *chat* se limitem ao tema tratado, bem como, devido à gravação da audiência, e em que pese a angústia de todos, que haja urbanidade nesta audiência.

O **Dr. Jorge José Tavares Doria** saudou a todos e afirmou que o único caminho para a solução dos problemas sociais é a participação e o diálogo com os membros da sociedade. Asseverou que esse caso, conhecido como Caso Pinheiro, é *sui generis*, uma vez que trata de uma tragédia que não tem precedentes, não tem literatura, mas que, apesar das críticas existentes, tudo está sendo construído da melhor forma, por mãos carinhosas e comprometidas com essa questão social. Ressaltou que se

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria da República em Alagoas

trata de um acordo de grande amplitude, que foi dividido em dois capítulos, um sobre a questão da indenização dos moradores e outro sobre os danos ambientais, destacando que se aterá à questão sóciourbanística, especificamente no que se refere à questão do dano moral. Afirmou que foi uma evolução muito grande atingir o momento de possibilitar senão a reparação plena absoluta, ou seja, o conserto deste estrago, mas pelo menos de estar próximo de conseguir o melhor possível para a cidade de Maceió. Salientou que esses impactos afetaram tantas partes da sociedade e ocasionaram danos incalculáveis e imensuráveis a todas essas partes envolvidas, ao morador, ao meio ambiente e a ordem urbanística. Afirmou que, em função da complexidade do problema e da necessidade de uma resolução urgente, as instituições avançaram e conseguiram que esses danos, de todas as ordens, fossem contemplados por esse acordo, no sentido de que projetos consistentes e efetivos sejam rapidamente implementados, dentro da segurança e da técnica necessária, para efetivação de medidas corretivas, de reordenação dos bairros, todos esses aspectos. Destacou que foi isso que fez inserir nesse grande acordo toda essa dinâmica de resolutividade de todas essas questões relacionadas a esses danos causados à ordem urbanística. Pontuou que tem um artigo do acordo que fecha tudo isso: *“as finalidades das ações sóciourbanísticas são os projetos que busquem restabelecer, compensar e preservar a ordem urbanística em sentido amplo, a mobilidade urbana, o patrimônio histórico, cultural, artístico e paisagístico, a comunidade atingida, inclusive a comunidade ribeirinha da lagoa, os vazios urbanos decorrentes das demolições, das construções e até a memória dos bairros”*. Aduziu que a parte sóciourbanística está dividida em três dimensões, que seriam as ações das áreas desocupadas (demolições, projetos urbanísticos, descomissionamento, rede de água, etc); as ações de mobilidade urbana (transporte público, deslocamento, etc) e as medidas de compensação social (um acréscimo para implementação de programas, independente desses recursos destinados para fazer face aos danos morais coletivos e sociais). Informou que foram definidos recursos no valor de 722 milhões para as áreas desocupadas, 360 milhões para mobilidade, 198 milhões para as medidas de compensação, podendo os dois primeiros serem acrescidos de mais 150 milhões suplementares. Concluiu que as instituições envolvidas estão buscando os caminhos da resolutividade, deixando o compromisso de que haverá de ter a participação da sociedade em todos esses projetos mencionados, principalmente da população afetada.

A **Dra. Júlia Wanderley Vale Cadete** deu boa tarde aos presentes, reiterando a palavra dos colegas que a antecederam e ressaltando que a audiência pública é um dos instrumentos de que se vale o Ministério Público para ter um contato mais próximo com a sociedade. Em seguida, entrando no capítulo do acordo que trata do dano moral coletivo, salientou que foi obtido o valor de 150 milhões de reais para fazer face aos danos morais coletivos, que poderão ser acrescidos de mais 150 milhões, caso o valor que está previsto no acordo a título de reserva de contingência não seja utilizado. Pontuou que são recursos expressivos e que contam com a participação da sociedade para definir a destinação desses recursos por meio do comitê gestor. Enfatizou que os danos morais coletivos não se confundem com os danos morais a que o indivíduo faz jus em razão da ação dos moradores, que são os individuais e estão preservados, esclarecendo que são valores adicionais para fazer face a prejuízos sofridos por toda a coletividade, decorrentes de ofensas ao direito de ir e vir,

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria da República em Alagoas

de moradia, de liberdade de locomoção, à propriedade, ao sossego, à integridade psíquica. Por fim, destacou que esses valores visam a amenizar o sofrimento de toda a coletividade e das pessoas que vivem na cidade de Maceió e no Estado de Alagoas.

A **Dra. Niedja Gorete de Almeida Rocha Kaspary** agradeceu à sociedade presente e aos participantes no *chat*, como oportunidade de participação social/popular. Hoje se compreende que, no âmbito do processo coletivo, há um princípio, uma diretriz, que deve orientar o Ministério Público, que é o da ampla participação social, portanto, a atuação do Ministério Público deve sempre ser no sentido de trazer o cidadão a participar, não só para ser ouvido, mas para que possa influenciar o Ministério Público, e, porque não, para atuar diretamente, como no caso presente, com a participação no Comitê Gestor dos Danos Extrapatrimoniais. Nesse contexto, rememorando todo o trabalho ao longo desses dois anos, o Ministério Público sempre esteve de portas abertas aos anseios da população, levando-se a efeito mais de cem reuniões ao longo do processo, sempre buscando ouvir e atender aos anseios, com atuação pautada para dar a melhor resposta possível e com a maior celeridade, em todas as ações, seja na ação indenizatória, seja na ação socioambiental, cujo objeto já foi tratado pelos colegas. O último acordo celebrado pretendeu reparar danos muito relevantes, mas que não são dirigidos a uma pessoa só, e sim a toda a sociedade maceioense, considerando os danos causados em várias órbitas (mobilidade urbana, afetação do patrimônio cultural, dentre outros); além disso, há danos gerais, não particularizados, como a propriedade pública, a liberdade de locomoção dentro dos bairros; a saúde de todos; a contemplação do meio ambiente natural, perpassando pelo dano aos equipamentos públicos, custeados com impostos do cidadão, como ruas e praças; o que também impactam o meio ambiente saudável, na felicidade e na segurança do cidadão, também afetando o lazer, a rotina, a educação, assim como livre iniciativa de empreender e de trabalhar, pela drástica redução da oferta de empregos. Todas essas ações e atuações não repararão o *status quo*, mas busca minimizar todos os problemas causados à população dos bairros afetados, e a Maceió como um todo, que teve a sua imagem atingida pela atividade minerária. Portanto, pretendendo que o cidadão participe dessa tarefa tão crucial, foi previsto no acordo, especialmente no art. 70, a formação de um Comitê Gestor, que deverá diagnosticar todos esses danos e indicar a melhor forma de mitigar todos esses prejuízos. Assim, tão importante quanto os projetos de reparação e de destinação dos recursos financeiros pagos pela Braskem, é a própria formação de um Comitê Gestor dos Danos Extrapatrimoniais, composto por representantes do poder público e da sociedade civil. Essa atuação do Comitê, evidentemente, será pautada pelas melhores práticas, como auditoria, prestação de contas e protocolos de atuação, de modo a assegurar à população o bem desenvolver das suas atividades. Sabendo-se que muitos desses danos não podem ser reparados, esta audiência pública pretende colher os anseios da comunidade, cumprindo ao Comitê Gestor detalhar as melhores práticas para assegurar que a utilização dos recursos atenda à finalidade pretendida. Tratam-se dos recursos relativos ao dano moral coletivo, cujos valores já tem essa destinação. Espera-se, portanto, que o comitê gestor impacte positivamente na reparação dos danos imateriais, uma vez que a população terá espaço de destaque e de protagonismo nesse desiderato. O art. 70 do acordo prevê que os recursos dos danos morais coletivos serão destinados pelo comitê gestor, não podendo ser utilizado em destinação diversas; as

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria da República em Alagoas

atribuições, quantidade e detalhamento do Comitê Gestor, serão feitas pelo MPF e MPE/AL, após a realização de audiência pública e selecionados após a Audiência Pública. Salientou, por fim, a importância da participação de todos no evento.

Prosseguindo com os trabalhos, a **Dra. Juliana de Azevedo Santa Rosa Câmara** agradeceu aos colegas pelas falas didáticas e esclarecedoras, que mostraram o escopo e o objeto do acordo sobre o qual estão tratando hoje, salientando que esse é um importante momento de escuta da sociedade e da população e que, uma vez que os danos morais têm uma dimensão coletiva, como fala o próprio capítulo do acordo, o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado de Alagoas entendem que isso deve ser tratado e destinado pela própria sociedade. Em seguida, passou a palavra para o primeiro debatedor, o Sr. José Fernando Lima Silva.

O **Sr. José Fernando Lima Silva**, representante da **Associação dos Moradores do Bom Parto** cumprimentou a todos, destacando que se reuniu com moradores e microempreendedores que moram fora da área, os quais sofrem bastante, sugerindo que parte desse valor seja destinado aos empreendedores do entorno, não a título de indenização, mas como ajuda a ser adiantada para recomeçar em outro local, podendo variar de 10 a 30 mil reais, sem prejuízo de ações futuras, principalmente devido ao prejuízo de empresários do entorno, em razão da saída das pessoas do bairro. Outra solução diz respeito a quem permanece no bairro, que são da periferia, sugerindo que as empresas contratadas pela Braskem para, por exemplo, fazer tamponamento ou limpeza, absorva parcela da comunidade na condição de trabalhadores, o que movimentaria a economia local, devido à renda gerada. A prefeitura poderia absorver trabalhadores na pavimentação de ruas. Poderiam ser contempladas famílias com uma bolsa assistencial, devido à queda de renda, como das populações ribeirinhas. É necessário que a prefeitura honre o decreto de calamidade pública, uma vez que continua cobrando impostos, deixando de isentar quem precisa. Por fim, destaca que o poder público vem abandonando os animais, ocasionando a sua mortandade. Embora o dinheiro não resolva tudo, há a questão da gestão, de serviços públicos básicos que deixaram de ser prestados, o que minimizaria a situação.

O **Sr. Alexandre Sampaio**, representante da **Associação dos Empreendedores do Bairro Pinheiro**, cumprimentou a todos, destacando que acredita que 150 milhões de reais é muito dinheiro em qualquer lugar do mundo e em qualquer lugar do Brasil, principalmente em Alagoas, que é um Estado pobre. No entanto, salientou que isso representa mais ou menos 1,5% do valor total que a Braskem assume em fato relevante, que seria em torno de 10 bilhões a ser gastos nos bairros. Afirmou ser importante que a comunidade atingida participe do comitê gestor, tanto a empresarial como os moradores dos cinco bairros, sugerindo que as associações dos empreendedores e dos moradores formem a maioria do comitê gestor, para que as decisões finais e as votações possam ser válidas e contempladas a partir da necessidade de quem foi realmente afetado. Sugeriu também que o comitê gestor contrate com essa verba que foi destinada uma espécie de censo, uma pesquisa para que se tenha um diagnóstico mais claro de tudo que aconteceu, da situação real das empresas, dos trabalhadores afetados, demitidos e agora sem renda, dos moradores e com foco na situação socioeconômica, porque percebe-se que há muita desinformação.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria da República em Alagoas

Afirmou que não há até agora um número real da quantidade de empresas e de trabalhadores que sofreram impactos na vida social, econômica e emocional. Sugeriu que se contrate uma consultoria de renome para que ajude, junto aos Ministérios Públicos e à Braskem, a definir critérios corretos de cálculo de dano material, lucro cessante e de critérios justos para recompor o patrimônio de toda a comunidade afetada que está no mapa, mas também das que estão no entorno. Salientou que se falou que os danos extrapatrimoniais alcançam a cidade inteira, mas que não vislumbra de modo concreto nenhuma preocupação dos órgãos de controle nem dos poderes constituídos no que se refere às comunidades diretamente ou indiretamente afetadas. Defendeu que há um trecho no bairro do Farol que acabou de ser alcançado, um trecho entre a Fernandes Lima e a Belo Horizonte, a Marquês de Abrantes no Bebedouro, o corredor de transporte e comercial da ladeira que dá na Santa Amélia, a rua Virgínio de Campos no Farol e uma série de localidades que estão sendo diretamente afetadas, cujos negócios e moradias estão totalmente inviabilizados e não estão contemplados nem no acordo com a Braskem, nem pelos poderes constituídos, razão pela qual sustentou ser necessária a contratação de uma consultoria que possa mapear o prejuízo e trazer elementos concretos, para que o mapa não corresponda apenas ao dano geológico, considerando que a comunidade a ser indenizada não é apenas a que sofreu rachaduras, quando existem negócios que dependem da população e da circulação dos bairros. Em seguida, solicitou que fosse marcada uma audiência pública para discutir o que está acontecendo com o acordo. Afirmou que confia no MPF, que em novembro fez um ajuste de conduta com a Braskem, que definiu 60 dias para que as indenizações fossem pagas no Programa de Compensação Financeira a partir da entrega de todos os documentos, mas ressaltou que de mais de 40 empresas da associação, sem falar de toda a comunidade empresarial afetada, apenas 12% foi indenizada. Enfatizou que, após um ano e três meses do primeiro acordo, ainda não está havendo a indenização da comunidade empresarial. Ao final, indagou quem conseguiria ficar seis meses sem salário e questionou porque o acordo não determinou um prazo limite para o pagamento das indenizações, enquanto os empresários esperam há seis meses, oito meses. Ressaltou, por fim, que para ser democrático no processo desse comitê gestor precisam corrigir os problemas oriundos dos dois primeiros acordos que não foram democráticos e que estão falando oprimidos pela Braskem, com a conivência dos poderes constituídos.

A **Sra. Dilma Marinho de Carvalho, Moradora do Pinheiro**, desejou boa tarde a todos fez suas palavras do Sr. Alexandre. Defendeu que, na formação do comitê, tenha a sua maioria composta por moradores afetados, uma vez que estes conhecem os danos causados à cultura do Município, aos grupos culturais, bem como à educação, destacando que não há como manter mais os grupos culturais, como o coco de roda, pastoril, entre outras atividades artístico-culturais oriundas das religiões e das igrejas, como missas, quermesses, festas de padroeiros. O reagrupamento social dessas pessoas restou inviabilizado, uma vez que cada um foi morar um longe do outro, cujo dano ainda não foi contemplado e discutido. É necessária uma comissão para formar um censo, para saber onde foram morar essas pessoas, e como vão se reorganizar nesses bairros, nessas atividades culturais de idosos e suas associações e grupos comunitários. As manifestações culturais do bairro são de grupos sociais formados desde a infância de cada um dos participantes. Destacou seu caso



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria da República em Alagoas

específico, que é da comunidade de jovens de Nazaré, da Igreja Nossa Senhora de Nazaré, que não mais existe e que, apesar de sair do Pinheiro, o Pinheiro não sai de si, questionando onde reencontrará os amigos de sua idade em missa ou em apresentações culturais. Acrescentou a situação do parque municipal e das praças, que são bens públicos. Lembrou a festa de final de ano no Bebedouro; o São João do Conjunto Divaldo Suruagy, que era frequentado por pessoas que já moraram lá e voltavam para se confraternizar. Os recursos devem ser dirigidos a uma comissão para fazer esse Censo, visando trazer de volta as atividades culturais, históricas e sociais. Destacou que o sururu é um patrimônio imaterial de Alagoas, as feiras livres, as praças e o Parque Municipal. O comitê deve ter pessoas desse conjunto histórico-social, para, junto às autoridades, consolidar as atividades artísticas, culturais, educacionais e religiosas, visando a sua recomposição, o que era atividade que dava bem-estar mental aos moradores, sobretudo aos idosos, que hoje estão sofrendo de depressão, porque não podem mais ir à associação de moradores ou fazer a sua caminhada na praça, e não por causa da pandemia. Defendeu também que, quando a área puder ser novamente utilizada, que a sociedade possa retornar e reconstruir os espaços de interesse da sociedade. Finalizou agradecendo a oportunidade e parabenizando a abertura do espaço para a comunidade se posicionar.

A **Sra. Renata Fonseca**, representante do **SEBRAE**, deu boa tarde a todos e informou que está participando para ouvir e entender como o SEBRAE pode eventualmente contribuir com o comitê, para que oportunamente possam oferecer sugestões mais concretas.

O **Capitão Allan**, representando a **Defesa Civil do Estado de Alagoas e o Corpo de Bombeiros**, destacou que estão preparados para atuar nesse desastre gradual que ainda não chegou ao fim, junto ao Ministério da Defesa e às Forças Armadas, inclusive com a criação de planos de contingência; atuação do exército em hospitais de campanha; forças de apoio à Defesa Civil criados pelo MD para atuação no Caso Pinheiro, criando simulados, testes, aprimoramento do efetivo integrado de defesa civil. Há também atuação da Aeronáutica no controle do espaço aéreo, com planejamento em caso de desastre. A Defesa Civil Estadual está à disposição para compor o Comitê Gestor e para qualquer pergunta ou atuação frente ao desastre. Parabenizou o MPF e o MPE pelos encaminhamentos junto à empresa Braskem. Destacou que a cidade e as pessoas tornam-se resilientes, desde antes, até o fim do desastre, que é o objetivo da Defesa Civil.

O **Sr. José Gilton Pereira Lima**, representante do **SESC/SENAC**, deu boa tarde aos participantes, reforçando o apoio da FECOMERCIO tanto aos moradores como especialmente aos empresários e parabenizando os envolvidos nesse processo. Afirmou que tem uma pequena empresa em frente ao quartel do Exército e que vem sofrendo desde quando começou esse assunto, considerando que acredita que mais de 50% da sua clientela era do bairro do Pinheiro e que tinha na empresa praticamente um balcão de atendimento de psicologia, pois a maioria dessas pessoas moravam lá há 40, 50 anos e iam, além de comprar, desabafar sobre os problemas pessoais. Ao final, colocou-se à disposição para contribuir no que for preciso.

Prosseguindo com os trabalhos, a **Dra. Juliana de Azevedo Santa Rosa Câmara** destacou que estão sendo colhidos no *chat* do YouTube, por equipe de servidores, às quais são reportadas dado a

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria da República em Alagoas

sua pertinência temática, porém todas as manifestações estão sendo registradas. Leu comentário do Sr Geraldo Vasconcelos *“de que é fundamental que a estrutura orgânica do comitê seja em sua maioria composta pelas associações dos bairros e moradores”*; bem como comentário do Sr. Wilton Marques de que *“todos os recursos destinados aos danos coletivos, principalmente provendo dessa tragédia, deveria desenvolver um polo de serviços básicos em um local para que assim todos tenham acesso, uma estrutura de escolas, unidade básica de saúde e criar um centro de profissionalismo, entre outros. Construir um centro cultural e educacional ou uma área grande para esses encontros e um memorial dos 4 bairros”*. Sobre o questionamento acerca da ocupação da área, expôs que, no acordo, a Braskem se comprometeu a não edificar, para fins comerciais ou habitacionais, nas áreas a elas transferidas no programa de compensação financeira, salvo estabilização e, caso venha a ocorrer, seja permitida pelo Plano Diretor de Maceió, a ser aprovado pela Câmara dos Vereadores, que é eleita pelo povo.

O **Dr. Jorge José Tavares Doria**, com relação a possibilidade de utilização das áreas desocupadas, salientou que a cláusula 57 do acordo, que trata das ações nas áreas desocupadas, estabelece que a Braskem compromete-se a desenvolver, executar e gerir diretamente, ou por meio de terceiros contratados, intervenções sociourbanísticas nas áreas desocupadas, a fim de promover o convívio harmônico e seguro da coletividade com aquela área. Afirmou que o espírito e a essência dessa questão já começa a clarear nesse artigo, onde a própria empresa se compromete a tornar o ambiente, urbanisticamente falando, compatível. Destacou que para a área ficar cientificamente estável, pelos cálculos que estão sendo feitos, demoraria 40, 50 anos para as minas serem completamente fechadas. Dessa forma, afirmou que o Plano Diretor Municipal está sendo atualizado já com estudos direcionados para utilização desses espaços. Assim, concluiu que não há possibilidade, juridicamente e faticamente, de que esses espaços sejam utilizados, porque o acordo assegura isso. Diante da fala da dona Dilma, ressaltou que existem duas ou três cláusulas que estabelecem medidas de proteção, recuperação dos imóveis, bem como as atividades culturais de uma forma geral, garantindo que isso é uma questão prioritária. Concordou com o Sr. Alexandre Sampaio, no que se refere a ideia de aproximar o comitê com os representantes dos bairros afetados, uma vez que a ideia é fazer um diagnóstico profundo em todas as áreas, sempre com a participação da comunidade. Ao final, registrou que todas as ideias serão levadas em consideração para serem aplicadas na prática

A **Dra. Niedja Gorete de Almeida Rocha Kaspary** agradeceu as contribuições trazidas, e, a respeito de questionamento sobre a extensão dos danos, há estudos da própria empresa e da CPRM, demonstrando a instabilidade do subsolo, causando efeitos na superfície (rachaduras, subsidência etc.), mas o que vai ocorrer ainda é uma incógnita, não se sabendo como a natureza se comporta quando é antropizada dessa forma, devido às toneladas de salgema retiradas, não havendo certeza científica acerca das medidas de estabilização, se atingirão o seu desiderato. O MPF também formulou medidas de monitoramento da área, entre outras, visando o diagnóstico de eventual estabilização. Nem o MPF e nem a CPRM têm certeza do que ocorrerá. O que há são apenas suposições. Supõe-se que o MPF sabe de informações e não as traz ao público, o que não é verdade.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria da República em Alagoas

Há cenários possíveis, mas não há certeza, sendo do interesse do MPF atuar com a maior transparência possível. Todos os dados que o MPF teve acesso foram expostos nas ações ajuizadas, no total de três, seja nos próprios acordo.

A **Dra. Juliana de Azevedo Santa Rosa Câmara** registrou que a explicação da Dra. Niedja foi importante porque no *chat* do *youtube* a Sra. Gardenia Nascimento questionou: "*Como planejar os bairros se as informações sobre o afundamento não são transparentes? Qual a dimensão do afundamento? Até quando vai acontecer esse afundamento? Como planejar?*". Então a fala da Dra. Niedja já responde a essas perguntas, porque em matéria de meio ambiente, de fenômenos naturais, a gente não consegue tirar uma foto, infelizmente nós temos um filme acontecendo e precisamos acompanhar e para isso nós nos reunimos constantemente com pessoas da área técnica da Defesa Civil Municipal, da CPRM, da Defesa Civil Nacional, para tentar obter a cena atual desse filme que ainda está em curso.

A **Dra. Roberta Lima Barbosa Bomfim** enfatizou que questionamentos do chat mostram a importância de considerar a possibilidade de realizar um ato específico de publicidade e transparência a respeito das questões técnicas relacionadas ao processo de afundamento do solo semelhante a esse momento. Como o assunto é complexo, várias coisas vão se interligando e novas ideias vão surgindo. Reiterou as palavras das colegas, de que a situação é incerta, não existindo solução ou definição matemática de quando o fenômeno vai cessar e se vai cessar. No entanto, destacou que não existe o cenário ideal para planejar, mas uma certeza é de que não é possível não fazer nada enquanto o movimento não cessa, sendo importante que recursos fossem destinados para tratar a área, no estado atual, e buscar compensar a coletividade pelos danos sofridos, pelo que fica feliz e satisfeita com as contribuições ouvidas pelo *chat* e pelos colegas, porque são bem parecidas com as que passaram nas nossas mentes, mas que se entendeu necessário partilhar e ouvir para constatar se a percepção coincidia com a dos participantes. Continuamos, ainda que recebendo críticas, a trabalhar na resolução dessas críticas, mas tudo é muito grande e complexo, sendo preciso ir organizando e traçando estratégias de como tratar o assunto.

A **Dra. Julia Wanderley Vale Cadete**, respondendo a pergunta da Sra. Carolinni Costa Almeida - que questionou se a audiência pública é restrita aos danos coletivos, ou se as indenizações individuais serão discutidas -, afirmou que as indenizações individuais não serão discutidas nesta oportunidade. Complementando, asseverou que as outras instituições signatárias do acordo não estão presentes, razão pela qual o objeto não será ampliado para tratar sobre as questões relacionadas à ação dos moradores.

A **Dra. Niedja Gorete de Almeida Rocha Kaspary** destacou que, acerca dos questionamentos da ação de indenização, vão ser anotados e feitos os encaminhamentos pertinentes. No que concerne à presente ação, como ela é fruto de muitos questionamentos, nós pretendemos, tão logo seja resolvida a questão da pandemia, ser feita outra audiência pública, porém presencial, porque é muito importante esse corpo a corpo com os atingidos e com a população afetada. Se até o final do ano surtir efeito com a vacina, será feita outra audiência pública presencial, sobretudo para dirimir



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria da República em Alagoas

dúvidas da população, nos moldes da realizada em janeiro de 2020, visando dirimir todas as dúvidas da população.

A **Dra. Juliana de Azevedo Santa Rosa Câmara** informou que a preocupação cultural dos bairros sempre esteve presente, o que é evidenciado pela convocação de dois analistas periciais em antropologia, integrantes do MPU, a participarem da audiência pública com o objetivo de colher essas contribuições.

A **Sra. Neirevane Nunes Ferreira de Souza**, representante do **Movimento SOS Bebedouro**, dando boa tarde a todos, reforçou a importância da representatividade das associações de bairro no comitê gestor, devendo ter maior peso, com poder de voto e decisão, uma vez que sabem e conhecem a realidade e vão conseguir direcionar da melhor forma esses recursos. Sugeriu a criação de linha de crédito para empresas e empreendedores informais. E que, apesar de os danos patrimoniais não serem tratados hoje, que se firme compromisso de realizar audiência para tratar de indenizações, uma vez que há pessoas há dois anos com aluguel social e que haja revisão na forma de avaliação dos imóveis, uma vez que não há critérios. Destacou preocupação com comunidades em isolamento, como a Vila Saem e Flexais de Cima e de Baixo, devendo ser incluídas no mapa para realocação. Indagou o porquê de o Estado de Alagoas não foi chamado à responsabilidade dos danos socioambientais, uma vez que o IMA foi responsável pela fiscalização e licenciamento, de forma que a destruição posta foi resultado da convivência e omissão do poder público. Por fim, destacou a situação dos animais errantes em situação de abandono, sendo que a Braskem se nega a criar abrigo para passagem, atendimento e encaminhamento para adoção, muito embora castrar, vacinar e vermifugar seja importante, mas serem devolvidos às ruas ocasiona problema a ele e à saúde pública também.

A **Sra. Ana Paula Silva**, moradora do **Bebedouro**, deu boa tarde a todos, salientando a importância de tratar sobre a questão do cemitério, porque tem várias famílias que estão preocupadas para onde irão os restos mortais de seus entes. Afirmou que pagam as taxas anuais para que os entes permaneçam ali e que no local tem jazidas de 1917, tão antigas como o próprio bairro, mas ninguém fala sobre isso. Propôs indenização para aqueles que têm terrenos lá, asseverando que eles têm o direito de serem removidos para outro terreno, outros cemitérios. Afirmou que outro ponto a ser discutido é sobre a praça, a igreja, o asilo das órfãs, os prédios mais antigos do bairro do bebedouro, solicitando que olhem para eles com muito carinho, porque a praça é cultural. Informou que morou lá por 25 anos, bem próximo à praça. Demonstrou preocupação com os pequenos vendedores, que não pagam INSS, defendendo que a Braskem se recusa a pagar qualquer indenização para eles, por não terem CNPJ, razão pela qual sugeriu que seja destinado um valor para eles. Ao final, agradeceu a oportunidade.

A **Sra. Telma Ribeiro**, representante do **SENAC/AL**, deu boa tarde a todos e destacou que a instituição pode ajudar na educação profissional, com projetos de qualificação, pequenos empreendedores, buscando soluções compartilhadas para a geração de renda, inclusive com o SESC, no campo da saúde e cultura. O SENAC encontra-se à disposição para a discussão de projetos e contribuições para a comunidade. Destacou, por fim, que conseguiram resgatar muitos

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria da República em Alagoas

animais abandonados e que o projeto da UFAL não atendeu a questão da saúde animal, podendo ajudar em campanhas ou projetos na saúde animal.

O **Dr. Nivaldo Barbosa da Silva Junior, Presidente da OAB/AL**, deu boa tarde aos presentes, parabenizando a iniciativa e registrando que estavam aguardando muito por essa iniciativa. Ressaltou que a comunicação é necessária e que democratizar o debate é um gesto importantíssimo. Em seguida, questionou: (a) como se chegou aos valores, quem participou da construção dos valores previstos no acordo e se o Município participou dessa discussão; (b) o comitê tem poder de decisão e (c) como está a situação dos animais. Afirmou que a OAB se coloca à disposição para participar do comitê. Pontuou que estão junto com a UFAL para criar um setor de estatísticas que possa contribuir com os números e com o planejamento. Sugeriu que a sustentabilidade fosse incluída no acordo. Por último, indagou se o comitê também irá deliberar sobre as ações nas áreas desocupadas, compensação social e mobilidade urbana, ou apenas sobre a questão do dano moral coletivo.

Em continuidade aos trabalhos, **Dra. Juliana de Azevedo Santa Rosa Câmara**, sobre as indagações do *chat* no Youtube, reproduziu a pergunta do sr. Rubem Fidelis, de que *“Não existe mais bairro e seus moradores, qual a razão de ser das associações? Por que elas devem fazer parte desse comitê gestor?”*, bem como do Sr Geraldo Vasconcelos, de que é *“de importância singular que se crie um centro de serviços médicos psiquiátricos e de apoio psicológico aos moradores afetados”*. Pontuou que há diversas manifestações de preocupação com a situação dos empreendedores e da necessidade de se pensar em soluções, destacando a do Sr. Alexandre Sampaio de *“que é importante destinar parte dos recursos do comitê gestor para a criação de uma linha de crédito desburocratizada e a juro zero e ágil para empreendedores informais e empresas dos bairros afetados”* e de que *“assim, como se contratam empresas internacionais para se entender a extensão dos problemas geológicos, é necessário ter um censo, uma pesquisa profunda para entender a real dimensão dos danos socioeconômicos”*. Afirmou que houve uma indagação do Sr. Ayres Marques de Oliveira, sobre se é possível destinar parte dos recursos para auxílio dos empreendedores que sofrem com os danos econômicos. Sobre a indagação da Sra Neirivane sobre a responsabilidade do Estado de Alagoas, salientou que há nessa audiência pública uma representante do IMA, que poderá falar a respeito, mas o IMA é demandado na ACP proposta pelo MPF no ano de 2019, junto à Braskem, Estado de Alagoas, IMA, Odebrecht, Petrobrás e ANM e, com relação a esses entes públicos, a ação continua em tramitação.

O **Dr. Jorge José Tavares Doria**, afirmou que percebeu a preocupação comum sobre a composição majoritária de pessoas ou associações dos bairros diretamente afetados no comitê e que, com relação a isso, irão fazer um apanhado de tudo o que foi debatido para adotar todas as medidas. Com relação aos cemitérios, salientou que já existem tratativas específicas e avançadas entre o Município e a Braskem, independentemente do acordo que foi feito, para definir toda essa dinâmica de soluções para esse problema, logicamente acompanhada pelo Ministério Público. Asseverou que o acordo contempla uma dimensão de compensações sociais que não é a mesma coisa do dano moral coletivo, que os recursos de compensação de 198 milhões foram definidos, que serão

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria da República em Alagoas

destinados para compensações sociais e estariam embutidas aí as questões como a do próprio hospital, questões culturais, etc. Salientou que a questão dos prédios históricos é prioritária. Sobre o questionamento do Dr. Nivaldo acerca da definição dos valores, afirmou ser um desafio gigantesco para qualquer técnico da área e num primeiro momento foram feitas várias reuniões com o próprio Município, que é parte diretamente afetada, mas que não foram apresentadas propostas de valores pelo poder público, apesar de ter sido solicitado, diante da complexidade e da dimensão do problema. A partir dessa dificuldade, enfatizou que se valeram de dados fornecidos por uma empresa terceirizada, contratada com essa finalidade pela Braskem, que apresentou uma estimativa aproximada de possíveis valores, que norteou as instituições, pela urgência e pela necessidade de avançar na busca de soluções adequadas e efetivas. Ressaltou que foi indicado 2 bilhões e 600 milhões, que contemplam os três eixos, das áreas desocupadas, da mobilidade e das compensações, mas preocupados com a defasagem desses valores, foi inserido no acordo a possibilidade de rediscussão de incremento de recursos, caso haja necessidade. Defendeu que os valores não foram aleatórios, foram definidos a partir de estudos técnicos. Com relação ao comitê, esclareceu que ele teria uma função, em princípio, voltada para aplicação dos valores decorrentes do dano moral social e coletivo. Ao final, lembrou que no acordo existem outras oportunidades de participação da comunidade, inclusive na definição da aplicação dos recursos destinados às ações de compensações sociais, que consistem em 198 milhões.

A **Dra. Roberta Lima Barbosa Bomfim**, informou que foi recentemente, com a Dra. Julia Cadete, ao Bebedouro, onde se percebe a riqueza cultural e histórica da região, e percebeu que as pessoas da região têm um especial sentimento de pertencimento ao local e as pessoas têm uma rede de apoio, estando o MPF atento a esse ponto. Destacou a situação do cemitério, do mercado público do Bebedouro, da Praça e da Igreja do Bebedouro e do Colégio Bom Conselho, que tudo isso tem um significado muito grande. Em que pese a audiência pública tenha ocorrido neste momento, o MPF ouve a população por outros instrumentos, como representações diárias, reuniões frequentes com moradores, como ocorreram recentemente com o Bebedouro e Bom Parto . Entende que a participação das associações é importantíssima, devido à sua representatividade, ainda que em processo migratório dos seus moradores, justamente devido a essa relação de pertencimento, o que por si só demonstra a importância das associações. São essas reflexões que permitem identificar como esse comitê será formado e gerido, se por associação ou se por um cidadão isolado que se candidate, mas não se podendo desprezar a importância das associações. De igual modo, os movimentos da sociedade civil são importantes. Há lideranças e é preciso saber como todas elas poderão participar de forma harmônica e colaborativa. O comitê foi pensado para decidir a destinação dos recursos a título de dano moral coletivo. O MPF decidiu que não deveria dizer como seria gasto o dinheiro, mas que iria ouvir a comunidade e garantir que ela pudesse indicar quais projetos seriam e como seriam desenvolvidos. Relata satisfação em perceber que não estão desconectados das ideias e necessidades da comunidade, havendo coincidência das preocupações trazidas pelos moradores e daquelas do próprio MPF. Destacou também que em que pese precise-se trabalhar muito fortemente na questão da indenização dos moradores, precisa-se devolver esses recursos de forma concreta à sociedade maceioense.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria da República em Alagoas

A **Dra. Julia Wanderley Vale Cadete** complementou que existem duas limitações previstas no acordo referentes à atuação do comitê gestor, que é a observância ao seu protocolo, que será elaborado pelo próprio comitê, definindo as boas práticas a serem seguidas para que os recursos tenham sua destinação atingida e o fato de que o destino desses recursos deve estar relacionados ao fim da ação.

A **Dra. Niedja Gorete de Almeida Rocha Kaspary** teceu considerações quanto ao abandono dos animais, porém destacou que há procedimento específico no âmbito do MPE. Isso, todavia, não impede que a empresa seja demandada, caso não assuma sua responsabilidade, devendo o MPF interagir com o colega do MP/AL. A questão do VLT, por exemplo, não está abrangida no acordo e nem na ação ambiental, por se tratar de grande equipamento e, provavelmente, a União deverá demandar a Braskem acerca do VLT, mas nada impede que o MPF acione a Braskem com relação à violação ao direito de mobilidade, uma vez se tratar de serviço de transporte com passagem subsidiada. A ação não esgota tudo, até porque a questão do VLT e questão animal não haviam chegado ao conhecimento do MPF na época do ajuizamento. Quanto à responsabilização do IMA, ANM e Estado de Alagoas, eles são réus em duas ações civis públicas, considerando a omissão de conduta, que contribuiu para o resultado danoso.

A **Sra. Joyce Bernardina de Assunção**, representante da **Liderança Bebedouro, Flexal de Cima e de Baixo**, enfatizou a insuficiência da solução quanto aos animais, destacando a necessidade do abrigo, para cuidado e alimentação. Outro problema é o cemitério do Bebedouro, uma vez que a população quer saber o destino dos jazigos e restos mortais. Outro ponto importante é o caso dos pescadores e marisqueiras, devendo haver diretriz para auxiliá-los na sua sobrevivência. Quanto à composição do comitê, a sociedade deve acompanhar. Quanto à saída das pessoas do Flexal, há pessoas e comerciantes que ficarão isolados, os quais necessitam também sair de lá. O patrimônio histórico também deverá ser tratado de forma a não ser esquecido, dado que a história não se apaga. Quanto aos pequenos ambulantes da “ponte”, é necessário um auxílio ou linha de crédito a juro zero.

A **Sra. Sandra Catão, moradora**, deu boa tarde aos presentes, ressaltando que é moradora do Bebedouro há 30 anos, mas que irá falar exclusivamente sobre a situação dos animais. Afirmou que ficou muito feliz com a palavra da Dra. Niedja, que já abraça essa causa, enfatizando que existe essa parte que está sendo feita com o MPE com relação aos animais e que inclusive participou da audiência que foi feita no dia 23. No entanto, salientou que o que é muito importante é que não se tem a opção de se resgatar esses animais de rua e que hoje faz um trabalho onde alimenta 100 gatos todos os dias há cerca de cinco meses. Informou que iniciou alimentando cerca de 40 gatos atrás do abrigo Luisa de Marillac, mas que hoje o número chegou a 100, em razão da desocupação. Defendeu que essa situação dos animais é crime, previsto no art. 32 da Lei de Crimes Ambientais. Afirmou que esses animais não tem como sobreviver no meio ambiente porque está desabitado, de modo que não existe lixo, água de esgoto, então eles dependem integralmente da ração e da água que as pessoas levam todos os dias, sendo uma medida paliativa. Enfatizou que os animais precisam ser amparados e que precisa ser construído um abrigo para ampará-los. Dessa forma, solicitou que

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria da República em Alagoas

fosse destinada parte dessa verba para criação desse abrigo, para serem feitas campanhas de doação e esses animais ganharem novos lares. Salientou que o convênio feito com a UFAL é interessante, porque os animais são castrados, vacinados e vermifugados, mas essa medida é proveitosa para lugares onde os animais tenham como sobreviver nas ruas, o que não funciona nesse caso específico dos bairros atingidos.

A **Dra. Ana Cecília Omena Nogueira de Lima, representante do IMA/AL**, agradeceu o convite e informou que o IMA está à disposição para contribuir com o comitê gestor e está aberto para ouvir sugestões de projetos para poder contribuir.

O **Sr. Diógenes Paes, morador**, iniciou relatando que encerrou um ciclo, uma vez que foi estudante, morador e, depois, professor do CEPA, hoje exercendo as atividades de corretor e avaliador judicial de imóveis. Quanto aos bens materiais, aduziu que a área rural de Maceió corresponde a 25% da área do Município, segundo o plano diretor de 2010, mas o êxodo do bairro ocasionou uma inflação dos imóveis, sendo que os critérios usados são o valor de mercado de 2018, pelo padrão arquitetônico de construção e valor do metro quadrado pelo Sinduscom. Maceió tem, segundo levantamento de setembro de 2019, 662 imóveis inservíveis/desocupados, sendo a sua maioria no Centro, Prado, Poço, parte alta do Farol e Jatiúca, devendo esses imóveis do Estado e Prefeitura serem destinados, com recursos da Braskem, para a construção de prédios edilícios, com mezanino, garagem, para realocar essas pessoas. Há também vazios urbanos servindo à especulação imobiliária, cabendo às autoridades intervir, a exemplo do Benedito Bentes, região do HUPAA, Coca Cola, Santa Lúcia, Cidade Universitária, terrenos próximos à Ecovia e Menino Marcelo. Antes se comprava no Tabuleiro casa por 60 mil reais, valor este hoje em dia impraticável; uma casa de dois quartos com padrão irregular, se antes custava 160/180 mil, hoje não se encontra por menos de 200 mil reais. Destacou a responsabilidade da União (Ministério das Minas e Energia) e do IMA nas autorizações ambientais. São necessárias ações para baratear os preços dos imóveis, podendo a Braskem construir novos conjuntos, podendo serem nomeados como “Novo Mutange”, “Novo Bom Parto”, visando manter laços culturais, com nova infraestrutura urbana, escola, igrejas, creche, centro comercial, centro esportivo, linha de ônibus, dando-se preferência aos vizinhos. A resolução do problema só direcionada ao pagamento inflacionou os imóveis, inclusive mediante a inércia do CRECI, que não olha a questão social, psíquica e moral. A Prefeitura também é responsável por dispor desses imóveis inservíveis, além de atuar sobre os grandes vazios. Por fim, caberia a indenização, caso essas pessoas não queiram morar nesses locais. A destinação de imóveis verticais no Centro de Maceió também seria importante.

O **Sr. Júlio Afonso Freitas**, esclareceu que não é morador do Flexal, mas sim advogado de alguns moradores, e, em seguida, agradeceu o espaço. Com relação aos 150 milhões a serem aportados, afirmou ser uma grande necessidade a criação de fundos para os pequenos e médios empreendedores, porque principalmente nos Flexais, muitos deles são empreendedores individuais, cabeleireiros, donos de mercearias, de bares, pescadores, principalmente os pescadores, e essas pessoas são as que mais sofrem, porque sem o seu trabalho ficam sem o seu sustento, razão pela qual é de suma importância que elas sejam assistidas. Ressaltou que é importante que o MPF



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria da República em Alagoas

fiscalize o emprego dessas verbas e que a dignidade dos moradores seja garantida de volta. Afirmou que os dois flexais estão sendo esquecidos e que muitos comerciantes que tinham clientela certa já saíram do bairro e muitas vezes sem condições de irem para outro lugar, porque nem sempre a indenização da Braskem vem a contento ou no momento certo. Salientou que não possuem conhecimento dos parâmetros que a Braskem utiliza para ofertar a indenização aos moradores. Afirmou que no início a Braskem estava pagando um pouco acima do valor de mercado, mas que hoje está pagando abaixo e os imóveis estão em preços alarmantes, seja para compra ou aluguel, uma das razões pelas quais os comerciantes que foram realocados estão encontrando muitas dificuldades, em especial pela especulação imobiliária. Asseverou que a violência aumentou sensivelmente na região do Flexal e que todo mundo quer sair dali o mais rápido possível, sendo necessário que a Braskem agilize o processo de realocação e compensação para que as pessoas tenham sua dignidade de volta, com a moradia no mínimo no mesmo nível da anterior, nunca inferior. Concluiu que o dinheiro precisa ser amplamente fiscalizado e que contam com a ajuda do Ministério Público Federal.

**A Dra. Elisa de Moraes, Advogada, Membro da Comissão do Bem Estar Animal da OAB/AL,** destacou a realização de estudo, em julho de 2020, onde há a possibilidade de haver cerca 5 mil animais, entre cães e gatos, nos 4 bairros, havendo um risco de saúde da sociedade em relação a esse quantitativo, mesmo com a parceria da Braskem com a UFAL, pois a única preocupação é apenas a castração, que não resolve o problema, sendo urgente a criação de um abrigo para resolver o problema. A Braskem, por outro lado, afirma que seria um momento prematuro. Quando se fala em bem-estar animal, viver na rua como hoje os animais vivem nos três bairros (uma vez que no Mutange não há mais animais, pois todos morreram de inanição), é importante ao Comitê Gestor buscar soluções aos animais, não só quanto ao problema de saúde pública, como também para preservar áreas de preservação ambiental. Há, especialmente pensando no Parque Municipal de Maceió, uma tendência de migração, especialmente de felinos, para áreas de proteção, podendo extinguir espécies de lagarto ou aves, como já há comprovação desse fenômeno. Há espécies nativas que podem ser extintas, que não se encontram em outro lugar. Desconhece planejamento do IMA quanto às áreas de preservação. A criação de abrigo é importante na realocação, evitando a migração dos animais e o desequilíbrio ambiental. Tanto é importante abrigar animais domésticos, como preservar os animais silvestres. A preservação do bem-estar animal deve ser garantida, sendo a Braskem não só responsável pelos animais domésticos, mas também pelas espécies nativas.

**O Sr. Ricardo José dos Santos, Secretário Parlamentar do Vereador Dr. Valmir,** saudou aos presentes, afirmando estar aliviado que a Braskem não tenha autorização imediata para edificar novas instalações na região dos bairros que foram desalojados, mas se preocupa porque fica uma brecha no Plano Diretor. Asseverou que, pelo menos no que trata ao Vereador Dr. Valmir, farão todo o esforço possível para que a Braskem jamais venha a realizar qualquer edificação da região que não seja para beneficiar os antigos moradores. Concordou com a fala da dona Dilma, no sentido de que se a região voltar a ser habitada, tem que ser habitada pelos antigos moradores da região e que acredita que a estabilização do solo vai acontecer em médio prazo. Outra situação colocada é

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria da República em Alagoas

que não se sabe o destino dos moradores, das crianças que frequentavam as escolas e as creches da região, ou dos usuários do SUS, o que é muito grave, porque envolve mais de 20 mil pessoas, para as quais não foi ofertada educação, saúde ou moradia. Destacou que esse crime ambiental proporcionou uma espiral de especulação imobiliária na cidade e que não houve preocupação em dar dignidade para a população. Informou que, até onde sabe, boa parte dos moradores iria ser alocada no Benedito Bentes, em bairros em que não foram construídos, escolas, postos de saúde, ou garantidas novas linhas de ônibus, além do fato de que essas pessoas não trabalham na região, então é uma situação bastante precária. Afirmou que será realizada uma audiência pública na Câmara tão logo a pandemia arrefecer. Afirmou ser muito grave e perigosa a avaliação ter sido feita por uma entidade contratada pela Braskem e questionou o que aconteceu com os equipamentos públicos pertencentes ao Município; se foram indenizados; se houve avaliação e qual a destinação desses recursos, indagando também se fora construído fundo público para edificação de novas escolas, praças e creches.

A **Sra. Leila Cristina Tavares de Queiroz**, representante da **Liderança da União dos Moradores Independentes dos Flexais**, informou que reside no Flexal de Baixo, sugerindo que fossem criados locais para assistência psicológica. Que vislumbra situações de pessoas que não sabem para onde iriam, mas que recusam o atendimento do setor de psicologia da Braskem. Deve-se, de alguma forma, que esses recursos possam ser geridos por quem mora nos bairros. Destacou a situação dos ambulantes e vendedores da “ponte”, que perdeu a clientela devido à pulverização das pessoas em Maceió, chamando atenção para a importância de que seja dada assistência para essas pessoas, tanto junto ao SEBRAE, com capacitação sobre outra forma de sobrevivência e também com a criação de linhas de crédito para esses informais. Falou ainda sobre a composição do Comitê e sobre a importância de realização de cadastro dos informais.

A **Sra. Mirian da Silveira Monte**, representante da **Fundação Municipal de Ação Cultural**, expôs a seriedade da situação cultural, pois tem sido procurada por diversos grupos culturais e folclóricos, sendo os bairros afetados berços da cultura popular, inclusive o guerreiro, que mais representa a nossa cultura, e que nasceu em Bebedouro, sendo ícones do folclore, como mestre Ailda, mestre Benon, que são de Bebedouro, que transitaram e desceram a Ladeira do Calmon, havendo grupos que estão se desfazendo, e são pessoas muitas vezes com poucas condições financeiras. Essa semana reuniu-se com os secretários do GGI e da coordenação dos grupos de aprofundamento dos bairros, para tratar sobre essas questões, propondo que a sociedade como um todo seja reparada com o fornecimento de equipamentos culturais, a possibilidade de esses grupos voltarem a se reunir, devido à sua pulverização, perdendo-se as raízes do folclore e da arte popular, sem contar com o patrimônio material (imóveis, móveis que guarnecem). Podem ser celebrados convênios para a construção de centro cultural para ser usado como resgate da cultura local, com ensaios, apresentação de folguedos, grupos populares, artistas, mestres, com espaço para apresentação, oficinas, exposições e demais manifestações artístico-culturais. A criação de um museu dos bairros afetados, de forma a registrar esse momento histórico, as vidas que por ali passaram, sendo necessário que haja essa preocupação com a nossa história, com as futuras

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria da República em Alagoas

gerações e com a reflexão das consequências socioambientais e sobre a sustentabilidade ambiental. É preciso um levantamento dos grupos culturais e dos artistas afetados. Informa que fará reunião com membros de associações para começar esse levantamento e atuar de forma presente sobre os danos sociais e morais coletivos, pela ofensa aos direitos transindividuais, dentre eles a identidade cultural e os valores históricos, sendo necessárias políticas públicas, inclusive, de forma a criar um senso de pertencimento das pessoas aos novos bairros. A manutenção dos imóveis que constituem esse patrimônio histórico é outra preocupação, e a destinação dos móveis que guarnecem esses equipamentos, podendo ser utilizados em museus e equipamentos culturais. Por fim, é urgente apoio efetivo e emergencial para que esses grupos permaneçam ensaiando e em atividade no momento atual. Pretende levar essas questões à Braskem, colocando-se à disposição para atuar de forma constante e em parceria com o MPF e MPE/AL.

O Sr. **Sandro Gama de Araújo**, representante do **IPHAN**, afirmou que o IPHAN não tem bens protegidos na região de atuação, então de imediato colocou o IPHAN à disposição do MPF, enquanto ente consultivo, para avaliação de projetos ou para contribuição na elaboração de algum projeto que possa utilizar do recurso disponível nessa ação. Em seguida, teceu considerações sobre o direito à memória, que é um direito constitucional e que tem sido muito ofendido por esse problema gerado pela Braskem nos bairros. Dessa forma, uma das sugestões a ser dada seria tentar trabalhar um centro de referência e memória, que trabalhe especificamente a memória dessa sociedade, onde fique registrada a memória e a vivência de cada um dentro desse espaço urbano perdido em Maceió, ligado a questões de pesquisas de aprofundamento antropológico, para que de alguma forma esse lugar possa promover e produzir muito material acerca desse *case*. Pontuou que estamos vivendo um momento de apagamento de uma memória coletiva e que não podemos deixar isso acontecer. Registrou também a sugestão de exigir que a Braskem produza um plano de registro físico de edifícios e de conjuntos históricos urbanos, consistente em um levantamento exaustivo do que existe daquele patrimônio cultural que é tombado pelo Município ou que seja protegido pela SECULT, registro físico e que pode ser feito inclusive por escaneamento a *laser*, que é de ótima definição, porque se estamos vivendo um momento de emergência, com risco do solo afundar, precisamos antes disso acontecer, registrar esse patrimônio cultural. Afirmou que a demolição preocupa porque um dos elementos do tombamento municipal é a questão da distribuição territorial de lotes, que é um elemento histórico da paisagem, que de certa forma também está protegido na lei municipal. Salientou que também seria importante exigir um plano para reforços estruturais preventivos a esses edifícios históricos que estão em área de proteção, porque pode ser que aconteça um sismo de grande dimensão ou que continuem acontecendo pequenos sismos e é preciso saber o que a Braskem está fazendo para garantir a estrutura dessas edificações. Ressaltou que outra coisa muito importante é a questão do mapeamento dos patrimônios culturais, porque envolve a vivência e a relação social dentro desse espaço que está sendo perdido. Afirmou que pela Política Nacional do Patrimônio Imaterial estabelecida pelo IPHAN os detentores do saber é que têm que dizer para o poder público o que eles querem que aconteça com eles, então assegurou ser muito importante fazer uma reunião com os grupos culturais, se irão pensar em destinação de recursos com impacto na cultura. Assim, reafirmou a importância de fazer o mapeamento desses grupos culturais e de suas



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria da República em Alagoas

dinâmicas, com a presença de antropólogos, para que nos digam como eles irão continuar existindo após a remoção deles. Afirmou que essa ideia do espaço de memória coletiva foi uma discussão realizada a um ano atrás, onde foi convidado para dar uma palestra pelo Instituto de Arquitetos do Brasil para discutir esse direito à memória. Ao final, colocou o IPHAN à disposição para discutir essas questões como consultor, por não poder participar como membro do comitê.

O **Dr Marcos Ehrhardt Jr**, representante da **UFAL**, agradeceu a todos, informando representar o reitor e uma comissão de professores designados pela reitoria, informou estar a UFAL à disposição do MPF. Arguiu se o comitê será consultivo ou deliberativo, o que decorre devido a itens do termo de acordo, no ponto da eventual contratação de auditoria, em que se define que a última palavra sobre o assunto será do MPF, o que esvaziaria decisão do Comitê caso tomasse esse caminho. Pontuou que não há definição da quantidade de representantes do Comitê, sugerindo-se, pela experiência no Governo Federal, como o Conselho Gestor do CFDD, que se pensasse numa composição enxuta, para não inviabilizar as deliberações, sem prejuízo da utilização das audiências previstas no próprio acordo, para consultar amplamente a comunidade geral e eventualmente alguns técnicos que fossem necessários para ajudar o comitê a deliberar. Dúvida persiste se o comitê assessora ou delibera sobre os assuntos, com a participação do MP como membro nato do Comitê ou se irá apenas fiscalizar as atividades do Comitê Gestor, sendo oportuno discutir qual seria o papel do MP e qual a interação dele junto ao Comitê. Ponto que não foi discutido até agora é sobre eventual participação da própria mineradora entre os integrantes do Comitê, sendo sugerido que o comitê estabelecesse critérios de participação que levassem em consideração a aptidão técnica, uma vez que está-se diante decisões sobre a aplicação de recursos que vão depender da deliberação sobre projetos muitas vezes complexos, que envolvem várias áreas diferentes, e que, dentro do possível, que o comitê fosse paritário em termos de representação da sociedade civil organizada e dos órgãos públicos. E que a preocupação em relação à sociedade civil, como seria feita a escolha, provavelmente por processo previsto em edital, estabelecendo-se critérios de representatividade, mas a dificuldade de se estabelecer essa representatividade é pela desarticulação de algumas associações e a dificuldade de formalização de algumas lideranças, que, apesar de exercerem lideranças de fato em algumas regiões atingidas, não têm formalizada a existência de associação, o que impediria a participação efetiva do Comitê como membro nato. Sugere-se que os membros tenham mandato e que seja pensada a possibilidade de um suplente, ao menos, de forma a ter solução de continuidade. O próprio acordo estabelece um desembolso de valores em cinco anos, sendo preciso estabelecer um período para o comitê, até para permitir a oxigenação do comitê e participação democrática dos diversos setores, podendo-se revezar periodicamente. Seria importante estabelecer regras de impedimento e suspeição de participação, sobretudo quando a hora de eleições municipais e estaduais, para que o comitê trate da aplicação de recursos sem nenhuma possibilidade de interesse ou pressão política em relação às decisões que serão tomadas, sendo desejável que se aproveitasse a estrutura que o MP dispõe, de ouvidoria e de canais de acesso à população, para que o Comitê tivesse um mecanismo para recebimento de sugestões e denúncias, durante todo o seu período de funcionamento. Há curiosidade em relação à atual situação dos recursos depositados na JF, porque, estando numa conta judicial, a correção monetária em relação à inflação acaba sendo

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria da República em Alagoas

prejudicial ao interesse da coletividade, devendo ser aplicado ou estar em fundos específicos, uma vez que se trata de situação de médio e longo prazo. A sugestão é de garantir a efetividade desse dinheiro quanto à correção monetária frente à inflação. Também sugere-se a consulta da experiência de outros órgãos gestores que servissem de paradigma para o regulamento e estruturação desse comitê, quanto à composição e forma de funcionamento, embora haja demanda para se aplicar esse recurso o mais rápido possível. Agradeceu a participação conferida à Universidade.

A **Dra. Juliana de Azevedo Santa Rosa Câmara** pontuou que puderam sentir quais são as demandas da sociedade, para poder começar a formatar o comitê. Ademais, sobre alguns questionamentos do Dr. Marcos Ehrhardt Jr, afirmou que o Ministério Público não vai ser membro do Comitê, tendo direito à voz, mas não a voto e que a Braskem não terá nenhum assento, o seu papel nesse ponto será de indenizar, enquanto o Comitê, a partir da sociedade civil organizada e os órgãos públicos irão deliberar.

A **Dra. Julia Wanderley Vale Cadete**, sobre o questionamento acerca da cláusula que trata da auditoria e que estabelece que *“em caso de necessidade da contratação de empresa de autoria, a sua escolha dependerá de aprovação dos representantes do Ministério Público Federal e do Ministério Público Estadual”*, esclareceu que quem tem o poder deliberativo e decisório é o comitê gestor e que essa é a única cláusula que foi inserida esse tipo de previsão, para que caso uma empresa seja contratada, seja uma empresa com *expertise*. Então enfatizou que a manifestação do Ministério Público nesse caso é apenas para verificar se a empresa eleita é uma empresa de *expertise*.

O **Dr. Jorge José Tavares Doria** enfatizou que de tudo o que foi dito constata-se o sucesso dessa audiência pública, afirmando que irão se valer de todos os dados e sugestões angariadas para implementação dessas ações e utilização desses recursos o mais rápido possível e dentro da segurança necessária. Em sede de considerações finais, afirmou que todos sofrem com essa tragédia, inclusive o Ministério Público, que há dois anos trabalha diuturnamente com essas questões, com a preocupação de buscar o melhor caminho, a melhor forma de minimizar os efeitos de toda essa tragédia, mas que jamais conseguiriam fazê-la desaparecer. Sobre esse acordo final com relação à ordem urbanística, que envolve tantas questões complexas, ressaltou que a intenção foi exatamente buscar a antecipação do tempo, de buscar de uma forma mais concreta as soluções efetivas e possíveis desses problemas. Salientou que os danos são irremediáveis do ponto de vista do ideal e que buscou-se compensar a situação da melhor forma. Acerca da sugestão do Sr. Diógenes, sobre a criação de um bairro, de um local com infraestrutura, informou que é objeto de discussão e que está sendo concebido um projeto nessa linha na área norte, a ser financiado pela empresa. Ao final, agradeceu essa cooperação, que é o caminho para a solução.

A **Dra. Niedja Gorete de Almeida Rocha Kaspary** acrescentou que, quanto à fala da Sra Elisa, devido à fragmentação da população em diversos bairros, onde provavelmente alguns irão para Municípios limítrofes, há preocupação com a assistência psicológica da população é uma sugestão anotada. Destacou que todas as questões relacionadas ao outro acordo de indenização estão sendo anotadas, em que serão dados os respectivos encaminhamentos, que foram os maiores

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria da República em Alagoas

questionamentos no *chat*. É pretendida a realização de audiência pública sobre a ação indenizatória, esclarecendo-se, no entanto, que a execução do acordo é tratada a cada 15 dias, cuja maior preocupação é o cumprimento do cronograma, informando que a empresa dobrou as equipes de facilitação. Quanto às avaliações dos imóveis, o MPF tem a posição de que os advogados e defensores lutem em favor dos seus clientes, buscando o justo valor, uma vez que o objetivo do acordo foi reduzir o trâmite da indenização, iniciando-se desde logo a execução. O atingido não pode ficar suscetível ao valor ofertado, não descendo o acordo a minúcias, podendo executar e pedir ao juízo a nomeação de perito. A questão dos animais é de preocupação do MPF e que a empresa, em seu entender, trouxe paliativos, devendo responder por todos os problemas causados, não se admitindo que os animais morram de inanição, pois estes não deram causa a isso. A ACP não encerra a responsabilidade da empresa. Sempre que aparecerem outras questões, estas serão demandadas sempre que não houver resposta extrajudicialmente. Quanto ao Comitê Gestor, a cláusula 74 do acordo estipula que, em 90 dias, haverá a definição do seu protocolo de atuação, detalhando o seu funcionamento e medidas de boa prática. O MP não intervirá e não integrará o Comitê Gestor, tendo o papel de verificar se o protocolo atende aos termos do acordo. Destacou a importância da participação de todos e da riqueza da participação do IPHAN e sublinhou o bom relacionamento com o órgão, que sempre atendeu com profissionalismo, dedicação e eficiência. Na execução do acordo, o Ministério Público vai precisar do IPHAN, da Universidade e com todos que estão presentes. Todas as contribuições serão levadas em consideração. Entende-se a população atingida, pois receber essa indenização o mais rápido significa um recomeço, muito embora longe de refazer as suas vidas. Asseverou que Maceió nunca será a mesma, havendo uma antes e outra depois, sendo os bairros e as pessoas jamais conseguirão recompor a sua vida e seu patrimônio, seu psicológico. O que se busca é minimizar o problema, ainda que bem reparado diversos prejuízos. Agradeceu a presença e a contribuição de todos, para trilharem um caminho, que, ainda que não seja o ideal, seja o melhor possível.

A **Dra. Roberta Lima Barbosa Bomfim** destacou o papel do Município em tudo que foi concebido, em tudo que foi traçado quando o acordo foi entabulado, principalmente na reparação dos danos sociourbanísticos. Em relação aos valores, esclareceu que nesse acordo ambiental não foi dada quitação em relação ao Município e que este foi chamado ao diálogo, para contribuição na chegada dos valores e no próprio instrumento, mas diante do momento em que se encontrava, do pleito eleitoral e posteriormente de transição, isso não se mostrou possível, no entanto, salientou que o diálogo e a transparência existiram e se mantém. Afirmou que o Município teve acesso aos estudos e levantamentos que subsidiaram a definição de valores dessa questão sociourbanística e está analisando, fazendo rodadas de reuniões com todas as suas secretarias, para identificar se houve algo que não está ponderado e tratar da negociação do que entende devido, sendo um caminho a ser trilhado pelo Município, com posterior adesão ao acordo, para possibilitar que várias ações que estão lá previstas se tornem concretas. Citou como exemplo a mobilidade urbana, cujas ações são um anseio muito grande da comunidade, e que foram destinados recursos para ações de curto, médio e longo prazo, envolvendo não somente a região afetada, mas que, com base em estudos técnicos, seja eleita uma solução para melhorar a circulação de Maceió e para tirar isso do papel e

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria da República em Alagoas

---

tornar realidade é importantíssima essa adesão do Município ao termo de acordo. Nesse contexto, informou que o Município e a Braskem estão em um momento de entendimento, de tratativas e esperam que muito em breve haja êxito. Enfatizou que fica muito feliz em ter Mirian na Fundação Municipal de Ação Cultural, uma vez que as ideias que foram expostas batem com tudo que o MPF estava preocupado. Afirmou que sempre pensaram na construção de um memorial, que o direito à verdade, à memória, fosse preservado e que as pessoas precisam saber o que efetivamente aconteceu, que precisamos deixar sim esse legado para os nossos pequenos e para os pequenos que virão. Salientou que são muitas ideias, pensamentos e emoções também que precisam ser drenados para direcionamento na atuação. Destacou que a situação que vivemos é surreal, porque ninguém podia imaginar que parte de cinco bairros de uma capital do Brasil pudesse passar por esse problema. Afirmou ter consciência da responsabilidade e do ônus que cabe ao MPF, pontuando que estão assumindo perante todos esse ônus por ter atuado da forma em que atuaram, tanto que hoje estão aqui. Enfatizou que sofrem críticas duras, mas que mostram a responsabilidade e o ônus que deve ser carregado pelo membro do Ministério Público, tendo responsabilidade e coragem o suficiente para prestar contas de suas atuações e renovando o compromisso de continuar nessa luta, atuando da forma que precisa atuar, ao lado de mulheres brilhantes e corajosas. O MPF possui coragem para enfrentar a Braskem, o Estado de Alagoas, a União, tanto que em todos os posicionamentos do órgão, seja judicial ou não, sempre foi nesse sentido. Pontuou que o desafio que o MPF tem é equilibrar uma representatividade, a pluralidade e também a viabilidade de execução na composição desse Comitê gestor, razão pela qual isso não foi definido durante as tratativas. Ressaltou que o Comitê precisa ser viável, que não adianta ter recurso para ser gasto e não conseguir que as deliberações aconteçam. Enfatizou que a tarde foi riquíssima; que o patrimônio histórico-cultural já foi pensado em outro capítulo, tendo a ideia de que eles não sejam demolidos e sim sejam preservados na medida das possibilidades, torcendo para que a estabilidade do terreno aconteça e que os casarões fantásticos, praças e igrejas não sejam demolidos. Quanto aos pontos da indenização, esclareceu que solicitaram que a Braskem acompanhasse a audiência pública e o *chat*, para que efetivamente eles tenham também acesso a todos os dramas, sofrimentos e questionamentos que nos chegam todos os dias. Salientou que o compromisso do MPF permanece e não se altera, tendo um longo trabalho para tornar tudo isso concreto, uma vez que o acordo ambiental é um caminho pavimentado. Afirmou que ontem visitou o Flexal com a Dra. Julia, estando consciente de toda a situação da região, das casas todas coladas muro a muro, uma do lado da outra, subindo, descendo. Ressaltou ter muita coisa a ser feita e que o MPF não se furta e não se furtará a isso. Encerrando, agradeceu imensamente a participação de todos, colocando-se à disposição.

A **Dra. Juliana Câmara** ressaltou, a respeito da exploração da Braskem no litoral norte, indagada via *chat*, as cláusulas sobre *compliance* ambiental, de forma e revisitar e revisar toda o seu programa de risco socioambiental, o que será feito por consultoria externa, sendo colhido o compromisso de, enquanto não concluído esse trabalho de *compliance*, e avalizado pelo MPF, não será dado início a qualquer exploração. Isso não significa que o assunto esteja resolvido; o MPF

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria da República em Alagoas

acompanha o caso em um procedimento próprio e mantém contato com a ANM, sendo avançado esse compromisso de que as atividades não sejam iniciadas.

Encerrados os debates, os representantes do MPF e do MPE agradeceram a presença de todos e as manifestações dos que compareceram. Agradecem também à equipe de servidores por trás, tanto os presentes, como os que estão em atividade remota, nas tarefas de monitorar o *chat*, lavrar ata, condensar contribuições, críticas. De igual modo, agradecem a contribuição de todos os cidadãos e representantes de órgãos públicos, os quais dispuseram do seu tempo para acompanhar a audiência pública, haja vista tratar-se de problema da cidade de Maceió, quicá do Estado de Alagoas, não podendo ser tratado unicamente por autoridades do Ministério Público, sendo necessário caminharmos juntos, sempre ouvindo, dialogando e respeitando-se uns aos outros.

A audiência foi encerrada às 19 horas.

Consigna-se que os inscritos Waliston Bastos (representante dos moradores da Gruta do Padre), Racheli Sampaio (Assessora Técnica do GGI dos Bairros), Valeska Cristinne (moradora) e Nel Tavares (moradora), não se manifestaram, em que pese tenha sido oportunizada a palavra.

Registrou-se, até o término da audiência pública, 731 (setecentos e trinta e uma) visualizações no canal do MPF no YouTube, acrescentando a esse número as autoridades convidadas, servidores e membros do MPF que compareceram ao ato.

A audiência pública foi gravada em áudio e vídeo.

Publique-se a presente ata no sítio eletrônico da Procuradoria da República no Estado de Alagoas, em cumprimento às regras contidas na Resolução nº 82, de 29 de fevereiro de 2012, do Conselho Nacional do Ministério Público.

Maceió, data da assinatura eletrônica.

*(assinado eletronicamente)*

**JULIA WANDERLEY VALE CADETE**  
Procuradora da República

*(assinado eletronicamente)*

**JULIANA DE AZEVEDO SANTA ROSA**  
**CÂMARA**  
Procuradora da República

*(assinado eletronicamente)*

**NIEDJA GORETE DE ALMEIDA**  
**ROCHA KASPARY**  
Procuradora da República

*(assinado eletronicamente)*

**ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM**  
Procuradora da República

*(assinado eletronicamente)*

**JORGE JOSÉ TAVARES DÓRIA**  
Promotor de Justiça



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Assinatura/Certificação do documento **PR-AL-00008059/2021 ATA nº 14-2021**

.....  
Signatário(a): **JULIA WANDERLEY VALE CADETE**

Data e Hora: **23/03/2021 10:46:12**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA KASPARY**

Data e Hora: **23/03/2021 13:03:12**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM**

Data e Hora: **22/03/2021 16:41:49**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **JULIANA DE AZEVEDO SANTA ROSA CAMARA**

Data e Hora: **05/04/2021 10:33:42**

Assinado com login e senha

.....  
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave dce097d9.be2897ba.114c1960.54806635



Ao

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA - ALAGOAS**

**Ref. PP N° 1.11.000.000893/2020-14**

Exmas. Sras. Procuradoras Federais integrantes da Força Tarefa para o “caso Braskem”

Venho por meio desta apresentar a documentação que comprova, ou ao menos demonstra a legitimidade dos Feirantes do Mercado Público de Bebedouro, e os habilita ao ingresso nos programas de realocação e compensação financeira da Braskem. Reforço que todos os feirantes aqui relacionados estão representados por este Causídico (procurações anexas).

Referidos documentos estão organizados em arquivo individual, intitulado pelo nome do feirante. Seguem ainda planilha resumo das informações prioritárias e imagens do mercado antes de sua interdição.

Importante destacar que até o presente momento nenhum dos representados recebeu qualquer proposta de indenização, e nem mesmo o auxílio previsto no TAC para realocação de empreendedores, apesar de o mercado já estar completamente fechado há mais de 30 dias, o que traz prejuízo irreparável aos feirantes, impossibilitados de obter seu sustento.

Requeremos, portanto, a notificação da empresa para que dê maior agilidade aos processos de reparação de danos dos Feirantes do Mercado Público de Bebedouro.

Maceió/AL 03 de Março de 2021

**Bruno Gabriel de Araújo**  
**OAB/AL 12.385**  
[advaraujoal@outlook.com](mailto:advaraujoal@outlook.com)  
**(82) 98801-2870**

Procedimento 1.11.000513/2021-14, Documento 3.3, Página 2			ONE	ATIVIDADE	QUANT DE BOXES/ TARIMBAS OU BANCAS	Nº DE IDENTIFICAÇÃO DOS BOXES/TARIMBAS/BANCAS JUNTO À SEMTABS	SITUAÇÃO
JAILSON ROSENDO RAMOS	056.174.474-24	(82) 99301-3721		COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS	4	FLR 24, FLR 25, FLR 26, FLR 27	REGULAR
ANADIRA FERREIRA DO NASCIMENTO	194.806.523-15	(82) 98867-9901			1		BANCA
ADRIANA DO ROSARIO SILVA OLIVEIRA	060.534.774-35			comercio de roupas	1		BANCA
PEDRO GALDINO LIMA	053.909.274-60	(82) 98854-6917		comercio de ovos	1		BANCA
HELENA ANTONIA GALDINO LIMA	786.387.804-78			comercio de frutas	3	COB 11, COB 12, COB 13	BANCA
ANTONIO FRANCISCO DOS SANTOS	351.871.184-53	(82) 98815-8935		BARBEARIA	1	LEX 001	EM NOME DE 3º
EVANEIDE VIEIRA SOUZA	388.331.664-49	(82) 99669-5247		MERCEARIA	3	CON 0012, CON 0013, CON 0014	HERANÇA
JOSE TERTO DA SILVA	011.636.678-89	(82) 99992-4851		COMERCIO DE FRUTAS E LEGUMES	4	FRU2, FRU3, FRU4, FRU5	REGULAR
WELLINGTON HILARIO DA SILVA	122.278.854-32	(82) 98805-3748		TRANSPORTE DE MERCADORIAS	1		AUTONOMO
EDITE BARBOSA DE ARAUJO	470.141.994-04	(82) 99667-8518			2	CON 001, CON 002	REGULAR
SEBASTIÃO VIEIRA DOS SANTOS	383.543.224-91	(82) 98859-3732			5	FLR 13, FLR 14, FLR 15, FLR 16, FLR 17	REGULAR
MARIA JOSE DE LIMA	482.902.464-04	(82) 98893-4586			1	MB CON 10	REGULAR
JOSE MATIAS DA SILVA	842.391.664-20				2	FLR 009, FLR 010	REGULAR
EDMILSON CORREIA DOS SANTOS	787.204.354-87	(82) 98758-2267			3	TCA MB 016, TCA MB 017, TCA MB 018	REGULAR
JOÃO BEZERRA DA SILVA	018.172.824-92	(82) 99952-6877			5	FLR 19, 20, 21, 22, 23	REGULAR
JOSE ANTONIO MARQUES	085.714.694-74	(82) 98152-4179		COMERCIO DE FRUTAS	5	COB 28, COB 29, FLR 11, 12, 18	REGULAR
AMARA TEREZINHA NASCIMENTO BARBOSA	411.295.804-82	(82) 98716-7373		COMERCIO DE CONFECCÕES	1		BANCA
JOSEFA MARIA DE MELO RAMOS	777.773.014-20				1	COB 014	REGULAR
ANTONIO JACINTO DA SILVA	573.940.244-15	(82) 99363-9515			5	COB 15, 16, 17, 18, 19	REGULAR
EDNA SANOS CHAVES	410.850.274-49	(82) 98802-8330		COMERCIO DE VERDURAS E LEGUMES	1	MB VER 009, MB VER 010	REGULAR
MARCELO SANTOS DA SILVA	076.147.574-54	(82) 99615-2046		COMERCIO DE ALIMENTOS	1		BANCA
CICERO ALVES OLIVEIRA	056.603.394-17	(82) 98702-7577		comercio de legumes e raízes	1		REGULAR
MANOEL MESSIAS JACINTO DA SILVA	640.905.404-10	(82) 98754-1589		comercio de frutas e verduras	7	COB 01, 02, 03, 04, 05, 06, 36	REGULAR
NOEMIA VIANA DE SOUZA	383.958.944-49	(82) 99827-3607		COMERCIO DE VERDURAS E TEMPERO	5	VER 31, 32, 33 FRU 001, LB 008	HERANÇA
CICERO MANOEL DA SILVA	210.294.154-04	(82) 98865-7795			1	CON 011	EM NOME DE 3º
CICERA MARIA DE LIMA	037.095.644-33	(82) 98835-0885		COMERCIO DE OVOS	1		BANCA
BENEDITO GONÇALVES DOS SANTOS	445.431.314-87	(82) 98896-3040		COMERCIO DE VERDURAS	2	FLR 004, FLR 045	REGULAR
ELIANE GONÇALVES DOS SANTOS	093.364.724-70	(82) 98896-3040		COMERCIO DE FRUTAS	5	FLR5, FL6, FLR7, FLR8, FLR9	REGULAR
ELISA MARIA DA SILVA SANTOS	786.772.624-15	(82) 98889-1398		COMERCIO DE CONFECCÕES E MIUDEZ	1	CON 009	REGULAR
SEVERINA DA SILVA FERREIRA	540.309.944-15	(82) 98706-2585			3	LB 007, VER 34, VER 35	REGULAR
AUDALIO DA SILVA	041.839.004-50	(82) 98875-6710		COMERCIO DE FRUTAS E LEGUMES	5	COB 25, 26, 27, 30, 31	REGULAR
MARIA JOSE FERREIRA DA SILVA	925.791.834-34	(82) 98848-7615		comercio de frutas e verduras	2	ver 029, ver 030	REGULAR
MARIA JOSE SANTOS DE OLIVEIRA	729.411.384-04	(82) 98769-1487		REFEIÇÕES	1		BANCA
MARIA APARECIDA SOUZA DA SILVA	064.435.484-42	(82) 98870-1719		COMERCIO DE ROUPAS E CALÇADOS	1		BANCA
MARIA CICERA DA SILVA SANTOS	332.022.904-44	(82) 98834-2013/ 98889-1398			1	MB CON 008	REGULAR
RINALDO DOS SANTOS	023.002.644-39	(82) 98854-3076		ACARAJÉ	1	C.M.C. 3470121	REGULAR
ZILDA ROSA SANTOS DA SILVA	222.695.334-53	(82) 98814-3300 / 98721-8291		COMERCIO DE ROUPAS E CALÇADOS	1		BANCA
MARIA JOSE FERREIRA DOS SANTOS	644.086.984-15	(82) 99828-4889		COMERCIO DE ROUPAS E CALÇADOS	1		BANCA
JEANE DO NSCIMENTO SILVA	020.687.654-89	(82) 98874-5525		COMERCIO DE ROUPAS E CALÇADOS	1		BANCA
MARIA MADALENA GAMA	648.296.424-91	(82) 98738-7094		COMERCIO DE UTENSILIOS DE COZINH	4	LB 003, LB 004, LB 005, LB 006	REGULAR
JOSE CICERO DOS SANTOS	925.789.424-04	(82) 98887-6900		COMERCIO DE CARNES	1		BANCA
EDILENE DOS SANTOS	080.515.314-42	(82) 98839-4306		COMERCIO DE FRUTAS	1		BANCA
JOSE ROBERTO GALDINO LIMA	046.500.564-03	(82) 99109-6784		COMERCIO DE FRUTAS	1		BANCA
BENEVAL CIRIACO DA SILVA NETO	121.156.854-74	(82) 98716-5251		COMERCIO DE VERDURAS	1		BANCA
MONICA MARIA DA SILVA	729.686.214-91	(82) 999405043		COMERCIO DE ALIMENTOS	4	LB 011, LB 012, LB 013, LEX 003	REGULAR
JAIRO DA SILVA RAMOS	088.768.344-43	(82) 99188-2089		COMERCIO DE LEGUMES	1		BANCA
TOTAL BOXES/BANCAS/TARIMBAS					104		

Autônomo = Pessoa física dependente da feira para exercer sua atividade

Regular = cadastrado pela prefeitura

Banca = Feirante utiliza banca de madeira, e não é regularizado junto à prefeitura

em nome de 3º = permissionário cedeu a outrem seu espaço

Herança = permissionário falecido, herdeiro deu continuidade ao negócio



































































REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
<p>ESTADO DE ALAGOAS</p> <p>SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA</p> <p>PERÍCIA OFICIAL - POAL</p> <p>INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DE MARIO PEDRO DOS SANTOS</p>		<p>REGISTRO GERAL</p> <p>200300165300</p> <p>DATA DE EMISSÃO</p> <p>28/12/2018</p>	
<p>ADRIANA DO ROSÁRIO DA SILVA OLIVEIRA</p> <p>FILIAÇÃO</p> <p>GENIVALDO MORAES DA SILVA</p> <p>RENALVA DO ROSÁRIO COSTA</p>		<p>DATA DE NASCIMENTO</p> <p>03/01/1975</p>	
<p>NATURALIDADE</p> <p>MACEIO - AL</p> <p>DOC. ORIGEM</p> <p>CERTID-CAS 7186 FLS 186 LIV B12JI</p> <p>6 D OF MACEIO - AL</p>		<p>CPF</p> <p>060.534.714-35</p> <p>2 VIA</p>	
<p>Assinatura do Titular</p> <p>Adriana do Rosário da S. Oliveira</p>		<p>Assinatura do Registrante</p> <p>Paulo Roberto</p>	
<p>Carteira de Identidade</p>		<p>LEI Nº 7.116 DE 28/08/83</p>	



## A V I S O   D E   D E B I T O

## A V I S O   D E   D E B I T O

**AVISO: SUJEITO A CORTE APÓS O VENCIMENTO**

QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA	Nº ANÁLISES	TURBIDEZ	pH	COLOR.	CHLOR.	CLP TOTAL	% CHLOR.
	MÍNIMO EXIGIDO						
	REALIZADAS						
	CLP TOLERÁVEL						
	REGULADO POR						
	CONFORME						

\* O PAGAMENTO PODERA SER EFETUADO ATRAVES DESTE AVISO DE DEBITO NA REDE CREDENCIADA PELA CASAL.  
\* OS ACRESCIMOS LEGAIS SERAO COBRADOS NUMA PROXIMA CONTA.  
\* CASO JA TENHA SIDO QUITADO O DEBITO, DESCONSIDERAR ESTE AVISO

114. USUAPOL



ENTRADA	VEICULO	COORDE	SETOR	QUADRA	PLANO	PLOTE
0020756135	018927836	472	021	0010	1892	000
VENCIMENTO DATA DA ENTREGA		TOTAL A PAGAR				163,72
16/06/2020						

82610000001-5 63720012840-2 20756135018-3 92783600000-4



## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** AMARA TEREZINHA NASCIMENTO BARBOSA,  
BRASILEIRA, CASADA, COMERCIANTE, portador de CPF 411.295.804-82 e Carteira de  
 Identidade 289.025, residente na R. MANOEL INACIO, 276 - CHA DE JAQUEIRA,  
MACAIO/AL 57018-560 telefone: 98716-7373 (Mônica)

**OUTORGADO:** **BRUNO GABRIEL DE ARAÚJO**, advogado, devidamente inscrito na OAB/AL - 12385,  
 com escritório profissional na Rua Hilda Pereira Monte, 11-D, Petrópolis, Maceió/AL.

**PODERES:** Os poderes das cláusulas "AD JUDICIA" e "EXTRA" para o foro em geral, com o fim de defender todos os direitos e interesses do outorgante, podendo transigir, desistir, fazer acordos, discordar, concordar, passar recibos, dar e receber quitação, apresentar, juntar e desembaraçar documentos, papéis, recibos e guias, interpor e seguir recursos até Superior instância e finalmente praticar e requerer todos os demais atos necessários ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes. Em especial, os poderes para representar em ações judiciais e procedimentos extrajudiciais em face da Braskem e Entes Públicos, para indenização dos danos causados ao imóvel e atividade econômica do outorgante, bem como os danos imateriais às pessoas dos morador e/ou empreendedor.

- a. No procedimento extrajudicial serão devidos honorários ao Outorgado no percentual de 15% (quinze por cento) de todo o proveito econômico obtido, a serem pagos pelo outorgante no momento da indenização, sendo passível de retenção pela entidade pagadora e repasse diretamente ao Advogado.
- b. Os honorários sucumbenciais serão devidos ao Advogado, bem como qualquer remuneração de natureza honorária prevista em Termo de Ajustamento de Conduta, ou outro acordo celebrado entre as partes.
- c. Caso seja a opção pela via Judicial, o outorgante acede em pagar aos advogados contratados, honorários correspondentes a 20% (vinte por cento) do total bruto da ação deferido com as devidas atualizações apuradas em procedimento de execução, até final pagamento.
- d. Caberá à parte contratante o pagamento das custas e despesas que forem necessárias ao bom e rápido andamento da ação, bem como fornecer os documentos que os advogados ora contratados lhe solicitar.
- e. havendo desistência após ajuizado o feito, ou composição amigável entre autor(a) e ré(u), os honorários continuarão devidos no mesmo percentual previamente acordado, neste caso, respectivamente, sobre o valor da causa ou sobre o valor bruto pactuado na composição amigável.
- f. Aplicam-se as demais condições do estatuto da advocacia.
- g. As partes contratantes elegem o foro da Cidade de Maceió/AL, para dirimir qualquer ação oriunda deste contrato.

Maceió, 03/08/2020

Amara Terezinha Nascimento Barbosa

# AUTODECLARAÇÃO

Eu, AMARA TEREZINHA NASCIMENTO BARBOSA  
 portador do RG Nº 289025, CPF Nº 411.295.804-82,  
 residente e domiciliado na R. MANOEL INACIO, 276 - CHÃ DE JAQUEIRA  
MACAÏÓ/M - 57018-560 declaro sob as penas da lei, que exerço minhas  
 atividades comerciais no MERCADO PÚBLICO DE BEBEDOURO desde o ano de 2016,  
 e o objeto de minha atividade é a venda de CONFECÇÕES.

Declararam também as testemunhas abaixo que o referido é a absoluta expressão da  
 verdade, e firmam a presente declaração, sob a responsabilidade civil e criminal de falso  
 testemunho.

Amara Terezinha Nascimento Barbosa

## TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
 NOME:

CPF:

\_\_\_\_\_  
 NOME:

CPF:

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

289025 23/03/2017

ANARA TEREZINHA NASCIMENTO BARBOSA

MARIA AUGUSTA DUARTE

MARAGOGI - AL 06/02/1953

CERTO CAS 785 FLS 187 LIV 3BAUX  
MACEIÓ - AL

411.295.804-82

2 VIA

MARIA MARILENA CARDOSO DA SILVA  
SECRETARIA GERAL DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

P 306

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Serviço de A  
materiais plásticos  
excessos: evita  
lâmpadas fluorescentes  
cuidados: não  
impressos e de  
Papel termossensível

BENEDITO BARBOSA  
RUA MANOEL INACIO, 0276  
CHA DE JAQUEIRA 57018-560

0000733024

06/2020

111.105.974-87

Y10T057779

16/06 1665 1683 18 19 0 1R000029R

MACEIO UN FAROL

3 1 1 0 0 0 021 0320 0125 000

00	AGUA			130,06
00080	MULTA P/IMPONTUALIDADE	1/1		3,77
00091	JUROS DE MORA	1/1		1,02
00094	ATUALIZACAO MONETARIA	1/1		0,17

Valor aproximado de tributos. 6,28  
PIS e COFINS. Lei 12.741 de 2012

21/06/2020

135,02

HISTORICO DE CONSUMO				HISTORICO DE CONSUMO			
MES/ANO	LEITURA	OL	OC CONSUMO	MES/ANO	LEITURA	OL	OC CONSUMO
06/2019	1475	0	15	12/2019	1565	0	15
07/2019	1490	0	15	01/2020	1583	0	18
08/2019	1504	0	14	02/2020	1601	0	18
09/2019	1519	0	15	03/2020	1624	0	23
10/2019	1534	0	15	04/2020	1647	0	23
11/2019	1550	0	16	05/2020	1665	0	18

6	3	6	3	3	6
6	6	6	6	6	6
5	6	0	0	5	6

PREVENCAO COVID-19: HIDROMETROS INTERNOS FATURADOS POR MEDIA.  
EXTERNOS COM LEITURA REAL.



EQUATORIAL ENERGIA ALAGOAS  
 Av. Pernambuco, 3345 - Fátima de Lourdes - CEP 37052-902  
 MACEIÓ - AL - CEP 57000-000 - Fone: (31) 3240.7127-8  
 REGIME ESPECIAL DE IMPRESSÃO AUTORIZADO PELO SECEX DA FAZENDA  
 NACIONAL - RUA DE ENERGIA ELÉTRICA - SERVIÇO SÉRIE L.N.

Para contato  
 conosco, informe  
 este número.

SEU CÓDIGO

Nº da Nota Fiscal 41173056

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada  
 pelo Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002

CONTA MÊS VENCIMENTO CONSUMO (kWh) TOTAL A PAGAR (R\$)  
 SETEMBRO/2020 17/09/2020 30 22,00

MARIA JOSETE GOMES DA SILVA  
 CJ CIDADE SORRISO II 20 QD. H RUA 0-01 - BENEDITO BENTES  
 CPF: 00001475437463  
 CEP: 57.086-430 - MACEIÓ

ROT: 723.001.53.12.019130

DADOS DA LEITURA

kWh  
 Atual: 4669  
 Anterior: 4642  
 Constante de Multiplicação: 1,000  
 Consumo Medido: 27  
 Consumo Futurado: 30

DADOS DE LEITURA

Atual: 09/09/2020  
 Anterior: 11/08/2020  
 Próxima Leitura: 07/10/2020  
 Sem Arquivo: 08/09/2020  
 Apresentação: 09/09/2020  
 Dias de Consumo: 29

Forma de Pagamento: MÍNIMO

Código de Regulação: 100

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA

Classe/Subclasse	Ligação	Número Medidor	Poste	Código Fat.	Média 12 meses
RESIDENCIAL	MONO	E1895080	S 1 01181	1.1.1.1	30

HISTÓRICO kWh

Mês/ano consumo  
 AGO/20 0  
 JUL/20 0  
 JUN/20 0  
 MAI/20 0  
 ABR/20 34  
 MAR/20 57  
 FEV/20 65  
 JAN/20 42  
 DEZ/19 81  
 NOV/19 65

DESCRIÇÃO DA CONTA

CONSUMO 30 kWh a R\$ 0,762898 = 22,88  
 BONUS ITAIPU - LEI 10 12/19-00 0,88-

TARIFA DE TRIBUTOS:  
 0 A 30 - 0,563318

NOTIFICAÇÃO DE REAVISO DE VENCIMENTO / MENSAGEM

LIGUE 0800 082 0196 E FAÇA OPÇÃO VENCIMENTO 3 8 13 18 23 28  
 Parabéns! Até o dia 08/09/2020, não constatamos faturas vencidas  
 nessa Unidade Consumidora.

VOCE PODE OPITAR PELAS DATAS DE VENCIMENTO DA SUA FATURA NOS DIAS 03, 08, 13, 18, 23 OU 28, ENTRE EM CONTATO POR MEIO DOS SEUS CANAIS DE ATENDIMENTO.  
 RESERVADO AO FISCO 9421.2894.861F.BBA7.5158.6A4E.8FFA.4F39

COMPOSIÇÃO DA CONTA - R\$

Distribuição:	10,28
Energia:	4,57
Transmissão:	1,92
Encargos:	0,75
Tributos:	5,36

IMPOSTOS/TRIBUTOS - R\$

Base de Cálculo:	22,88	18,99
Alíquota ICMS:	17,00%	
Valor do ICMS:		3,88
Valor do PIS:	1,41%	0,26
Valor do COFINS:	6,47%	1,22

INDICADORES DE CONTINUIDADE

	DIC			FIC			DMIC			DICRI		
	Mensal	Trimestral	Anual	Mensal	Trimestral	Anual	Mensal	Trimestral	Anual	Mensal	Trimestral	Anual
Limite	5,43	10,86	21,73	3,48	6,97	13,95	3,11					
Realizado	0,00			0,00			0,00					

Conjunta SE BENEDITO BENTE

Período de apuração: 07/2020 R\$ 9,96

ROT: 723.001.53.12.019130

Aluguel

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL

558665

DATA DE EXPIRAÇÃO

05/12/2018

NOME

ANADIRA FERREIRA DO NASCIMENTO

FILIAÇÃO

FRANCISCO FERREIRA DA SILVA  
JULIA ALVES DA SILVA

NATURALIDADE

MACETÓ - AL

DATA DE NASCIMENTO

16/12/1946

DOC. ORIGEM

CERTO CAS 3898 FLS 176V LIV 478

CPF

194.806.523-15

2 VIA

ASSINATURA DO TITULAR

*Anadira Ferreira do Nascimento*


LEI Nº 7.116 DE 28/08/83

P 300


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE ALAGOAS  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
PERÍCIA OFICIAL - POAL  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DE MARIO PEDRO DOS SANTOS

MAIOR DE 40 ANOS



POLEGAR DIREITO



ASSINATURA DO TITULAR

*Anadira Ferreira do Nascimento*

CARTEIRA DE IDENTIDADE



## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** ANADIRA FERREIRA DO NASCIMENTO BRASILEIRA,  
VIÚVA, COMERCIANTE, portador de CPF 194.806.523-15 e Carteira de  
 Identidade 558.665, residente na CJ. CIDADE SORRISO II, Nº 20, QD. H, R. O-01,  
- BEN. BENTES telefone: (82) 98867-9901.

**OUTORGADO:** **BRUNO GABRIEL DE ARAÚJO**, advogado, devidamente inscrito na OAB/AL - 12385, com escritório profissional na Rua Hilda Pereira Monte, 11-D, Petrópolis, Maceió/AL.

**PODERES:** Os poderes das cláusulas "AD JUDICIA" e "EXTRA" para o foro em geral, com o fim de defender todos os direitos e interesses do outorgante, podendo transigir, desistir, fazer acordos, discordar, concordar, passar recibos, dar e receber quitação, apresentar, juntar e desembaraçar documentos, papéis, recibos e guias, interpor e seguir recursos até Superior instância e finalmente praticar e requerer todos os demais atos necessários ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes. Em especial, os poderes para representar em ações judiciais e procedimentos extrajudiciais em face da Braskem e Entes Públicos, para indenização dos danos causados ao imóvel e atividade econômica do outorgante, bem como os danos imateriais às pessoas dos morador e/ou empreendedor.

a. No procedimento extrajudicial serão devidos honorários ao Outorgado no percentual de 15% (quinze por cento) de todo o proveito econômico obtido, a serem pagos pelo outorgante no momento da indenização, sendo passível de retenção pela entidade pagadora e repasse diretamente ao Advogado.

b. Os honorários sucumbenciais serão devidos ao Advogado, bem como qualquer remuneração de natureza honorária prevista em Termo de Ajustamento de Conduta, ou outro acordo celebrado entre as partes.

c. Caso seja a opção pela via Judicial, o outorgante acede em pagar aos advogados contratados, honorários correspondentes a 20% (vinte por cento) do total bruto da ação deferido com as devidas atualizações apuradas em procedimento de execução, até final pagamento.

d. Caberá à parte contratante o pagamento das custas e despesas que forem necessárias ao bom e rápido andamento da ação, bem como fornecer os documentos que os advogados ora contratados lhe solicitar.

e. havendo desistência após ajuizado o feito, ou composição amigável entre autor(a) e ré(u), os honorários continuarão devidos no mesmo percentual previamente acordado, neste caso, respectivamente, sobre o valor da causa ou sobre o valor bruto pactuado na composição amigável.

f. Aplicam-se as demais condições do estatuto da advocacia.

g. As partes contratantes elegem o foro da Cidade de Maceió/AL, para dirimir qualquer ação oriunda deste contrato.

Maceió, 28/09/2020

Anadira Ferreira do Nascimento

[illegible]

QUATRO RUA ENERGIA ALAGOAS  
Atendimento: 3340 - Grátis de Lunes a Viernes de 9h a 19h  
ACCION: 75917232-044-0001-001 E 2 00017232  
Código de Verificación de Emisión de Energía: 00017232  
E/F: FURUA DE ENERGIA ELECTRICA / SERVICIO SERE UN

Nº da Nota Fiscal: 36445277  
A Nota Fiscal de Energia Fatura: 75917232  
In: 10-038 de 20 de abril de 2002.

CONTA MÊS VENCIMENTO 01/06/2020 CONSUMO (kWh) 252 TOTAL A PAGAR (R\$) 229,19

ANTONIO FRANCISCO DOS SANTOS  
R. CAMARAGIHE 58 - REBEDOURO  
CPF: 00033187118453  
CEP: 57 017 750 - MACEIO

ROT: 34.001.35.02.002080  
DÍGITOS DA LEITURA: 11

Atual: 19111  
Anterior: 18859  
Constante de Multiplicação: 1,000  
Consumo Medido: 252  
Consumo Estimado: 252  
Forma de Faturamento: NORMAL  
Código de Irregularidade:  
Dias de Consumo: 31

RESIDENCIAL MONO F2000522 5 1 04419 1.1.1.1 214

Mês de Consumo: ABR/20 250  
MAR/20 277  
FEV/20 250  
JAN/20 203  
DEZ/19 229  
NOV/19 227  
OCT/19 182  
SET/19 188  
AUG/19 144  
JUL/19 182

CONSUMO 252 kWh a R\$ 0,796093 = 200,61  
CONTR. ILUMINACAO PUB. (COSP) 26,58  
PASIDORAI DA CRIANCA 2,00  
FECOP = 4,01

clarar os quitados de débitos deste UC no ano de 2019 (Lei 12007/09  
QUE 0800 082 0196 F FACA OPCA O VENCIMENTO 3 8 13 18 23 28  
redens! Até o dia 22/05/2020, não contamos faturas vencidas  
sso Unidade Consumidora.

VAO AO FISCO 7638.FF47.86B1.CCF7.6439.0768.A55A.EFDS  
COMPOSICAO DA CONTA R\$ 146,44

Iduação: 134,89  
gta: 0,00  
omissão: 0,00  
gros: 0,00  
tos: 65,72



001-9

00190.00009 02367.380009 00093.778181 6 62120000006110

Cedente		Agência/Código do Cedente		Espécie	Quantidade	Nosso número
SEC. MUN. DE TRAB., ABAST. E ECON. SOLIDÁRIA		3557-2 / 00006999-X		R\$	1	2367380000093778-X
Número do documento		CPF/CNPJ	Vencimento		Valor documento	
0000093778		12.200.135/0001-80	10/10/2014		61,10	
(-) Desconto/Abatimentos	(-) Outras deduções	(+) Mora/Multa	(+) Outros acréscimos		(=) Valor cobrado	
Sacado ANTONIO AUFRAZIO DA SILVA - Box: MB.LEX-MB.0001 - Mês: 9/2014 - 209.384.894-53 LOT. CAÍÇARA, 08 - BEBEDOURO,						

Demonstrativo

Autenticação mecânica

Corte na linha pontilhada

## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** ANTONIO FRANCISCO DOS SANTOS, BRASILEIRO,  
CASADO, BARBEIRO, portador de CPF 351.871.184-53 e Carteira de  
 Identidade 2001001255988, residente na R. CAMARAGIBE, Nº 50 - BEBEDOURO  
CEP. 57017-750, MACEIÓ/AL telefone: (82) 98815-8335.

**OUTORGADO:** **BRUNO GABRIEL DE ARAÚJO**, advogado, devidamente inscrito na OAB/AL - 12385,  
 com escritório profissional na Rua Hilda Pereira Monte, 11-D, Petrópolis, Maceió/AL.

**PODERES:** Os poderes das cláusulas "AD JUDICIA" e "EXTRA" para o foro em geral, com o fim de defender todos os direitos e interesses do outorgante, podendo transigir, desistir, fazer acordos, discordar, concordar, passar recibos, dar e receber quitação, apresentar, juntar e desembaraçar documentos, papéis, recibos e guias, interpor e seguir recursos até Superior instância e finalmente praticar e requerer todos os demais atos necessários ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes. Em especial, os poderes para representar em ações judiciais e procedimentos extrajudiciais em face da Braskem e Entes Públicos, para indenização dos danos causados ao imóvel e atividade econômica do outorgante, bem como os danos imateriais às pessoas dos morador e/ou empreendedor.

- a. No procedimento extrajudicial serão devidos honorários ao Outorgado no percentual de 15% (quinze por cento) de todo o proveito econômico obtido, a serem pagos pelo outorgante no momento da indenização, sendo passível de retenção pela entidade pagadora e repasse diretamente ao Advogado.
- b. Os honorários sucumbenciais serão devidos ao Advogado, bem como qualquer remuneração de natureza honorária prevista em Termo de Ajustamento de Conduta, ou outro acordo celebrado entre as partes.
- c. Caso seja a opção pela via Judicial, o outorgante acede em pagar aos advogados contratados, honorários correspondentes a 20% (vinte por cento) do total bruto da ação deferido com as devidas atualizações apuradas em procedimento de execução, até final pagamento.
- d. Caberá à parte contratante o pagamento das custas e despesas que forem necessárias ao bom e rápido andamento da ação, bem como fornecer os documentos que os advogados ora contratados lhe solicitar.
- e. havendo desistência após ajuizado o feito, ou composição amigável entre autor(a) e ré(u), os honorários continuarão devidos no mesmo percentual previamente acordado, neste caso, respectivamente, sobre o valor da causa ou sobre o valor bruto pactuado na composição amigável.
- f. Aplicam-se as demais condições do estatuto da advocacia.
- g. As partes contratantes elegem o foro da Cidade de Maceió/AL, para dirimir qualquer ação oriunda deste contrato.

Maceió, 03/08/2020

Antonio Francisco dos Santos

# AUTODECLARAÇÃO

Eu, ANTONIO FRANCISCO DOS SANTOS,  
portador do RG Nº 2001001255988, CPF Nº 331871184-53,  
residente e domiciliado na R. CAMARAGIBE, Nº 50 - BEBEDOURO -  
MOÇUÍ/AL declaro sob as penas da lei, que exerço minhas  
atividades comerciais no MERCADO PÚBLICO DE BEBEDOURO desde o ano de 2012,  
e o objeto de minha atividade é a venda de BARBEARIA.

Declararam também as testemunhas abaixo que o referido é a absoluta expressão da  
verdade, e firmam a presente declaração, sob a responsabilidade civil e criminal de falso  
testemunho.

*Antonio Francisco dos Santos*

## TESTEMUNHAS:

Antonio Talito da Silva

NOME:

CPF:

Antônio B-10107

NOME:

CPF:

447-301-034-04



## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** Antonio Jacinto da Silva, portador de CPF 573.940.244-15 e Carteira de Identidade 595144, residente na Rua Denis Alves de Oliveira, telefone: 82 99363-9515

**OUTORGADO:** **BRUNO GABRIEL DE ARAÚJO**, advogado, devidamente inscrito na OAB/AL - 12385, com escritório profissional na Rua Hilda Pereira Monte, 11-D, Petrópolis, Maceió/AL.

**PODERES:** Os poderes das cláusulas "AD JUDICIA" e "EXTRA" para o foro em geral, com o fim de defender todos os direitos e interesses do outorgante, podendo transigir, desistir, fazer acordos, discordar, concordar, passar recibos, dar e receber quitação, apresentar, juntar e desembaraçar documentos, papéis, recibos e guias, interpor e seguir recursos até Superior instância e finalmente praticar e requerer todos os demais atos necessários ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes. Em especial, os poderes para representar em ações judiciais e procedimentos extrajudiciais em face da Braskem e Entes Públicos, para indenização dos danos causados ao imóvel e atividade econômica do outorgante, bem como os danos imateriais às pessoas dos morador e/ou empreendedor.

a. No procedimento extrajudicial serão devidos honorários ao Outorgado no percentual de 15% (quinze por cento) de todo o proveito econômico obtido, a serem pagos pelo outorgante no momento da indenização, sendo passível de retenção pela entidade pagadora e repasse diretamente ao Advogado.

b. Os honorários sucumbenciais serão devidos ao Advogado, bem como qualquer remuneração de natureza honorária prevista em Termo de Ajustamento de Conduta, ou outro acordo celebrado entre as partes.

c. Caso seja a opção pela via Judicial, o outorgante acede em pagar aos advogados contratados, honorários correspondentes a 20% (vinte por cento) do total bruto da ação deferido com as devidas atualizações apuradas em procedimento de execução, até final pagamento.

d. Caberá a parte contratante o pagamento das custas e despesas que forem necessárias ao bom e rápido andamento da ação, bem como fornecer os documentos que os advogados ora contratados lhe solicitar.

e. havendo desistência, após ajuizado o feito, ou composição amigável entre autor(a) e ré(u), os honorários continuarão devidos no mesmo percentual previamente acordado, neste caso, respectivamente, sobre o valor da causa ou sobre o valor bruto pactuado na composição amigável.

f. Aplicam-se as demais condições do estatuto da advocacia.

g. As partes contratantes elegem o foro da Cidade de Maceió/AL, para dirimir qualquer ação oriunda deste contrato.

Maceió, 03/08/2020

Antonio Jacinto da Silva

**equatorial**  
ENERGIA

EQUATORIAL ENERGIA ALAGOAS  
Av. Fernandes Lima, 3349 - Gruta de Lourdes - CEP: 57052-902  
MACRODIAL - CNPJ: 12.772.064/0001-00 - IE: 24007177-8  
REGIME ESPECIAL DE IMPRESSÃO AUTORIZADO PELA SEC. DA FAZENDA  
NF / FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA / SERVIÇO SEME UN\*

Para contato conosco, informe este número.

SFU CÓDIGO

Nº da Nota Fiscal 38971875

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

CONTAS MES VENCIMENTO CONSUMO (kWh) TOTAL A PAGAR (R\$)  
JULHO/2020 04/08/2020 69 68,06

ANTONIO JACINTO DA SILVA  
R. DENIS ALVES DE OLIVEIRA S/N - SANTA MARIA MADELENA  
CPF: 00057394024415  
CEP: 57.800-000 - UNIAO DOS PALMARES ROT: 62.003.06.01.000110

Atual: 256 Anterior: 187  
Constante de Multiplicação: 1,000  
Consumo Medido: 69  
Consumo Faturado: 69 FCAM\*  
Forma de Faturamento: NORMAL Código de Irregularidade:  
Atual: 28/07/2020 Anterior: 25/06/2020  
Próxima Leitura: 26/08/2020  
Ger. Arquivo: 27/07/2020  
Apresentação: 28/07/2020  
Dias de Consumo: 23

Classe/Subclasse Ligação Número Medidor Poste Código Rel. Média 12 meses  
RESIDENCIAL MONO 1601052418 S 1 48464 1.1.1.1 30

Mês/ano consumo  
JUN/20 58  
MAI/20 59  
ABR/20 40  
MAR/20 9  
FEV/20 7  
JAN/20 6  
DEZ/19 8  
NOV/19 18  
OUT/19 8  
SET/19 11

CONSUMO 69 kWh a R\$ 0,753456 = 51,98  
CONTR. ILUMINACAO PUB. (COSIP) 16,08

TARIFA SEM TRIBUTOS:  
0 A 69 - B.576028



**NOTIFICAÇÃO DE REAVISO DE VENCIMENTO / MENSAGEM**

DEBITOS JA REAVISADOS  
Mes/ano Valor R\$  
11/2019 24,83  
Informamos existirem debito(s) vencido(s) no valor de R\$ 24,83 (sem acrescimos legais) ate esta data. Se debito(s) ja tenha(m) sido pago(s), procurar o atendimento da Equatorial Energia com o(s) comprovante(s) de pagamento.

LIGUE 0800 082 0196 E FAÇA OPCAO VENCIMENTO 3 8 13 18 23 28

RESERVADO AO FISCO 2E36.83F8.D274.114A.EF09.6870.BB2E.4CF6

Distribuição:	23,31	Base de Cálculo:	51,98	43,15
Energia:	10,39	Alíquota ICMS:	17,00%	
Transmissão:	4,36	Valor do ICMS:		
Encargos:	1,70	Valor do PIS:	1,41%	0,60
Tributos:	12,22	Valor do COFINS:	6,48%	2,79

5,67	11,34	22,69	3,92	7,85	15,70	3,29
0,00			0,00			0,00



VÁLID - EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

595144

DATA DE EXPIRAÇÃO 23/11/2016

ANTONIO JACINTO DA SILVA

QUAÇÃO

MANOEL JACINTO DA SILVA

BERASTIANA ALVES DE ALBUQUERQUE

NATURALIDADE

UNIÃO DOS PALMARES - AL

18/03/1964

CEBES CAS 4247 FLS 194V LIV 9-28

UNIÃO DOS PALMARES - AL

2 VIA

LEI Nº 7.116 DE 25/06/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE ALAGOAS

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PERÍCIA OFICIAL - POLICIAL

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DEST. MARIO PEDRO DOS SANTOS

Polígono Direto

Assinatura do Titular

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Cartão de uso de R\$ 100,00 em dinheiro

Deve ser apresentado juntamente com o documento de identidade

CAIXA

JUN/2006

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF

573.940.244-15

ANTONIO JACINTO DA SILVA

18/03/1964

<b>BANCO DO BRASIL</b>		001-9		00190.00009 02367.380009 00084.109180 4 612000000006350	
Cedente		Agência/Código do Cedente		Especie	Nosso número
SEC. MUN. DE TRAB. ABAST. E ECON. SOLIDARIA		3567-2 / 00006999-X		R\$	23673800000084109-X
Número do documento		CPF/CNPJ		Quantidade	Valor documento
0000084109		12.200.135/0001-80		1	63,50
(-) Descontos/Abatimentos		(-) Outras deduções		(-) Valor cobrado	
		(+/-) Mora/Multa			
		(+/-) Outros acréscimos			
Sacado: ANTONIO JACINTO DA SILVA - Box: MB.COB-MB.0015 - Box: MB.CO3-MB.0016 - Box: MB.COB-MB.0017 - Box: MB.COB-MB.0018 - Box: MB.COB-MB.0					
RUA JOSÉ GOMES DE OLIVEIRA, S/N - UNIÃO DOS PALMARES.					
Demonstrativo					
Autenticação mecânica					
Corte na linha pontilhada					

## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** AUDALIO DA SILVA, BRASILEIRO, CASADO, COMERCIANTE, portador de CPF 041.839.004-50 e Carteira de Identidade 99001293981, residente na TRAV. STA. CATARINA, Nº 60 - TABULEIRO DO MARTIUS, MACEIÓ/AL telefone: (82) 98875-6710.

**OUTORGADO:** **BRUNO GABRIEL DE ARAÚJO**, advogado, devidamente inscrito na OAB/AL - 12385, com escritório profissional na Rua Hilda Pereira Monte, 11-D, Petrópolis, Maceió/AL.

**PODERES:** Os poderes das cláusulas "AD JUDICIA" e "EXTRA" para o foro em geral, com o fim de defender todos os direitos e interesses do outorgante, podendo transigir, desistir, fazer acordos, discordar, concordar, passar recibos, dar e receber quitação, apresentar, juntar e desembaraçar documentos, papéis, recibos e guias, interpor e seguir recursos até Superior instância e finalmente praticar e requerer todos os demais atos necessários ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes. Em especial, os poderes para representar em ações judiciais e procedimentos extrajudiciais em face da Braskem e Entes Públicos, para indenização dos danos causados ao imóvel e atividade econômica do outorgante, bem como os danos imateriais às pessoas dos morador e/ou empreendedor.

a. No procedimento extrajudicial serão devidos honorários ao Outorgado no percentual de 15% (quinze por cento) de todo o proveito econômico obtido, a serem pagos pelo outorgante no momento da indenização, sendo passível de retenção pela entidade pagadora e repasse diretamente ao Advogado.

b. Os honorários sucumbenciais serão devidos ao Advogado, bem como qualquer remuneração de natureza honorária prevista em Termo de Ajustamento de Conduta, ou outro acordo celebrado entre as partes.

c. Caso seja a opção pela via Judicial, o outorgante acede em pagar aos advogados contratados, honorários correspondentes a 20% (vinte por cento) do total bruto da ação deferido com as devidas atualizações apuradas em procedimento de execução, até final pagamento.

d. Caberá a parte contratante o pagamento das custas e despesas que forem necessárias ao bom e rápido andamento da ação, bem como fornecer os documentos que os advogados ora contratados lhe solicitar.

e. havendo desistência, após ajuizado o feito, ou composição amigável entre autor(a) e ré(u), os honorários continuarão devidos no mesmo percentual previamente acordado, neste caso, respectivamente, sobre o valor da causa ou sobre o valor bruto pactuado na composição amigável.

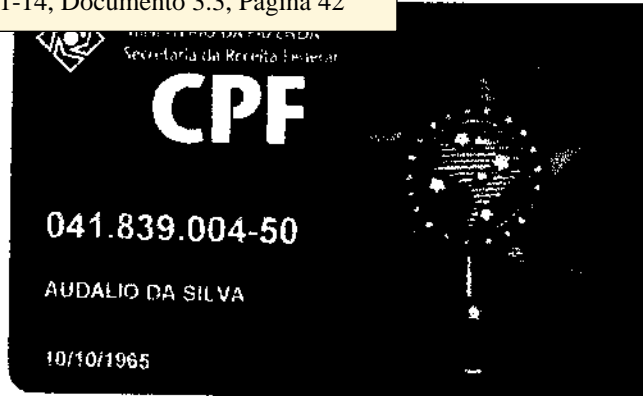
f. Aplicam-se as demais condições do estatuto da advocacia.

g. As partes contratantes elegem o foro da Cidade de Maceió/AL, para dirimir qualquer ação oriunda deste contrato.

NÃO ALFABETIZADO, A RGO. Maceió, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Elis Maria de Lima  
CÍCERA MARIA DE LIMA  
037.095.644-33

Elisa Maria de  
Silva Santos  
ELISA MARIA S. SANTOS  
786.772.624-15



**TÍTULO ELEITORAL** **IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA**

NOME DO ELEITOR  
**AUDALIO DA SILVA**

DATA DE NASCIMENTO **10/10/1965** Nº INSCRIÇÃO **0274 4541 1708** D.V. **054** SEÇÃO **0415**

MUNICÍPIO/UF **MACEIÓ/AL** DATA DE EMISSÃO **09/12/2011**

JUIZ ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

**ESTADO DE ALAGOAS NÃO DOADOR**  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

**NÃO ALFABETIZADO**

ASSINATURA DO TITULAR

**CARTEIRA DE IDENTIDADE**

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO FEDERAL **99001293981** DATA DE EXPIRAÇÃO **28/09/1999**

NOME **AUDALIO DA SILVA**

FILIAÇÃO **MANOEL RAYMUNDO DA SILVA E HELENA MARIA DA CONCEICAO**

**UNIAO DOS PALMARES-AL** **10/10/1965**

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

**CERT. CASAM. 12791, L B35**

DOC. ORIGEM

**F. 293V** **MACEIÓ/AL**

**T.S. A+**

ASSINATURA DO DIRETOR

**LEI Nº 7.116 DE 2009/63**



001-9

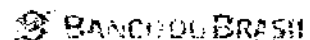
00190.00009 02367.380009 00151.282183 6 66080000012850

Cedente SEC. MUN. DE TRAB. ABAST. E ECON. SOLIDÁRIA		Agência/Código do Cedente 3557-2 / 00006999-X	Especie R\$	Quantidade 1	Nosso número 23673800000151282-0
Número do documento 0000151282	CPF/CNPJ 12.200.135/0001-80	Vencimento 10/11/2015		Valor documento 128,50	
(-) Desconto/Abatimentos	(-) Outras deduções	(+) Mora/Multa	(+) Outros acréscimos	(=) Valor cobrado	
Sacado: AUDALIO DA SILVA - Box: MB.COB-MB.0025 - Box: MB.COB-MB.0026 - Box: MB.COB-MB.0027 - Box: MB.COB-MB.0030 - Box: MB.COB-MB.0031 - Mês: 1 TRAV. SANTA CATARINA, 060 - TABULEIRO DOS MARTINS					

Demonstrativo

Autenticação mecânica

Corte na linha pontilhada



001-9

00190.00009 02367.380009 00151.282183 6 66080000012850

Local de pagamento QUALQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO					Vencimento 10/11/2015
Cedente SEC. MUN. DE TRAB. ABAST. E ECON. SOLIDÁRIA					Agência/Código cedente 3557-2 / 00006999-X
Data do documento 01/11/2015	Nº documento 0000151282	Especie cob. R\$	Acab. S	Data processamento	Nosso número 23673800000151282-0
Uso do cartão	Carteira 18	Especie 9	Quantidade 1	Valor Documento 128,50	(=) Valor documento 128,50
Instruções (Texto de responsabilidade do cedente): VALORIZE SEU BOX, PAGUE SEU BOLETO EM DIA. TAXA BANCARIA - R\$ 1,50. SR. CAIXA APÓS DEZ DIAS DO VENCIMENTO COBRAR JUROS DE 1% AO MÊS. EM CASO DE DÚVIDA ENTRE EM CONTATO COM A SEMTABES - 82 3315-6213 EMITIDO PELO SISTEMA SEMTABES. RENOVE SUA TPRU A CADA DOIS ANOS					(-) Desconto/Abatimentos
					(-) Outras deduções
					(+) Mora/Multa
					(+) Outros acréscimos
					(=) Valor cobrado
Sacado: AUDALIO DA SILVA - Box: MB.COB-MB.0025 - Box: MB.COB-MB.0026 - Box: MB.COB-MB.0027 - Box: MB.COB-MB.0030 - Box: MB.COB-MB.0031 - Mês: 1 TRAV. SANTA CATARINA, 060 - TABULEIRO DOS MARTINS.					

Saqueiro/Arreista

Cód. baixa

Autenticação mecânica - Ficha de Compensação



Corte na linha pontilhada



001-9

00190.00009 02367.380009 00345.114185 7 74900000013053

Cedente SEC. MUN. DE TRAB., ABAST. E ECON. SOLIDÁRIA		Agência/Código do Cedente 3557-2 / 00006999-X	Espécie R\$	Quantidade 1	Nosso número 23673800000345114-4
Número do documento 0000345114	CPF/CNPJ 12.200.135/0001-80	Vencimento 10/04/2018		Valor documento 130,53	
(-) Desconto/Abatimentos	(-) Outras deduções	(+) Mora/Multa	(+) Outros acréscimos	(=) Valor cobrado	
SY 300 AUDALIO DA SILVA - Box: MB.COB-MB.0025 - Box: MB.COB-MB.0026 - Box: MB.COB-MB.0027 - Box: MB.COB-MB.0030 - Box: MB.COB-MB.0031 - Mês: 3 TRAV. SANTA CATARINA, 060 - TABULEIRO DOS MARTINS,					

Demonstrativo

Autenticação mecânica

Corte na linha pontilhada



001-9

00190.00009 02367.380009 00345.114185 7 74900000013053

Local de pagamento QUALQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO					Vencimento 10/04/2018
Cedente SEC. MUN. DE TRAB., ABAST. E ECON. SOLIDÁRIA					Agência/Código cedente 3557-2 / 00006999-X
Data do documento 01/04/2018	Nº documento 0000345114	Espécie R\$	Acerte S	Data processamento	Nosso número 23673800000345114-4
Uso do banco	Carteira 18	Espécie 9	Quantidade 1	Valor Documento 130,53	(=) Valor documento 130,53
Instruções (Texto de responsabilidade do cedente) VALORIZE SEU BOX, PAGUE SEU BOLETO EM DIA. TAXA BANCARIA - R\$ 3,53. SR. CAIXA APÓS DEZ DIAS DO VENCIMENTO COBRAR JUROS DE 5% AO MÊS. EM CASO DE DUVIDA ENTRE EM CONTATO COM A SEMTABS - 82 3315-6213. EMITIDO PELO SISTEMA SEMTABS. RENOVE SUA TPRU A CADA DOIS ANOS.					(-) Desconto/Abatimentos
					(-) Outras deduções
					(+) Mora/Multa
					(+) Outros acréscimos
					(=) Valor cobrado
Sacado AUDALIO DA SILVA - Box: MB.COB-MB.0025 - Box: MB.COB-MB.0026 - Box: MB.COB-MB.0027 - Box: MB.COB-MB.0030 - Box: MB.COB-MB.0031 - Mês: 3 TRAV. SANTA CATARINA, 060 - TABULEIRO DOS MARTINS,					

Sacador/Autorizada

Cód. taxa

Autenticação mecânica - Ficha de Compensação



Corte na linha pontilhada



## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** BENEDITO GONÇALVES DOS SANTOS, BRASILEIRO  
SOLTEIRO, COMERCIANTE, portador de CPF 445.431.314-87 e Carteira de  
 Identidade 1479258, residente na R. SÃO GERALDO, 10-E - TABULEIRO RO  
MARTINS, MACEIO/AL telefone: (82) 98896-3040.

**OUTORGADO:** **BRUNO GABRIEL DE ARAÚJO**, advogado, devidamente inscrito na OAB/AL - 12385,  
 com escritório profissional na Rua Hilda Pereira Monte, 11-D, Petrópolis, Maceió/AL.

**PODERES:** Os poderes das cláusulas "AD JUDICIA" e "EXTRA" para o foro em geral, com o fim de defender todos os direitos e interesses do outorgante, podendo transigir, desistir, fazer acordos, discordar, concordar, passar recibos, dar e receber quitação, apresentar, juntar e desembaraçar documentos, papéis, recibos e guias, interpor e seguir recursos até Superior instância e finalmente praticar e requerer todos os demais atos necessários ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes. Em especial, os poderes para representar em ações judiciais e procedimentos extrajudiciais em face da Braskem e Entes Públicos, para indenização dos danos causados ao imóvel e atividade econômica do outorgante, bem como os danos imateriais às pessoas dos morador e/ou empreendedor.

a. No procedimento extrajudicial serão devidos honorários ao Outorgado no percentual de 15% (quinze por cento) de todo o proveito econômico obtido, a serem pagos pelo outorgante no momento da indenização, sendo passível de retenção pela entidade pagadora e repasse diretamente ao Advogado.

b. Os honorários sucumbenciais serão devidos ao Advogado, bem como qualquer remuneração de natureza honorária prevista em Termo de Ajustamento de Conduta, ou outro acordo celebrado entre as partes.

c. Caso seja a opção pela via Judicial, o outorgante acede em pagar aos advogados contratados, honorários correspondentes a 20% (vinte por cento) do total bruto da ação deferido com as devidas atualizações apuradas em procedimento de execução, até final pagamento.

d. Caberá a parte contratante o pagamento das custas e despesas que forem necessárias ao bom e rápido andamento da ação, bem como fornecer os documentos que os advogados ora contratados lhe solicitar.

e. havendo desistência, após ajuizado o feito, ou composição amigável entre autor(a) e ré(u), os honorários continuarão devidos no mesmo percentual previamente acordado, neste caso, respectivamente, sobre o valor da causa ou sobre o valor bruto pactuado na composição amigável.

f. Aplicam-se as demais condições do estatuto da advocacia.

g. As partes contratantes elegem o foro da Cidade de Maceió/AL, para dirimir qualquer ação oriunda deste contrato.

NÃO ALFABETIZADO. A RGO.

Maceió, 03/08/2020

x Eliane Gonçalves dos Santos  
 ELIANE GONÇALVES DOS SANTOS  
 093.364.724-70

x Cícera Maria de Lima  
 CÍCERA MARIA DE LIMA  
 037.095.644-33

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL**  
**CENTRO DE PERÍCIAS FORENSES**  
**INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DEL. MARIO PEDRO DOS SANTOS**

**do APOSENTADO**

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL	DATA DE EXPEDIÇÃO
NOME	
FILIAÇÃO	
NATURALIDADE	DATA DE NASCIMENTO
DOC ORGEM	
CNPJ	

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Receita Federal**  
**Cadastro de Pessoas Físicas**  
**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO**  
**Número**  
**445.431.314-87**  
**Nome**  
**BENEDITO GONÇALVES DOS SANTOS**  
**Nascimento**  
**18/08/1947**  
**VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO**

003740-0



**Antitoxin**



[illegible]


MONO	5 1 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16	DESCRICOES DA CONTA	74
CONSUMO	30 KM/L	R\$ 0,279163	2,17
UTILIZACAO DE TALLIA	49 KM/L	R\$ 0,469983	20,68
SUBVENCAO BAIKA RIBIA			26,73
CONTR. E UTILIZACAO PUE	(CONTR)		20,19
CONTRIBUICAO IMPOSTO DE RENDA			1,10
QUOTA DE 10% DA RECEITA DE 1993			0,00
RECEITA DE 1993			0,00
RECEITA DE 1994			0,11

LIQUID 0800-057-0190. E TACA OUAO VINHEMIO 3 8 14 18 23 28  
Parabéns! Até o dia 09/02/2006, não somamos faturas vencidas,  
nessa terceira categoria.

[illegible]



		<b>SEMEC - PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ</b> <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA - SEMEC</b> <b>DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL - D.A.M MENSAL</b>				
Contribuinte <b>BENEDITO GONSALVES DOS SANTOS</b>						D.A.M. <b>62762524 / 2019</b>
CPF/CNPJ	Inscrição / C.M.C.	Tributos	Referência	Vencimento	Nosso Número	
445.431.314-87	901445291	IMAM - INC. PAVILÃO 1110	Paro. Unica	13/01/2019	210007004904-1110	
Endereço de Correspondência Logradouro: RUA DA INDÚSTRIA, 1110 Bairro: CENTRO Complemento:						Número: 1110 Cep: 54010-000 Lote: Quadra:
RCM: IMAM, IMAM, IMAM - RCM: IMAM, IMAM, IMAM - MÊS: DEZEMBRO						
TAXAS PERMISSIVAS E CONTRIBUIÇÕES TAXA: 27,79 DISPOSTO: 27,79						Valor R\$ 27,79
<b>Total: 27,79</b>						
81660000000-3 27792485202-7 00113310000-6 00069030456-3						Autenticação

		<b>SEMEC - PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ</b> <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA - SEMEC</b> <b>DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL - D.A.M MENSAL</b>				
Contribuinte <b>BENEDITO GONSALVES DOS SANTOS</b>						
CPF/CNPJ	Inscrição / C.M.C.	Tributos	Referência	Vencimento	Nosso Número	
445.431.314-87	901445291	TAXA - INC. DE IMPOSTO - AL	Paro. Unica	13/01/2019	210007004904-1110	
ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA LOGRADOURO: RUA DA INDÚSTRIA, 1110 BAIRRO: CENTRO COMPLEMENTO:						
RCM: IMAM, IMAM, IMAM - RCM: IMAM, IMAM, IMAM - MÊS: DEZEMBRO						
<b>Total a Pagar: 27,79</b>						
LOCALS PARA PAGAMENTO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, SANTANDER, BRASERIO, LULA, BANCO DO BRASIL, ITORREDO, CATERIAS, MULTIBANCO, CREDITO, EMITA SUA RECIBO VIA E OUTROS SERVIÇOS WWW.MACEIO.MACEIO.AZ.GOV.BR						

81660000000-3 27792485202-7 00113310000-6 00069030456-3



ESTADO DE ALAGOAS  
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL  
PERÍCIA OFICIAL - PO/AL  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DEL. MARIO PEDRO DOS SANTOS

 Polegar Direito



Beneval Ciriaco da Silva Neto

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3747443-0 DATA DE EMISSÃO 25/07/2012

NOME BENEVAL CIRIACO DA SILVA NETO

FILIAÇÃO EDVALDO CIRIACO DA SILVA  
JOANA D'ARC GALDINO LIMA

NATURALIDADE MACEIÓ - AL DATA DE NASCIMENTO 12/06/1998

MACEIÓ - AL

CERTO NASC 70796 FLS 72 LIV A67

MACEIÓ - AL

1 VIA

MARIA MADALENA CARDOSO DA SILVA  
DIRETORA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

P 200

G0Z56A00 88NA

## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** BENEVAL CIRIACO DA SILVA NETO, brasileiro  
solteiro, comerciante, portador de CPF 121.156.854-74 e Carteira de  
 Identidade 3747443-0, residente na R. Agamenon Souza Santos, 57 -  
Bebedouro - Maceió/AL telefone: (82) 98716-5251.

**OUTORGADO:** **BRUNO GABRIEL DE ARAÚJO**, advogado, devidamente inscrito na OAB/AL - 12385, com escritório profissional na Rua Hilda Pereira Monte, 11-D, Petrópolis, Maceió/AL.

**PODERES:** Os poderes das cláusulas "AD JUDICIA" e "EXTRA" para o foro em geral, com o fim de defender todos os direitos e interesses do outorgante, podendo transigir, desistir, fazer acordos, discordar, concordar, passar recibos, dar e receber quitação, apresentar, juntar e desembaraçar documentos, papéis, recibos e guias, interpor e seguir recursos até Superior instância e finalmente praticar e requerer todos os demais atos necessários ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes. Em especial, os poderes para representar em ações judiciais e procedimentos extrajudiciais em face da Braskem e Entes Públicos, para indenização dos danos causados ao imóvel e atividade econômica do outorgante, bem como os danos imateriais às pessoas dos morador e/ou empreendedor.

- a. No procedimento extrajudicial serão devidos honorários ao Outorgado no percentual de 15% (quinze por cento) de todo o proveito econômico obtido, a serem pagos pelo outorgante no momento da indenização, sendo passível de retenção pela entidade pagadora e repasse diretamente ao Advogado.
- b. Os honorários sucumbenciais serão devidos ao Advogado, bem como qualquer remuneração de natureza honorária prevista em Termo de Ajustamento de Conduta, ou outro acordo celebrado entre as partes.
- c. Caso seja a opção pela via Judicial, o outorgante acede em pagar aos advogados contratados, honorários correspondentes a 20% (vinte por cento) do total bruto da ação deferido com as devidas atualizações apuradas em procedimento de execução, até final pagamento.
- d. Caberá à parte contratante o pagamento das custas e despesas que forem necessárias ao bom e rápido andamento da ação, bem como fornecer os documentos que os advogados ora contratados lhe solicitar.
- e. havendo desistência após ajuizado o feito, ou composição amigável entre autor(a) e ré(u), os honorários continuarão devidos no mesmo percentual previamente acordado, neste caso, respectivamente, sobre o valor da causa ou sobre o valor bruto pactuado na composição amigável.
- f. Aplicam-se as demais condições do estatuto da advocacia.
- g. As partes contratantes elegem o foro da Cidade de Maceió/AL, para dirimir qualquer ação oriunda deste contrato.

Maceió, 03/08/2020

x Beneval Ciriaco da Silva Neto

### AUTODECLARAÇÃO

Eu, BENEVAL CIRIACO DA SILVA NETO,  
residente à R. Agamenon Souza Santos, 57 - Bebedouro,  
CPF nº 121.156.854-74 RG nº 3747443-0, Declaro, para os devidos fins  
que exerço atividade comercial no Mercado Público de Bebedouro, desde o ano de  
2009 no ramo de COMÉRCIO DE VERDURAS

Por ser verdade, dato e assino o presente documento, declarando estar ciente  
de que responderei criminalmente em caso de falsidade das informações aqui prestadas.

Maceió, 03 / 08 / 2020.

x Beneval Ciriaco da Silva Neto

Assinatura do Declarante

### TESTEMUNHAS:

x Pedro Galvão Lima  
NOME: PEDRO GALDINO LIMA  
CPF: 053.909.274-60

Cícera Maria de Lima  
NOME: CÍCERA MARIA DE LIMA  
CPF: 037.095.644-33



Casal

\*\*\* FATURA \*\*\*

EDVALDO CIRIACO DA SILVA

0000879428

RUA AGAMENON SOUZA SANTOS, 0057 - QD C

CHA DE BEBEDOURO 57018-605

12/2020

678.\*\*\*\*\*

Y11X092025

15/12

455

470

15

11

0

1R000031R

MACEIO UN FAROL

3

1

1

0

0

0

028 0085 0416 000

00

AGUA

97,15

00080

MULTA P/IMPONTUALIDADE

1/1

1,59

00091

JUROS DE MORA

1/1

0,89

00094

ATUALIZACAO MONETARIA

1/1

0,63

Valor aproximado re tributos: 4,66

PIS e COFINS. Lei 12.741 de 2012

20/12/2020

100,26

HISTORICO DE CONSUMO							
MES/ANO	LEITURA	OL	OC CONSUMO	MES/ANO	LEITURA	OL	OC CONSUMO
12/2019	321	0	12	06/2020	396	0	10
01/2020	335	0	14	07/2020	406	0	10
02/2020	349	0	14	08/2020	417	0	11
03/2020	364	0	15	09/2020	429	0	12
04/2020	377	6	13	10/2020	442	0	13
05/2020	386	0	9	11/2020	455	0	13

9

3

9

3

9

9

14

14

9

14

14

14

14

14

1

0

11

14

IMOVEL COM DEBITO, EVITE O CORTE. PROCURE A CASAL.  
BOAS FESTAS! QUE O NATAL SEJA FESTEJADO EM PAZ E HARMONIA  
E O ANO NOVO RECEBIDO COM MUITA ALEGRIA!

0000879428

12/2020

472

028

0085

0416

000

20/12/2020

100,26

8260000001-6 00260012820-7 00879428122-3 02000000003-2







**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

**Receita Federal**  
**Cadastro de Pessoas Físicas**



**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO**

**Número**

**121.156.854-74**

**Nome**

**BENEVAL CIRIACO DA SILVA NETO**

**Nascimento**

**12/06/1998**

**VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO**

## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** CÍCERA MARIA DE LIMA, BRASILEIRA, SOLTEIRA, COMERCIANTE, portador de CPF 039095644-33 e Carteira de Identidade 1659189, residente na CS. VER. BRUNO FERRARI, Nº 105, QD. A, CNA DE BEREDURO, MACEIÓ/AL telefone: (82) 98835-0885.

**OUTORGADO:** **BRUNO GABRIEL DE ARAÚJO**, advogado, devidamente inscrito na OAB/AL - 12385, com escritório profissional na Rua Hilda Pereira Monte, 11-D, Petrópolis, Maceió/AL.

**PODERES:** Os poderes das cláusulas "AD JUDICIA" e "EXTRA" para o foro em geral, com o fim de defender todos os direitos e interesses do outorgante, podendo transigir, desistir, fazer acordos, discordar, concordar, passar recibos, dar e receber quitação, apresentar, juntar e desembasar documentos, papéis, recibos e guias, interpor e seguir recursos até Superior instância e finalmente praticar e requerer todos os demais atos necessários ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes. Em especial, os poderes para representar em ações judiciais e procedimentos extrajudiciais em face da Braskem e Entes Públicos, para indenização dos danos causados ao imóvel e atividade econômica do outorgante, bem como os danos imateriais às pessoas dos morador e/ou empreendedor.

a. No procedimento extrajudicial serão devidos honorários ao Outorgado no percentual de 15% (quinze por cento) de todo o proveito econômico obtido, a serem pagos pelo outorgante no momento da indenização, sendo passível de retenção pela entidade pagadora e repasse diretamente ao Advogado.

b. Os honorários sucumbenciais serão devidos ao Advogado, bem como qualquer remuneração de natureza honorária prevista em Termo de Ajustamento de Conduta, ou outro acordo celebrado entre as partes.

c. Caso seja a opção pela via Judicial, o outorgante acede em pagar aos advogados contratados, honorários correspondentes a 20% (vinte por cento) do total bruto da ação deferido com as devidas atualizações apuradas em procedimento de execução, até final pagamento.

d. Caberá a parte contratante o pagamento das custas e despesas que forem necessárias ao bom e rápido andamento da ação, bem como fornecer os documentos que os advogados ora contratados lhe solicitar.

e. havendo desistência, após ajuizado o feito, ou composição amigável entre autor(a) e ré(u), os honorários continuarão devidos no mesmo percentual previamente acordado, neste caso, respectivamente, sobre o valor da causa ou sobre o valor bruto pactuado na composição amigável.

f. Aplicam-se as demais condições do estatuto da advocacia.

g. As partes contratantes elegem o foro da Cidade de Maceió/AL, para dirimir qualquer ação oriunda deste contrato.

Maceió, 01/08/2020

Cícera Maria de Lima

# AUTODECLARAÇÃO

Eu, CÍCERA MARIA DE LIMA  
portador do RG Nº 1659189 SSP/AL, CPF Nº 037.095.644-33,  
residente e domiciliado na CT. VER. BRUNO FERRARI, Nº 105, QD. A  
CHÁ DE BEBEDOURO, MACEIO/AL declaro sob as penas da lei, que exerço minhas  
atividades comerciais no MERCADO PÚBLICO DE BEBEDOURO desde o ano de 2002,  
e o objeto de minha atividade é a venda de Ovos.

Declararam também as testemunhas abaixo que o referido é a absoluta expressão da  
verdade, e firmam a presente declaração, sob a responsabilidade civil e criminal de falso  
testemunho.

X \_\_\_\_\_


## TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
NOME:

CPF:

\_\_\_\_\_  
NOME:

CPF:

MINISTÉRIO DA FAZENDA Secretaria da Receita Federal	
CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS	
Nome	CICERA MARIA DE LIMA
Nº de Inscrição	037095644-33
Data do Nascimento	18/06/78
	

1.659.189 09.07.1996  
NOME Cicera Maria de Lima  
FILIAÇÃO José Cicero de Lima  
Helena Antonia Galdino Lima  
Maceió-AL 18.06.1978  
Cert.Nasc.Nº8340 Fls.51V Liv.A-8  
Maceió-AL  
ASSINATURA DO REGISTRO

ESTADO DE ALAGOAS  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO  
F.S. Nº 1075  
Cicera Maria de Lima  
CARTEIRA DE IDENTIDADE





## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** CÍCERO ALVES OLIVEIRA, BRASILEIRO, CASADO, COMERCIANTE, portador de CPF 056.603.394-17 e Carteira de Identidade 1735461 SP/AL, residente na R. FLORESTAL, 26 - LJA DA JARDINEIRA, LOT. PIRATUN DO HORTO, MACEIÓ/AL 57018-000 telefone: (82) 98702-7577.

**OUTORGADO:** **BRUNO GABRIEL DE ARAÚJO**, advogado, devidamente inscrito na OAB/AL - 12385, com escritório profissional na Rua Hilda Pereira Monte, 11-D, Petrópolis, Maceió/AL.

**PODERES:** Os poderes das cláusulas "AD JUDICIA" e "EXTRA" para o foro em geral, com o fim de defender todos os direitos e interesses do outorgante, podendo transigir, desistir, fazer acordos, discordar, concordar, passar recibos, dar e receber quitação, apresentar, juntar e desembaraçar documentos, papéis, recibos e guias, interpor e seguir recursos até Superior instância e finalmente praticar e requerer todos os demais atos necessários ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes. Em especial, os poderes para representar em ações judiciais e procedimentos extrajudiciais em face da Braskem e Entes Públicos, para indenização dos danos causados ao imóvel e atividade econômica do outorgante, bem como os danos imateriais às pessoas dos morador e/ou empreendedor.

a. No procedimento extrajudicial serão devidos honorários ao Outorgado no percentual de 15% (quinze por cento) de todo o proveito econômico obtido, a serem pagos pelo outorgante no momento da indenização, sendo passível de retenção pela entidade pagadora e repasse diretamente ao Advogado.

b. Os honorários sucumbenciais serão devidos ao Advogado, bem como qualquer remuneração de natureza honorária prevista em Termo de Ajustamento de Conduta, ou outro acordo celebrado entre as partes.

c. Caso seja a opção pela via Judicial, o outorgante acede em pagar aos advogados contratados, honorários correspondentes a 20% (vinte por cento) do total bruto da ação deferido com as devidas atualizações apuradas em procedimento de execução, até final pagamento.

d. Caberá a parte contratante o pagamento das custas e despesas que forem necessárias ao bom e rápido andamento da ação, bem como fornecer os documentos que os advogados ora contratados lhe solicitar.

e. havendo desistência, após ajuizado o feito, ou composição amigável entre autor(a) e ré(u), os honorários continuarão devidos no mesmo percentual previamente acordado, neste caso, respectivamente, sobre o valor da causa ou sobre o valor bruto pactuado na composição amigável.

f. Aplicam-se as demais condições do estatuto da advocacia.

g. As partes contratantes elegem o foro da Cidade de Maceió/AL, para dirimir qualquer ação oriunda deste contrato.

Maceió, 05/08/2020

X Cícero Alves Oliveira

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
**PERÍCIA OFICIAL - POLÍCIA**  
**INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DEL. MARIO PEDRO DOS SANTOS**

**Polícia Civil**

*C. C. C. 40.130.013.111*

**ASSINATURA DO TITULAR**  
**CARTEIRA DE IDENTIDADE**

**VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**

**REGISTRO GERAL 1736461**

**DATA DE EXPEDIÇÃO 17/12/2016**

**NOME**  
**CICERO ALVES OLIVEIRA**

**FILIAÇÃO**  
**JOSÉ ALVES OLIVEIRA**  
**LIDIA FRANCISCO OLIVEIRA**

**NATURALIDADE**  
**GUARABUATUBA - AL**

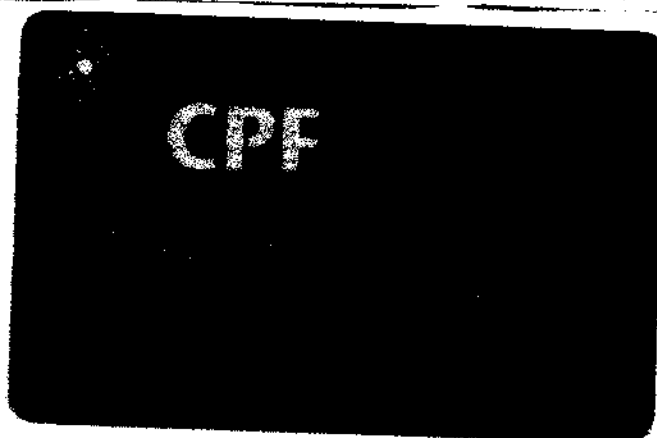
**DATA DE NASCIMENTO**  
**04/07/1977**

**DIPO ORDEM**  
**CERTO CAS 30009 FLS 3002 LIV 900**

**NACIONALIDADE**  
**BRASILEIRO - AL**

**2 VIA**

**LEI Nº 7.118 DE 20/08/83**



**CONTA MÊS**

**JULHO/2020** **VENCIMENTO 16/07/2020** **CONSUMO (KWH) 137** **TOTAL A PAGAR (R\$) 25,75**

**CICERO ALVES OLIVEIRA**  
**R. FLORESTAL 86 - CHA DA JAQUEIRA**  
**LT PARAISO DO MORTO**  
**CEP: 57.016-000 - MACEIO**

**ROT: 37.001.38.03.000550**

**Atividade 16409** **Anterior 09/07/2020**

**Consumo Medido 16272** **Anterior 08/06/2020**

**Consumo Medido 1,000** **Próxima Leitura 07/08/2020**

**Consumo Medido 137** **Gen. Arquivo 08/07/2020**

**Consumo Faturado 137** **Apresentação 09/07/2020**

**Forma de Pagamento: NORMAL** **Código de Irregularidade:** **Dias de Consumo: 31**

**Classe/Subclasse** **Ligação** **Número Medidor** **Posto** **Código Fat.** **Média 12 meses**

**RESID. BX. RENDA MONO 01197466 S 1 04409 1.4.1.1 155**

**HISTÓRICO kWh** **DESCRIÇÃO DA CONTA**

**Mês/ano consumo**

**JUN/20 161** **CONSUMO 30 kWh a R\$ 0,255508 = 7,66**

**MAI/20 168** **70 kWh a R\$ 0,438030 = 30,66**

**ABR/20 166** **37 kWh a R\$ 0,657044 = 24,31**

**MAR/20 180** **DIF. P/ BASE CALCULO TRIBUTOS 37,38**

**FEV/20 146** **SUBVENÇÃO BAIXA RENDA 28,58**

**JAN/20 171** **CONTR. ILUMINAÇÃO PUB. (COSIP) 18,77**

**DEZ/19 153** **PAGAMENTO A MAIOR 64,45**

**NOV/19 145**

**OUT/19 157**



**MACEIÓ**  
TRABALHO, ABASTECIMENTO  
E ECONOMIA SOLIDÁRIA

N 3000000  
**AMBULANTE**

**R\$4,50**

NOME:

*Cícero Alves*

CPF:

RAMO DE ATIVIDADE:

*22/12*  
DATA

*[Signature]*  
ASSINATURA DO FISCAL MATRICULA

## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** CÍCERO MANOEL DA SILVA, BRASILEIRO, CASADO, COMERCIANTE, portador de CPF 210.294.154-04 e Carteira de Identidade 305011-00/AL, residente na TV. PAU BRASIL, 017, CT. P. DO MORTO, CHÃ DE JAQUEIRA - MACEIÓ/AL telefone: (82) 98865-7795.

**OUTORGADO:** **BRUNO GABRIEL DE ARAÚJO**, advogado, devidamente inscrito na OAB/AL - 12385, com escritório profissional na Rua Hilda Pereira Monte, 11-D, Petrópolis, Maceió/AL.

**PODERES:** Os poderes das cláusulas "AD JUDICIA" e "EXTRA" para o foro em geral, com o fim de defender todos os direitos e interesses do outorgante, podendo transigir, desistir, fazer acordos, discordar, concordar, passar recibos, dar e receber quitação, apresentar, juntar e desembargar documentos, papéis, recibos e guias, interpor e seguir recursos até Superior instância e finalmente praticar e requerer todos os demais atos necessários ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes. Em especial, os poderes para representar em ações judiciais e procedimentos extrajudiciais em face da Braskem e Entes Públicos, para indenização dos danos causados ao imóvel e atividade econômica do outorgante, bem como os danos imateriais às pessoas dos morador e/ou empreendedor.

a. No procedimento extrajudicial serão devidos honorários ao Outorgado no percentual de 15% (quinze por cento) de todo o proveito econômico obtido, a serem pagos pelo outorgante no momento da indenização, sendo passível de retenção pela entidade pagadora e repasse diretamente ao Advogado.

b. Os honorários sucumbenciais serão devidos ao Advogado, bem como qualquer remuneração de natureza honorária prevista em Termo de Ajustamento de Conduta, ou outro acordo celebrado entre as partes.

c. Caso seja a opção pela via Judicial, o outorgante acede em pagar aos advogados contratados, honorários correspondentes a 20% (vinte por cento) do total bruto da ação deferido com as devidas atualizações apuradas em procedimento de execução, até final pagamento.

d. Caberá a parte contratante o pagamento das custas e despesas que forem necessárias ao bom e rápido andamento da ação, bem como fornecer os documentos que os advogados ora contratados lhe solicitar.

e. havendo desistência, após ajuizado o feito, ou composição amigável entre autor(a) e ré(u), os honorários continuarão devidos no mesmo percentual previamente acordado, neste caso, respectivamente, sobre o valor da causa ou sobre o valor bruto pactuado na composição amigável.

f. Aplicam-se as demais condições do estatuto da advocacia.

g. As partes contratantes elegem o foro da Cidade de Maceió/AL, para dirimir qualquer ação oriunda deste contrato.

Maceió, 03/08/2020

X Cícero Manoel da Silva



### AUTODECLARAÇÃO

Eu, CÍCERO MANOEL DA SILVA  
portador do RG Nº 305011 SSP/AL, CPF Nº 240.294.154-04,  
residente e domiciliado na TV. PAU BRASIL, 017, C.J. P. DO HORTO  
CAM. DE BEBEDOURO, MIN. G. AL declaro sob as penas da lei, que exerço minhas  
atividades comerciais no MERCADO PÚBLICO DE BEBEDOURO desde o ano de \_\_\_\_\_,  
e o objeto de minha atividade é a venda de \_\_\_\_\_.

Declararam também as testemunhas abaixo que o referido é a absoluta expressão da  
verdade, e firmam a presente declaração, sob a responsabilidade civil e criminal de falso  
testemunho.

### TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
NOME:

CPF:

\_\_\_\_\_  
NOME:

CPF:

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALACUJA  
Rua Barrão de Ataula, 200 - Centro - Macaé - RJ CEP 27.000-000  
FONE: (24) 3007-1000

\*\*\* FATURA \*\*\*

LUCIANO DA SILVA						0020174963																					
TRV PAU BRASIL CJ P DO HORTO, 0017						07/2020																					
CMA DE JAQUEIRA 57000-000																											
040.453.664-66					Y13C012524																						
17/07	1189	1207	18	13	0	10000031R																					
MACÊIO UN FAROL																											
3	1	1	0	0	0	021 0442 0024 000																					
00	ÁGUA					130,06																					
00080	Multa P/IMPONTUALIDADE 1/1					1,76																					
00091	JUROS DE MORA 1/1					0,30																					
00094	ATUALIZAÇÃO MONETARIA 1/1					0,03																					
Valor aproximado de tributos. 6,14																											
PIS e COFINS. Lei 12.741 de 2012																											
22/07/2020						132,15																					
HISTÓRICO DE CONSUMO																											
MES/ANO	LEITURA	OL	OC	CONSUMO	MES/ANO	LEITURA	OL	OC	CONSUMO																		
07/2019	995	0		21	01/2020	1124	0		16																		
08/2019	1017	0		22	02/2020	1139	0		15																		
09/2019	1049	0		32	03/2020	1156	0		17																		
10/2019	1067	0		18	04/2020	1166	0		10																		
11/2019	1088	0		21	05/2020	1180	0		14																		
12/2019	1108	0		20	06/2020	1189	0		9																		
<table border="1"> <tr> <td>9</td> <td>3</td> <td>9</td> <td>3</td> <td>9</td> <td>9</td> </tr> <tr> <td>9</td> <td>9</td> <td>9</td> <td>9</td> <td>9</td> <td>9</td> </tr> <tr> <td>9</td> <td>8</td> <td>1</td> <td>1</td> <td>8</td> <td>9</td> </tr> </table>										9	3	9	3	9	9	9	9	9	9	9	9	9	8	1	1	8	9
9	3	9	3	9	9																						
9	9	9	9	9	9																						
9	8	1	1	8	9																						
PREVENÇÃO COVID-19: HIDROMETROS INTERNOS FATURADOS POR MÉDIA. EXTERNOS COM LEITURA REAL.																											



001-9

00190.00009 02367.380009 00375.399185 1 77040000001683

Cedente <b>SEC. MUN. DE TRAB., ABAST. E ECON. SOLIDÁRIA</b>		Agência/Código do Cedente <b>3557-2 / 00006999-X</b>	Espécie <b>R\$</b>	Quantidade <b>1</b>	Nosso número <b>23673800000375399-X</b>
Número do documento <b>0000375399</b>	CPF/CNPJ <b>12.200.135/0001-80</b>	Vencimento <b>10/11/2018</b>		Valor documento <b>16,83</b>	
(-) Desconto/Abatimentos	(-) Outras deduções	(+) Mora/Multa	(+) Outros acréscimos	(=) Valor cobrado	
Sacado <b>ZILDA ROSA SANTOS DA SILVA - Box: MB.CON-MB.0011 - Mês: 10/2018 - 222.695.334-53</b> <b>RUA CEU LUCENA MARANHÃO, 0117 - BEBEDOURO,</b>					

Demonstrativo

Autenticação mecânica

Corte na linha pontilhada



001-9

00190.00009 02367.380009 00375.399185 1 77040000001683

Local de pagamento <b>QUALQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO</b>					Vencimento <b>10/11/2018</b>
Cedente <b>SEC. MUN. DE TRAB., ABAST. E ECON. SOLIDÁRIA</b>					Agência/Código cedente <b>3557-2 / 00006999-X</b>
Data do documento <b>01/11/2018</b>	Nº documento <b>0000375399</b>	Espécie doc. <b>R\$</b>	Acete <b>S</b>	Data processamento	Nosso número <b>23673800000375399-X</b>
Uso do banco	Carteira <b>18</b>	Espécie <b>9</b>	Quantidade <b>1</b>	Valor Documento <b>16,83</b>	(=) Valor documento <b>16,83</b>
Instruções (Texto de responsabilidade do cedente) <b>VALORIZE SEU BOX, PAGUE SEU BOLETO EM DIA.</b> <b>TAXA BANCARIA - R\$ 3,53.</b> <b>SR. CAIXA APÓS DEZ DIAS DO VENCIMENTO COBRAR JUROS DE 5% AO MÊS.</b> <b>EM CASO DE DUVIDA ENTRE EM CONTATO COM A SEMTABES - 82 3315-6213.</b> <b>EMITIDO PELO SISTEMA SEMTABES.</b> <b>RENOVE SUA TPRU A CADA DOIS ANOS.</b>					(-) Desconto/Abatimentos
					(-) Outras deduções
					(+) Mora/Multa
					(+) Outros acréscimos
					(=) Valor cobrado
Sacado <b>ZILDA ROSA SANTOS DA SILVA - Box: MB.CON-MB.0011 - Mês: 10/2018 - 222.695.334-53</b> <b>RUA CEU LUCENA MARANHÃO, 0117 - BEBEDOURO,</b>					

Cód. baixa

Sacador/Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de Compensação



Corte na linha pontilhada

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE ALAGOAS

SECRETARIA DE JUSTICA E DEFESA SOCIAL  
INSTITUTO DE IDENTIFICACAO  
DEL. MARIO PEDRO DOS SANTOS

 **Foto** **Directo**



*Cicero Manoel da Silva*

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 305011 DATA DE EMISSÃO 08/03/2004

NOME **CICERO MANOEL DA SILVA**

FILIAÇÃO **JOSÉ MANOEL DA SILVA**  
**ANTÔNIA MARIA DA CONCEIÇÃO**

NATURALIDADE **PORTO CALVO - AL** DATA DE NASCIMENTO **08/03/1966**

DOC. ORDEM  
**CERTO CAS 271 FLS 136 LIV 81AUX**  
**6 OF NACIS - AL**  
**219.299.154-04**  
**2 VIA**

*[Signature]*

P 300

LEI Nº 7.116 DE 2003

## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** EDILENE DOS SANTOS, brasileira, solteira, comerciante, portador de CPF 080.515.314-42 e Carteira de Identidade 3150156-7, residente na R. Agamenon Souza Santos, 415, AD: C, Chã de Bebedouro telefone: (82) 98839-4306.

**OUTORGADO:** **BRUNO GABRIEL DE ARAÚJO**, advogado, devidamente inscrito na OAB/AL - 12385, com escritório profissional na Rua Hilda Pereira Monte, 11-D, Petrópolis, Maceió/AL.

**PODERES:** Os poderes das cláusulas "AD JUDICIA" e "EXTRA" para o foro em geral, com o fim de defender todos os direitos e interesses do outorgante, podendo transigir, desistir, fazer acordos, discordar, concordar, passar recibos, dar e receber quitação, apresentar, juntar e desembaraçar documentos, papéis, recibos e guias, interpor e seguir recursos até Superior instância e finalmente praticar e requerer todos os demais atos necessários ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes. Em especial, os poderes para representar em ações judiciais e procedimentos extrajudiciais em face da Braskem e Entes Públicos, para indenização dos danos causados ao imóvel e atividade econômica do outorgante, bem como os danos imateriais às pessoas dos morador e/ou empreendedor.

a. No procedimento extrajudicial serão devidos honorários ao Outorgado no percentual de 15% (quinze por cento) de todo o proveito econômico obtido, a serem pagos pelo outorgante no momento da indenização, sendo passível de retenção pela entidade pagadora e repasse diretamente ao Advogado.

b. Os honorários sucumbenciais serão devidos ao Advogado, bem como qualquer remuneração de natureza honorária prevista em Termo de Ajustamento de Conduta, ou outro acordo celebrado entre as partes.

c. Caso seja a opção pela via Judicial, o outorgante acede em pagar aos advogados contratados, honorários correspondentes a 20% (vinte por cento) do total bruto da ação deferido com as devidas atualizações apuradas em procedimento de execução, até final pagamento.

d. Caberá à parte contratante o pagamento das custas e despesas que forem necessárias ao bom e rápido andamento da ação, bem como fornecer os documentos que os advogados ora contratados lhe solicitar.

e. havendo desistência após ajuizado o feito, ou composição amigável entre autor(a) e ré(u), os honorários continuarão devidos no mesmo percentual previamente acordado, neste caso, respectivamente, sobre o valor da causa ou sobre o valor bruto pactuado na composição amigável.

f. Aplicam-se as demais condições do estatuto da advocacia.

g. As partes contratantes elegem o foro da Cidade de Maceió/AL, para dirimir qualquer ação oriunda deste contrato.

Maceió, 16 / 01 / 2021

Edilene dos Santos



COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MACEIO S.A.  
RUA BARÃO DE ATAÍDE, 200 - Centro - Maceió - Al - CEP: 57018-605

\*\*\* FATURA \*\*\*

ELMIRO BATISTA DE SOUZA  
RUA AGAMENON SOUZA SANTOS, 0045 - QD C  
CHA DE BEBEDOURO 57018-605

0000879444

12/2020

000 \*\*\*\*\*

Y17C018836

15/12	350	364	14	13	0	1R000031R
-------	-----	-----	----	----	---	-----------

MACEIO UN FAROL

3 1 1 0 0 0 028 0085 0428 000

00 AGUA

87,66

Valor aproximado de tributos: 4,08  
PIS e COFINS. Lei 12.741 de 2012

20/12/2020

87,66

MES/ANO	LEITURA	OL	OC	CONSUMO	HISTORICO DE CONSUMO	MES/ANO	LEITURA	OL	OC	CONSUMO
12/2019	196	0			13	06/2020	281	0		14
01/2020	212	0			16	07/2020	296	0		15
02/2020	225	0			13	08/2020	310	0		14
03/2020	238	0			13	09/2020	325	0		15
04/2020	252	0			14	10/2020	339	0		14
05/2020	267	0			15	11/2020	350	0		11

9	3	9	3	9	9
14	14	9	14	14	14
14	14	1	0	11	14

BOAS FESTAS! QUE O NATAL SEJA FESTEJADO EM PAZ E HARMONIA  
E O ANO NOVO RECEBIDO COM MUITA ALEGRIA!

### AUTODECLARAÇÃO

Eu, EDILENE DOS SANTOS,  
residente à R. AGAMENON SOUZA SANTOS, 0045 - AD. - C,  
CPF nº 080.915.314-42 RG nº 3150156-7, Declaro, para os devidos fins  
que exerço atividade comercial no Mercado Público de Bebedouro, desde o ano de  
2012 no ramo de COMÉRCIO DE FRUTAS.

Por ser verdade, dato e assino o presente documento, declarando estar ciente  
de que responderei criminalmente em caso de falsidade das informações aqui prestadas.

Maceió, 16 / 01 / 2020.

x Edilene dos Santos

Assinatura do Declarante

### TESTEMUNHAS:

x Pedro Galpino Lima  
NOME: PEDRO GALPINO LIMA  
CPF: 053.909.274-60

Cícera Maria de Lima  
NOME: CÍCERA MARIA DE LIMA  
CPF: 037.095.644-33



G0256A0087NA



## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** EDITE BARBOSA DE ARAÚJO, BRASILEIRA  
CASADA, COMERCIANTE, portador de CPF 430.141.994-04 e Carteira de  
 Identidade 346.098, residente na R. Jequitá, Nº 29, Chã de Jacuina,  
MACEIO/AL - 57018-536 telefone: (82) 99667-8518.

**OUTORGADO:** **BRUNO GABRIEL DE ARAÚJO**, advogado, devidamente inscrito na OAB/AL - 12385, com escritório profissional na Rua Hilda Pereira Monte, 11-D, Petrópolis, Maceió/AL.

**PODERES:** Os poderes das cláusulas "AD JUDICIA" e "EXTRA" para o foro em geral, com o fim de defender todos os direitos e interesses do outorgante, podendo transigir, desistir, fazer acordos, discordar, concordar, passar recibos, dar e receber quitação, apresentar, juntar e desembaraçar documentos, papéis, recibos e guias, interpor e seguir recursos até Superior instância e finalmente praticar e requerer todos os demais atos necessários ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes. Em especial, os poderes para representar em ações judiciais e procedimentos extrajudiciais em face da Braskem e Entes Públicos, para indenização dos danos causados ao imóvel e atividade econômica do outorgante, bem como os danos imateriais às pessoas dos morador e/ou empreendedor.

- a. No procedimento extrajudicial serão devidos honorários ao Outorgado no percentual de 15% (quinze por cento) de todo o proveito econômico obtido, a serem pagos pelo outorgante no momento da indenização, sendo passível de retenção pela entidade pagadora e repasse diretamente ao Advogado.
- b. Os honorários sucumbenciais serão devidos ao Advogado, bem como qualquer remuneração de natureza honorária prevista em Termo de Ajustamento de Conduta, ou outro acordo celebrado entre as partes.
- c. Caso seja a opção pela via Judicial, o outorgante acede em pagar aos advogados contratados, honorários correspondentes a 20% (vinte por cento) do total bruto da ação deferido com as devidas atualizações apuradas em procedimento de execução, até final pagamento.
- d. Caberá à parte contratante o pagamento das custas e despesas que forem necessárias ao bom e rápido andamento da ação, bem como fornecer os documentos que os advogados ora contratados lhe solicitar.
- e. havendo desistência após ajuizado o feito, ou composição amigável entre autor(a) e ré(u), os honorários continuarão devidos no mesmo percentual previamente acordado, neste caso, respectivamente, sobre o valor da causa ou sobre o valor bruto pactuado na composição amigável.
- f. Aplicam-se as demais condições do estatuto da advocacia.
- g. As partes contratantes elegem o foro da Cidade de Maceió/AL, para dirimir qualquer ação oriunda deste contrato.

Maceió, 03/08/2020

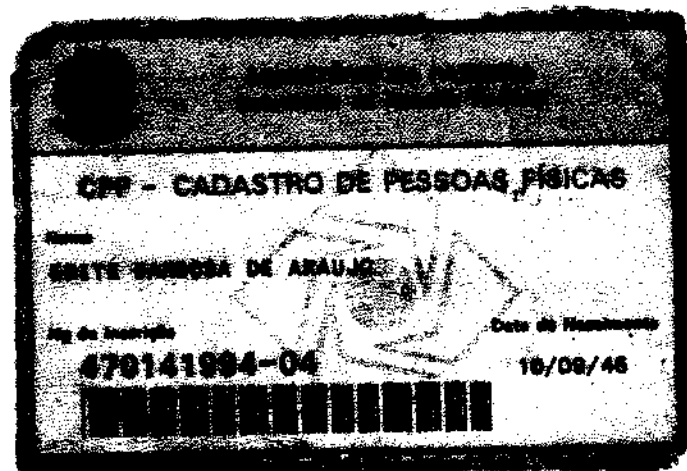
\*Edite Barbosa de Araújo

**Corte na linha pontilhada**





1587  
96670



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		TÍTULO ELEITORAL		IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA	
POLEGAR DIREITO		NOME DO ELEITOR <b>EDITE BARBOSA DE ARAUJO</b>			
DATA DE NASCIMENTO <b>10/09/1946</b>	Nº REGISTRO <b>0080 2745 1759</b>	D.V. <b>003</b>	ZONA <b>0303</b>	DATA DE EMISSÃO <b>18/10/2011</b>	
MUNICÍPIO / UF <b>MACEIO / AL</b>		JUIZ ELEITORAL			
ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR <i>Edite Barbosa de Araújo</i>		VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL			

## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** EDMILSON CORREIA DOS SANTOS  
BRASILEIRO, CASADO, COMERCIANTE, portador de CPF 787.204.354-87 e Carteira de  
Identidade 612055 SSP/AL, residente na VILA SANTA ANA, Nº 23 -  
CHÁ DA JAQUEIRA - MACEIÓ/AL 57018-330 telefone: 87582267

**OUTORGADO:** **BRUNO GABRIEL DE ARAÚJO**, advogado, devidamente inscrito na OAB/AL - 12385,  
com escritório profissional na Rua Hilda Pereira Monte, 11-D, Petrópolis, Maceió/AL.

**PODERES:** Os poderes das cláusulas "AD JUDICIA" e "EXTRA" para o foro em geral, com o fim de defender todos os direitos e interesses do outorgante, podendo transigir, desistir, fazer acordos, discordar, concordar, passar recibos, dar e receber quitação, apresentar, juntar e desembaraçar documentos, papéis, recibos e guias, interpor e seguir recursos até Superior instância e finalmente praticar e requerer todos os demais atos necessários ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes. Em especial, os poderes para representar em ações judiciais e procedimentos extrajudiciais em face da Braskem e Entes Públicos, para indenização dos danos causados ao imóvel e atividade econômica do outorgante, bem como os danos imateriais às pessoas dos morador e/ou empreendedor.

- a. No procedimento extrajudicial serão devidos honorários ao Outorgado no percentual de 15% (quinze por cento) de todo o proveito econômico obtido, a serem pagos pelo outorgante no momento da indenização, sendo passível de retenção pela entidade pagadora e repasse diretamente ao Advogado.
- b. Os honorários sucumbenciais serão devidos ao Advogado, bem como qualquer remuneração de natureza honorária prevista em Termo de Ajustamento de Conduta, ou outro acordo celebrado entre as partes.
- c. Caso seja a opção pela via Judicial, o outorgante acede em pagar aos advogados contratados, honorários correspondentes a 20% (vinte por cento) do total bruto da ação deferido com as devidas atualizações apuradas em procedimento de execução, até final pagamento.
- d. Caberá à parte contratante o pagamento das custas e despesas que forem necessárias ao bom e rápido andamento da ação, bem como fornecer os documentos que os advogados ora contratados lhe solicitar.
- e. havendo desistência após ajuizado o feito, ou composição amigável entre autor(a) e ré(u), os honorários continuarão devidos no mesmo percentual previamente acordado, neste caso, respectivamente, sobre o valor da causa ou sobre o valor bruto pactuado na composição amigável.
- f. Aplicam-se as demais condições do estatuto da advocacia.
- g. As partes contratantes elegem o foro da Cidade de Maceió/AL, para dirimir qualquer ação oriunda deste contrato.

Maceió, 03/08/2020

Edmilson Correia dos Santos

IMÓVEL COM DÉBITO, EVITE O CORTE. PROCURE A CASAL.  
PREVENÇÃO COVID-19: HIDRÔMETROS INTERNOS FATURADOS POR MÉDIA.  
EXTERNS COM LEITURA REAL.

12K55  
12.28/11/2018  
21.68/11/2018  
11.30/11/2018  
6K75 Pro  
7K750 Bil

**BANCO DO BRASIL**

001-9

00190.00009 02367.380009 00372.507186 3 76730000002603

Cedente		Agência/Código do Cedente		Espécie	Quantidade	Nosso número
SEC. MUN. DE TRAB., ABAST. E ECON. SOLIDÁRIA		3557-2 / 00006999-X		R\$	1	23673800000372507 4
Número do documento		CPF/CNPJ		Data de vencimento		Valor documento
0000372507		12.200.135/0001-80		10/10/2018		26,03
(-) Desconto/Abatimentos		(-) Outras deduções		(+/-) Outros acréscimos		(=) Valor cobrado
		(+/-) Mora/Multa				
Sacado EDMILSON CORREIA DOS SANTOS - Box: MB.TCA-MB.0016 - Box: MB.TCA-MB.0017 - Box: MB.TCA-MB.0018 - Mês: 9/2018 - 787.204.354-87 VILA SANTA ANA, 023 - BEBEDOURO.						

Demonstrativo

Autenticação mecânica

1000  
800

Corte na linha pontilhada

*gornexon = 98802-8330*

# PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Edna Santos Chaves  
 portador de CPF 910.850.214-98 Carteira de  
 Identidade 934244, residente na Tebia barreira  
n: 580 telefone: 98802-8330

OUTORGADO: BRUNO GABRIEL DE ARAÚJO, advogado, devidamente inscrito na OAB/AL - 12385, com escritório profissional na Rua Hilda Pereira Monte, 11-D, Petrópolis, Maceió/AL.

**PODERES:** Os poderes das cláusulas "AD JUDICIA" e "EXTRA" para o foro em geral, com o fim de defender todos os direitos e interesses do outorgante, podendo transigir, desistir, fazer acordos, discordar, concordar, passar recibos, dar e receber quitação, apresentar, juntar e desembaraçar documentos, papéis, recibos e guias, interpor e seguir recursos até Superior instância e finalmente praticar e requerer todos os demais atos necessários ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes. Em especial, os poderes para representar em ações judiciais e procedimentos extrajudiciais em face da Braskem e Entes Públicos, para indenização dos danos causados ao imóvel e atividade econômica do outorgante, bem como os danos imateriais às pessoas dos morador e/ou empreendedor.

a. No procedimento extrajudicial serão devidos honorários ao Outorgado no percentual de 15% (quinze por cento) de todo o proveito econômico obtido, a serem pagos pelo outorgante no momento da indenização, sendo passível de retenção pela entidade pagadora e repasse diretamente ao Advogado.

b. Os honorários sucumbenciais serão devidos ao Advogado, bem como qualquer remuneração de natureza honorária prevista em Termo de Ajustamento de Conduta, ou outro acordo celebrado entre as partes.

c. Caso seja a opção pela via Judicial, o outorgante acede em pagar aos advogados contratados, honorários correspondentes a 20% (vinte por cento) do total bruto da ação deferido com as devidas atualizações apuradas em procedimento de execução, até final pagamento.

d. Caberá a parte contratante o pagamento das custas e despesas que forem necessárias ao bom e rápido andamento da ação, bem como fornecer os documentos que os advogados ora contratados lhe solicitar.

e. havendo desistência, após ajuizado o feito, ou composição amigável entre autor(a) e ré(u), os honorários continuarão devidos no mesmo percentual previamente acordado, neste caso, respectivamente, sobre o valor da causa ou sobre o valor bruto pactuado na composição amigável.

f. Aplicam-se as demais condições do estatuto da advocacia.

g. As partes contratantes elegem o foro da Cidade de Maceió/AL, para dirimir qualquer ação oriunda deste contrato.

Maceió, 03/08/2020

Edna Santos Chaves



Seq. Arq.: 0137  
 Num. U.C.: 01465839-9  
 Tot. Fat.: 109,16  
 Dt. Venc.: 01/06/2019  
 M/A Fat.: 05/2019  
 Data Leit.: 24/05/2019  
 Leitura: 1796  
 Tipo Entr.: 3  
 Carga :  
 Coletor: 0022

**Eletrobras**  
 Distribuição Alagoas

Para contato com a  
 Eletrobras, informe  
 este número

SEU CÓDIGO

0048319-2

Av. Fernandes Lima, nº 3540 - Cruzes de Lourdes - CEP: 57052-100  
 MACEIÓ - AL  
 REGIME ESPECIAL DE FOMENTO AO COMÉRCIO - ELASCOM-AL  
 Nº: 001/2014  
 Nº: 001/2014  
 Nº: 001/2014

Nº de Nota Fiscal: 020778940

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada  
 pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

CORTA MFS	VENCIMENTO	CONSUMO (kWh)	TOTAL A PAGAR (R\$)
16/10/2019	01/06/2019	180	173,07

EDNA SANTOS CHAVES  
 R. TOBIAS BARRETO S60 BELBEDOURO

7.417-690 MACEIÓ

DADOS DA LEITURA	ROT: UCI	DADOS DA LEITURA
Atual: 19311		Atual: 19311
Anterior: 19131		Anterior: 19131
Constante de Multiplicação: 1,000		Constante de Multiplicação: 1,000
Consumo Medido: 180		Consumo Medido: 180
Consumo Faturado: 180		Consumo Faturado: 180
Classe de Faturamento: NORMAL		Classe de Faturamento: NORMAL
Fator de Potência: FCM		Fator de Potência: FCM
Unidade de Consumo: 30		Unidade de Consumo: 30

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA
Classe/Subclasse: S1DENCIAL
Uso: MONO
Numero Medidor: 62111969
Posto: 5
Codigo Fat: 1.1.1.1
Méda 12 meses: 263

HISTÓRICO kWh	CONSUMO	DESCRIÇÃO DA CONTA
Mês/ano consumo	180 kWh	0,316439 =
R/19 226		KONTRIB. DE ILUMINACAO PUBLICA(COSIP)
R/19 265		KORRECAO MONETARIA 04/19-00
V/19 276		MULTA POR ATRASO 04/19-00
V/19 286		JUROS DE MORA DE IMPO 04/19-00
2/18 267		ADICIONAL BANDEIRA AMARELA
1/18 294		FECEP = 2,93
1/18 266		
1/18 258		
1/18 250		
1/18 292		
1/18 264		
1/18 280		

MENSAGENS IMPORTANTES / AVISO DE VENCIMENTO  
 HONRAS quitados debitos desta UC no ano de 2018 (Lei 12007/09)  
 0820 082 0196 E FAÇA OPCAO VENCIMENTO 3 8 13 13 23 28

COMPOSIÇÃO DA CONTA - R\$	IMPOSTOS/TRIBUTOS - R\$
Base: 48,59	Base de Cálculo: 146,95
Alíquota: 34,49	Alíquota ICMS: 27,00%
Valor: 4,73	Valor do ICMS: 39,67
Valor: 10,74	Valor do PIS: 1,06%
Valor: 43,40	Valor do COFINS: 4,89%

INDICADORES DE CONTINUIDADE							
DIC			FIC			DMIC	DICRI
Mensal	Trimestral	Anual	Mensal	Trimestral	Anual	Mensal	Mensal
4,95	9,91	19,82	3,36	6,72	13,45	2,77	
1,95			2,00			1,25	
PINHEIRO							
Período de aplicação: 03/2019							84,8

Período de 03/2019  
 Emissão: 84,89

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

16/10/2015

15/07/1950

P 300

434244

EDNA SANTOS CHAVES

EDNA SANTOS CHAVES

ARMENIA BATISTA DOS SANTOS

PENEDON - AL

CERTO CAS 53000 FLS 30 LIV 18

MACEIÓ - AL

419.850.274-49

1 VIA

LEI Nº 7.116 DE 28/08/83

MAIOR DE 60 ANOS

ESTADO DE ALAGOAS

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIDADE

Polegar Direito

Edna Santos Chaves

CARTEIRA DE IDENTIDADE

## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** ELIANE GONÇALVES DOS SANTOS, BRASILEIRA, CASADA, COMERCIANTE, portador de CPF 093.364.724-70 e Carteira de Identidade 1739993, residente na LT. CAMPO DA CERAMICA, QD. 4, Nº 6, TABULEIRO DO MARTINS, MACEIÓ/AL telefone: (32) 99846-3040.

**OUTORGADO:** **BRUNO GABRIEL DE ARAÚJO**, advogado, devidamente inscrito na OAB/AL - 12385, com escritório profissional na Rua Hilda Pereira Monte, 11-D, Petrópolis, Maceió/AL.

**PODERES:** Os poderes das cláusulas "AD JUDICIA" e "EXTRA" para o foro em geral, com o fim de defender todos os direitos e interesses do outorgante, podendo transigir, desistir, fazer acordos, discordar, concordar, passar recibos, dar e receber quitação, apresentar, juntar e desembaraçar documentos, papéis, recibos e guias, interpor e seguir recursos até Superior instância e finalmente praticar e requerer todos os demais atos necessários ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes. Em especial, os poderes para representar em ações judiciais e procedimentos extrajudiciais em face da Braskem e Entes Públicos, para indenização dos danos causados ao imóvel e atividade econômica do outorgante, bem como os danos imateriais às pessoas dos morador e/ou empreendedor.

a. No procedimento extrajudicial serão devidos honorários ao Outorgado no percentual de 15% (quinze por cento) de todo o proveito econômico obtido, a serem pagos pelo outorgante no momento da indenização, sendo passível de retenção pela entidade pagadora e repasse diretamente ao Advogado.

b. Os honorários sucumbenciais serão devidos ao Advogado, bem como qualquer remuneração de natureza honorária prevista em Termo de Ajustamento de Conduta, ou outro acordo celebrado entre as partes.

c. Caso seja a opção pela via Judicial, o outorgante acede em pagar aos advogados contratados, honorários correspondentes a 20% (vinte por cento) do total bruto da ação deferido com as devidas atualizações apuradas em procedimento de execução, até final pagamento.

d. Caberá a parte contratante o pagamento das custas e despesas que forem necessárias ao bom e rápido andamento da ação, bem como fornecer os documentos que os advogados ora contratados lhe solicitar.

e. havendo desistência, após ajuizado o feito, ou composição amigável entre autor(a) e ré(u), os honorários continuarão devidos no mesmo percentual previamente acordado, neste caso, respectivamente, sobre o valor da causa ou sobre o valor bruto pactuado na composição amigável.

f. Aplicam-se as demais condições do estatuto da advocacia.

g. As partes contratantes elegem o foro da Cidade de Maceió/AL, para dirimir qualquer ação oriunda deste contrato.



Maceió, 03/08/2020


x Eliane Gonçalves dos Santos

自 8 月 15 日 2 时 00 分



1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59  
60  
61  
62  
63  
64  
65  
66  
67  
68  
69  
70  
71  
72  
73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
85  
86  
87  
88  
89  
90  
91  
92  
93  
94  
95  
96  
97  
98  
99  
100  
101  
102  
103  
104  
105  
106  
107  
108  
109  
110  
111  
112  
113  
114  
115  
116  
117  
118  
119  
120  
121  
122  
123  
124  
125  
126  
127  
128  
129  
130  
131  
132  
133  
134  
135  
136  
137  
138  
139  
140  
141  
142  
143  
144  
145  
146  
147  
148  
149  
150  
151  
152  
153  
154  
155  
156  
157  
158  
159  
160  
161  
162  
163  
164  
165  
166  
167  
168  
169  
170  
171  
172  
173  
174  
175  
176  
177  
178  
179  
180  
181  
182  
183  
184  
185  
186  
187  
188  
189  
190  
191  
192  
193  
194  
195  
196  
197  
198  
199  
200  
201  
202  
203  
204  
205  
206  
207  
208  
209  
210  
211  
212  
213  
214  
215  
216  
217  
218  
219  
220  
221  
222  
223  
224  
225  
226  
227  
228  
229  
230  
231  
232  
233  
234  
235  
236  
237  
238  
239  
240  
241  
242  
243  
244  
245  
246  
247  
248  
249  
250  
251  
252  
253  
254  
255  
256  
257  
258  
259  
260  
261  
262  
263  
264  
265  
266  
267  
268  
269  
270  
271  
272  
273  
274  
275  
276  
277  
278  
279  
280  
281  
282  
283  
284  
285  
286  
287  
288  
289  
290  
291  
292  
293  
294  
295  
296  
297  
298  
299  
300  
301  
302  
303  
304  
305  
306  
307  
308  
309  
310  
311  
312  
313  
314  
315  
316  
317  
318  
319  
320  
321  
322  
323  
324  
325  
326  
327  
328  
329  
330  
331  
332  
333  
334  
335  
336  
337  
338  
339  
340  
341  
342  
343  
344  
345  
346  
347  
348  
349  
350  
351  
352  
353  
354  
355  
356  
357  
358  
359  
360  
361  
362  
363  
364  
365  
366  
367  
368  
369  
370  
371  
372  
373  
374  
375  
376  
377  
378  
379  
380  
381  
382  
383  
384  
385  
386  
387  
388  
389  
390  
391  
392  
393  
394  
395  
396  
397  
398  
399  
400  
401  
402  
403  
404  
405  
406  
407  
408  
409  
410  
411  
412  
413  
414  
415  
416  
417  
418  
419  
420  
421  
422  
423  
424  
425  
426  
427  
428  
429  
430  
431  
432  
433  
434  
435  
436  
437  
438  
439  
440  
441  
442  
443  
444  
445  
446  
447  
448  
449  
450  
451  
452  
453  
454  
455  
456  
457  
458  
459  
460  
461  
462  
463  
464  
465  
466  
467  
468  
469  
470  
471  
472  
473  
474  
475  
476  
477  
478  
479  
480  
481  
482  
483  
484  
485  
486  
487  
488  
489  
490  
491  
492  
493  
494  
495  
496  
497  
498  
499  
500  
501  
502  
503  
504  
505  
506  
507  
508  
509  
510  
511  
512  
513  
514  
515  
516  
517  
518  
519  
520  
521  
522  
523  
524  
525  
526  
527  
528  
529  
530  
531  
532  
533  
534  
535  
536  
537  
538  
539  
540  
541  
542  
543  
544  
545  
546  
547  
548  
549  
550  
551  
552  
553  
554  
555  
556  
557  
558  
559  
560  
561  
562  
563  
564  
565  
566  
567  
568  
569  
570  
571  
572  
573  
574  
575  
576  
577  
578  
579  
580  
581  
582  
583  
584  
585  
586  
587  
588  
589  
590  
591  
592  
593  
594  
595  
596  
597  
598  
599  
600  
601  
602  
603  
604  
605  
606  
607  
608  
609  
610  
611  
612  
613  
614  
615  
616  
617  
618  
619  
620  
621  
622  
623  
624  
625  
626  
627  
628  
629  
630  
631  
632  
633  
634  
635  
636  
637  
638  
639  
640  
641  
642  
643  
644  
645  
646  
647  
648  
649  
650  
651  
652  
653  
654  
655  
656  
657  
658  
659  
660  
661  
662  
663  
664  
665  
666  
667  
668  
669  
670  
671  
672  
673  
674  
675  
676  
677  
678  
679  
680  
681  
682  
683  
684  
685  
686  
687  
688  
689  
690  
691  
692  
693  
694  
695  
696  
697  
698  
699  
700  
701  
702  
703  
704  
705  
706  
707  
708  
709  
710  
711  
712  
713  
714  
715  
716  
717  
718  
719  
720  
721  
722  
723  
724  
725  
726  
727  
728  
729  
730  
731  
732  
733  
734  
735  
736  
737  
738  
739  
740  
741  
742  
743  
744  
745  
746  
747  
748  
749  
750  
751  
752  
753  
754  
755  
756  
757  
758  
759  
760  
761  
762  
763  
764  
765  
766  
767  
768  
769  
770  
771  
772  
773  
774  
775  
776  
777  
778  
779  
780  
781  
782  
783  
784  
785  
786  
787  
788  
789  
790  
791  
792  
793  
794  
795  
796  
797  
798  
799  
800  
801  
802  
803  
804  
805  
806  
807  
808  
809  
810  
811  
812  
813  
814  
815  
816  
817  
818  
819  
820  
821  
822  
823  
824  
825  
826  
827  
828  
829  
830  
831  
832  
833  
834  
835  
836  
837  
838  
839  
840  
84

		<b>SEMEC - PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ</b> <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA - SEMEC</b> <b>DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL - D.A.M MENSAL</b>			
Contribuinte <b>ELIANE GONSALVES DOS SANTOS</b>				D.A.M. <b>62762461 / 2019</b>	
CPF/CNPJ	Inscrição / C.M.C.	Tributos	Referência	Vencimento	Noosso Número
090.364.724-71	901447870	TAXAS - ENT. PECUNÁRIAS 2019	PAID. 07.19	07.19.2020	310001.0006000369
Endereço de Correspondência Logradouro: Bairro: Complemento: Número: Lote: Cep: Quadra:					
BOX: MR.PERS - BOX: MR.FLA - BOX: MR.TOT - BOX: MR.FIAS - BOX: MR.PERS - VBS: DEZENHAS					
TAXAS PERMISSIVAS F. E MERCALTA TFA: DESCONTOS:			Valor R\$ 78,13		
<b>Total:</b>			78,13		
815800000000-1 78132485202-4 00113310000-6 00069030369-8					

		<b>SEMEC - PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ</b> <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA - SEMEC</b> <b>DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL - D.A.M MENSAL</b>	
Contribuinte <b>ELIANE GONSALVES DOS SANTOS</b>			
CPF/CNPJ	Inscrição / C.M.C.	Tributos	Noosso Número
090.364.724-71	901447870	TAXAS - ENT. PECUNÁRIAS 2019	310001.0006000369
Endereço de Correspondência Logradouro: Bairro: Complemento: Número: Lote: Cep: Quadra:			
BOX: MR.PERS - BOX: MR.FLA - BOX: MR.TOT - BOX: MR.FIAS - BOX: MR.PERS - VBS: DEZENHAS			
<b>Total a Pagar:</b>			
78,13			
LOCALS PARA PAGAMENTO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, SANTANDER, BRAPRESOL, ITAU, BANCO DO BRASIL, SICORED, LOTERIAS, MULTIBANCO E CORREIOS. EMITA SUA RECÍPITA VIA E OUTROS SERVIÇOS EM WWW.ONLINE.VOZES.DA.PM.MACEIO.BR			

815800000000-1 78132485202-4 00113310000-6 00069030369-8



## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** ELISA MARIA DA SILVA SANTOS, BENEFICÁRIA,  
COMERCIANTE, portador de CPF 286.272.024-15 e Carteira de  
Identidade 1060810 SP/AL, residente na Av. SANTO ANTONIO, 200-A. FEITOSA,  
MACEIO/AL. 57043-170 telefone: (82) 98389-1398.

**OUTORGADO:** **BRUNO GABRIEL DE ARAÚJO**, advogado, devidamente inscrito na OAB/AL - 12385, com escritório profissional na Rua Hilda Pereira Monte, 11-D, Petrópolis, Maceió/AL.

**PODERES:** Os poderes das cláusulas "AD JUDICIA" e "EXTRA" para o foro em geral, com o fim de defender todos os direitos e interesses do outorgante, podendo transigir, desistir, fazer acordos, discordar, concordar, passar recibos, dar e receber quitação, apresentar, juntar e desembaraçar documentos, papéis, recibos e guias, interpor e seguir recursos até Superior instância e finalmente praticar e requerer todos os demais atos necessários ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes. Em especial, os poderes para representar em ações judiciais e procedimentos extrajudiciais em face da Braskem e Entes Públicos, para indenização dos danos causados ao imóvel e atividade econômica do outorgante, bem como os danos imateriais às pessoas dos morador e/ou empreendedor.

- a. No procedimento extrajudicial serão devidos honorários ao Outorgado no percentual de 15% (quinze por cento) de todo o proveito econômico obtido, a serem pagos pelo outorgante no momento da indenização, sendo passível de retenção pela entidade pagadora e repasse diretamente ao Advogado.
- b. Os honorários sucumbenciais serão devidos ao Advogado, bem como qualquer remuneração de natureza honorária prevista em Termo de Ajustamento de Conduta, ou outro acordo celebrado entre as partes.
- c. Caso seja a opção pela via Judicial, o outorgante acede em pagar aos advogados contratados, honorários correspondentes a 20% (vinte por cento) do total bruto da ação deferido com as devidas atualizações apuradas em procedimento de execução, até final pagamento.
- d. Caberá a parte contratante o pagamento das custas e despesas que forem necessárias ao bom e rápido andamento da ação, bem como fornecer os documentos que os advogados ora contratados lhe solicitar.
- e. havendo desistência, após ajuizado o feito, ou composição amigável entre autor(a) e ré(u), os honorários continuarão devidos no mesmo percentual previamente acordado, neste caso, respectivamente, sobre o valor da causa ou sobre o valor bruto pactuado na composição amigável.
- f. Aplicam-se as demais condições do estatuto da advocacia.
- g. As partes contratantes elegem o foro da Cidade de Maceió/AL, para dirimir qualquer ação oriunda deste contrato.

Maceió, 03/08/2020

x Elisa Maria da Silva Santos



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CONSTITUCION DAS GUARDA  
NACIONAL

**VALIDA EM TODAS  
AS TERRITORIAS NACIONAIS**  
**1220499006**

**Nome:** MARIA MARIA DA SILVA SANTOS  
**CPF:** 1040836 889 25  
**RG:** 706.772.624-15  
**Data de Nascimento:** 15/03/1976  
**Assinatura:** ANTONIO JOSE DOS SANTOS  
**Assinatura:** MARIA GEORGINA DA SILVA  
**Assinatura:** [Assinatura]  
**Data de Emissão:** 02/03/2019  
**Data de Validade:** 02/03/2021

**VALIDA EM TODAS  
AS TERRITORIAS NACIONAIS**  
**1220499006**

**Assinatura:** [Assinatura]  
**Data de Emissão:** 02/03/2019  
**Data de Validade:** 02/03/2021

**VALIDA EM TODAS  
AS TERRITORIAS NACIONAIS**  
**1220499006**

**Assinatura:** [Assinatura]  
**Data de Emissão:** 02/03/2019  
**Data de Validade:** 02/03/2021

2006

SEMICA	0103060033923	0
LOCAL / FERRAMENTAS		
BEB CON 0000 - ELIZA MARIA DA SILVA SANTOS		
Tipo de Contratação	REFERENTE	
área + res	1º Sem. 03 / 2006	
VERGAMENTO	VALOR EM LÍQUIDA (R\$)	
14/04/06	0,00	
(*) ÁREA (R\$)	(*) VERGAMENTO (R\$)	
2,00	0,00	
(*) VALOR DOCUMENTO (R\$)	(*) VALOR CONTRATO (R\$)	
2,00		

SEMICA	0203060033924	0
LOCAL / FERRAMENTAS		
BEB CON 0009 - ELIZA MARIA DA SILVA SANTOS		
Tipo de Contratação	REFERENTE	
área + res	2º Sem. 03 / 2006	
VERGAMENTO	VALOR EM LÍQUIDA (R\$)	
14/04/06	0,00	
(*) ÁREA (R\$)	(*) VERGAMENTO (R\$)	
2,00	0,00	
(*) VALOR DOCUMENTO (R\$)	(*) VALOR CONTRATO (R\$)	
2,00		

SEMICA	0303060033925	0
LOCAL / FERRAMENTAS		
BEB CON 0009 - ELIZA MARIA DA SILVA SANTOS		
Tipo de Contratação	REFERENTE	
área + res.	3º Sem. 03 / 2006	
VERGAMENTO	VALOR EM LÍQUIDA (R\$)	
14/04/06	0,00	
(*) ÁREA (R\$)	(*) VERGAMENTO (R\$)	
2,00	0,00	
(*) VALOR DOCUMENTO (R\$)	(*) VALOR CONTRATO (R\$)	
2,00		

SEMICA	0403060033926	0
LOCAL / FERRAMENTAS		
BEB CON 0009 - ELIZA MARIA DA SILVA SANTOS		
Tipo de Contratação	REFERENTE	
área + res.	4º Sem. 03 / 2006	
VERGAMENTO	VALOR EM LÍQUIDA (R\$)	
14/04/06	0,00	
(*) ÁREA (R\$)	(*) VERGAMENTO (R\$)	
2,00	0,00	
(*) VALOR DOCUMENTO (R\$)	(*) VALOR CONTRATO (R\$)	
2,00		

**SEMICA**

5014-0002008

Local / Permissãoário

**BEB CON 0009 ELIZA MARIA DA SILVA SANTOS**

Tipo de Cobrança	Referente
área	1 Sem. Jun, 06/2008
Vencimento	Juros / Multa (R\$)
06/06/2008	0,00
Área (R\$)	Ressarcimento (R\$)
3,00	0,00
Valor Documento (R\$)	Valor Cobrado (R\$)
3,00	3,00

**SEMICA**

5014-02062008

Local / Permissãoário

**BEB CON 0009 ELIZA MARIA DA SILVA SANTOS**

Tipo de Cobrança	Referente
área	2 Sem. Jun, 06/2008
Vencimento	Juros / Multa (R\$)
13/06/2008	0,00
Área (R\$)	Ressarcimento (R\$)
3,00	
Valor Documento (R\$)	Valor Cobrado (R\$)
3,00	

**SEMICA**

5014-03062008

Local / Permissãoário

**BEB CON 0009 ELIZA MARIA DA SILVA SANTOS**

Tipo de Cobrança	Referente
área	3 Sem. Jun, 06/2008
Vencimento	Juros / Multa (R\$)
20/06/2008	0,00
Área (R\$)	Ressarcimento (R\$)
3,00	0,00
Valor Documento (R\$)	Valor Cobrado (R\$)
3,00	3,00

**SEMICA**

5014-04062008

Local / Permissãoário

**BEB CON 0009 ELIZA MARIA DA SILVA SANTOS**

Tipo de Cobrança	Referente
área	4 Sem. Jun, 06/2008
Vencimento	Juros / Multa (R\$)
27/06/2008	0,00
Área (R\$)	Ressarcimento (R\$)
3,00	0,00
Valor Documento (R\$)	Valor Cobrado (R\$)
3,00	3,00

2012

001-9		00190.00009 02367.380009 00027.911189 3 55430000001500		
Cedente		Agência/Código do Cedente	Espécie	Quantidade
SEC. MUN. DE TRAB., ABAST. E ECON. SOLIDÁRIA		3557-2 / 0006999-X	R\$	1
Número do documento		CPF/CNPJ	Vencimento	Valor documento
0000027911		12.200.135/0001-80	10/12/2012	15,00
-) Desconto/Abatimentos	(-) Outras deduções	(+) Mora/Multa	(+) Outros acréscimos	(=) Valor cobrado
Sacado ELISA MARIA DA SILVA SANTOS - Box: MB.CON-MB.0009 - Mês: 11/2012 - 78.6.7.72./624-15				
RUA SANTO ANTONIO, 017A - FEITOSA.				
Demonstrativo			Autenticação mecânica	

Corte na linha pontilhada

2020



**SEMEC - PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA - SEMEC**

**DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL - D.A.M MENSAL**



Perdeu o prazo do DAM? Emita automaticamente através do ORCOD!

Contribuinte

D.A.M.

ISA MARIA DA SILVA SANTOS

62867873 / 2020

CPF/CNPJ	Inscrição / C.M.C.	Tributos	Referência	Vencimento	Nosso Número
772.624-15	901445869	TAXAS / ENC. PECUNIÁRIOS 2020	Parc. Única	13/03/2020	31000000069173927

Endereço Domicílio Fiscal

Endereço: RUA - BOA VISTA

Bairro: CENTRO

Complemento:

Número: SN

Cep: 57020-110

Lote:

Quadra:

MX: MB.CON - MB 0009 - MÊS: 02/2020

TAXAS PERMISSIVAS F. E MERCADOS	17,03
IA:	0,00
DESCONTO:	0,00
<b>Total:</b>	<b>17,03</b>

**Valor R\$ 17,03**

Emissão: 04/02/2020 Usuário: 0

Assinatura:

81640000000-5 17032485202-0 00313310000-2 00069173927-0



\*\*\* FATURA \*\*\*

ELISA MARIA DA SILVA SANTOS  
AV SANTO ANTONIO, 0204A  
FEITOSA 57043-170

0000651923

07/2020

786.772.624-15 Y13C015948

22/07 194 194 0 10 0 1M200033M

MACEIO UN FAROL

3 1 1 0 0 0 081 0210 0108 000

00	AGUA		49,70
00080	MULTA P/IMPONTUALIDADE	1/1	1,00
00091	JUROS DE MORA	1/1	0,51
00094	ATUALIZACAO MONETARIA	1/1	0,01

Valor aproximado de tributos. 2,38  
PIS e COFINS. Lei 12.741 de 2012

27/07/2020

51,22

HISTORICO DE CONSUMO

MES/ANO	LEITURA	OL	OC	CONSUMO	MES/ANO	LEITURA	OL	OC	CONSUMO
07/2019	191	0		1	01/2020	194	0	LI	10
08/2019	192	0		1	02/2020	194	0	LI	10
09/2019	193	0		1	03/2020	194	0	LI	10
10/2019	194	0		1	04/2020	194	0	LI	10
11/2019	194	0	LI	10	05/2020	194	0	LI	10
12/2019	194	0	LI	10	06/2020	194	0	LI	10

9	3	9	3	9	9
9	9	9	9	9	9
9	8	1	1	8	9

IMÓVEL COM DÉBITO, EVITE O CORTE. PROCURE A CASAL.  
PREVENÇÃO COVID-19: HIDRÔMETROS INTERNOS FATURADOS POR MÉDIA.  
EXTERNOS COM LEITURA REAL.

0000651923

07/2020

472

081

0210

0108

000

27/07/2020

51,22

82670000000-1 51220012820-9 00651923072-3 02000000003-2



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

**ESTADO DE ALAGOAS**  
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL  
CENTRO DE PENITÊNCIAS FOMENAS  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DEL. MARIU REISSO DOS SANTOS

**IDENTIFICAÇÃO**

**IDENTIDADE**

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

**347845-4**



**DATA DE NASCIMENTO**

**LEI Nº 7116 DE 29/08/93**

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Receita Federal**  
**Cadastro de Pessoas Físicas**

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO**  
Número **388.331.664-49**  
Nome **EVANILDE VIEIRA SOUZA**  
Nascimento **08/11/1981**

**VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO**



FATURA

EVANEIDE VIEIRA SOUZA

1692917

AV INDUSTRIAL, 0018A TABOLEIRO MARTINS

05/2020

05/03/2020

EVANEIDE VIEIRA SOU

000388331664490

A19H004516

11/2019

0

0

10

10

1M000003M

SANAMA MACIO

3

1

1

037 450 0522 000

RESERVA

RESERVA DE 1 UNIDADE

CONSUMO DE AGUA 10 M3

42.70

80

MULTA POR IMPORTANCIA DE 1/1

0.97

91

IMPOSTO DE ROTA 1/1

0.11

93

ATUALIZACAO MONETARIA 1/1

5.82

14/05/2020

50.82

HISTORICO DE PAGAMENTOS

MES/ANO	LEITURA	OL	OC	CONSUMO	MES/ANO	LEITURA	OL	OC	CONSUMO
04/2019	0	0	0	10	10/2019	0	0	0	10
05/2019	0	0	0	10	09/2019	0	0	0	10
06/2019	0	0	0	10	08/2019	0	0	0	10
07/2019	0	0	0	10	07/2019	301	0	0	10
08/2019	0	0	0	10	06/2019	301	0	0	10
09/2019	0	0	0	10	05/2019	301	0	0	10

50

5

50

5

96

10

20

20

20

20

20

20

20

20

20

20

20

20

PREVENCO COVID-19: HIDRANTE INTERNO FATURADO POR MEDIA

PAGO 15-05-2020  
RECARGA PAY

1692917

05/2020

475

597

450

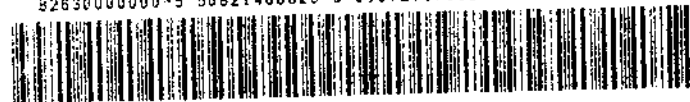
0522

000

14/05/2020

50.82

82630000000-5 50821488820-0 01692917052-6 32000000003-2



[http://localhost/Sistema\\_Semtabes/boletos1\\_bb.php](http://localhost/Sistema_Semtabes/boletos1_bb.php)

**11.158.131/0001-18**

Praça Ciro Acioly, 96, Ponta Grossa  
Maceio / Alagoas

Corte na linha pontilhada

**Recibo do Sacado**

**BANCO DO BRASIL** | 001-9 | 00190.00009 02080.942002 00009.535188 7 48120000003750

Cedente		Agência / Código do Cedente		Espécie	Quantidade	Nosso número
Secretaria Municipal de trabalho, Abastecimento e economia solidária		3557-2 / 00008664-8		R\$		20809420000009535
Número do documento	Contrato	CPF/CNPJ	Vencimento	Valor documento		
2324	18554408	11.158.131/0001-18	10/12/2010	37,50		
(-) Desconto / Abatimento	(-) Outras deduções	(-) Mora / Multa	(-) Outros acréscimos	(=) Valor cobrado		

Sacado

JOSE VEIRA FILHO - 260.369.214-72 - BEB CON 0012 0013 0014 - Mensalidade referente ao mes de Novembro/2010

Autenticação mecânica

Corte na linha pontilhada



PREFEITURA DE  
MACEIÓ  
Nº 507193  
AMBULANTE  
RUBRO

NOME: Euzenide Vitor

CPF: obs: Recibo de não pagamento

RAMO DE ATIVIDADE: comércio

12,01,17  
DATA

valor: 42.40  
ASSINATURA DO FISCAL/MATRICULA

PREFEITURA DE  
MACEIÓ  
TRABALHO, ABASTECIMENTO  
E ECONOMIA SOLIDÁRIA  
Nº 506992  
AMBULANTE  
RUBRO

NOME: Euzenide Vitor

CPF: \_\_\_\_\_

RAMO DE ATIVIDADE: mercado

22,7,17  
DATA

10.30  
ASSINATURA DO FISCAL/MATRICULA

MERCADO DE BEBEDOURO



## REFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

Secretaria Municipal de Administração, Recursos Humanos e Patrimônio

TI-DPPFI

[www.adm.maceio.al.gov.br](http://www.adm.maceio.al.gov.br)

### ***Sistema Unificado de Protocolo***

Processo Nº 09000. 010034 / 2015

Local origem: 9000 - SEMTABES

Sector origem: 1587 - PROTOCOLO SETORIAL - SEMTABES

Interessado: EVANEIDE VIEIRA SOUZA

Data: 03/02/2015 12:27:33

Natureza: 3921 - OUTROS

Assunto: SOLICITANDO TRANSFERÊNCIA DE BOX NO MERCADO DO  
REFERENDUM.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ

Av. Antônio de Almeida, 100 - J. 1

Macacé, 27 de Janeiro de 2015  
Macaé - RJ  
CEP: 59.130-000  
Fone: (55) 3315-1111

# REQUERIMENTO

Devido ao falecimento do Sr. JOSE VIEIRA DE SOUZA  
FILHO A. CON-MB Permissão do Mercado do(a) BEBEDOURO  
de obito Nº 00227901552015400035135 Box 12, 13, 14 conforme Atestado  
Eu EVANEIDE VIEIRA SOUZA  
(Grau de parentesco) FILHA devidamente atestado  
através dos documentos vem solicitar desta Secretaria a transferência do  
seu Box para seu nome

Fede deferimento

Macaé 27 de Jan de 2015

Evaneide Junior Souza

REQUERENTE

Juliano Jackson V. Barros  
Administrador  
Mercado de Bebedouro  
Mat. 941.919-5

Juliano Jackson V. Barros  
ADMINISTRADOR

Lot. Jardim Petrópolis II B, 03 Quadra A-02 - CEP: 570.

Petrópolis - Maceió - Alagoas

C.N.P.J. 11.863.379/0001-80

Insc. Est. 242.25558-2

NOTA FISCAL DE VENDA AO CONSUMIDOR

1ª Via - Branca 2ª Via - Jornal 3ª Via - Azul

EXIJA A NOTA FISCAL

I.C.M.S. Recolhido - Estado Desenvolvido

Nº 000075

Data Limite para Expedição:

13/10/2014

Data de Emissão:

CPF

16/10/12

Quant.	Discriminação das Mercadorias	P. Unit.	TOTAL
20	MENECADO BRANCO	1,29	25,80
20	CAFE STA CLARA	3,29	65,80
15	ARROZ EMBOCÕES	2,39	35,85
15	ARROZ CORALIN	2,34	35,10
10	PAPEL Hig. PERSONAL	2,29	22,90
10	CIDAR DANADO	0,64	6,40
			191,85
			10%
			19,18
			172,66
			TOTAL R\$ 172,66

MNIMPRESSOS & COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA. ME - Rua Félix Bandeira, nº 114 - Cep: 57014-420 - Ponta Grossa - Maceió - Alagoas - C.N.P.J. 09.525.260/0001-55 - Insc. Est.: 242.11841-0  
 Credenciamento 1.08.001-9 - 10 Tis. 50x03 de Nota Fiscal de Venda ao Consumidor Mod 2 Série D1 de 000001 a 000500 - AIDEF Nº 001.11.12417-4 em 13/10/2011 - UCDF. SEFAZ Maceió - Alagoas - Data da Impressão: 17/10/2011

**Lot. Jardim Petrópolis II B, 03 Quadra A-02 - CEP: 57062-595**

**Petrópolis - Maceió - Alagoas**

C.N.P.J. 11.863.379/0001-80

Insc. Est. 242.25558-2

**NOTA FISCAL DE VENDA AO CONSUMIDOR** 1ª Via - Branca 2ª Via - Jomal 3ª Via - Azul

**EXIJA A NOTA FISCAL**

**I.C.M.S. Recolhido - Estado Desenvolvido**

**Nº 000187**

Data Limite para Expedição:

**13/10/2014**

Data de Emissão:

CPF:

**28/12/12**

Quant.	Discriminação das Mercadorias	P. Unit.	TOTAL
08	NESEAU	299	23,92
10	BISCOITO MARIAS	238	23,80
02	COLONN	5,00	10,00
10	KITTY	246	24,60
30	BISCOITO PRETO	099	29,70
20	MACARRO BRANCO	1,32	26,40
20	MACARRO UTRICA	1,32	26,40
			164,82
		-10%	16,48
			148,43
<b>TOTAL R\$</b>			<b>148,43</b>

MNIMPRESSOS & COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA. ME - Rua Félix Bandeira, nº 114 - Cep: 57014-420 - Ponta Grossa - Maceió - Alagoas - C.N.P.J. 09.525.260/0001-55 - Insc. Est.: 242.11841-0  
 Credenciamento 1.08.001-9-10 Tls. 50x03 de Nota Fiscal de Venda ao Consumidor Mod 2 Série D1 de 000001 a 000500 - AIDF Nº 001.11.12417-4 em 13/10/2011 - UCDF - SEFAZ Maceió - Alagoas - Data da Impressão: 17/10/2011



Lot. Jardim Petrópolis II B, 03 Quadra A-02 - CEP: 57062-595

Petrópolis - Maceió - Alagoas

C.N.P.J. 11.863.379/0001-80

Insc. Est. 242.25558-2

NOTA FISCAL DE VENDA AO CONSUMIDOR

1ª Via - Branca 2ª Via - Jomal 3ª Via - Azul

EXIJA A NOTA FISCAL

I.C.M.S. Recolhido - Estado Desenvolvido

Nº 000134

Data Limite para Expedição:

13/10/2014

Data de Emissão:

09/11/12

Quant	Discriminação das Mercadorias	P. Unit.	TOTAL
24	ACUA SANTA TRON	089	21.36
012	VINA GRE	084	10,08
30	SAL (F)	060	1800
20	OLEO SOYA	379	7580
12	MING PRIMOR 5004F	315	3780
15	ARROZ CORAONI	247	3705
60	SABAO ARIKA 015	372	3720
30	BISC TROZOSO	099	2970
20	BISC E CRACKER UTMAR	179	3580
50	ACUAR	1.10	5500
06	PAPER HIG MILI	289	1734
06	PAPER HIG LOUB	257	1542
TOTAL R\$			390,55

MINIMPRESSOS & COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA. ME - Rua Félix Brandão, nº 114, Cep: 57014-420 - Ponta Grossa - Maceió - Alagoas - C.N.P.J. 09.523.260/0001-05 - Insc. Est. 111.111.000  
 Credenciamento 1.08.001-9 - 10 Tls 50x03 de Nota Fiscal de Venda ao Consumidor Mod 2 Série D1 de 000001 a 000500 - AIDF Nº 001.11 12417-4 em 13/10/2011 - UF: AL - SEFAZ Maceió - Alagoas - Data da Impressão: 17/10/2011.

351,55

**Lot. Jardim Petrópolis II B, 03 Quadra A-02 - CEP: 57062-595**

**Petrópolis - Maceió - Alagoas**

C.N.P.J. 11.863.379/0001-80

Insc. Est. 242.25558-2

**NOTA FISCAL DE VENDA AO CONSUMIDOR**

1ª Via - Branca 2ª Via - Jomal 3ª Via - Azul

**EXIJA A NOTA FISCAL**

I.C.M.S. Recolhido - Estado Desenvolvido

**Nº 000221**

Data Limite para Expedição:

**13/10/2014**

Data de Emissão:

**11 / 01 / 13**

CPF:

Quant.	Discriminação das Mercadorias	P. Unit.	TOTAL
12	Salvato em Bem.Ts. Vi	1,97	23,64
12	Crema Dental sorriso	1,62	19,44
10	Oliva Pequeno	2,64	26,40
10	Biscoito Crem Cracker	1,97	19,70
10	Biscoito Maria	2,39	23,90
24	Caldos Maggi	0,38	9,12
12	Detergente	1,14	13,68
14	Bambê	1,29	18,06
30kg	Sol	0,59	17,70
15	Arroz Ceradini	2,29	34,35
			<b>205,99</b>
		<b>-10%</b>	<b>20,59</b>
		<b>TOTAL R\$</b>	<b>185,39</b>

**SAB. PO ALA 214**

MINIMPRESSOS & COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA. ME - Rua Félix Bandeira, nº 114 - Cep: 57014-420 - Ponta Grossa - Maceió - Alagoas - C.N.P.J. 09.525.260/0001-55 - Insc. Est.: 242.11841-0 Credenciamento 1.08.001-9 - 10 Tls. 50x03 de Nota Fiscal de Venda ao Consumidor Mod 2 Série D1 de 000001 a 000500 - AIDF Nº 001.11.12417-4 em 13/10/2011 - UCDF - SEFAZ Maceió - Alagoas - Data da Impressão: 17/10/2011.

Lot. Jardim Petrópolis II B, 03 Quadra A-02 - CEP: 57062-595

Petrópolis - Maceió - Alagoas

C.N.P.J. 11.863.379/0001-80

Insc. Est. 242.25558-2

NOTA FISCAL DE VENDA AO CONSUMIDOR

1ª Via - Branca 2ª Via - Jornal 3ª Via - Azul

**EXIJA A NOTA FISCAL**

I.C.M.S. Recolhido - Estado Desenvolvido

Nº 000246

Data Limite para Expedição:

13/10/2014

Data de Emissão:

CPF:

24/01/13

Quant.	Discriminação das Mercadorias	P. Unit.	TOTAL
24	AVOIA SANTO TROIA	0,99	23,76
12	SABÃO PÓ GEMTEVI	1,97	23,64
12	PO MA	1,97	23,64
20	CAFÉ STA CLARA	3,69	73,80
15	ARROZ CORADINI	2,49	37,35
15	ARROZ EMOCÕES	2,49	37,35
15	PAPEL HIG C/12	0,82	12,30
24	CELOO KNORR CARNE	0,35	8,40
12	MARSHALINA PRIMA	1,57	18,84
30	BUL TRELISO	0,99	29,70
20	MISERERNO BRANDINI	1,34	26,80
			315,58
- 31,55 TOTAL R\$			284,03

MNIMPRESSOS & COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA. ME - Rua Felix Bandeira, 19114 - Cep: 57014-420 - Ponta Grossa - Maceió - Alagoas - C.N.P.J. 09.525.260/0001-55 - Insc. Est. 242.11841-0  
 Credenciamento 1.08.001-9-10 Tis. 50x03 de Nota Fiscal de Venda ao Consumidor Mod 2 Série D1 de 000001 a 000500 - AIOF Nº 001.11.12417-4 em 13/10/2011 - UCDF: SEFAZ Maceió - Alagoas - Data da Impressão: 17/10/2011.

MNIMPRESSOS & COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA. ME - Rua Félix Bandeira, nº 114 - Cep: 57014-420 - Ponta Grossa - Macaio - Alagoas - C.N.P.J. 09.525.260/0001-55 - Insc. Est. 242.11841-0  
 Credenciamento 1.08.001-9 - 10 TIs 50x03 de Nota Fiscal de Venda ao Consumidor Mod 2 Série D1 de 000001 a 000500 - AIDF Nº 001.11.12417-4 em 13/10/2011 - UCDF - SEFAZ Macaio - Alagoas - Data de Impressão: 17/10/2011

MNIMPRESSOS & COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA. ME - Rua Félix Bandeira, nº 114 - Cep: 57014-420 - Ponta Grossa - Macaib - Alagoas - C.N.P.J. 09.525.260/0001-55 - Ins. Est. 242.11841-0  
 Credenciamento 1.08.001-9 - 10 Tis. 50x03 de Nota Fiscal de Venda ao Consumidor Mod 2 Série D1 de 000001 a 000500 - AIDF Nº 001.11.12417-4 em 13/10/2011 - UCDF - SEFAZ Macaib - Alagoas - Data da Impressão: 17/10/2011.



## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** EVANEIDE VIEIRA SOUZA, BRASILEIRA,  
CASADA, COMERCIANTE, portador de CPF 388.331.664-49 e Carteira de  
Identidade 3687845-6, residente na AV. INDUSTRIAL, 18A - TABULEIRO DO  
MARTINS, MACEIÓ/AL 57.081-582 telefone: (32) 99669-5247.

**OUTORGADO:** **BRUNO GABRIEL DE ARAÚJO**, advogado, devidamente inscrito na OAB/AL - 12385, com escritório profissional na Rua Hilda Pereira Monte, 11-D, Petrópolis, Maceió/AL.

**PODERES:** Os poderes das cláusulas "AD JUDICIA" e "EXTRA" para o foro em geral, com o fim de defender todos os direitos e interesses do outorgante, podendo transigir, desistir, fazer acordos, discordar, concordar, passar recibos, dar e receber quitação, apresentar, juntar e desembaraçar documentos, papéis, recibos e guias, interpor e seguir recursos até Superior instância e finalmente praticar e requerer todos os demais atos necessários ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes. Em especial, os poderes para representar em ações judiciais e procedimentos extrajudiciais em face da Braskem e Entes Públicos, para indenização dos danos causados ao imóvel e atividade econômica do outorgante, bem como os danos imateriais às pessoas dos morador e/ou empreendedor.

a. No procedimento extrajudicial serão devidos honorários ao Outorgado no percentual de 15% (quinze por cento) de todo o proveito econômico obtido, a serem pagos pelo outorgante no momento da indenização, sendo passível de retenção pela entidade pagadora e repasse diretamente ao Advogado.

b. Os honorários sucumbenciais serão devidos ao Advogado, bem como qualquer remuneração de natureza honorária prevista em Termo de Ajustamento de Conduta, ou outro acordo celebrado entre as partes.

c. Caso seja a opção pela via Judicial, o outorgante acede em pagar aos advogados contratados, honorários correspondentes a 20% (vinte por cento) do total bruto da ação deferido com as devidas atualizações apuradas em procedimento de execução, até final pagamento.

d. Caberá à parte contratante o pagamento das custas e despesas que forem necessárias ao bom e rápido andamento da ação, bem como fornecer os documentos que os advogados ora contratados lhe solicitar.

e. havendo desistência após ajuizado o feito, ou composição amigável entre autor(a) e ré(u), os honorários continuarão devidos no mesmo percentual previamente acordado, neste caso, respectivamente, sobre o valor da causa ou sobre o valor bruto pactuado na composição amigável.

f. Aplicam-se as demais condições do estatuto da advocacia.

g. As partes contratantes elegem o foro da Cidade de Maceió/AL, para dirimir qualquer ação oriunda deste contrato.

Maceió, 03 / 08 / 2020

x Evaneide Vieira Souza:

## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** HELENA ANTONIA GALDINO LIMA,  
portador de CPF 726.387.804-78 e Carteira de  
Identidade A.077.832 SS7/K, residente na R. AGAMENON SOUSA SANTOS, 0057 - QD. C  
CRA DE BEBEDOURO, 57018-605 telefone: \_\_\_\_\_.

**OUTORGADO:** **BRUNO GABRIEL DE ARAÚJO**, advogado, devidamente inscrito na OAB/AL - 12385,  
com escritório profissional na Rua Hilda Pereira Monte, 11-D, Petrópolis, Maceió/AL.

**PODERES:** Os poderes das cláusulas "AD JUDICIA" e "EXTRA" para o foro em geral, com o fim de defender todos os direitos e interesses do outorgante, podendo transigir, desistir, fazer acordos, discordar, concordar, passar recibos, dar e receber quitação, apresentar, juntar e desembaraçar documentos, papéis, recibos e guias, interpor e seguir recursos até Superior instância e finalmente praticar e requerer todos os demais atos necessários ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes. Em especial, os poderes para representar em ações judiciais e procedimentos extrajudiciais em face da Braskem e Entes Públicos, para indenização dos danos causados ao imóvel e atividade econômica do outorgante, bem como os danos imateriais às pessoas dos morador e/ou empreendedor.

a. No procedimento extrajudicial serão devidos honorários ao Outorgado no percentual de 15% (quinze por cento) de todo o proveito econômico obtido, a serem pagos pelo outorgante no momento da indenização, sendo passível de retenção pela entidade pagadora e repasse diretamente ao Advogado.

b. Os honorários sucumbenciais serão devidos ao Advogado, bem como qualquer remuneração de natureza honorária prevista em Termo de Ajustamento de Conduta, ou outro acordo celebrado entre as partes.

c. Caso seja a opção pela via Judicial, o outorgante acede em pagar aos advogados contratados, honorários correspondentes a 20% (vinte por cento) do total bruto da ação deferido com as devidas atualizações apuradas em procedimento de execução, até final pagamento.

d. Caberá a parte contratante o pagamento das custas e despesas que forem necessárias ao bom e rápido andamento da ação, bem como fornecer os documentos que os advogados ora contratados lhe solicitar.

e. havendo desistência, após ajuizado o feito, ou composição amigável entre autor(a) e ré(u), os honorários continuarão devidos no mesmo percentual previamente acordado, neste caso, respectivamente, sobre o valor da causa ou sobre o valor bruto pactuado na composição amigável.

f. Aplicam-se as demais condições do estatuto da advocacia.

g. As partes contratantes elegem o foro da Cidade de Maceió/AL, para dirimir qualquer ação oriunda deste contrato.

Maceió, 03/08/2022

ANALFABETA. ASS. A RGO

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

**CIC**

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nº DE INSCRIÇÃO: **796307804-75**

NOME COMPLETO: **HELINA ANTONIA GALDEO LIMA**

DATA DE EMISSÃO: **04.12.92**

SIGNATURA: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
VISEU VALÉRIO WILBERT GOMES FARIAS, AGENTE DE CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ESTE CARTÃO É O DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF E DE LIDO OBRIGATÓRIO NOS CASOS LEGALMENTE DETERMINADOS PARA QUALQUER TITULAÇÃO DE MATRIZ DE TRIBUTAÇÃO, PRECISAR A UNIDADE LOCAL DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL.

CONTIÉM O AGENTE IMPOSTO

**392/0399-0**

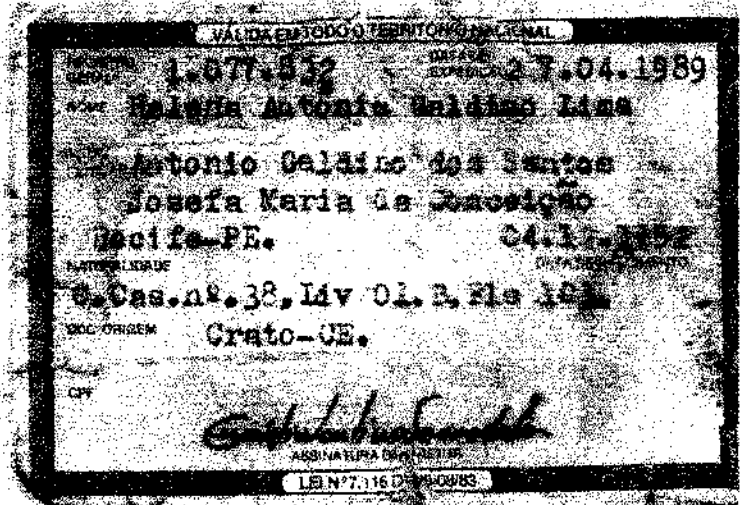
**26 / 14 / 90**

**FINASA**

**00000/0000**

NOTA: MATRIZULA E ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO  
APROVADO POR AUTORIDADE GERENCIAL DA RFB

BRASIL - 1992



\*\*\* FATURA \*\*\*

EDVALDO CIRIACO DA SILVA 0000879428  
 RUA AGAMENON SOUZA SANTOS, 0057 - QD C  
 CHA DE BEBEDOURO 57018-605 08/2020  
 678.252.814-20 Y11X092025  
 14/08 406 417 11 11 0 1R000031R  
 MACEIO UN FAROL  
 3 1 1 0 0 0 028 0085 0416 000  
 00 AGUA 59,19

Valor aproximado de tributos: 2,75  
 PIS e COFINS, Lei 12.741 de 2012

19/08/2020

59,19

HISTORICO DE CONSUMO									
MES/ANO	LEITURA	OL	OC	CONSUMO	MES/ANO	LEITURA	OL	OC	CONSUMO
08/2019	270	0		12	02/2020	349	0		14
09/2019	285	0		15	03/2020	364	0		15
10/2019	296	0		11	04/2020	377	6		13
11/2019	309	0		13	05/2020	386	0		9
12/2019	321	0		12	06/2020	396	0		10
01/2020	335	0		14	07/2020	406	0		10

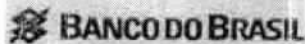
6 3 6 3 6 6  
 4 4 6 4 4 4  
 3 4 1 4 3 4

IMOVEI COM DEBITO, EVITE O CORTE. PROCURE A CASAL.  
 PREVENCAO COVID-19: HIDROMETROS INTERNOS FATURADOS OR MEDIA.  
 EXTERNOS COM LEITURA REAL.  
 MPAL#SUAATITUDESALVA DENUNCIE A VOLENCIA CONTRA A MULHER: 180

0000879428 08/2020 472 028 0085 0416 000  
 19/08/2020 59,19

82680000000-0 59190012820-6 00879428082-9 02000000003-2





001-9

00190.00009 02367.380009 00362.690182 2 75810000003203

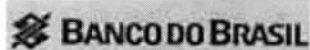
Cedente SEC. MUN. DE TRAB., ABAST. E ECON. SOLIDÁRIA		Agência/Código do Cedente 3557-2 / 00006999-X		Espécie R\$	Quantidade 1	Nosso número 23673800000362690-4
Número do documento 0000362690		CPF/CNPJ 12.200.135/0001-80		Vencimento 10/07/2018		Valor documento 32,03
(-) Desconto/Abatimentos	(-) Outras deduções	(+) Mora/Multa		(+) Outros acréscimos		(=) Valor cobrado
Sacado HELENA ANTONIA GALDINO LIMA - Box: MB.COB-MB.0011 - Box: MB.COB-MB.0012 - Box: MB.COB-MB.0013 - Mês: 6/2018 - 786.387.804-78 RUA AGAMENON SOUZA SANTOS, 051 QD C - CHÃ DE BEBEDOURO.						

Demonstrativo

Autenticação mecânica

Corte na linha pontilhada





001-9

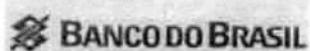
00190.00009 02367.380009 00375.388188 5 77040000003203

Cedente SEC. MUN. DE TRAB. ABAST. E ECON. SOLIDÁRIA		Agência/Código do Cedente 3557-2 / 00006999-X	Espécie R\$	Quantidade 1	Nosso número 23673800000375388-4
Número do documento 0000375388	CPF/CNPJ 12.200.135/0001-80	Vencimento 10/11/2018	Valor documento 32,03		
(-) Desconto/Abatimentos	(-) Outras deduções	(+) Mora/Multa	(+) Outros acréscimos	(=) Valor cobrado	
Sacado HELENA ANTONIA GALDINO LIMA - Box: MB.COB-MB.0011 - Box: MB.COB-MB.0012 - Box: MB.COB-MB.0013 - Mês: 10/2018 - 786.387.804-78 RUA AGAMENON SOUZA SANTOS, 051 QD C - CHÃ DE BEBEDOURO.					

Demonstrativo

Autenticação mecânica

Corte na linha pontilhada



001-9

00190.00009 02367.380009 00375.388188 5 77040000003203

Local de pagamento QUALQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO					Vencimento 10/11/2018
Cedente SEC. MUN. DE TRAB., ABAST. E ECON. SOLIDÁRIA					Agência/Código cedente 3557-2 / 00006999-X
Data do documento 01/11/2018	Nº documento 0000375388	Espécie doc. R\$	Aceite S	Data processamento	Nosso número 23673800000375388-4
Uso do banco	Carteira 18	Espécie 9	Quantidade 1	Valor Documento 32,03	(=) Valor documento 32,03
Instruções (Texto de responsabilidade do cedente) VALORIZE SEU BOX, PAGUE SEU BOLETO EM DIA. TAXA BANCARIA - R\$ 3,53. SR. CAIXA APÓS DEZ DIAS DO VENCIMENTO COBRAR JUROS DE 5% AO MÊS. EM CASO DE DUVIDA ENTRE EM CONTATO COM A SEMTABES - 82 3315-6213. EMITIDO PELO SISTEMA SEMTABES. RENOVE SUA TPRU A CADA DOIS ANOS.					(-) Desconto/Abatimentos
					(-) Outras deduções
					(+) Mora/Multa
					(+) Outros acréscimos
Sacado HELENA ANTONIA GALDINO LIMA - Box: MB.COB-MB.0011 - Box: MB.COB-MB.0012 - Box: MB.COB-MB.0013 - Mês: 10/2018 - 786.387.804-78 RUA AGAMENON SOUZA SANTOS, 051 QD C - CHÃ DE BEBEDOURO.					(=) Valor cobrado

Sacador/Avalista

Cód. baixa

Autenticação mecânica - Ficha de Compensação



Corte na linha pontilhada

## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** JAILSON ROSENDO RAMOS, BRASILEIRO,  
SOLTEIRO, COMERCIANTE, portador de CPF 056.174.474-24 e Carteira de  
 Identidade 2109282 SSP/AL, residente na R. STA. LUZIA, 271-B  
FABRILEIRO DO MARTINS - 5706-150 - MACEIÓ telefone: (82) 99301-3721.

**OUTORGADO:** **BRUNO GABRIEL DE ARAÚJO**, advogado, devidamente inscrito na OAB/AL - 12385, com escritório profissional na Rua Hilda Pereira Monte, 11-D, Petrópolis, Maceió/AL.

**PODERES:** Os poderes das cláusulas "AD JUDICIA" e "EXTRA" para o foro em geral, com o fim de defender todos os direitos e interesses do outorgante, podendo transigir, desistir, fazer acordos, discordar, concordar, passar recibos, dar e receber quitação, apresentar, juntar e desembaraçar documentos, papéis, recibos e guias, interpor e seguir recursos até Superior instância e finalmente praticar e requerer todos os demais atos necessários ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes. Em especial, os poderes para representar em ações judiciais e procedimentos extrajudiciais em face da Braskem e Entes Públicos, para indenização dos danos causados ao imóvel e atividade econômica do outorgante, bem como os danos imateriais às pessoas dos morador e/ou empreendedor.

- a. No procedimento extrajudicial serão devidos honorários ao Outorgado no percentual de 15% (quinze por cento) de todo o proveito econômico obtido, a serem pagos pelo outorgante no momento da indenização, sendo passível de retenção pela entidade pagadora e repasse diretamente ao Advogado.
- b. Os honorários sucumbenciais serão devidos ao Advogado, bem como qualquer remuneração de natureza honorária prevista em Termo de Ajustamento de Conduta, ou outro acordo celebrado entre as partes.
- c. Caso seja a opção pela via Judicial, o outorgante acede em pagar aos advogados contratados, honorários correspondentes a 20% (vinte por cento) do total bruto da ação deferido com as devidas atualizações apuradas em procedimento de execução, até final pagamento.
- d. Caberá à parte contratante o pagamento das custas e despesas que forem necessárias ao bom e rápido andamento da ação, bem como fornecer os documentos que os advogados ora contratados lhe solicitar.
- e. havendo desistência após ajuizado o feito, ou composição amigável entre autor(a) e ré(u), os honorários continuarão devidos no mesmo percentual previamente acordado, neste caso, respectivamente, sobre o valor da causa ou sobre o valor bruto pactuado na composição amigável.
- f. Aplicam-se as demais condições do estatuto da advocacia.
- g. As partes contratantes elegem o foro da Cidade de Maceió/AL, para dirimir qualquer ação oriunda deste contrato.

Maceió, 03/08/2020

Jailson Rosendo Ramos



**EQUATORIAL ENERGIA ALAGOAS**  
Av. Fernandes Lima, 3349 - Gruta de Lourdes - CEP: 57052-902  
MACEIÓ - AL - CNPJ: 12.272.084/0001-00 - IE: 24007177-8  
REGIME ESPECIAL DE IMPRESSÃO AUTORIZADO PELA SEC. DA FAZENDA  
Nº / FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA / SERVIÇO SÉRIE U Nº

Para contato  
consulte o  
cartão de  
consumo.



Nº da Nota Fiscal 39521164

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada  
pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

CONTA MÊS	VENCIMENTO	CONSUMO (kWh)	TOTAL A PAGAR (R\$)
AGOSTO/2020	26/08/2020	45	34,33

JACKSON DA SILVA RAMOS  
R. STA LUZIA 271 B - TABULEIRO DO MARTINS  
CPF: 00004575546496  
CEP: 57.060-150 - MACEIÓ

ROT: 41.001.42.10.000462

DADOS DA LEITURA		DATAS DA LEITURA	
Atual:	9760	Atual:	12/08/2020
Anterior:	9715	Anterior:	14/07/2020
Constante de Multiplicação:	1,000	Próxima Leitura:	11/09/2020
Consumo Medido:	45	Ger. Arquivo:	11/08/2020
Consumo Faturado:	45	Apresentação:	12/08/2020
Forma de faturamento:	NORMAL	Código de irregularidade:	Dias de Consumo: 29

Classe/Subclasse	Ligação	Número Medidor	Posto	Código Pat.	Módulo 12 meses
RESIDENCIAL	MUNU	E1691730	S 1 02015	1.1.1.1	67

HISTÓRICO kWh	Mês/ano consumo
JUL/20	52
JUN/20	50
MAI/20	66
ABR/20	66
MAR/20	90
FEV/20	78
JAN/20	75
DEZ/19	89
NOV/19	71
OUT/19	65

TARIFA SDA TRIBUTOS:  
DA 45 - 8.583316

REAVISO DE  
VENCIMENTO

UNIDADE CONSUMIDORA SUJEITA A SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA A PARTIR DE 27/08/2020. O não pagamento por 30 dias suspenderá também a inclusão do nome do consumidor na RESTAÇÃO. Desta forma, efetuado o pagamento favor desconsiderar este aviso.

Mês/ano	valor R\$
07/2020	37,83

MPAL #SUAATITUDE SALVA DENUNCIE A VIOLENCIA CONTRA MULHER: 180.  
LIGUE 0800 082 0196 E FAÇA OPÇÃO VENCIMENTO 3 8 13 18 23 28

RESERVADO AO FISCO 3988.45E3.9769.03C0.291B.0C87.0771.5991  
COMPOSIÇÃO DA CONTA - R\$

Distribuição:	Energia:	Transmissão:	Encargos:	Tributos:
13,40	6,86	2,88	1,12	8,07

INDICADORES DE CONTINUIDADE	
Índice	Índice
5,31	10,62
0,25	1,00

ROT: 41.001.42.10.000462

SEU CÓDIGO	TOTAL A PAGAR R\$
1120337-4	34,33
MÊS FATURADO	VENCIMENTO
08/2020	26/08/2020
Nº da Nota Fiscal:	39521164

83610000000 6 34330003000 8 00000001120 5 33740820008 3



SEQ.: 00052 UC: 1120337-4 DT. LEIT.: 12/08/2020 T. ENTR.: 01  
LEITURA: 9760 NORMAL TOTAL: 34,33 CARGA: 009  
DT. VENC.: 26/08/2020 IRREG.: 000 COLETOR: 0213

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA ENERGIA  
COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA S.A. - COPEL

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
1678963010

PROIBIDO PLASTIFICAR

1678963010

ALAGOAS





# Extrato Conta Corrente

## Correntista

Nome	JAILSON DA SILVA RAMOS	CPF	056.174.474-24	Posição	Novembro / 2018	Data da emissão	11.08.2020
Agência (e número)	01	Cont. nº / dv	30.984-2	Data de abertura	29.03.2016		
0120-1							

Data de crédito	Data de débito	Histórico	Loja	Banco	Origem	Documento	Valor - R\$	Saldo - R\$
31.10.2018		Saldo anterior						0,00
01.11.2018		234 - Compra com Cartão	99008			159519	5,50 D	5,50 D
01.11.2018		825 - Resgat: Poupança				000118	5,50 C	0,00 C
05.11.2018		234 - Compra com Cartão	99008			150319	18,00 D	18,00 D
05.11.2018		825 - Resgat: Poupança				000118	18,00 C	0,00 C
09.11.2018		870 - Transf.ência recebida	99021		03393	613391000131215	160,00 C	160,00 C
09.11.2018		480 - Aplicação em Poupança				000118	160,00 D	0,00 C
12.11.2018		234 - Compra com Cartão	99008			124210	19,90 D	19,90 D
12.11.2018		825 - Resgat: Poupança				000118	19,90 C	0,00 C
13.11.2018		870 - Transf.ência recebida	99021		03393	613391000131215	140,00 C	140,00 C
13.11.2018		234 - Compra com Cartão	99008			148012	74,77 D	74,77 D
13.11.2018		480 - Aplicação em Poupança				000118	65,23 D	65,23 D
14.11.2018		830 - Depósito Online	10246			2762145515	1.500,00 C	1.500,00 C
14.11.2018		234 - Compra com Cartão	99008			159914	43,00 D	43,00 D
14.11.2018		234 - Compra com Cartão	99008			261319	84,75 D	84,75 D
14.11.2018		480 - Aplicação em Poupança				000118	1.372,25 D	1.372,25 D
16.11.2018		830 - Depósito Online	10246			2439920319	1.500,00 C	1.500,00 C
16.11.2018		234 - Compra com Cartão	99008			152119	50,47 D	50,47 D
16.11.2018		480 - Aplicação em Poupança				000118	1.449,53 D	1.449,53 D
21.11.2018		234 - Compra com Cartão	99008			148119	39,95 D	39,95 D
21.11.2018		234 - Compra com Cartão	99008			249311	55,00 D	55,00 D
21.11.2018		234 - Compra com Cartão	99008			352415	44,50 D	44,50 D
21.11.2018		234 - Compra com Cartão	99008			654616	57,00 D	57,00 D
21.11.2018		234 - Compra com Cartão	99008			755119	64,98 D	64,98 D
21.11.2018		825 - Resgat: Poupança				000118	261,43 C	0,00 C
27.11.2018		234 - Compra com Cartão	99008			148911	83,80 D	83,80 D
27.11.2018		825 - Resgat: Poupança				000118	83,80 C	0,00 C

Bloqueado - R\$	0,00	Disponível - R\$	0,00	CPMF a crédito - R\$	0,00
-----------------	------	------------------	------	----------------------	------



**SEMEC - PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA - SEMEC**  
**DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL - D.A.M MENSAL**



Perdeu o prazo do DAM? Emita automaticamente através do G

<b>Contribuinte</b> <b>JAILSON DA SILVA RAMOS</b>				<b>D.A.M.</b> <b>65184246 / 2020</b>	
<b>CPF/CNPJ</b> 056.174.474-24	<b>Inscrição / C.M.C.</b> 901451833	<b>Tributos</b> TAXAS / ENC. PECUNIÁRIOS 2020	<b>Referência</b> Parc. Única	<b>Vencimento</b> 03/09/2020	<b>Nosso Número</b> 31000000075089
<b>Endereço da Correspondência</b>					
<b>Logradouro:</b> RUA - DR ANTONIO NUNES LEITE			<b>Número:</b> MERCADO	<b>Cep:</b> 57000000	
<b>Bairro:</b> BEBEDOURO		<b>Complemento:</b>	<b>Lote:</b>	<b>Quadra:</b>	
BOX: MB.FLR.-MB.0024- BOX: MB.FLR.-MB.0025- BOX: MB.FLR.-MB.0026- BOX: MB.FLR.-MB.0027- MÊS: 05/2020					
TAXAS PERMISSIVAS F. E MERCADOS		41,53			
JUROS DE MORA:		0,42			
MULTA DE MORA		8,31	<b>Valor R\$ 45,02</b>		
DESCONTO:		5,24			
<b>Total:</b>		<b>45,02</b>	Emissão: 29/08/2020 Causativo: 121489		
81650000000-4 45022485202-7 00903310000-0 00075089749-8				Autenticação:	



**SEMEC - PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA - SEMEC**  
**DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL - D.A.M MENSAL**

<b>Contribuinte</b> <b>JAILSON DA SILVA RAMOS</b>					
<b>CPF/CNPJ</b> 056.174.474-24	<b>Inscrição / C.M.C.</b> 901451833	<b>Tributos</b> TAXAS / ENC. PECUNIÁRIOS 20	<b>Referência</b> Parc. Única	<b>Vencimento</b> 03/09/2020	<b>Nosso Número</b> 31000000075089
RUA - DR ANTONIO NUNES LEITE, Número: MERCADO, Quadra: , Lote: - CEP: 57000000 Bairro: BEBEDOURO					
BOX: MB.FLR.-MB.0024- BOX: MB.FLR.-MB.0025- BOX: MB.FLR.-MB.0026- BOX: MB.FLR.-MB.0027- MÊS: 05/2020					
TAXAS PERMISSIVAS F. E MERCADOS		41,53	JUROS DE MORA:	0,42	MULTA DE MORA
				8,31	DESCONTO:
				5,24	
<b>Total a Pagar:</b>					<b>45,02</b>
<b>LOCAIS PARA PAGAMENTO:</b>					
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, SANTANDER, BRADESCO, ITAU,					
BANCO DO BRASIL, SICREDI, LOTERIAS, MULTIBANK E CORREIOS.					
EMITA SUA SEGUNDA VIA E OUTROS SERVIÇOS EM					
WWW.ONLINE.MACEIO.AL.GOV.BR					

Ficha de Jornalização - Autenticação Nacional

81650000000-4 45022485202-7 00903310000-0 00075089749-8





**SEMEC - PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA - SEMEC**  
**DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL - D.A.M MENSAL**



Perdeu o prazo do DAM? Emita automaticamente através do G

<b>Contribuinte</b> <b>JAILSON DA SILVA RAMOS</b>				<b>D.A.M.</b> <b>65184246 / 2020</b>	
<b>CPF/CNPJ</b> 056.174.474-24	<b>Inscrição / C.M.C.</b> 901451833	<b>Tributos</b> TAXAS / ENC. PECUNIÁRIOS 2020	<b>Referência</b> Parc. Única	<b>Vencimento</b> 03/09/2020	<b>Nosso Número</b> 31000000075089
<b>Endereço de Correspondência</b>					
<b>Logradouro:</b> RUA - DR ANTONIO NUNES LEITE		<b>Número:</b> MERCADO		<b>Cep:</b> 57000000	
<b>Bairro:</b> BEBEDOURO		<b>Complemento:</b>		<b>Quadra:</b>	
BOX: MB.FLR.-MB.0024- BOX: MB.FLR.-MB.0025- BOX: MB.FLR.-MB.0026- BOX: MB.FLR.-MB.0027- MÊS: 05/2020					
TAXAS PERMISSIVAS F. E MERCADOS		41,53			
JUROS DE MORA:		0,42			
MULTA DE MORA		8,31			
DESCONTO:		5,24			
<b>Total:</b>		<b>45,02</b>		<b>Valor R\$ 45,02</b>	
81650000000-4 45022485202-7 00903310000-0 00075089749-8				Autenticação:	



**SEMEC - PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA - SEMEC**  
**DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL - D.A.M MENSAL**

<b>Contribuinte</b> <b>JAILSON DA SILVA RAMOS</b>					
<b>CPF/CNPJ</b> 056.174.474-24	<b>Inscrição / C.M.C.</b> 901451833	<b>Tributos</b> TAXAS / ENC. PECUNIÁRIOS 20	<b>Referência</b> Parc. Única	<b>Vencimento</b> 03/09/2020	<b>Nosso Número</b> 31000000075089
RUA - DR ANTONIO NUNES LEITE, Número: MERCADO, Quadra: , Lote: - CEP: 57000000 Bairro: BEBEDOURO					
BOX: MB.FLR.-MB.0024- BOX: MB.FLR.-MB.0025- BOX: MB.FLR.-MB.0026- BOX: MB.FLR.-MB.0027- MÊS: 05/2020					
TAXAS PERMISSIVAS F. E MERCADOS		41,53			
JUROS DE MORA:		0,42			
MULTA DE MORA		8,31			
DESCONTO:		5,24			
<b>Total a Pagar:</b>				<b>45,</b>	

**Instruções:**

LOCAIS PARA PAGAMENTO:  
 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, SANTANDER, BRADESCO, ITAU,  
 BANCO DO BRASIL, SICREDI, LOTERIAS, MULTIBANK E CORREIOS.  
 EMITA SUA SEGUNDA VIA E OUTROS SERVIÇOS EM  
[WWW.ONLINE.MACEIO.AL.GOV.BR](http://WWW.ONLINE.MACEIO.AL.GOV.BR)

Ficha de Compensação - Autenticação Mecânica

81650000000-4 45022485202-7 00903310000-0 00075089749-8





## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** JAIRO DA SILVA RAMOS, brasileiro, solteiro, Comerciante, portador de CPF 088.768.344-43 e Carteira de Identidade 2109283 SSP/AL, residente na R. Sta. Luzia, 271-B - Tabuleiro, MACEIO/AL telefone: (82) 9988-2089.

**OUTORGADO:** **BRUNO GABRIEL DE ARAÚJO**, advogado, devidamente inscrito na OAB/AL - 12385, com escritório profissional na Rua Hilda Pereira Monte, 11-D, Petrópolis, Maceió/AL.

**PODERES:** Os poderes das cláusulas "AD JUDICIA" e "EXTRA" para o foro em geral, com o fim de defender todos os direitos e interesses do outorgante, podendo transigir, desistir, fazer acordos, discordar, concordar, passar recibos, dar e receber quitação, apresentar, juntar e desembaraçar documentos, papéis, recibos e guias, interpor e seguir recursos até Superior instância e finalmente praticar e requerer todos os demais atos necessários ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes. Em especial, os poderes para representar em ações judiciais e procedimentos extrajudiciais em face da Braskem e Entes Públicos, para indenização dos danos causados ao imóvel e atividade econômica do outorgante, bem como os danos imateriais às pessoas dos morador e/ou empreendedor.

- a. No procedimento extrajudicial serão devidos honorários ao Outorgado no percentual de 15% (quinze por cento) de todo o proveito econômico obtido, a serem pagos pelo outorgante no momento da indenização, sendo passível de retenção pela entidade pagadora e repasse diretamente ao Advogado.
- b. Os honorários sucumbenciais serão devidos ao Advogado, bem como qualquer remuneração de natureza honorária prevista em Termo de Ajustamento de Conduta, ou outro acordo celebrado entre as partes.
- c. Caso seja a opção pela via Judicial, o outorgante acede em pagar aos advogados contratados, honorários correspondentes a 20% (vinte por cento) do total bruto da ação deferido com as devidas atualizações apuradas em procedimento de execução, até final pagamento.
- d. Caberá à parte contratante o pagamento das custas e despesas que forem necessárias ao bom e rápido andamento da ação, bem como fornecer os documentos que os advogados ora contratados lhe solicitar.
- e. havendo desistência após ajuizado o feito, ou composição amigável entre autor(a) e ré(u), os honorários continuarão devidos no mesmo percentual previamente acordado, neste caso, respectivamente, sobre o valor da causa ou sobre o valor bruto pactuado na composição amigável.
- f. Aplicam-se as demais condições do estatuto da advocacia.
- g. As partes contratantes elegem o foro da Cidade de Maceió/AL, para dirimir qualquer ação oriunda deste contrato.

Maceió, 15 / 08 / 2020

x Jairo da Silva Ramos





Para contato  
conosco, informe  
este número.

SEU CÓDIGO

1120337-4

UATORIAL ENERGIA ALAGOAS

Fernandes Lima, 3349 - Gruta de Lourdes - CEP: 57052-902

CEIOVAL - CNPJ: 12.272.084/0001-00 - IE: 24007177-8

IME ESPECIAL DE IMPRESSÃO AUTORIZADO PELA SEC. DA FAZENDA

/ FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA / SERVIÇO SÉRIE U Nº

Nº da Nota Fiscal 39521164

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada  
pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

CONTA MÊS	VENCIMENTO	CONSUMO (kWh)	TOTAL A PAGAR (R\$)
AGOSTO/2020	26/08/2020	45	34,33

JACKSON DA SILVA RAMOS  
R STA LUZIA 271 B - TABULEIRO DO MARTINS

CPF: 00004575546496

CEP: 57.060-150 - MACEIO

ROT: 41.001.42.10.000462

DADOS DA LEITURA	kWh	DATAS DA LEITURA
Atual:	9/60	Atual: 12/08/2020
Anterior:	9715	Anterior: 14/07/2020
Constante de Multiplicação:	1,000	Próxima Leitura: 11/09/2020
Consumo Medido:	45	Ger. Arquivo: 11/08/2020
Consumo Faturado:	45	Apresentação: 12/08/2020
Forma de Faturamento:	NORMAL	Dias de Consumo: 29
Código de Irregularidade:		

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA					
Classe/Subclasse	Ligação	Número Medidor	Posto	Código Fat.	Média 12 meses
RESIDENCIAL	MONO	E1891730	S 1 02015	1.1.1.1	67

HISTÓRICO kWh		DESCRIÇÃO DA CONTA	
Mês/ano consumo			
JUL/20	52	CONSUMO	45 kWh a R\$ 0,763063 = 34,33
JUN/20	50		
MAI/20	66		
ABR/20	66		
MAR/20	90		
FEV/20	78		
JAN/20	75		
DEZ/19	89		
NOV/19	71		
OUT/19	65		

TARIFA SEM TRIBUTOS:  
0 A 45 - 0,583310



REAVISO DE  
VENCIMENTO

### NOTIFICAÇÃO DE REAVISO DE VENCIMENTO / MENSAGEM

Mes/Ano	Valor R\$	Unidade consumidora sujeita à suspensão do fornecimento de energia elétrica a partir de 27/08/2020. O não pagamento poderá ensejar também a inclusão do nome do consumidor na SERASA. Caso tenha efetuado o pagamento, favor desconsiderar este aviso.
07/2020	37,83	
MPAL #SUAATITUDESALVA DENUNCIE A VIOLENCIA CONTRA MULHER: 180. LIGUE 0800 082 0196 E FAÇA OPÇÃO VENCIMENTO 3 8 13 18 23 28		

PODE OPÇÃO PELAS DATAS DE VENCIMENTO DA SUA TARIFA MENSUAL DE 10, 15, 20 OU 25 DIAS ANTES EM CONTATO COM Nossos canais de atendimento.

SERVADO AO FISCO 3988.45E3.9769.03C0.291B.0C87.D771.5991

COMPOSIÇÃO DA CONTA - R\$		IMPOSTOS/TRIBUTOS - R\$	
Distribuição:	15,40	Base de Cálculo:	34,33
Energia:	6,86	Alíquota ICMS:	17,00%
Transmissão:	2,88	Valor do ICMS:	5,83
Encargos:	1,12	Valor do PIS:	0,40
Impostos:	8,07	Valor do COFINS:	1,84

INDICADORES DE CONTINUIDADE							
	DIC		FIC		DMIC		DICRI
	Mensal	Trimestral	Anual	Mensal	Trimestral	Anual	Mensal
Limite	5,31	10,62	21,25	3,42	6,85	13,70	3,03
Reservado	0,25			1,00			0,25
Período de apuração:	06/2020						GUSD: 15,20

ROT: 41.001.42.10.000462

SEU CÓDIGO

TOTAL A PAGAR - R\$

1120337-4

34,33

MÊS FATURADO

VENCIMENTO

08/2020

26/08/2020

Nº da Nota Fiscal:

39521164

FCAM\*

836100000000 6 34330003000 8 00000001120 5 33740820008 3



SEQ.: 00052 UC: 1120337-4 DT.LEIT.: 12/08/2020 T.ENTR.: 01  
LEITURA: 9760 NORMAL TOTAL: 34,33 CARGA: 009  
DT.VENC.: 26/08/2020 IRREG.: 000 COLETOR: 0213

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME: JATRO DA SILVA RAMOS

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF: 2109283 SSP AL

CPF: 088.768.344-43 DATA NASCIMENTO: 28/02/1985

FILIAÇÃO: CICERO DA SILVA RAMOS

ISMERINA JANUARIO DA

PERMISSÃO: ACC: CAT. HAB: AB

Nº REGISTRO: 06153622793 VALIDADE: 15/01/2024 1ª HABILITAÇÃO: 20/08/2014

OBSERVAÇÕES:

Assinatura do Portador: Jairo da Silva Ramos

LOCAL: UNIAO DOS PALMARES, AL DATA EMISSÃO: 21/01/2019

Assinatura do Emissor: Adilson de Lima Castro, Diretor Presidente

71508375613 AL022154167

ALAGOAS

DENATRAN - CONTRAN





Extrato Conta Corrente

Correntista

Nome	JAILSON DA SILVA RAMOS			CPF	Posição	Data da emissão
Agência (refco/dv)	GS	Cont. nº / dv	Data de abertura	056.174.474-24	Novembro / 2018	11.08.2020
0120-1	01	30.984-2	29.03.2016			

Data de crédito	Data lançamento	Histórico	Lota	Banco	Origem	Documento	Valor - R\$	Saldo - R\$
31.10.2018		Saldo anterior						0,00
01.11.2018		234-Compra com Cartão	99008			153519	5,50 D	0,00 C
01.11.2018		825-Resgat: Poupança				000118	5,50 C	0,00 C
05.11.2018		234-Compra com Cartão	99008			160379	18,00 D	0,00 C
05.11.2018		825-Resgat: Poupança				000118	18,00 C	0,00 C
09.11.2018		870-Transf. rec. recebida	99021		03393	613393000133215	160,00 C	0,00 C
09.11.2018		480-Aplicação em Poupança				000118	160,00 D	0,00 C
12.11.2018		234-Compra com Cartão	99008			134210	19,90 D	0,00 C
12.11.2018		825-Resgat: Poupança				000118	19,90 C	0,00 C
13.11.2018		870-Transf. rec. recebida	99021		03393	613393000133215	140,00 C	0,00 C
13.11.2018		234-Compra com Cartão	99008			148012	74,77 D	0,00 C
13.11.2018		480-Depósito Online	10246			2762145515	1.500,00 C	0,00 C
14.11.2018		234-Compra com Cartão	99008			153914	43,00 D	0,00 C
14.11.2018		234-Compra com Cartão	99008			261319	84,75 D	0,00 C
14.11.2018		480-Depósito Online	10246			2439920319	1.500,00 C	0,00 C
16.11.2018		234-Compra com Cartão	99008			155119	50,47 D	0,00 C
16.11.2018		480-Depósito Online	10246			000118	1.449,53 D	0,00 C
21.11.2018		234-Compra com Cartão	99008			148119	39,95 D	0,00 C
21.11.2018		234-Compra com Cartão	99008			249311	55,00 D	0,00 C
21.11.2018		234-Compra com Cartão	99008			350415	44,50 D	0,00 C
21.11.2018		234-Compra com Cartão	99008			654616	57,00 D	0,00 C
21.11.2018		234-Compra com Cartão	99008			756119	64,98 D	0,00 C
21.11.2018		825-Resgat: Poupança				000118	261,43 C	0,00 C
27.11.2018		234-Compra com Cartão	99008			148911	83,00 D	0,00 C
27.11.2018		825-Resgat: Poupança				000118	83,00 C	0,00 C

Disponível - R\$	0,00	CPMF cc brado - R\$	0,00
0,00	0,00		

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE ALAGOAS  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO E REGISTRO DE DADOS

**Polegar Direito**

*Assinatura do titular*

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

996011

24/08/2017

JEANE DO NASCIMENTO SILVA

ANATELCIO MARCELINO DA SILVA

MARIA CELINA DO NASCIMENTO SILVA

14/04/1968

MACIÓ - AL

CERTO NASC 10604 FLS 201V LIV A 15

FLEXEIRAS-AL

020.687.654-89

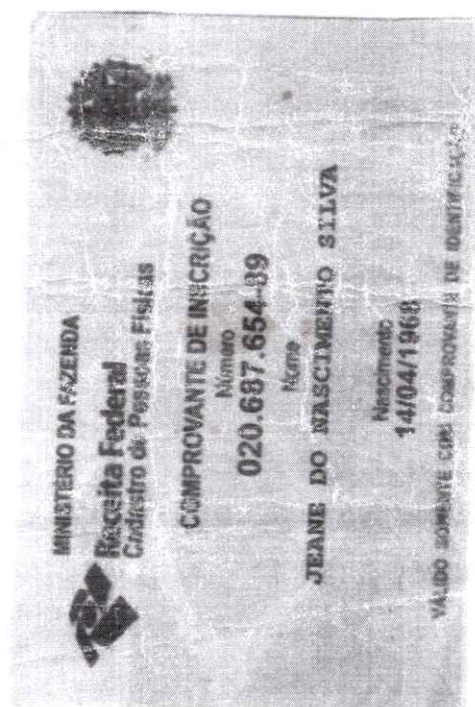
2 VIA

MAIA MADALENA CARDOSO DA SILVA  
CHEFE ESPECIAL DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

P 302





## PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: JEANE DO NASCIMENTO SILVA, BRASILEIRA,  
SOLTEIRA, COMERCIANTE, portador de CPF 020.687.654-89 e Carteira de  
 Identidade 996011, residente na \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_ telefone: (82) 98874-5525.

OUTORGADO: **BRUNO GABRIEL DE ARAÚJO**, advogado, devidamente inscrito na OAB/AL - 12385,  
 com escritório profissional na Rua Hilda Pereira Monte, 11-D, Petrópolis, Maceió/AL.

**PODERES:** Os poderes das cláusulas "AD JUDICIA" e "EXTRA" para o foro em geral, com o fim de defender todos os direitos e interesses do outorgante, podendo transigir, desistir, fazer acordos, discordar, concordar, passar recibos, dar e receber quitação, apresentar, juntar e desembaraçar documentos, papéis, recibos e guias, interpor e seguir recursos até Superior instância e finalmente praticar e requerer todos os demais atos necessários ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes. Em especial, os poderes para representar em ações judiciais e procedimentos extrajudiciais em face da Braskem e Entes Públicos, para indenização dos danos causados ao imóvel e atividade econômica do outorgante, bem como os danos imateriais às pessoas dos morador e/ou empreendedor.

a. No procedimento extrajudicial serão devidos honorários ao Outorgado no percentual de 15% (quinze por cento) de todo o proveito econômico obtido, a serem pagos pelo outorgante no momento da indenização, sendo passível de retenção pela entidade pagadora e repasse diretamente ao Advogado.

b. Os honorários sucumbenciais serão devidos ao Advogado, bem como qualquer remuneração de natureza honorária prevista em Termo de Ajustamento de Conduta, ou outro acordo celebrado entre as partes.

c. Caso seja a opção pela via Judicial, o outorgante acede em pagar aos advogados contratados, honorários correspondentes a 20% (vinte por cento) do total bruto da ação deferido com as devidas atualizações apuradas em procedimento de execução, até final pagamento.

d. Caberá a parte contratante o pagamento das custas e despesas que forem necessárias ao bom e rápido andamento da ação, bem como fornecer os documentos que os advogados ora contratados lhe solicitar.

e. havendo desistência, após ajuizado o feito, ou composição amigável entre autor(a) e ré(u), os honorários continuarão devidos no mesmo percentual previamente acordado, neste caso, respectivamente, sobre o valor da causa ou sobre o valor bruto pactuado na composição amigável.

f. Aplicam-se as demais condições do estatuto da advocacia.

g. As partes contratantes elegem o foro da Cidade de Maceió/AL, para dirimir qualquer ação oriunda deste contrato.

Maceió, 08/10/2020

+jeane do nascimento Silva



# AUTODECLARAÇÃO

Eu, JEANE DO NASCIMENTO SILVA,  
residente à \_\_\_\_\_,  
CPF nº 020.687.654-89 RG nº 996.011, Declaro, para os devidos fins  
que exerço atividade comercial no Mercado Público de Bebedouro, desde o ano de  
1999 no ramo de VENDA DE ROUPAS.

Por ser verdade, dato e assino o presente documento, declarando estar ciente  
de que responderei criminalmente em caso de falsidade das informações aqui prestadas.

Maceió, 08 / 10 / 2020.

x Jeane do Nascimento Silva  
Assinatura do Declarante

## TESTEMUNHAS:

<u>Nezine de melo da Silva</u>	<u>Reynan Cabral de Azeite</u>
NOME:	NOME:
CPF: <u>712.678.98402</u>	CPF: <u>136.053.624-86</u>

## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** JOÃO BEZERRA DA SILVA, BRASILEIRO,  
CASADO, COMERCIANTE, portador de CPF 018.172.824-92 e Carteira de  
 Identidade 3540837-S, residente na POV. BARRA DO LAGO, S/Nº: JOAQUIM  
COMES/AL 57980-000 telefone: (82)99952-6877.

**OUTORGADO:** **BRUNO GABRIEL DE ARAÚJO**, advogado, devidamente inscrito na OAB/AL - 12385, com escritório profissional na Rua Hilda Pereira Monte, 11-D, Petrópolis, Maceió/AL.

**PODERES:** Os poderes das cláusulas "AD JUDICIA" e "EXTRA" para o foro em geral, com o fim de defender todos os direitos e interesses do outorgante, podendo transigir, desistir, fazer acordos, discordar, concordar, passar recibos, dar e receber quitação, apresentar, juntar e desembaraçar documentos, papéis, recibos e guias, interpor e seguir recursos até Superior instância e finalmente praticar e requerer todos os demais atos necessários ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes. Em especial, os poderes para representar em ações judiciais e procedimentos extrajudiciais em face da Braskem e Entes Públicos, para indenização dos danos causados ao imóvel e atividade econômica do outorgante, bem como os danos imateriais às pessoas dos morador e/ou empreendedor.

- a. No procedimento extrajudicial serão devidos honorários ao Outorgado no percentual de 15% (quinze por cento) de todo o proveito econômico obtido, a serem pagos pelo outorgante no momento da indenização, sendo passível de retenção pela entidade pagadora e repasse diretamente ao Advogado.
- b. Os honorários sucumbenciais serão devidos ao Advogado, bem como qualquer remuneração de natureza honorária prevista em Termo de Ajustamento de Conduta, ou outro acordo celebrado entre as partes.
- c. Caso seja a opção pela via Judicial, o outorgante acede em pagar aos advogados contratados, honorários correspondentes a 20% (vinte por cento) do total bruto da ação deferido com as devidas atualizações apuradas em procedimento de execução, até final pagamento.
- d. Caberá à parte contratante o pagamento das custas e despesas que forem necessárias ao bom e rápido andamento da ação, bem como fornecer os documentos que os advogados ora contratados lhe solicitar.
- e. havendo desistência após ajuizado o feito, ou composição amigável entre autor(a) e ré(u), os honorários continuarão devidos no mesmo percentual previamente acordado, neste caso, respectivamente, sobre o valor da causa ou sobre o valor bruto pactuado na composição amigável.
- f. Aplicam-se as demais condições do estatuto da advocacia.
- g. As partes contratantes elegem o foro da Cidade de Maceió/AL, para dirimir qualquer ação oriunda deste contrato.

NÃO ALFABETIZADO. A FOGO: Maceió, 03/08/2020  
em nome de JOÃO BEZERRA DA SILVA.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE ALAGOAS  
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL  
CENTRO DE PERÍCIAS FORENSES  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DEL MARIO PEDRO DOS SANTOS

Polgar Direito

NÃO ALFABETIZADO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3540837-5 DATA DE EXPEDIÇÃO 12/05/1963

NOME JOÃO BEZERRA DA SILVA

FILIAÇÃO OLIVAL BEZERRA DA SILVA  
AURORA MARIA DA CONCEIÇÃO

NATURALIDADE JOAQUIM GOMES - AL DATA DE NASCIMENTO 12/05/1963

DOC. ORIGEM CERTO CAS 17090 FLS 227V LIV 004  
XERÉU - PE

1 VIA

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Receita Federal

CPF

CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Número de Inscrição  
018.172.824-92

Nome  
JOAO BEZERRA DA SILVA

Nascimento  
12/05/1963

**11.158.131/0001-18**

Praça Ciro Acioly, 96, Ponta Grossa  
Maceió / Alagoas

Corte na linha pontilhada

**Recibo do Sacado**

**8-BRASIL 001-9 | 00190.00009 02080.942002 00003.083185 8 48120000006150**

Cedente		Agência / Código do Cedente		Espécie	Quantidade	Nosso número
Secretaria Municipal de trabalho, Abastecimento e economia solidária		3557-2 / 00006664-8		R\$		20809420000003083
Número do documento	Contrato	CPF/CNPJ	Vencimento	Valor documento		
7245	18554409	11.158.131/0001-18	10/12/2010	61,50		
(-) Desconto / Abatimento	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa	(+) Outros acréscimos	(=) Valor cobrado		

Sacado

**JOAO BEZERRA DA SILVA - 018.172.824-92 - BEB FLR 19,20,21,22 E 23 - Mensalidade referente ao mes de Novembro/2010**

Autenticação mecânica

Corte na linha pontilhada

**BANCO DO BRASIL**

001-9

00190.00009 02367.380009 00345.129183 3 74900000006203

Cedente		Agência/Código do Cedente		Espécie	Quantidade	Nosso número
SEC. MUN. DE TRAB., ABAST. E ECON. SOLIDÁRIA		3557-2 / 00006999-X		R\$	1	23673800000345129-2
Número do documento		CPF/CNPJ	Vencimento		Valor documento	
0000345129		12.200.135/0001-80	10/04/2018		62,03	
(-) Desconto/Abatimentos	(-) Outras deduções	(+) Mora/Multa	(+) Outros acréscimos		(=) Valor cobrado	
Sacado JOÃO BEZERRA DA SILVA - Box: MB.FLR-MB.0019 - Box: MB.FLR-MB.0020 - Box: MB.FLR-MB.0021 - Box: MB.FLR-MB.0022 - Box: MB.FLR-MB.0023 - CONJ. FREI DAMIÃO, 018 QD. 59 - BENEDITO BENTES,						

Demonstrativo

Autenticação mecânica



**Eletrobras**  
Distribuição Alagoas

Para contato com a  
Eletrobras, informe  
este NÚMERO

0917612-8

Av. Fernandes Lima, nº 3349 - Giras de Lourdes - CEP: 57052-002  
MACEIÓ - AL - CNPJ: 12.272.094/0001-00 - TEL: 24007177-9

Nº da Nota Fiscal 0000017612

RECIBE ESPECIAL DE IMPRESSÃO AUTORIZADO PELA CENELAT - DATAZENDA  
NEGATURA DE ENERGIA ELÉTRICA - SERVIÇO - 0000017612

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada  
pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

CONTA MÊS	VENCIMENTO	CONSUMO (kWh)	TOTAL A PAGAR (R\$)
JANEIRO/2017	15/01/2017	54	20,35

MARIA LINDA DE LIMA  
PV BARRA DO TACU S/N NAO CADASTRAO

7.980-000 JOAQUIM GOMES

ROL: 075.24.021.00013

DADOS DA LEITURA	kWh	kVarh	DATAS DA LEITURA
Atual:	7691		Atual: 01/01/2017
Anterior:	7639		Anterior: 01/12/2016
Constante de Multiplicação:	1,000		Próxima Leitura: 01/02/2017
Consumo Medido:	51		Emissão: 01/01/2017
Consumo Faturado:	51	11 AM	Apresentação: 01/01/2017

Forma de Faturamento: (KVAh) Fator de Potência: Dias de Consumo: 29

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA					
Classe/Subclasse	Ligação	Número Medidor	Poste	Código Fat	Média 12 meses
RESID. BA. RENDA	MCMO /	01191485	S 1 4/4/1	1.4.1.1	46

HISTÓRICO kWh	DESCRIÇÃO DA CONTA
Mês/ano consumo	
CONSUMO 30 kWh a R\$ 0,180272 =	5,4
24 kWh a R\$ 0,109059 =	2,6
TARIFA	15,6
SUBVENÇÃO DE BAIXA RENDA	12,5
CONTRIB. DE ILUMINACAO PUBLICA(COSIP)	4,4
MULTA POR ATRASO 12/16-00	0,3
JUROS DE MORA DE IMPO 12/16-00	0,0
Jul/16 48	
AGO/16 39	
SET/16 49	
OCT/16 47	
NOV/16 12	
DEZ/16 14	
JAN/17 50	
FEB/17 11	

**MENSAGENS IMPORTANTES / REAVISO DE VENCIMENTO**

EM CASO DE SINTOMAS DE ENDOCRINOLOGIA, ORIENTADO PARA O ZIKA, DIRIGIR-SE AO  
LIGUE 0800-000000 para mais informações. VENCIMENTO: 15/01/2017

**RESERVADO AO FISCO**

COMPOSIÇÃO DA CONTA - R\$	IMPOSTOS/TRIBUTOS - R\$
Distribuição:	Base de Cálculo:
Energia:	Alíquota ICMS:
Transmissão:	Valor do ICMS:
Encargos:	Valor do PIS:
Tributos:	Valor do COFINS:

**INDICADORES DE CONTINUIDADE**

	DIC			FIC			DMIC			DICRI		
	Mensal	Trimestral	Anual	Mensal	Trimestral	Anual	Mensal	Trimestral	Anual	Mensal	Trimestral	Anual
Limite												
Realizado												
Conjunto												

0,00

Período de  
análise

11/2016

RSD:

4,6

NETO  
CANTÓRIO  
3252-1172  
21 proc. pública

# PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: JOSÉ ANTONIO MARQUES BRASILEIRO  
SOLTEIRO COMERCIANTE, portador de CPF 085.714.694-74 e Carteira de  
 Identidade 1101038 SSP/AL residente na RAV. GAMELEIRA S/N - JOAQUIM GOMES  
57.980-000 telefone: (32) 98152-4179

OUTORGADO: **BRUNO GABRIEL DE ARAÚJO**, advogado, devidamente inscrito na OAB/AL - 12385,  
 com escritório profissional na Rua Hilda Pereira Monte, 11-D, Petrópolis, Maceió/AL.

**PODERES:** Os poderes das cláusulas "AD JUDICIA" e "EXTRA" para o foro em geral, com o fim de defender todos os direitos e interesses do outorgante, podendo transigir, desistir, fazer acordos, discordar, concordar, passar recibos, dar e receber quitação, apresentar, juntar e desembaraçar documentos, papéis, recibos e guias, interpor e seguir recursos até Superior instância e finalmente praticar e requerer todos os demais atos necessários ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes. Em especial, os poderes para representar em ações judiciais e procedimentos extrajudiciais em face da Braskem e Entes Públicos, para indenização dos danos causados ao imóvel e atividade econômica do outorgante, bem como os danos imateriais às pessoas dos morador e/ou empreendedor.

- a. No procedimento extrajudicial serão devidos honorários ao Outorgado no percentual de 15% (quinze por cento) de todo o proveito econômico obtido, a serem pagos pelo outorgante no momento da indenização, sendo passível de retenção pela entidade pagadora e repasse diretamente ao Advogado.
- b. Os honorários sucumbenciais serão devidos ao Advogado, bem como qualquer remuneração de natureza honorária prevista em Termo de Ajustamento de Conduta, ou outro acordo celebrado entre as partes.
- c. Caso seja a opção pela via Judicial, o outorgante acede em pagar aos advogados contratados, honorários correspondentes a 20% (vinte por cento) do total bruto da ação deferido com as devidas atualizações apuradas em procedimento de execução, até final pagamento.
- d. Caberá a parte contratante o pagamento das custas e despesas que forem necessárias ao bom e rápido andamento da ação, bem como fornecer os documentos que os advogados ora contratados lhe solicitar.
- e. havendo desistência, após ajuizado o feito, ou composição amigável entre autor(a) e ré(u), os honorários continuarão devidos no mesmo percentual previamente acordado, neste caso, respectivamente, sobre o valor da causa ou sobre o valor bruto pactuado na composição amigável.
- f. Aplicam-se as demais condições do estatuto da advocacia.
- g. As partes contratantes elegem o foro da Cidade de Maceió/AL, para dirimir qualquer ação oriunda deste contrato.

Maceió, 03/08/2020

DE ANALFABETO ASS. A ROGO

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE ALAGOAS

SECRETARIA COORDENADORA DE JUSTIÇA E DEFESA SOCIAL

CENTRO DE PERÍCIAS FORENSES - CPFF

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DE: MARIO PEDRO DOS SANTOS



Polegar Direito

NÃO ALFABETIZADO

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1101038

DATA DE EXPEDIÇÃO 04/06/21

NOME JOSÉ ANTONIO MARQUES

FILIAÇÃO ANTONIO MANOEL MARQUES  
MARIA RIONELIA DA CONCEIÇÃO

NATURALIDADE JOAQUIM GOMES - AL

DATA DE NASCIMENTO 06/02/1965

DOC ORIGEM CERTO NASC 11499 FLS V71 LIV 25  
JOAQUIM GOMES - AL

2 VIA

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF

085.714.694-74

JOSE ANTONIO MARQUES

06/02/1965

Cartão de identificação pessoal e profissional

Cartão de identificação pessoal e profissional

CORREIOS



Nota emitida em  
13/12/2017  
11:05:24



Av. Fernandes Lima, nº 3348 - Ondas da Lourdes - CEP: 57052-902  
NACIONAL - CNPJ: 12.272.044/0001-00 - IE: 24007177-9

Nº da Nota Fiscal

PECNIE ESPECIAL DE IMPRESSÃO AUTORIZADO PELA SEC. DA FAZENDA  
Nº ATUAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA/SERVIÇO SÉRIE UN

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada  
pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

CONTA MES	VENCIMENTO	CONSUMO (kWh)	TOTAL A PAGAR (R\$)
DEZEMBRO/2017	13/12/2017	93	3,82

MARIA HELENA DE SOUZA LACERDA  
PV GAMELEIRA, N.º 111, ADISTRADO

57.980-000 - JOAQUIM GOMES

ROF: 075.24.014.000110

DADOS DA CÉLULA	kWh	kVArh	DATAS DA LEITURA
Atual:	6.490		Atual: 05/12/2017
Anterior:	5.521		Anterior: 04/11/2017
Diferença de Não-pagação:	0.000		Próxima Leitura: 04/01/2018
Diferença Média:	0.000		Emissão: 13/12/2017
Diferença Estimada:	0.000		Apresentação: 13/12/2017

Fornecimento de Tensão: 110V/220V Fator de Potência: 1,00 Dia de Consumo: 17

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA
Cidade/Subcidade: REND. Bx RENDA MONO
Ligação: 01508639
Número Medidor: 5 1 08542
Poste: 1.4.1.1
Código Fat: 1.4.1.1
Média 12 meses: 0,00

HISTÓRICO (R\$)	DESCRIÇÃO DA CONTA	
Mês anterior consumo	CONSUMO: 10 kWh a R\$ 0,234433 =	7,03
NOV/17	10 kWh a R\$ 0,234433 =	2,34
OUT/17	DIFERENÇA DE TARIFA	32,21
SET/17	SUBVENÇÃO BAIXA RENDA	26,74
AGO/17	CONTRIB. DE ILUMINACAO PUBLICA(COSIP)	9,29
JUL/17	CORREÇÃO MONETARIA 10/17-00	0,11
JUN/17	ADICIONAL BANDEIRA VERMELHA -	2,48
MAY/17		
ABR/17		
MAR/17		
FEB/17		
JAN/17		
DEZ/16		
NOV/16		
OCT/16		
SET/16		
AUG/16		
JUL/16		
JUN/16		
MAY/16		
ABR/16		
MAR/16		
FEB/16		
JAN/16		
DEZ/15		
NOV/15		
OCT/15		
SET/15		
AUG/15		
JUL/15		
JUN/15		
MAY/15		
ABR/15		
MAR/15		
FEB/15		
JAN/15		
DEZ/14		
NOV/14		
OCT/14		
SET/14		
AUG/14		
JUL/14		
JUN/14		
MAY/14		
ABR/14		
MAR/14		
FEB/14		
JAN/14		
DEZ/13		
NOV/13		
OCT/13		
SET/13		
AUG/13		
JUL/13		
JUN/13		
MAY/13		
ABR/13		
MAR/13		
FEB/13		
JAN/13		
DEZ/12		
NOV/12		
OCT/12		
SET/12		
AUG/12		
JUL/12		
JUN/12		
MAY/12		
ABR/12		
MAR/12		
FEB/12		
JAN/12		
DEZ/11		
NOV/11		
OCT/11		
SET/11		
AUG/11		
JUL/11		
JUN/11		
MAY/11		
ABR/11		
MAR/11		
FEB/11		
JAN/11		
DEZ/10		
NOV/10		
OCT/10		
SET/10		
AUG/10		
JUL/10		
JUN/10		
MAY/10		
ABR/10		
MAR/10		
FEB/10		
JAN/10		
DEZ/09		
NOV/09		
OCT/09		
SET/09		
AUG/09		
JUL/09		
JUN/09		
MAY/09		
ABR/09		
MAR/09		
FEB/09		
JAN/09		
DEZ/08		
NOV/08		
OCT/08		
SET/08		
AUG/08		
JUL/08		
JUN/08		
MAY/08		
ABR/08		
MAR/08		
FEB/08		
JAN/08		
DEZ/07		
NOV/07		
OCT/07		
SET/07		
AUG/07		
JUL/07		
JUN/07		
MAY/07		
ABR/07		
MAR/07		
FEB/07		
JAN/07		
DEZ/06		
NOV/06		
OCT/06		
SET/06		
AUG/06		
JUL/06		
JUN/06		
MAY/06		
ABR/06		
MAR/06		
FEB/06		
JAN/06		
DEZ/05		
NOV/05		
OCT/05		
SET/05		
AUG/05		
JUL/05		
JUN/05		
MAY/05		
ABR/05		
MAR/05		
FEB/05		
JAN/05		
DEZ/04		
NOV/04		
OCT/04		
SET/04		
AUG/04		
JUL/04		
JUN/04		
MAY/04		
ABR/04		
MAR/04		
FEB/04		
JAN/04		
DEZ/03		
NOV/03		
OCT/03		
SET/03		
AUG/03		
JUL/03		
JUN/03		
MAY/03		
ABR/03		
MAR/03		
FEB/03		
JAN/03		
DEZ/02		
NOV/02		
OCT/02		
SET/02		
AUG/02		
JUL/02		
JUN/02		
MAY/02		
ABR/02		
MAR/02		
FEB/02		
JAN/02		
DEZ/01		
NOV/01		
OCT/01		
SET/01		
AUG/01		
JUL/01		
JUN/01		
MAY/01		
ABR/01		
MAR/01		
FEB/01		
JAN/01		
DEZ/00		
NOV/00		
OCT/00		
SET/00		
AUG/00		
JUL/00		
JUN/00		
MAY/00		
ABR/00		
MAR/00		
FEB/00		
JAN/00		
DEZ/99		
NOV/99		
OCT/99		
SET/99		
AUG/99		
JUL/99		
JUN/99		
MAY/99		
ABR/99		
MAR/99		
FEB/99		
JAN/99		
DEZ/98		
NOV/98		
OCT/98		
SET/98		
AUG/98		
JUL/98		
JUN/98		
MAY/98		
ABR/98		
MAR/98		
FEB/98		
JAN/98		
DEZ/97		
NOV/97		
OCT/97		
SET/97		
AUG/97		
JUL/97		
JUN/97		
MAY/97		
ABR/97		
MAR/97		
FEB/97		
JAN/97		
DEZ/96		
NOV/96		
OCT/96		
SET/96		
AUG/96		
JUL/96		
JUN/96		
MAY/96		
ABR/96		
MAR/96		
FEB/96		
JAN/96		
DEZ/95		
NOV/95		
OCT/95		
SET/95		
AUG/95		
JUL/95		
JUN/95		
MAY/95		
ABR/95		
MAR/95		
FEB/95		
JAN/95		
DEZ/94		
NOV/94		
OCT/94		
SET/94		
AUG/94		
JUL/94		
JUN/94		
MAY/94		
ABR/94		
MAR/94		
FEB/94		
JAN/94		
DEZ/93		
NOV/93		
OCT/93		
SET/93		
AUG/93		
JUL/93		
JUN/93		
MAY/93		
ABR/93		
MAR/93		
FEB/93		
JAN/93		
DEZ/92		
NOV/92		
OCT/92		
SET/92		
AUG/92		
JUL/92		
JUN/92		
MAY/92		
ABR/92		
MAR/92		
FEB/92		
JAN/92		
DEZ/91		
NOV/91		
OCT/91		
SET/91		
AUG/91		
JUL/91		
JUN/91		
MAY/91		
ABR/91		
MAR/91		
FEB/91		
JAN/91		
DEZ/90		
NOV/90		
OCT/90		
SET/90		
AUG/90		
JUL/90		
JUN/90		
MAY/90		
ABR/90		
MAR/90		
FEB/90		
JAN/90		
DEZ/89		
NOV/89		
OCT/89		
SET/89		
AUG/89		
JUL/89		
JUN/89		
MAY/89		
ABR/89		
MAR/89		
FEB/89		
JAN/89		
DEZ/88		
NOV/88		
OCT/88		
SET/88		
AUG/88		
JUL/88		
JUN/88		
MAY/88		
ABR/88		
MAR/88		
FEB/88		
JAN/88		
DEZ/87		
NOV/87		
OCT/87		
SET/87		
AUG/87		
JUL/87		
JUN/87		
MAY/87		
ABR/87		
MAR/87		
FEB/87		
JAN/87		
DEZ/86		
NOV/86		
OCT/86		
SET/86		
AUG/86		
JUL/86		
JUN/86		
MAY/86		
ABR/86		
MAR/86		
FEB/86		
JAN/86		
DEZ/85		
NOV/85		
OCT/85		
SET/85		
AUG/85		
JUL/85		
JUN/85		
MAY/85		
ABR/85		
MAR/85		
FEB/85		
JAN/85		
DEZ/84		
NOV/84		
OCT/84		
SET/84		
AUG/84		
JUL/84		
JUN/84		
MAY/84		
ABR/84		
MAR/84		
FEB/84		
JAN/84		
DEZ/83		
NOV/83		
OCT/83		
SET/83		
AUG/83		
JUL/83		
JUN/83		
MAY/83		
ABR/83		
MAR/83		
FEB/83		
JAN/83		
DEZ/82		
NOV/82		
OCT/82		
SET/82		
AUG/82		
JUL/82		
JUN/82		
MAY/82		
ABR/82		
MAR/82		
FEB/82		
JAN/82		
DEZ/81		
NOV/81		
OCT/81		
SET/81		
AUG/81		
JUL/81		
JUN/81		
MAY/81		
ABR/81		
MAR/81		
FEB/81		
JAN/81		
DEZ/80		
NOV/80		
OCT/80		
SET/80		
AUG/80		
JUL/80		
JUN/80		
MAY/80		
ABR/80		
MAR/80		
FEB/80		
JAN/80		
DEZ/79		
NOV/79		
OCT/79		
SET/79		
AUG/79		
JUL/79		
JUN/79		
MAY/79		
ABR/79		
MAR/79		
FEB/79		
JAN/79		
DEZ/78		
NOV/78		
OCT/78		
SET/78		
AUG/78		
JUL/78		
JUN/78		
MAY/78		
ABR/78		
MAR/78		
FEB/78		
JAN/78		
DEZ/77		
NOV/77		
OCT/77		
SET/77		
AUG/77		
JUL/77		
JUN/77		
MAY/77		
ABR/77		
MAR/77		
FEB/77		
JAN/77		
DEZ/76		
NOV/76		
OCT/76		
SET/76		
AUG/76		
JUL/76		
JUN/76		
MAY/76		
ABR/76		
MAR/76		
FEB/76		
JAN/76		
DEZ/75		
NOV/75		
OCT/75		
SET/75		
AUG/75		
JUL/75		
JUN/75		
MAY/75		
ABR/75		
MAR/75		
FEB/75		
JAN/75		
DEZ/74		
NOV/74		
OCT/74		
SET/74		
AUG/74		
JUL/74		
JUN/74		
MAY/74		
ABR/74		
MAR/74		
FEB/74		
JAN/74		
DEZ/73		
NOV/73		
OCT/73		
SET/73		
AUG/73		
JUL/73		
JUN/73		
MAY/73		
ABR/73		
MAR/73		
FEB/73		
JAN/73		
DEZ/72		
NOV/72		
OCT/72		
SET/72		
AUG/72		
JUL/72		
JUN/72		
MAY/72		
ABR/72		
MAR/72		
FEB/72		
JAN/72		
DEZ/71		
NOV/71		
OCT/71		
SET/71		
AUG/71		
JUL/71		
JUN/71		
MAY/71		
ABR/71		
MAR/71		
FEB/71		
JAN/71		
DEZ/70		
NOV/70		
OCT/70		
SET/70		
AUG/70		
JUL/70		
JUN/70		
MAY/70		
ABR/70		
MAR/70		
FEB/70		

00190.00009 02367.380009 00356.966184 3 75510000006133

Cedente		Agência/Código do Cedente		Espécie	Quantidade	Nosso número
SEC. MUN. DE TRAB. ABAST. E ECON. SOLIDÁRIA		3557-2 / 00006999-X		R\$	1	23673800000356966 8
Número do documento		CPF/CNPJ	Vencimento	Valor documento		
0000356966		12.200.135/0001-80	10/06/2018	61,33		
(-) Desconto/Abatimentos	(-) Outras deduções	(+) Mora/Multa	(+) Outros acréscimos	(+) Valor do adic.		
Sacado JOSÉ ANTONIO MARQUES - Box: MB COB-MB.0028 - Box: MB COB-MB.0029 - Box: MB FLR-MB.0011 - Box: MB FLR-MB.0012 - Box: MB FLR-MB.0013 PV. GABRIELA S.N - JOAQUIM GOMES						

Autenticar, según sea

(1)  $\frac{1}{2} \leq \frac{a}{b} \leq 1$



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÁNSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

AL

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
1484368280

PROIBIDO PLASTIFICAR  
1484368280

NOME  
**JOSE CICERO DOS SANTOS**

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF  
**988169 SSP AL**

CPF  
**925.789.424-04**

DATA NASCIMENTO  
**12/07/1971**

FILIAÇÃO  
**ANTONIO ANASTACIO DOS SANTOS  
MARIA DAS DORES DE PONTES SANTOS**

PERMISSÃO  
**B**

ACC  
**B**

CAT. HAB.  
**B**

Nº REGISTRO  
**04928653052**

VALIDADE  
**11/09/2022**

1ª HABILITAÇÃO  
**27/04/2010**

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
**MACEIO, AL**

DATA EMISSÃO  
**22/09/2017**

ASSINATURA DO EMISSOR  
**Antonio Carlos Gouveia  
Diretor Presidente**

**ALAGOAS**

80545044490  
AL019859597

CONTRAN

Selo: G0256A0085NA

## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** JOSÉ CÍCERO DOS SANTOS, brasileiro,  
solteiro, aquele, portador de CPF 925.789.424-04 e Carteira de  
Identidade 988.169, residente na R. São José, 123 - Chã de Bebedouro,  
- Maceió/AL telefone: (82)98887-6900.

**OUTORGADO:** **BRUNO GABRIEL DE ARAÚJO**, advogado, devidamente inscrito na OAB/AL - 12385, com escritório profissional na Rua Hilda Pereira Monte, 11-D, Petrópolis, Maceió/AL.

**PODERES:** Os poderes das cláusulas "AD JUDICIA" e "EXTRA" para o foro em geral, com o fim de defender todos os direitos e interesses do outorgante, podendo transigir, desistir, fazer acordos, discordar, concordar, passar recibos, dar e receber quitação, apresentar, juntar e desembaraçar documentos, papéis, recibos e guias, interpor e seguir recursos até Superior instância e finalmente praticar e requerer todos os demais atos necessários ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes. Em especial, os poderes para representar em ações judiciais e procedimentos extrajudiciais em face da Braskem e Entes Públicos, para indenização dos danos causados ao imóvel e atividade econômica do outorgante, bem como os danos imateriais às pessoas dos morador e/ou empreendedor.

- a. No procedimento extrajudicial serão devidos honorários ao Outorgado no percentual de 15% (quinze por cento) de todo o proveito econômico obtido, a serem pagos pelo outorgante no momento da indenização, sendo passível de retenção pela entidade pagadora e repasse diretamente ao Advogado.
- b. Os honorários sucumbenciais serão devidos ao Advogado, bem como qualquer remuneração de natureza honorária prevista em Termo de Ajustamento de Conduta, ou outro acordo celebrado entre as partes.
- c. Caso seja a opção pela via Judicial, o outorgante acede em pagar aos advogados contratados, honorários correspondentes a 20% (vinte por cento) do total bruto da ação deferido com as devidas atualizações apuradas em procedimento de execução, até final pagamento.
- d. Caberá à parte contratante o pagamento das custas e despesas que forem necessárias ao bom e rápido andamento da ação, bem como fornecer os documentos que os advogados ora contratados lhe solicitar.
- e. havendo desistência após ajuizado o feito, ou composição amigável entre autor(a) e ré(u), os honorários continuarão devidos no mesmo percentual previamente acordado, neste caso, respectivamente, sobre o valor da causa ou sobre o valor bruto pactuado na composição amigável.
- f. Aplicam-se as demais condições do estatuto da advocacia.
- g. As partes contratantes elegem o foro da Cidade de Maceió/AL, para dirimir qualquer ação oriunda deste contrato.

Maceió, 03/08/2020

José Cícero dos Santos

# AUTODECLARAÇÃO

Eu, JOSE CICERO DOS SANTOS,  
residente à Rua São José, Nº 123 - Chã de Bebedouro,  
CPF nº 925.789.424-04 RG nº 988169/52/AL Declaro, para os devidos fins  
que exerço atividade comercial no Mercado Público de Bebedouro, desde o ano de  
2010 no ramo de COMÉRCIO DE CARNES.

Por ser verdade, dato e assino o presente documento, declarando estar ciente  
de que responderei criminalmente em caso de falsidade das informações aqui prestadas.

Maceió, 03 / 08 / 2020.

JOSE CICERO DOS SANTOS  
Assinatura do Declarante

## TESTEMUNHAS:

Pedro Galdino Lima  
NOME: PEDRO GALDINO LIMA  
CPF: 053.909.274-60

Cicera Maria de Lima  
NOME: CÍCERA MARIA DE LIMA  
CPF: 037.095.644-33



**CAIXA**

104-0

10498.18535 95000.119644 80804.001156 5 0000000000000000

<b>Pagador:</b> JOSE CICERO DOS SANTOS R SAO JOSE 123 CHA DE BEBEDOUR CEP:57018860 MACEIO/AL				<b>CPF/CNPJ do Pagador:</b> 925.789.424-04	
<b>Nosso Número</b> 0001968080400113	<b>Nº do Documento</b> 00019680804	<b>Vencimento</b> 14/01/2021	<b>Valor do Documento</b> 884,43	<b>Valor Cobrado</b>	
<b>Beneficiário</b> CARTÕES CAIXA - 00.360.305/0001-04				<b>CPF/CNPJ Beneficiário</b> 00.360.305/0001-04	
<b>Endereço do Beneficiário</b> SBS Quadra 4, Lotes 3/4, Asa Sul, Brasília/DF, CEP: 70.092-900					
<b>Agência/Código Beneficiário</b> 1813 / 818539-5			<b>Autenticação Mecânica - Recibo do Pagador</b>		
<b>SAC CAIXA:</b> 0800 726 0101 (informações, sugestões e elogios)					
<b>Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala:</b> 0800 726 2492					
<b>Ouvidoria:</b> 0800 725 7474 caixa.gov.br					

**CAIXA**

104-0

10498.18535 95000.119644 80804.001156 5 0000000000000000

<b>Local de Pagamento</b> PAGAVEL EM QUALQUER AGENCIA BANCARIA					<b>Vencimento</b> 14/01/2021	
<b>Beneficiário</b> CARTÕES CAIXA - 00.360.305/0001-04 SBS Quadra 4, Lotes 3/4, Asa Sul, Brasília/DF, CEP: 70.092-900					<b>Agência/Código Cedente</b> 1813 / 818539-5	
<b>Data do Documento</b> 04/01/2021	<b>Nº do Documento</b> 00019680804	<b>Espécie Doc.</b> FT	<b>Aceite</b> N	<b>Data do Processamento</b> 04/01/2021	<b>Nosso Número</b> 0001968080400113	
<b>Uso do Banco</b>	<b>Carteira</b> SR	<b>Espécie de Moeda</b> R\$	<b>Quantidade</b>	<b>Valor</b>	<b>1 (=) Valor do Documento</b> 884,43	
<b>Instruções (Texto de Responsabilidade do Beneficiário)</b> O VALOR A SER INFORMADO NO CAMPO 'VALOR DO DOCUMENTO' CORRESPONDE AO TOTAL DA FATURA. EM CASO DE PAGAMENTO PARCIAL, PREENCHER O CAMPO 'VALOR COBRADO' COM O VALOR A SER PAGO.  OS ENCARGOS DECORRENTES DE PAGAMENTO APÓS O VENCIMENTO OU PAGAMENTO INFERIOR AO VALOR TOTAL SERÃO INCLuíDOS NA PRÓXIMA FATURA.  APÓS O VENCIMENTO, PAGAR SOMENTE NAS AGÊNCIAS DA CAIXA. ATENÇÃO: NÃO SERÃO ACEITOS PAGAMENTOS EM CHEQUES					<b>2 (-) Descontos/Abatimentos</b>	
					<b>3 (-) Outra Deduções</b>	
					<b>4 (+) Mora/Multa</b>	
					<b>5 (+) Outros Acréscimos</b>	
					<b>6 (=) Valor Cobrado</b>	
<b>Pagador:</b> JOSE CICERO DOS SANTOS R SAO JOSE 123 CHA DE BEBEDOUR MACEIO					<b>CPF/CNPJ:</b> 925.789.424-04	
<b>Sacador / Avalista:</b>					<b>UF:</b> AL <b>CEP:</b> 57018860 <b>CPF/CNPJ:</b>	



Autenticação mecânica - Ficha de Compensação

## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** JOSÉ MATIAS DA SILVA, BRASILEIRO,  
CASADO, COMERCIANTE, portador de CPF 842.391.664-20 e Carteira de  
 Identidade 1.257.477, residente na Pov. BOA VISTA, S/N - VICOSA/AL,  
 telefone: (82).

**OUTORGADO:** **BRUNO GABRIEL DE ARAÚJO**, advogado, devidamente inscrito na OAB/AL - 12385, com escritório profissional na Rua Hilda Pereira Monte, 11-D, Petrópolis, Maceió/AL.

**PODERES:** Os poderes das cláusulas "AD JUDICIA" e "EXTRA" para o foro em geral, com o fim de defender todos os direitos e interesses do outorgante, podendo transigir, desistir, fazer acordos, discordar, concordar, passar recibos, dar e receber quitação, apresentar, juntar e desembaraçar documentos, papéis, recibos e guias, interpor e seguir recursos até Superior instância e finalmente praticar e requerer todos os demais atos necessários ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes. Em especial, os poderes para representar em ações judiciais e procedimentos extrajudiciais em face da Braskem e Entes Públicos, para indenização dos danos causados ao imóvel e atividade econômica do outorgante, bem como os danos imateriais às pessoas dos morador e/ou empreendedor.

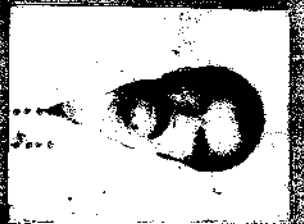

- a. No procedimento extrajudicial serão devidos honorários ao Outorgado no percentual de 15% (quinze por cento) de todo o proveito econômico obtido, a serem pagos pelo outorgante no momento da indenização, sendo passível de retenção pela entidade pagadora e repasse diretamente ao Advogado.
- b. Os honorários sucumbenciais serão devidos ao Advogado, bem como qualquer remuneração de natureza honorária prevista em Termo de Ajustamento de Conduta, ou outro acordo celebrado entre as partes.
- c. Caso seja a opção pela via Judicial, o outorgante acede em pagar aos advogados contratados, honorários correspondentes a 20% (vinte por cento) do total bruto da ação deferido com as devidas atualizações apuradas em procedimento de execução, até final pagamento.
- d. Caberá a parte contratante o pagamento das custas e despesas que forem necessárias ao bom e rápido andamento da ação, bem como fornecer os documentos que os advogados ora contratados lhe solicitar.
- e. havendo desistência, após ajuizado o feito, ou composição amigável entre autor(a) e ré(u), os honorários continuarão devidos no mesmo percentual previamente acordado, neste caso, respectivamente, sobre o valor da causa ou sobre o valor bruto pactuado na composição amigável.
- f. Aplicam-se as demais condições do estatuto da advocacia.
- g. As partes contratantes elegem o foro da Cidade de Maceió/AL, para dirimir qualquer ação oriunda deste contrato.

Maceió, 03/08/2020

x José Matias da Silva



FAMPA EM FOLIO O TERREIRO NACIONAL		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
11251-277	DATA DE EXPEDIENTE	13-08-1953	
JOSE MATIAS DA SILVA			
Maria Matias da Silva			
Vicosa - AL.	05.08.1953		
DATA DE NASCIMENTO			
Cart. Cast. nº 123-Liv-02-Exp. r1a-69			
Vicosa - AL.			
042 391 664 70			
Assinatura do Diretor			
LEIN nº 7.116 DE 29/08/83			



Assinatura do Diretor

Assinatura do Diretor



COMPANHIA  
Av. Fernandes L.  
MACETÓVAL - CNPJ 00.088.423/0001-77  
REGIME ESPECIAL DE IMPRESSÃO AUTORIZADO PELA SEC DA FAZENDA  
NF / FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA / SERVIÇO SEM UN

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada  
pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

27530487

CONTA MÊS  
NOVEMBRO/2019  
VENCIMENTO  
11/11/2019  
CONSUMO (kWh)  
99  
TOTAL A PAGAR (R\$)  
88,96

JOSE MATIAS DA SILVA  
PM BOA VISTA - BOA VISTA  
CPF: 00.088.423/0001-77  
CPF: 57.200.000-000 VILCOA

ROT: 77.006.25.13.000150

Atual: 10/11/2019  
Anterior: 04/11/2019  
Constante de Multiplicação: 1,000  
Consumo Medido: 99  
Consumo Faturado: 99  
Forma de Faturamento: NORMAL  
Código de Irregularidade:  
FCAH\*  
Apresentação: 04/11/2019  
Dias de Consumo: 31

Classe/Subclasse	Ligação	Número Medidor	Posto	Código Pat.	Média 12 meses
RESIDENCIAL	MONG	E1970472	S 1 56782	1.1.1.1	116

HISTÓRICO kWh  
Mês/ano consumo

OUT/19 113  
SET/19 99  
AGO/19 98  
JUL/19 102  
JUN/19 111  
MAI/19 131  
ABR/19 114  
MAR/19 143  
FEV/19 127  
JAN/19 128

DESCRIÇÃO DA CONTA  
CONSUMO 99 kWh a R\$ 0,737273 = 72,99  
CONTR. ILUMINACAO PUB. (COSIP) 15,97  
ADICIONAL BANDEIRA AMARELA - 1,23  
ADICIONAL BANDEIRA VERMELHA - 0,53

### NOTIFICAÇÃO DE REAVISO DE VENCIMENTO / MENSAGEM

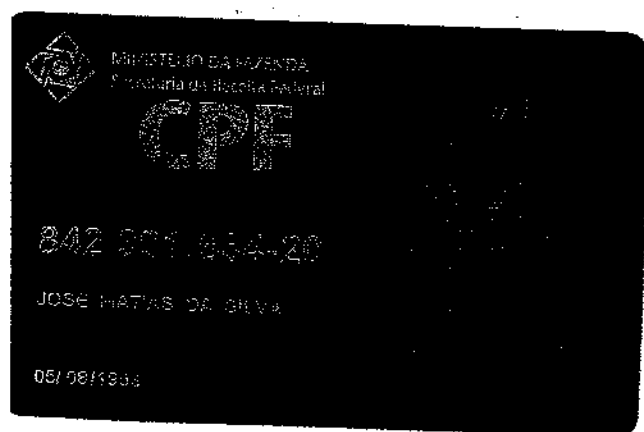
LIGUE 0800 082 0196 E FAÇA OPÇÃO VENCIMENTO 3 8 13 18 23 28  
Parabéns! Até o dia 01/11/2019, não constatamos faturas vencidas  
nessa Unidade Consumidora.

Você pode optar pelas datas de vencimento da sua fatura nos dias 02, 09, 16, 23 ou 30, entre em contato por meio dos nossos canais de atendimento.

#### RESERVADO AO FISCO

Descrição	Valor	Base de Cálculo	Alíquota ICMS	Valor do ICMS	Valor do PIS	Valor do COFINS
Distribuição	54,34					
Energia	0,00					
Transmissão	0,00					
Encargos	0,00					
Tributos	0,00					
Base de Cálculo		72,99		17,00%		
Valor do ICMS					12,40	
Valor do PIS					1,02	
Valor do COFINS						4,73

Descrição	Valor	Base de Cálculo	Alíquota ICMS	Valor do ICMS	Valor do PIS	Valor do COFINS
Distribuição	54,34					
Energia	0,00					
Transmissão	0,00					
Encargos	0,00					
Tributos	0,00					
Base de Cálculo		72,99		17,00%		
Valor do ICMS					12,40	
Valor do PIS					1,02	
Valor do COFINS						4,73



BANCO DO BRASIL		001-9	00190.00009 02367.380009 00039.377189 8 56640000002850		
Cedente	SEC. MUN. DE TRAB., ABAST. E ECON. SOLIDÁRIA		Agência/Código do Cedente	Espécie	Quantidade
			3557-2 / 00006999-X	R\$	1
Número do documento	CPF/CNPJ	Vencimento		Nosso número	
0000039377	12.200.135/0001-80	10/04/2013		23673800000039377-1	
(-) Desconto/Abatimentos	(-) Outras deduções	(+) Mora/Multa	(+) Outros acréscimos	Valor documento	
				28,50	
				(=) Valor cobrado	
Sacado JOSÉ MATIAS DA SILVA - Box: MB.FLR-MB.0009 - Box: MB.FLR-MB.0010 - Mês: 3/2013 - 84.2.3.91/664-29					

Demonstrativo

Autenticação mecânica

Corte na linha pontilhada

## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** JOSÉ ROBERTO GALDINO LIMA, brasileiro, solteiro, comerciante, portador de CPF 046.500.564-03 e Carteira de Identidade 2001001002166, residente na R. Florival Santos, Nº 107 - Tabuleiro Maceió/AL telefone: (82) 99109-6784.

**OUTORGADO:** **BRUNO GABRIEL DE ARAÚJO**, advogado, devidamente inscrito na OAB/AL - 12385, com escritório profissional na Rua Hilda Pereira Monte, 11-D, Petrópolis, Maceió/AL.

**PODERES:** Os poderes das cláusulas "AD JUDICIA" e "EXTRA" para o foro em geral, com o fim de defender todos os direitos e interesses do outorgante, podendo transigir, desistir, fazer acordos, discordar, concordar, passar recibos, dar e receber quitação, apresentar, juntar e desembaraçar documentos, papéis, recibos e guias, interpor e seguir recursos até Superior instância e finalmente praticar e requerer todos os demais atos necessários ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes. Em especial, os poderes para representar em ações judiciais e procedimentos extrajudiciais em face da Braskem e Entes Públicos, para indenização dos danos causados ao imóvel e atividade econômica do outorgante, bem como os danos imateriais às pessoas dos morador e/ou empreendedor.

- a. No procedimento extrajudicial serão devidos honorários ao Outorgado no percentual de 15% (quinze por cento) de todo o proveito econômico obtido, a serem pagos pelo outorgante no momento da indenização, sendo passível de retenção pela entidade pagadora e repasse diretamente ao Advogado.
- b. Os honorários sucumbenciais serão devidos ao Advogado, bem como qualquer remuneração de natureza honorária prevista em Termo de Ajustamento de Conduta, ou outro acordo celebrado entre as partes.
- c. Caso seja a opção pela via Judicial, o outorgante acede em pagar aos advogados contratados, honorários correspondentes a 20% (vinte por cento) do total bruto da ação deferido com as devidas atualizações apuradas em procedimento de execução, até final pagamento.
- d. Caberá à parte contratante o pagamento das custas e despesas que forem necessárias ao bom e rápido andamento da ação, bem como fornecer os documentos que os advogados ora contratados lhe solicitar.
- e. havendo desistência após ajuizado o feito, ou composição amigável entre autor(a) e ré(u), os honorários continuarão devidos no mesmo percentual previamente acordado, neste caso, respectivamente, sobre o valor da causa ou sobre o valor bruto pactuado na composição amigável.
- f. Aplicam-se as demais condições do estatuto da advocacia.
- g. As partes contratantes elegem o foro da Cidade de Maceió/AL, para dirimir qualquer ação oriunda deste contrato.

Maceió, 03/08/2020

José Roberto Galdino Lima



### AUTODECLARAÇÃO

Eu, JOSÉ ROBERTO GALDINO LIMA,  
residente à R. Flomival Santos, nº 107 - Tabuleiro do Martins,  
CPF nº 046.500.564-03 RG nº 2001001002166, Declaro, para os devidos fins  
que exerço atividade comercial no Mercado Público de Bebedouro, desde o ano de  
2006 no ramo de COMÉRCIO DE FRUTAS.

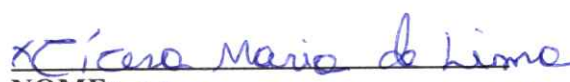
Por ser verdade, dato e assino o presente documento, declarando estar ciente  
de que responderei criminalmente em caso de falsidade das informações aqui prestadas.

Maceió, 03 / 08 / 2020.

  
Assinatura do Declarante

### TESTEMUNHAS:

  
NOME: PEDRO GALDINO LIMA  
CPF: 053.909.274-60

  
NOME: CÍCERA MARIA DE LIMA  
CPF: 037.095.644-33



EQUATORIAL ENERGIA ALAGOAS  
Av. Fernandes Lima, 3349 - Gruta de Lourdes-CEP:57052-902  
MACEIO/AL - CNPJ:12.272.064/0001-00-IE: 24007177-8  
REGIME ESPECIAL DE IMPRESSÃO AUTORIZADO PELA SEC. DA FAZENDA  
NF / FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA / SERVIÇO SÉRIE U N°

Para contato conosco, informe este número.

SEU CÓDIGO

0606383-7

Nº da Nota Fiscal 46515573

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

CONTA MÊS  
JANEIRO/2021 VENCIMENTO 15/01/2021 CONSUMO (kWh) 76 TOTAL A PAGAR (R\$) 78,54

JOSE VALDOMIRO MACENA  
R FLORISVAL SANTOS 107 - TABULEIRO DO MARTINS  
LT JARDIM GLORIA  
CEP: 57.062-485 - MACEIO

ROT: 41.001.42.06.006940

DADOS DA LEITURA	DATA	DADOS DA LEITURA	DATA
Atual:	20964	Atual:	08/01/2021
Anterior:	20883	Anterior:	10/12/2020
Constante de Multiplicação:	1,000	Próxima Leitura:	05/02/2021
Consumo Medido:	76	Ger. Arquivo:	07/01/2021
Consumo Faturado:	76	Apresentação:	08/01/2021
Forma de Faturamento:	NORMAL	Dias de Consumo:	29
Código de Irregularidade:			

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA					
Classe/Subclasse	Ligação	Número Medidor	Posto	Código Pat.	Média 12 meses
RESIDENCIAL	MONO	01376415	S 1 02073	1.1.1.1	111

HISTÓRICO kWh	DESCRIÇÃO DA CONTA	
DEZ/20 117	CONSUMO 76 kWh a R\$ 0,807637 =	61,38
NOV/20 120	CONTR. ILUM. PUB. MUNICIPAL (COSIP)	17,16
OUT/20 98	ADICIONAL BANDEIRA AMARELA -	0,27
SET/20 97	ADICIONAL BANDEIRA VERMELHA -	3,43
AGO/20 94		
JUL/20 107		
JUN/20 116		
MAI/20 138		
ABR/20 118		
MAR/20 114		

TARIFA SEM TRIBUTOS:  
B A 76 - 0,807637



### NOTIFICAÇÃO DE REAVISO DE VENCIMENTO / MENSAGEM

LIGUE 0800 082 0196 E FAÇA OPÇÃO VENCIMENTO 3 8 13 18 23 28  
Parabéns! Até o dia 07/01/2021, não constatamos faturas vencidas nessa Unidade Consumidora.

VOCÊ PODE OPITAR FOLHAS DESENVOLVIMENTO DA SUA UNIDADE CONSUMIDORA DE 13, 18, 23, 28, 33, 38, 43, 48, 53, 58, 63, 68, 73, 78, 83, 88, 93, 98, 103, 108, 113, 118, 123, 128, 133, 138, 143, 148, 153, 158, 163, 168, 173, 178, 183, 188, 193, 198, 203, 208, 213, 218, 223, 228, 233, 238, 243, 248, 253, 258, 263, 268, 273, 278, 283, 288, 293, 298, 303, 308, 313, 318, 323, 328, 333, 338, 343, 348, 353, 358, 363, 368, 373, 378, 383, 388, 393, 398, 403, 408, 413, 418, 423, 428, 433, 438, 443, 448, 453, 458, 463, 468, 473, 478, 483, 488, 493, 498, 503, 508, 513, 518, 523, 528, 533, 538, 543, 548, 553, 558, 563, 568, 573, 578, 583, 588, 593, 598, 603, 608, 613, 618, 623, 628, 633, 638, 643, 648, 653, 658, 663, 668, 673, 678, 683, 688, 693, 698, 703, 708, 713, 718, 723, 728, 733, 738, 743, 748, 753, 758, 763, 768, 773, 778, 783, 788, 793, 798, 803, 808, 813, 818, 823, 828, 833, 838, 843, 848, 853, 858, 863, 868, 873, 878, 883, 888, 893, 898, 903, 908, 913, 918, 923, 928, 933, 938, 943, 948, 953, 958, 963, 968, 973, 978, 983, 988, 993, 998, 1003, 1008, 1013, 1018, 1023, 1028, 1033, 1038, 1043, 1048, 1053, 1058, 1063, 1068, 1073, 1078, 1083, 1088, 1093, 1098, 1103, 1108, 1113, 1118, 1123, 1128, 1133, 1138, 1143, 1148, 1153, 1158, 1163, 1168, 1173, 1178, 1183, 1188, 1193, 1198, 1203, 1208, 1213, 1218, 1223, 1228, 1233, 1238, 1243, 1248, 1253, 1258, 1263, 1268, 1273, 1278, 1283, 1288, 1293, 1298, 1303, 1308, 1313, 1318, 1323, 1328, 1333, 1338, 1343, 1348, 1353, 1358, 1363, 1368, 1373, 1378, 1383, 1388, 1393, 1398, 1403, 1408, 1413, 1418, 1423, 1428, 1433, 1438, 1443, 1448, 1453, 1458, 1463, 1468, 1473, 1478, 1483, 1488, 1493, 1498, 1503, 1508, 1513, 1518, 1523, 1528, 1533, 1538, 1543, 1548, 1553, 1558, 1563, 1568, 1573, 1578, 1583, 1588, 1593, 1598, 1603, 1608, 1613, 1618, 1623, 1628, 1633, 1638, 1643, 1648, 1653, 1658, 1663, 1668, 1673, 1678, 1683, 1688, 1693, 1698, 1703, 1708, 1713, 1718, 1723, 1728, 1733, 1738, 1743, 1748, 1753, 1758, 1763, 1768, 1773, 1778, 1783, 1788, 1793, 1798, 1803, 1808, 1813, 1818, 1823, 1828, 1833, 1838, 1843, 1848, 1853, 1858, 1863, 1868, 1873, 1878, 1883, 1888, 1893, 1898, 1903, 1908, 1913, 1918, 1923, 1928, 1933, 1938, 1943, 1948, 1953, 1958, 1963, 1968, 1973, 1978, 1983, 1988, 1993, 1998, 2003, 2008, 2013, 2018, 2023, 2028, 2033, 2038, 2043, 2048, 2053, 2058, 2063, 2068, 2073, 2078, 2083, 2088, 2093, 2098, 2103, 2108, 2113, 2118, 2123, 2128, 2133, 2138, 2143, 2148, 2153, 2158, 2163, 2168, 2173, 2178, 2183, 2188, 2193, 2198, 2203, 2208, 2213, 2218, 2223, 2228, 2233, 2238, 2243, 2248, 2253, 2258, 2263, 2268, 2273, 2278, 2283, 2288, 2293, 2298, 2303, 2308, 2313, 2318, 2323, 2328, 2333, 2338, 2343, 2348, 2353, 2358, 2363, 2368, 2373, 2378, 2383, 2388, 2393, 2398, 2403, 2408, 2413, 2418, 2423, 2428, 2433, 2438, 2443, 2448, 2453, 2458, 2463, 2468, 2473, 2478, 2483, 2488, 2493, 2498, 2503, 2508, 2513, 2518, 2523, 2528, 2533, 2538, 2543, 2548, 2553, 2558, 2563, 2568, 2573, 2578, 2583, 2588, 2593, 2598, 2603, 2608, 2613, 2618, 2623, 2628, 2633, 2638, 2643, 2648, 2653, 2658, 2663, 2668, 2673, 2678, 2683, 2688, 2693, 2698, 2703, 2708, 2713, 2718, 2723, 2728, 2733, 2738, 2743, 2748, 2753, 2758, 2763, 2768, 2773, 2778, 2783, 2788, 2793, 2798, 2803, 2808, 2813, 2818, 2823, 2828, 2833, 2838, 2843, 2848, 2853, 2858, 2863, 2868, 2873, 2878, 2883, 2888, 2893, 2898, 2903, 2908, 2913, 2918, 2923, 2928, 2933, 2938, 2943, 2948, 2953, 2958, 2963, 2968, 2973, 2978, 2983, 2988, 2993, 2998, 3003, 3008, 3013, 3018, 3023, 3028, 3033, 3038, 3043, 3048, 3053, 3058, 3063, 3068, 3073, 3078, 3083, 3088, 3093, 3098, 3103, 3108, 3113, 3118, 3123, 3128, 3133, 3138, 3143, 3148, 3153, 3158, 3163, 3168, 3173, 3178, 3183, 3188, 3193, 3198, 3203, 3208, 3213, 3218, 3223, 3228, 3233, 3238, 3243, 3248, 3253, 3258, 3263, 3268, 3273, 3278, 3283, 3288, 3293, 3298, 3303, 3308, 3313, 3318, 3323, 3328, 3333, 3338, 3343, 3348, 3353, 3358, 3363, 3368, 3373, 3378, 3383, 3388, 3393, 3398, 3403, 3408, 3413, 3418, 3423, 3428, 3433, 3438, 3443, 3448, 3453, 3458, 3463, 3468, 3473, 3478, 3483, 3488, 3493, 3498, 3503, 3508, 3513, 3518, 3523, 3528, 3533, 3538, 3543, 3548, 3553, 3558, 3563, 3568, 3573, 3578, 3583, 3588, 3593, 3598, 3603, 3608, 3613, 3618, 3623, 3628, 3633, 3638, 3643, 3648, 3653, 3658, 3663, 3668, 3673, 3678, 3683, 3688, 3693, 3698, 3703, 3708, 3713, 3718, 3723, 3728, 3733, 3738, 3743, 3748, 3753, 3758, 3763, 3768, 3773, 3778, 3783, 3788, 3793, 3798, 3803, 3808, 3813, 3818, 3823, 3828, 3833, 3838, 3843, 3848, 3853, 3858, 3863, 3868, 3873, 3878, 3883, 3888, 3893, 3898, 3903, 3908, 3913, 3918, 3923, 3928, 3933, 3938, 3943, 3948, 3953, 3958, 3963, 3968, 3973, 3978, 3983, 3988, 3993, 3998, 4003, 4008, 4013, 4018, 4023, 4028, 4033, 4038, 4043, 4048, 4053, 4058, 4063, 4068, 4073, 4078, 4083, 4088, 4093, 4098, 4103, 4108, 4113, 4118, 4123, 4128, 4133, 4138, 4143, 4148, 4153, 4158, 4163, 4168, 4173, 4178, 4183, 4188, 4193, 4198, 4203, 4208, 4213, 4218, 4223, 4228, 4233, 4238, 4243, 4248, 4253, 4258, 4263, 4268, 4273, 4278, 4283, 4288, 4293, 4298, 4303, 4308, 4313, 4318, 4323, 4328, 4333, 4338, 4343, 4348, 4353, 4358, 4363, 4368, 4373, 4378, 4383, 4388, 4393, 4398, 4403, 4408, 4413, 4418, 4423, 4428, 4433, 4438, 4443, 4448, 4453, 4458, 4463, 4468, 4473, 4478, 4483, 4488, 4493, 4498, 4503, 4508, 4513, 4518, 4523, 4528, 4533, 4538, 4543, 4548, 4553, 4558, 4563, 4568, 4573, 4578, 4583, 4588, 4593, 4598, 4603, 4608, 4613, 4618, 4623, 4628, 4633, 4638, 4643, 4648, 4653, 4658, 4663, 4668, 4673, 4678, 4683, 4688, 4693, 4698, 4703, 4708, 4713, 4718, 4723, 4728, 4733, 4738, 4743, 4748, 4753, 4758, 4763, 4768, 4773, 4778, 4783, 4788, 4793, 4798, 4803, 4808, 4813, 4818, 4823, 4828, 4833, 4838, 4843, 4848, 4853, 4858, 4863, 4868, 4873, 4878, 4883, 4888, 4893, 4898, 4903, 4908, 4913, 4918, 4923, 4928, 4933, 4938, 4943, 4948, 4953, 4958, 4963, 4968, 4973, 4978, 4983, 4988, 4993, 4998, 5003, 5008, 5013, 5018, 5023, 5028, 5033, 5038, 5043, 5048, 5053, 5058, 5063, 5068, 5073, 5078, 5083, 5088, 5093, 5098, 5103, 5108, 5113, 5118, 5123, 5128, 5133, 5138, 5143, 5148, 5153, 5158, 5163, 5168, 5173, 5178, 5183, 5188, 5193, 5198, 5203, 5208, 5213, 5218, 5223, 5228, 5233, 5238, 5243, 5248, 5253, 5258, 5263, 5268, 5273, 5278, 5283, 5288, 5293, 5298, 5303, 5308, 5313, 5318, 5323, 5328, 5333, 5338, 5343, 5348, 5353, 5358, 5363, 5368, 5373, 5378, 5383, 5388, 5393, 5398, 5403, 5408, 5413, 5418, 5423, 5428, 5433, 5438, 5443, 5448, 5453, 5458, 5463, 5468, 5473, 5478, 5483, 5488, 5493, 5498, 5503, 5508, 5513, 5518, 5523, 5528, 5533, 5538, 5543, 5548, 5553, 5558, 5563, 5568, 5573, 5578, 5583, 5588, 5593, 5598, 5603, 5608, 5613, 5618, 5623, 5628, 5633, 5638, 5643, 5648, 5653, 5658, 5663, 5668, 5673, 5678, 5683, 5688, 5693, 5698, 5703, 5708, 5713, 5718, 5723, 5728, 5733, 5738, 5743, 5748, 5753, 5758, 5763, 5768, 5773, 5778, 5783, 5788, 5793, 5798, 5803, 5808, 5813, 5818, 5823, 5828, 5833, 5838, 5843, 5848, 5853, 5858, 5863, 5868, 5873, 5878, 5883, 5888, 5893, 5898, 5903, 5908, 5913, 5918, 5923, 5928, 5933, 5938, 5943, 5948, 5953, 5958, 5963, 5968, 5973, 5978, 5983, 5988, 5993, 5998, 6003, 6008, 6013, 6018, 6023, 6028, 6033, 6038, 6043, 6048, 6053, 6058, 6063, 6068, 6073, 6078, 6083, 6088, 6093, 6098, 6103, 6108, 6113, 6118, 6123, 6128, 6133, 6138, 6143, 6148, 6153, 6158, 6163, 6168, 6173, 6178, 6183, 6188, 6193, 6198, 6203, 6208, 6213, 6218, 6223, 6228, 6233, 6238, 6243, 6248, 6253, 6258, 6263, 6268, 6273, 6278, 6283, 6288, 6293, 6298, 6303, 6308, 6313, 6318, 6323, 6328, 6333, 6338, 6343, 6348, 6353, 6358, 6363, 6368, 6373, 6378, 6383, 6388, 6393, 6398, 6403, 6408, 6413, 6418, 6423, 6428, 6433, 6438, 6443, 6448, 6453, 6458, 6463, 6468, 6473, 6478, 6483, 6488, 6493, 6498, 6503, 6508, 6513, 6518, 6523, 6528, 6533, 6538, 6543, 6548, 6553, 6558, 6563, 6568, 6573, 6578, 6583, 6588, 6593, 6598, 6603, 6608, 6613, 6618, 6623, 6628, 6633, 6638, 6643, 6648, 6653, 6658, 6663, 6668, 6673, 6678, 6683, 6688, 6693, 6698, 6703, 6708, 6713, 6718, 6723, 6728, 6733, 6738, 6743, 6748, 6753, 6758, 6763, 6768, 6773, 6778, 6783, 6788, 6793, 6798, 6803, 6808, 6813, 6818, 6823, 6828, 6833, 6838, 6843, 6848, 6853, 6858, 6863, 6868, 6873, 6878, 6883, 6888, 6893, 6898, 6903, 6908, 6913, 6918, 6923, 6928, 6933, 6938, 6943, 6948, 6953, 6958, 6963, 6968, 6973, 6978, 6983, 6988, 6993, 6998, 7003, 7008, 7013, 7018, 7023, 7028, 7033, 7038, 7043, 7048, 7053, 7058, 7063, 7068, 7073, 7078, 7083, 7088, 7093, 7098, 7103, 7108, 7113, 7118, 7123, 7128, 7133, 7138, 7143, 7148, 7153, 7158, 7163, 7168, 7173, 7178, 7183, 7188, 7193, 7198, 7203, 7208, 7213, 7218, 7223, 7228, 7233, 7238, 7243, 7248, 7253, 7258, 7263, 7268, 7273, 7278, 7283, 7288, 7293, 7298, 7303, 7308, 7313, 7318, 7323, 7328, 7333, 7338, 7343, 7348, 7353, 7358, 7363, 7368, 7373, 7378, 7383, 7388, 7393, 7398, 7403, 7408, 7413, 7418, 7423, 7428, 7433, 7438, 7443, 7448, 7453, 7458, 7463, 7468, 7473, 7478, 7483, 7488, 7493, 7498, 7503, 7508, 7513, 7518, 7523, 7528, 7533, 7538, 7543, 7548, 7553, 7558, 7563, 7568, 7573, 7578, 7583, 7588, 7593, 7598, 7603, 7608, 7613, 7618, 7623, 7628, 7633, 7638, 7643, 7648, 7653, 7658, 7663, 7668, 7673, 7678, 7683, 7688, 7693, 7698, 7703, 7708, 7713, 7718, 7723, 7728, 7733, 7738, 7743, 7748, 7753, 7758, 7763, 7768, 7773, 7778, 7783, 7788, 7793, 7798, 7803, 7808, 7813, 7818, 7823, 7828, 7833, 7838, 7843, 7848, 7853, 7858, 7863, 7868, 7873, 7878, 7883, 7888, 7893, 7898, 7903, 7908, 7913, 7918, 7923, 7928, 7933, 7938, 7943, 7948, 7953, 7958, 7963, 7968, 7973, 7978, 7983, 7988, 7993, 7998, 8003, 8008, 8013, 8018, 8023, 8028, 8033, 8038, 8043, 8048, 8053, 8058, 8063, 8068, 8073, 8078, 8083, 8088, 8093, 8098, 8103, 8108, 8113, 8118, 8123, 8128, 8133, 8138, 8143, 8148, 8153, 8158, 8163, 8168, 8173, 8178, 8183, 8188, 8193, 8198, 8203, 8208, 8213, 8218, 8223, 8228, 8233, 8238, 8243, 8248, 8253, 8258, 8263, 8268, 8273, 8278, 8283, 8288, 8293, 8298, 8303, 8308, 8313, 8318, 8323, 8328, 8333, 8338, 8343, 8348, 8353, 8358, 8363, 8368, 8373, 8378, 8383, 8388, 8393, 8398, 8403, 8408, 8413, 8418, 8423, 8428, 8433, 8438, 8443, 8448, 8453, 8458, 8463, 8468, 8473, 8478, 8483, 8488, 8493, 8498, 8503, 8508, 8513, 8518, 8523, 8528, 8533, 8538, 8543, 8548, 8553, 8558, 8563, 8568, 8573, 8578, 8583, 8588, 8593, 8598, 8603, 8608, 8613, 8618, 8623, 8628, 8633, 8638, 8643, 8648, 8653, 8658, 8663, 8668, 8673, 8678, 8683, 8688, 8693, 8698, 8703, 8708, 8713, 8718, 8723, 8728, 8733, 8738, 8743, 8748, 8753, 8758, 8763, 8768, 8773, 8778, 8783, 8788, 8793, 8798,



## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** JOSÉ TERTO DA SILVA, BRASILEIRO,  
CASADO, COMERCIANTE, portador de CPF 011.636.678-89 e Carteira de  
 Identidade 24902236, residente na R. DO TAQUARI, S/N - UNIAO DOS PALMARES  
57.800-000 telefone: (82) 99992-4851.


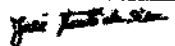

**OUTORGADO:** **BRUNO GABRIEL DE ARAÚJO**, advogado, devidamente inscrito na OAB/AL - 12385, com escritório profissional na Rua Hilda Pereira Monte, 11-D, Petrópolis, Maceió/AL.

**PODERES:** Os poderes das cláusulas "AD JUDICIA" e "EXTRA" para o foro em geral, com o fim de defender todos os direitos e interesses do outorgante, podendo transigir, desistir, fazer acordos, discordar, concordar, passar recibos, dar e receber quitação, apresentar, juntar e desembaraçar documentos, papéis, recibos e guias, interpor e seguir recursos até Superior instância e finalmente praticar e requerer todos os demais atos necessários ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes. Em especial, os poderes para representar em ações judiciais e procedimentos extrajudiciais em face da Braskem e Entes Públicos, para indenização dos danos causados ao imóvel e atividade econômica do outorgante, bem como os danos imateriais às pessoas dos morador e/ou empreendedor.

- a. No procedimento extrajudicial serão devidos honorários ao Outorgado no percentual de 15% (quinze por cento) de todo o proveito econômico obtido, a serem pagos pelo outorgante no momento da indenização, sendo passível de retenção pela entidade pagadora e repasse diretamente ao Advogado.
- b. Os honorários sucumbenciais serão devidos ao Advogado, bem como qualquer remuneração de natureza honorária prevista em Termo de Ajustamento de Conduta, ou outro acordo celebrado entre as partes.
- c. Caso seja a opção pela via Judicial, o outorgante acede em pagar aos advogados contratados, honorários correspondentes a 20% (vinte por cento) do total bruto da ação deferido com as devidas atualizações apuradas em procedimento de execução, até final pagamento.
- d. Caberá à parte contratante o pagamento das custas e despesas que forem necessárias ao bom e rápido andamento da ação, bem como fornecer os documentos que os advogados ora contratados lhe solicitar.
- e. havendo desistência após ajuizado o feito, ou composição amigável entre autor(a) e ré(u), os honorários continuarão devidos no mesmo percentual previamente acordado, neste caso, respectivamente, sobre o valor da causa ou sobre o valor bruto pactuado na composição amigável.
- f. Aplicam-se as demais condições do estatuto da advocacia.
- g. As partes contratantes elegem o foro da Cidade de Maceió/AL, para dirimir qualquer ação oriunda deste contrato.

Maceió, 03/08/2020

José Terto da Silva

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO	
	<b>NOME</b> JOSE TERTO DA SILVA
	<b>DOC. IDENTIFIC. / C.R. / NÚMERO / UF</b> 24992236 RJ RJ
	<b>CPF</b> 011.636.678-89
	<b>DATA DE NASCIMENTO</b> 24/05/1938
	<b>FUNÇÃO</b> TERNULTANO DA SILVA
<b>CONJUGADO</b> JOSEFA OLIVIA DA CONCEIÇÃO	
<b>ENDEREÇO</b> ICARÉ	
<b>PROFISSÃO</b> 00852856480	
<b>DATA DE EMISSÃO</b> 31/08/2020	
<b>VALIDADE</b> 31/08/2025	
<b>ASSINATURA</b> 	
<b>LOCAL</b> MACAIO, ALAGOAS	
<b>DATA DE EMISSÃO</b> 15/09/2015	
<b>ASSINATURA</b> 	
<b>IDENTIFICADORA</b> 34486258855 AL016574214	
<b>DETRAN - AL (ALAGOAS)</b>	

VÁLIDA EM TODOS  
OS TERRITÓRIOS NACIONAIS  
1101480115

PARADO PLANTIFICAR  
1101480115



Para consulto  
informações  
e serviços



**EQUATORIAL ENERGIA ALAGOAS**  
Av. Fernandes Lima, 3349 - Grupo de Unidade - CEP: 7052-900  
MACCELIAL - CNPJ: 12.271.084/0001-00 - E: 24077177-2  
REGIME ESPECIAL DE IMPOSTAÇÃO AUTORIZADO PELA SEC. DE FAZENDA  
NF: FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA / SERVIÇO SÉRIE 0114

Nº da Nota Fiscal: **38900805**

A Simb. Social de Energia Elétrica - FSEE foi criada  
pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

CONTA MÊS	VENCIMENTO	CONSUMO (kWh)	TOTAL A PAGAR (R\$)
<b>JULHO/2020</b>	<b>03/08/2020</b>	<b>110</b>	<b>72,67</b>

**JOSE TERTO DA SILVA**  
R. DO TAQUARI S/N - BAIRRO URBANO  
CPF: 00001163667889  
CEP: 57.800-000 - UNIAO DOS PALMARES RO1: 60.003.02.04.000170

DADOS DA LEITURA		DATAS DA LEITURA	
	kWh		
Atual:	11162	Atual:	27/07/2020
Anterior:	11052	Anterior:	24/06/2020
Constante de Multiplicação:	1,000	Próxima Leitura:	25/08/2020
Consumo Medidor:	110	Ger. Arquivo:	24/07/2020
Consumo Faturado:	110	Apresentação:	27/07/2020
Forma de Faturamento:	NORMAL	Código de Inregularidade:	
		Usos de Consumo:	33

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA					
Classe/Subclasse	Ligação	Número Medidor	Poste	Código Fat.	Módulo 12 meses
RESID. BX. RENDA	MONO	E1950985	S 1 45514	1.4.1.1	104

HISTÓRICO kWh		DESCRIÇÃO DA CONTA	
Mês/ano consumo			
JUN/20	105	CONSUMO	30 kWh a R\$ 0,255508 = 7,66
MAI/20	99		70 kWh a R\$ 0,438030 = 30,66
ABR/20	116		10 kWh a R\$ 0,657044 = 6,57
MAR/20	125		DIF. P/ BASE CÁLCULO TRIBUTOS 35,41
FEV/20	106		SUBVENÇÃO BAIXA RENDA 27,07
JAN/20	125		CONTR. ILUMINACAO PUB. (COSIP) 19,35
DEZ/19	117		MULTA POR ATRASO 06/20-00 0,09
NOV/19	112		
OUT/19	93		
SET/19	91		

TARIFA SEM TRIBUTOS:  
0 A 30 - R\$ 0,255508  
31 A 70 - R\$ 0,438030  
71 A 110 - R\$ 0,657044

**NOTIFICAÇÃO DE REAVISO DE VENCIMENTO / MESSAGE**



LIGUE 0800 082 0196 E FAÇA OPÇÃO VENCIMENTO 3 8 13 18 23 28  
Parabéns! Até o dia 24/07/2020, não constatamos faturas vencidas  
nessa Unidade Consumidora.


RESERVADO AO FISCO **EC26.2866.875C.37** **705.9DA9**  
COMPOSIÇÃO DA CONTA - R\$ IMPOSTOS/TRIBUTOS - R\$

Distribuição:	35,98	Base de Cálculo:	80,30
Energia:	16,05	Alíquota ICMS:	0%
Transmissão:	6,74	Valor de F. M.V.	13,65
Encargos:	2,64	Valor de F. M.V.	0,93
Tributos:	18,89	Valor de F. M.V.	4,31

INDICADORES DE CONTINUIDADE							
DSC		PC		DARC		DICS	
Mensal	Trimestral	Anual	Mensal	Trimestral	Anual	Mensal	Trimestral
Limite:	5,67	11,34	22,1			3,29	
Atualizado:	0,00					0,00	
Conjunta:	SE UNIAO DOS PALM			Período de	apuração:	2020	0,00





		<b>SEMEC - PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ</b> <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA - SEMEC</b> <b>DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL - D.A.M MENSAL</b>				
Contribuinte <b>JOSÉ TERTO DA SILVA</b>						D.A.M. <b>62429913 / 2019</b>
CPF/CNPJ	Inscrição / C.M.C.	Tributos	Referência	Vencimento	Nosso Número	
011.636.678-89	901447377	TAXAS / ENC. PECUNIÁRIOS 2019	Parc. Única	01/06/2019	31000000068420142	
Endereço de Correspondência Logradouro: RUA DR ANTONIO NUNES LEITE Bairro: BEBEDOURO Complemento: Número: S/M Cep: 57.000-000 Lote: Quadra:						
MÊS 01/2019 MB.FRU2/MB.FRU5/MB.FRU3/MB.FRU4						
TAXAS PERMISSIVAS F. E MERCADOS		35,53				
TSA:		0,00	<b>Valor R\$ 35,53</b>			
DESCONTO:		0,00				
<b>Total:</b>		<b>35,53</b>				
81640000000-5 35532485201-9 90601310000-1 00068420142-9					Autenticação:	


		<b>SEMEC - PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ</b> <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA - SEMEC</b> <b>DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL - D.A.M MENSAL</b>			
Contribuinte <b>JOSÉ TERTO DA SILVA</b>					
CPF/CNPJ	Inscrição / C.M.C.	Tributos	Referência	Vencimento	Nosso Número
011.636.678-89	901447377	TAXAS / ENC. PECUNIÁRIOS 20	Parc. Única	01/06/2019	31000000068420142
RUA DR ANTONIO NUNES LEITE, Número: S/M, Quadra: , Lote: - CEP: 57.000-000 Bairro: BEBEDOURO MÊS 01/2019 MB.FRU2 MB.FRU5/MB.FRU3 MB.FRU4 TAXAS PERMISSIVAS F. E MERCADOS 35,53 TSA: 0,00 DESCONTO: 0,00 <b>Total a Pagar: 35,53</b>					
LOCAIS PARA PAGAMENTO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, SANTANDER, BRADESCO, ITAU, BANCO DO BRASIL, SICREDI, LOTERIAS, MULTIBANK E CORREIOS. EMITA SUA SEGUNDA VIA E OUTROS SERVIÇOS EM <a href="http://WWW.ONLINE.MACEIO.AL.GOV.BR">WWW.ONLINE.MACEIO.AL.GOV.BR</a>					

Ficha de Autenticação - Autenticação Obrigatória

81640000000-5 35532485201-9 90601310000-1 00068420142-9



		<b>SEMEC - PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ</b> <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA - SEMEC</b> <b>DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL - D.A.M MENSAL</b>				
Contribuinte <b>JOSÉ TERTO DA SILVA</b>						D.A.M. <b>62429913 / 2019</b>
CPF/CNPJ	Inscrição / C.M.C.	Tributos	Referência	Vencimento	Nosso Número	
011.636.678-89	901447377	TAXAS / ENC. SECUNIARIOS 2019	Parc. Única	01/06/2019	31000000068420142	
Endereço de Correspondência Logradouro: RUA DR ANTONIO NUNES LEITE Bairro: BEBEDOURO Complemento: Número: S/M Cep: 57.630-000 Lote: Quadra: Mês: 01/2019 MB.FR02/MB.FR05/MB.FR03/MB.FR04						
TAXAS PERMISSIVAS F. E MERCADOS		35,53				
TSA:		0,00	Valor R\$ 35,53			
DESCONTO:		0,00				
<b>Total:</b>		<b>35,53</b>				
81640000000-5 35532485201-9 90601310000-1 00068420142-9					Autenticação	

		<b>SEMEC - PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ</b> <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA - SEMEC</b> <b>DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL - D.A.M MENSAL</b>			
Contribuinte <b>JOSÉ TERTO DA SILVA</b>					
CPF/CNPJ	Inscrição / C.M.C.	Tributos	Referência	Vencimento	Nosso Número
011.636.678-89	901447377	TAXAS / ENC. PECUNIÁRIOS 20	Parc. Única	01/06/2019	31000000068420142
RUA DR ANTONIO NUNES LEITE, Número: S/M, Quadra: , Lote: - CEP: 57.630-000 Bairro: BEBEDOURO Mês: 01/2019 MB.FR02/MB.FR05/MB.FR03/MB.FR04 TAXAS PERMISSIVAS F. E MERCADOS 35,53 TSA: 0,00 DESCONTO: 0,00 <b>Total a Pagar: 35,53</b>					
Instruções: LOCAIS PARA PAGAMENTO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, SANTANDER, BRADESCO, ITAU, BANCO DO BRASIL, SICREDI, LOTERIAS, MULTIBANK E CORREIOS. EMITA SUA SEGUNDA VIA E OUTROS SERVIÇOS EM WWW.ONLINE.MACEIO.AL.GOV.BR					

Ficha de Correspondência - A ser anexada ao documento

81640000000-5 35532485201-9 90601310000-1 00068420142-9



## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** JOSEFA MARIA DE MELO RAMOS, BRASILEIRA,  
CASADA, COMERCIANTE, portador de CPF 777.773.014-20 e Carteira de  
 Identidade 425120, residente na R. FLOREANO BERNARDES, 221 - CENTRO,  
COQUEIRO SECO/AL - 57140-000 telefone: \_\_\_\_\_.

**OUTORGADO:** **BRUNO GABRIEL DE ARAÚJO**, advogado, devidamente inscrito na OAB/AL - 12385,  
 com escritório profissional na Rua Hilda Pereira Monte, 11-D, Petrópolis, Maceió/AL.

**PODERES:** Os poderes das cláusulas "AD JUDICIA" e "EXTRA" para o foro em geral, com o fim de defender todos os direitos e interesses do outorgante, podendo transigir, desistir, fazer acordos, discordar, concordar, passar recibos, dar e receber quitação, apresentar, juntar e desembaraçar documentos, papéis, recibos e guias, interpor e seguir recursos até Superior instância e finalmente praticar e requerer todos os demais atos necessários ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes. Em especial, os poderes para representar em ações judiciais e procedimentos extrajudiciais em face da Braskem e Entes Públicos, para indenização dos danos causados ao imóvel e atividade econômica do outorgante, bem como os danos imateriais às pessoas dos morador e/ou empreendedor.

a. No procedimento extrajudicial serão devidos honorários ao Outorgado no percentual de 15% (quinze por cento) de todo o proveito econômico obtido, a serem pagos pelo outorgante no momento da indenização, sendo passível de retenção pela entidade pagadora e repasse diretamente ao Advogado.

b. Os honorários sucumbenciais serão devidos ao Advogado, bem como qualquer remuneração de natureza honorária prevista em Termo de Ajustamento de Conduta, ou outro acordo celebrado entre as partes.

c. Caso seja a opção pela via Judicial, o outorgante acede em pagar aos advogados contratados, honorários correspondentes a 20% (vinte por cento) do total bruto da ação deferido com as devidas atualizações apuradas em procedimento de execução, até final pagamento.

d. Caberá à parte contratante o pagamento das custas e despesas que forem necessárias ao bom e rápido andamento da ação, bem como fornecer os documentos que os advogados ora contratados lhe solicitar.


e. havendo desistência após ajuizado o feito, ou composição amigável entre autor(a) e ré(u), os honorários continuarão devidos no mesmo percentual previamente acordado, neste caso, respectivamente, sobre o valor da causa ou sobre o valor bruto pactuado na composição amigável.

f. Aplicam-se as demais condições do estatuto da advocacia.

g. As partes contratantes elegem o foro da Cidade de Maceió/AL, para dirimir qualquer ação oriunda deste contrato.

Maceió, 03/08/2020

Josefa M de M Ramos

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
<b>ESTADO DE ALAGOAS</b> SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL CENTRO DE PERÍCIAS FORENSES INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DE MARIO PEDRO DOS SANTOS		REGISTRO CIVIL 425.158 DATA DE EXPEDIÇÃO 08/08/2008	
		NOME <b>JOSEFA MARIA DE MELO RAMOS</b> FILIAÇÃO <b>JOSEFA MARIA DE MELO</b> <b>ANTONIO JOSE DE MELO</b> NATURALIDADE <b>ALAGOAS - AL</b> DATA DE NASCIMENTO <b>07/11/1908</b> BOB ORIGEM <b>BRASILEIRO</b> <b>BRASILEIRO</b> ASSINATURA DO TITULAR <i>Josefa Maria de Melo Ramos</i> <b>CARTEIRA DE IDENTIDADE</b>	
		LEI Nº 7.116 DE 29/08/83	

MINISTÉRIO DA CAZEMBA SECRETARIA DA DEFESA SOCIAL CENTRO DE PERÍCIAS FORENSES		<b>C/C</b>	
<b>JOSEFA MARIA DE MELO RAMOS</b>			
DATA DE NASCIMENTO		<b>07.11.53</b>	
ASSINATURA			



**SEMEC - PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA - SEMEC**  
**DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL - D.A.M. MENSAL**



Recibo o valor do D.A.M. Entia automaticamente anexa ao DISCODE

**Contribuinte**

**JOSEFA MARIA DE MELO**

**D.A.M.**  
**62197358 / 2019**

<b>CPF/CNPJ</b>	<b>Inscrição / C.M.C.</b>	<b>Tributos</b>	<b>Referência</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Nosso Número</b>
777.773.014-20	901445882	TAXAS / ENCL. PECUNIÁRIOS 2019	Parc. Única	10/02/2019	31000000066779273
<b>Endereço da Correspondência</b>		<b>Complemento</b>			
Logradouro: RUA DR ANTONIO MUNES LEITE		Número: 5/M Cep: 57.100-005			
Bairro: BEBEDOURO		Lote: Quadra:			
<b>BOX ME COB 0014 - 01/2019</b>					
<b>TAXAS PERMISSIVAS F. E MERCADOS</b>		<b>Valor R\$ 13,03</b>			
<b>TAXA:</b>		13,03			
<b>DESCONTO:</b>		0,00			
<b>Total:</b>		<b>13,03</b>			
8168000000-1 13032485201-6 90210310000-1 00066779273-3					
Emissão: 22/01/2019 (usuario: 9901113) Autenticação					





## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** MANOEL MESSIAS JACINTO DA SILVA, BRASILEIRO,  
CASADO, COMERCIANTE, portador de CPF 640.905.404-10 e Carteira de  
 Identidade 884.121, residente na Av. Emp. LOURENÇO FERREIRA, V: 02, GD: C6,  
- PETROPOLIS, MACEIÓ/AL 57062-530 telefone: (82) 98954-1589.

**OUTORGADO:** **BRUNO GABRIEL DE ARAÚJO**, advogado, devidamente inscrito na OAB/AL - 12385, com escritório profissional na Rua Hilda Pereira Monte, 11-D, Petrópolis, Maceió/AL.

**PODERES:** Os poderes das cláusulas "AD JUDICIA" e "EXTRA" para o foro em geral, com o fim de defender todos os direitos e interesses do outorgante, podendo transigir, desistir, fazer acordos, discordar, concordar, passar recibos, dar e receber quitação, apresentar, juntar e desembaraçar documentos, papéis, recibos e guias, interpor e seguir recursos até Superior instância e finalmente praticar e requerer todos os demais atos necessários ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes. Em especial, os poderes para representar em ações judiciais e procedimentos extrajudiciais em face da Braskem e Entes Públicos, para indenização dos danos causados ao imóvel e atividade econômica do outorgante, bem como os danos imateriais às pessoas dos morador e/ou empreendedor.

a. No procedimento extrajudicial serão devidos honorários ao Outorgado no percentual de 15% (quinze por cento) de todo o proveito econômico obtido, a serem pagos pelo outorgante no momento da indenização, sendo passível de retenção pela entidade pagadora e repasse diretamente ao Advogado.

b. Os honorários sucumbenciais serão devidos ao Advogado, bem como qualquer remuneração de natureza honorária prevista em Termo de Ajustamento de Conduta, ou outro acordo celebrado entre as partes.

c. Caso seja a opção pela via Judicial, o outorgante acede em pagar aos advogados contratados, honorários correspondentes a 20% (vinte por cento) do total bruto da ação deferido com as devidas atualizações apuradas em procedimento de execução, até final pagamento.

d. Caberá a parte contratante o pagamento das custas e despesas que forem necessárias ao bom e rápido andamento da ação, bem como fornecer os documentos que os advogados ora contratados lhe solicitar.

e. havendo desistência, após ajuizado o feito, ou composição amigável entre autor(a) e ré(u), os honorários continuarão devidos no mesmo percentual previamente acordado, neste caso, respectivamente, sobre o valor da causa ou sobre o valor bruto pactuado na composição amigável.

f. Aplicam-se as demais condições do estatuto da advocacia.

g. As partes contratantes elegem o foro da Cidade de Maceió/AL, para dirimir qualquer ação oriunda deste contrato.

Maceió, 03/08/2020

*\* Manoel Messias Jacinto da Silva*

**CAIXA**

8229241170

(se desobediências)

CONTO CORRENTE DE

**MANOEL MESSIAS J DA SILVA**  
**AV EMP LOURIVAL LOBO FERREIRA, N. 07 - QD C6**  
**PETROPOLIS 57062-530**

0021534012

07/2020

640.905.404-10

Y10X371817

17/07

1387

1392

5

14

0

2R000031R

MACEIO UN FAROL

3

1

1

0

0

0

021 0550 1647 000

00  
00080  
00091

AGUA  
MULTA P/IMPONTUALIDADE  
JUROS DE MORA

1/1  
1/1

49,70  
1,75  
0,26

Valor aproximado de tributos. 2,40  
PIS e COFINS. Lei 12.741 de 2012

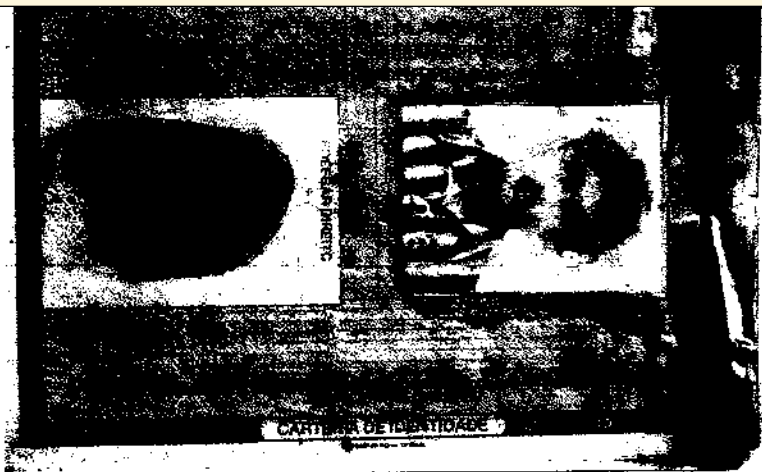
22/07/2020

51,71

MES/ANO	LEITURA	OL	OC	CONSUMO	HISTORICO DE CONSUMO	MES/ANO	LEITURA	OL	OC	CONSUMO
07/2019	1209	0		16		01/2020	1313	0		15
08/2019	1232	0		23		02/2020	1329	0		16
09/2019	1254	0		22		03/2020	1345	0		16
10/2019	1268	0		14		04/2020	1360	0		15
11/2019	1284	0		16		05/2020	1373	0		13
12/2019	1298	0		14		06/2020	1387	0		14

9	3	9	3	9	9
9	9	9	9	9	9
9	8	1	1	8	9

PREVENCAO COVID-19: HIDROMETROS INTERNOS FATURADOS POR MEDIA.  
EXTERNOS COM LEITURA REAL.



**11.158.131/000 -18**

Praça Ciro Acioly, 96, Ponta Grossa  
Maceio / Alagoas

Corte na linha pontilhada

**Recibo do Sacado**



001-9

00190.00009 02080.942002 00001.129188 4 47210000005750

Cedente	Agência / Código do Cedente	Especie	Quantidade	Nosso número
Secretaria Municipal de trabalho, Abastecimento e economia solidaria	3557-2 / 00006664-8	R\$		20809420000001129
Numero do documento	Contrato	CPF/CEM/CNPJ	Vencimento	Valor documento
5973	18554409	11.158.131/0001-18	10/09/2010	57,50
(-) Desconto / Abatimento	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa	(+) Outros acréscimos	(=) Valor cobrado

Sacado

MANOEL MESSIAS JACINTO DA SILVA - 640.905.404-10 - BEB COB 01 02 03 04 05 06 36 - Mensalidade referente ao mes de Agosto/2010

Autenticação  
mecânica

Corte na linha pontilhada



**11.158.131/0001-18**

Praça Ciro Acioly, 96, Ponta Grossa  
Maceio / Alagoas

Corte na linha pontilhada

**Recibo do Sacado**



**001-9**

**00190.00009 02080.942002 00008.317182 3 52390000005750**

Cedente Secretaria Municipal de trabalho, Abastecimento e economia solidaria		Agência / Código do Cedente 3557-2 / 00006664-8		Espécie R\$	Quantidade	Nosso número 20809420000008317
Número do documento 5538	Contrato 18554409	CPF/CEL/CNPJ 11.158.131/0001-18	Vencimento 10/02/2012	Valor documento 57,50		
(-) Desconto / Abatimento	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa	(+) Outros acréscimos	(=) Valor cobrado		
Sacado MANOEL MESSIAS JACINTO DA SILV - 640.905.404-10 - BEB COB 01 02 03 04 05 06 36 - Mensalidade referente ao mes de janeiro/2012						

Autenticação mecânica

Corte na linha pontilhada

**BANCO DO BRASIL**

001-9

00190.00009 02367.380009 00211.455183 1 7125000 0005950

Cedente		Agência/Código do Cedente		Espécie	Quantidade	Nosso número
SEC. MUN. DE TRAB., ABAST. E ECON. SOLIDÁRIA		3557-2 / 00006999-X		R\$	1	23673800000211455-1
Número do documento		CPF/CNPJ	Vencimento		Valor documento	
0000211455		12.200.135/0001-80	10/04/2017		59,50	
(-) Desconto/Abatimentos	(-) Outras deduções	(+) Mora/Multa	(+) Outros acréscimos		(=) Valor cobrado	
Sacado <b>MANOEL MESSIAS JACINTO DA SILVA - Box: MB.COB-MB.0001 - Box: MB.COB-MB.0002 - Box: MB.COB-MB.0003 - Box: MB.COB-MB.0004 - Box: MB.C</b> <b>LOT. JARDIN PETROPOLIS II B N° 07 QD. C - PETROPOLIS.</b>						

Demonstrativo

Autenticação mecânica

Corte na linha pontilhada

## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** MARCELO SANTOS DA SILVA, BRASILEIRO, SOLTEIRO, COMERCIANTE, portador de CPF 076.142.524-59 e Carteira de Identidade 3052344-3, residente na R. CENTENÁRIA, Nº 16 - CENTRO - RIO LARGO, 57.100-000 telefone: (82)99615-2046.

**OUTORGADO:** **BRUNO GABRIEL DE ARAÚJO**, advogado, devidamente inscrito na OAB/AL - 12385, com escritório profissional na Rua Hilda Pereira Monte, 11-D, Petrópolis, Maceió/AL.

**PODERES:** Os poderes das cláusulas "AD JUDICIA" e "EXTRA" para o foro em geral, com o fim de defender todos os direitos e interesses do outorgante, podendo transigir, desistir, fazer acordos, discordar, concordar, passar recibos, dar e receber quitação, apresentar, juntar e desembargar documentos, papéis, recibos e guias, interpor e seguir recursos até Superior instância e finalmente praticar e requerer todos os demais atos necessários ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes. Em especial, os poderes para representar em ações judiciais e procedimentos extrajudiciais em face da Braskem e Entes Públicos, para indenização dos danos causados ao imóvel e atividade econômica do outorgante, bem como os danos imateriais às pessoas dos morador e/ou empreendedor.

a. No procedimento extrajudicial serão devidos honorários ao Outorgado no percentual de 15% (quinze por cento) de todo o proveito econômico obtido, a serem pagos pelo outorgante no momento da indenização, sendo passível de retenção pela entidade pagadora e repasse diretamente ao Advogado.

b. Os honorários sucumbenciais serão devidos ao Advogado, bem como qualquer remuneração de natureza honorária prevista em Termo de Ajustamento de Conduta, ou outro acordo celebrado entre as partes.

c. Caso seja a opção pela via Judicial, o outorgante acede em pagar aos advogados contratados, honorários correspondentes a 20% (vinte por cento) do total bruto da ação deferido com as devidas atualizações apuradas em procedimento de execução, até final pagamento.

d. Caberá a parte contratante o pagamento das custas e despesas que forem necessárias ao bom e rápido andamento da ação, bem como fornecer os documentos que os advogados ora contratados lhe solicitar.

e. havendo desistência, após ajuizado o feito, ou composição amigável entre autor(a) e ré(u), os honorários continuarão devidos no mesmo percentual previamente acordado, neste caso, respectivamente, sobre o valor da causa ou sobre o valor bruto pactuado na composição amigável.

f. Aplicam-se as demais condições do estatuto da advocacia.

g. As partes contratantes elegem o foro da Cidade de Maceió/AL, para dirimir qualquer ação oriunda deste contrato.

Maceió, 03/02/2020

*Marcelo Santos da Silva*

# AUTODECLARAÇÃO

Eu, MARCELO SANTOS DA SILVA  
portador do RG Nº 3052344-3, CPF Nº 076.147.574-59,  
residente e domiciliado na R. CENTENÁRIA, Nº 16 - CENTRO - RIO LARGO  
\_\_\_\_\_, declaro sob as penas da lei, que exerço minhas  
atividades comerciais no MERCADO PÚBLICO DE BEBEDOURO desde o ano de 2007,  
e o objeto de minha atividade é a venda de REFEIÇÕES.

Declararam também as testemunhas abaixo que o referido é a absoluta expressão da  
verdade, e firmam a presente declaração, sob a responsabilidade civil e criminal de falso  
testemunho.

MARCELO SANTOS DA SILVA

## TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
NOME:

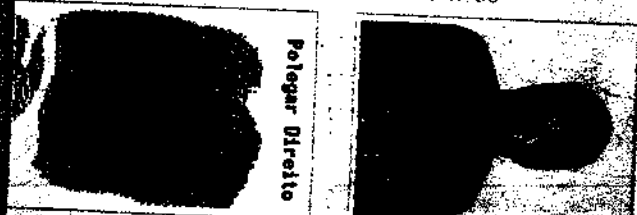
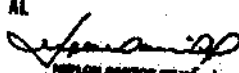
CPF:

\_\_\_\_\_  
NOME:

CPF:





REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
<b>ESTADO DE ALAGOAS</b> SECRETARIA DE JUSTIÇA E DEFESA SOCIAL INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DEL. MÁRIO PEDRO DOS SANTOS		REGISTRO GERAL 3052344-3	DATA DE EXPEDIÇÃO 01/06/2004
 Pegador Direito		NOME MARCELO SANTOS DA SILVA	
ASSINATURA DO TITULAR <i>Marcelo Santos Da Silva</i>		FILIAÇÃO CÍCERO SILVÉRIO DA SILVA	
CARTEIRA DE IDENTIDADE		MÁZIA DO CARMO DOS SANTOS	
		NATURALIDADE MARACAL DEODORO - AL	
		DATA DE NASCIMENTO 04/08/1966	
		DOC. ORIGEM CERTID. NASC 16868 FLS 122V LIV A-18	
		MARACAL DEODORO - AL	
		T VIA 	
		P 45	
		LEI N° 7.116 DE 29/08/83	

COMANDOANTE DE REGIÃO

04/08/1966

MARCELO SANTOS DA SILVA

026.147.574-50

COMANDOANTE DE REGIÃO

Ministério da Fazenda

Ministério da Fazenda

## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** Maria Aparecida Souza da Silva, portador de CPF 064.435.484-42 e Carteira de Identidade 3173932-6, residente na Rua Pau Brasil 11 chã da Jaguará, Maceió-Alagoas, telefone: (82) 98857 2487.

**OUTORGADO:** **BRUNO GABRIEL DE ARAÚJO**, advogado, devidamente inscrito na OAB/AL - 12385, com escritório profissional na Rua Hilda Pereira Monte, 11-D, Petrópolis, Maceió/AL.

**PODERES:** Os poderes das cláusulas "AD JUDICIA" e "EXTRA" para o foro em geral, com o fim de defender todos os direitos e interesses do outorgante, podendo transigir, desistir, fazer acordos, discordar, concordar, passar recibos, dar e receber quitação, apresentar, juntar e desembaraçar documentos, papéis, recibos e guias, interpor e seguir recursos até Superior instância e finalmente praticar e requerer todos os demais atos necessários ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes. Em especial, os poderes para representar em ações judiciais e procedimentos extrajudiciais em face da Braskem e Entes Públicos, para indenização dos danos causados ao imóvel e atividade econômica do outorgante, bem como os danos imateriais às pessoas dos morador e/ou empreendedor.

a. No procedimento extrajudicial serão devidos honorários ao Outorgado no percentual de 15% (quinze por cento) de todo o proveito econômico obtido, a serem pagos pelo outorgante no momento da indenização, sendo passível de retenção pela entidade pagadora e repasse diretamente ao Advogado.

b. Os honorários sucumbenciais serão devidos ao Advogado, bem como qualquer remuneração de natureza honorária prevista em Termo de Ajustamento de Conduta, ou outro acordo celebrado entre as partes.

c. Caso seja a opção pela via Judicial, o outorgante acede em pagar aos advogados contratados, honorários correspondentes a 20% (vinte por cento) do total bruto da ação deferido com as devidas atualizações apuradas em procedimento de execução, até final pagamento.

d. Caberá à parte contratante o pagamento das custas e despesas que forem necessárias ao bom e rápido andamento da ação, bem como fornecer os documentos que os advogados ora contratados lhe solicitar.

e. havendo desistência após ajuizado o feito, ou composição amigável entre autor(a) e ré(u), os honorários continuarão devidos no mesmo percentual previamente acordado, neste caso, respectivamente, sobre o valor da causa ou sobre o valor bruto pactuado na composição amigável.

f. Aplicam-se as demais condições do estatuto da advocacia.

g. As partes contratantes elegem o foro da Cidade de Maceió/AL, para dirimir qualquer ação oriunda deste contrato.


Maceió, 02 / 12 / 2020

Maria Aparecida Souza da Silva,

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL


ESTADO DE ALAGOAS

SECRETARIA COORDENADORA DE JUSTIÇA E DEFESA SOCIAL  
CENTRO DE PENITENCIARIAS FORENSES - CP-F  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DEL MARIO PEDRO DOS SANTOS



*Maria Aparecida Souza da Silva*

Polegar Direito



CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3173932-6

NOME MARIA APARECIDA SOUZA DA SILVA

FILIAÇÃO MARIA JOSÉ SOUZA LIMA

NATURALIDADE PIACABUÇU - AL

DOC ORIGEM CERTD CAS 3489 FLS 295 LIV B12

PENEDO - AL

DATA DE NASCIMENTO 05/03/1968

CPF 064.435.484-42

1 VIA

LEI N.º 7.116 DE 29-09-83

P 300

UNIDADE DE IDENTIFICAÇÃO DEL MARIO PEDRO DOS SANTOS





COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS  
Rua Barão de Atalaia, 200 - Centro - Maceió - AL CEP 57.320-510  
C.N.P.J. 12.294.788/0001-81

\*\*\* FATURA \*\*\*

CLIENTE ENDEREÇO DE ENTREGA		MATRICULA
JOAO BATISTA DA SILVA NETO		0001758780
RUA PAU BRASIL, 0011		MES/ANO
CHA DE JAQUEIRA 57018-542		07/2020

RESPONSÁVEL	CPF/CNPJ	009N225228
659.368.094-04		
DATA	LEIT. ANTERIOR	LEIT. ATUAL
17/07	1506	1507
CONTADOR	REDE	CHAMADA
1	9	0
RECORRIDO	RECORRIDO	RECORRIDO
1R000031R		

DESCRIÇÃO DO MÓDULO		DESCRIÇÃO DO MÓDULO
MACEIO UN FAROL		
3	1	1
0	0	0
SETOR	QUANTIA	LOTE
021	0433	1272
000		

0000	AGUA	DESCRIÇÃO	VALOR
			164,60
e CONTRA 1 de 12 de 2012			

VENCIMENTO	22/07/2020	TOTAL A PAGAR
		164,60

HISTÓRICO DE CONSUMO							
MES/ANO	LEITURA	OL	OC	CONSUMO	MES/ANO	LEITURA	OL
01/2019	1375	0		16	01/2020	1485	0
02/2019	1392	0		17	02/2020	1502	0
03/2019	1411	0		19	03/2020	1504	0
04/2019	1438	0		17	04/2020	1505	0
05/2019	1448	0		20	05/2020	1506	0
06/2019	1467	0		19	06/2020	1506	0
						LI	20

QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA	AMOSTRAS	ROSEIRA	COR	ODOR	PH	COEF. TURB.	TEMP.
	ANÁLISE EXIGIDA	9	3	9	3	9	9
	REALIZADAS	9	9	9	9	9	9
	QUE ATENDERAM A LEGISLAÇÃO	9	8	1	1	8	9
	OBSERVAÇÃO						

PREVENÇÃO COVID-19: HIDROMETROS INTERNOS FATURADOS POR M. 1A. EXTERNOS COM LEITURA REAL.



0001758780	MES/ANO	07/2020	472	021	0433	1272	000
VENCIMENTO	22/07/2020	TOTAL A PAGAR	164,60				

32680000001-8 64600012820-7 01758780072-7 02000000003-2



# DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, Maria Aparecida Souza da Silva,  
portador de CPF 064.435.484-42 e  
Carteira de Identidade 3173932-6, atualmente residente à  
Rua Pau Brasil, 11, Chã da Jaqueira, Maceió-AL

DECLARO que exerci/exerço atividade comercial no mercado Público de Bebedouro desde o  
ano de 2006, no comercio de roupas e sapatos, sob as penas da Lei  
(artigo 2º, da Lei nº 7.115/83).

Art. 1º da Lei nº 7.115/83 - A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência  
econômica, homonímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador  
bastante, e sob as penas da Lei, presume-se verdadeira.

E, por ser verdade, assumindo inteira responsabilidade pela declaração acima sob as penas da  
Lei, assino a presente para que produza efeitos legais.

Maceió/AL, 02 de Dezembro de 2020.

Maria Aparecida Souza da Silva  
Nome:  
CPF: 064.435.484-42

Confirmam as informações acima declaradas as testemunhas abaixo, confinantes, conforme  
descrito:

Cícero Manoel da Silva  
NOME: Cícero Manoel da Silva  
CPF: 210 294 154-4

Adriana do Rosário Costa da Silva  
NOME: Adriana do Rosário Costa da Silva  
CPF: 060.534 774-35





## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** Maria Ricera da Silva Santos,  
portador de CPF 332.022.904-44 e Carteira de  
Identidade 303013 M, residente na Rua Santo Antonio  
Nº 204 Fátima telefone: 82.98834-2033

**OUTORGADO:** **BRUNO GABRIEL DE ARAÚJO**, advogado, devidamente inscrito na OAB/AL - 12385, com escritório profissional na Rua Hilda Pereira Monte, 11-D, Petrópolis, Maceió/AL.

**PODERES:** Os poderes das cláusulas "AD JUDICIA" e "EXTRA" para o foro em geral, com o fim de defender todos os direitos e interesses do outorgante, podendo transigir, desistir, fazer acordos, discordar, concordar, passar recibos, dar e receber quitação, apresentar, juntar e desembaraçar documentos, papéis, recibos e guias, interpor e seguir recursos até Superior instância e finalmente praticar e requerer todos os demais atos necessários ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes. Em especial, os poderes para representar em ações judiciais e procedimentos extrajudiciais em face da Braskem e Entes Públicos, para indenização dos danos causados ao imóvel e atividade econômica do outorgante, bem como os danos imateriais às pessoas dos morador e/ou empreendedor.

a. No procedimento extrajudicial serão devidos honorários ao Outorgado no percentual de 15% (quinze por cento) de todo o proveito econômico obtido, a serem pagos pelo outorgante no momento da indenização, sendo passível de retenção pela entidade pagadora e repasse diretamente ao Advogado.

b. Os honorários sucumbenciais serão devidos ao Advogado, bem como qualquer remuneração de natureza honorária prevista em Termo de Ajustamento de Conduta, ou outro acordo celebrado entre as partes.

c. Caso seja a opção pela via Judicial, o outorgante acede em pagar aos advogados contratados, honorários correspondentes a 20% (vinte por cento) do total bruto da ação deferido com as devidas atualizações apuradas em procedimento de execução, até final pagamento.

d. Caberá a parte contratante o pagamento das custas e despesas que forem necessárias ao bom e rápido andamento da ação, bem como fornecer os documentos que os advogados ora contratados lhe solicitar.

e. havendo desistência, após ajuizado o feito, ou composição amigável entre autor(a) e ré(u), os honorários continuarão devidos no mesmo percentual previamente acordado, neste caso, respectivamente, sobre o valor da causa ou sobre o valor bruto pactuado na composição amigável.

f. Aplicam-se as demais condições do estatuto da advocacia.

g. As partes contratantes elegem o foro da Cidade de Maceió/AL, para dirimir qualquer ação oriunda deste contrato.

Maceió, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Maria Ricera da Silva Santos



EQUATORIAL ENERGIA ALAGOAS  
Av. Fernandes Lima, 3349 - Gruta de Lourdes - CEP: 57052-902  
MACEIO/AL - CNPJ: 12.272.084/0001-00 - IE: 24007177-8  
REGIME ESPECIAL DE IMPRESSÃO AUTORIZADO PELA SEC. DA FZ/ENDIA  
NF / FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA / SERVIÇO SÓRTE 11 N°

Nº da Nota Fiscal 47677844  
A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002.

CONTA MÊS  
**FEVEREIRO/2021**  
VENCIMENTO **10/02/2021**  
CONSUMO (kWh) **93**  
TOTAL A PAGAR (R\$) **88,66**  
MARIA CICERA DA SILVA SANTOS  
R. STº ANTONIO 204 - FETIOSA  
CPF: 00033202290444  
CEP: 57.043-170 - MACEIO  
ROT: 27.001.26.02.003470

<b>DADOS DA LEITURA</b>	<b>DATA DA LEITURA</b>
Atual: 12204	Atual: 03/02/2021
Anterior: 12111	Anterior: 06/01/2021
Constante de Multiplicação: 1,000	Próxima Leitura: 05/03/2021
Consumo Medido: 93	Ger. Arquivo: 02/02/2021
Consumo Faturado: 93	Apresentação: 03/02/2021
Forma de Faturamento: <b>NORMAL</b>	Dias de Consumo: 28
Código de Irregularidade:	

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA					
Classe/Subclasse	Ligação	Número Medidor	Posto	Código Fat.	Média 12 meses
<b>RESIDENCIAL</b>	<b>MONO</b>	<b>E2071215</b>	<b>S 1 04199</b>	<b>1.1.1.1</b>	<b>102</b>

HISTÓRICO kWh		DESCRIÇÃO DA CONTA	
Mês/ano consumo		CONSUMO 93 kWh a R\$ 0,765549 =	71,19
JAN/21 113		CONTR. ILM. PUB. MUNICIPAL (COSIP)	15,51
DEZ/20 103		CORRECAO MONETARIA 01/21-00	0,10
NOV/20 89		MULTA POR ATRASO 01/21-00	1,83
OUT/20 87		JUROS DE MORA DE IMPO 01/21-00	0,03
SET/20 109		ADICIONAL BANDEIRA AMARELA - 1,24	
AGO/20 118			
JUL/20 99			
JUN/20 116			
MAI/20 108			
ABR/20 107			

TARIFA SEM TRIBUTOS:  
0 A 93 - 0,596740

**NOTIFICAÇÃO DE REAVISO DE VENCIMENTO / MENSAGEM**

LIGUE 0800 082 0196 E FAÇA OPÇÃO VENCIMENTO 3 8 13 18 23 28  
Parabéns! Até o dia 02/02/2021, não constatamos faturas vencidas nessa Unidade Consumidora.

RESERVADO AO FISCO CE9C.1AA9.F659.E342.0206.EF9D.0C44.95C0

COMPOSIÇÃO DA CONTA - R\$		IMPOSTOS/TRIBUTOS - R\$	
Distribuição: 32,53		Base de Cálculo: 71,19	59,09
Energia: 14,50		Alíquota ICMS: 17,00%	
Transmissão: 6,09		Valor do ICMS: 12,10	
Encargos: 2,38		Valor do PIS: 0,64	
Tributos: 15,69		Valor do COFINS: 2,95	

INDICADORES DE CONTINUIDADE								
	DEC			FIC			DMC	
	Mensal	Trimestral	Anual	Mensal	Trimestral	Anual	Mensal	Trimestral
Limite	5,55	11,10	22,21	3,48	6,97	13,95	3,20	
Realizado	0,00			0,00			0,00	

Congelamento: SE CRUZ DAS ALMAS  
Período de congelamento: 12/2020  
RUSD: 38,62  
ROT: 27.001.26.02.003470 0493 0023 R 5.12 C002 0950

Data de Emissão: 03/02/2021

BANCO DO BRASIL 001-9 PAGAR PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL  
00190.00009 03191.259005 04768.652176 3 85270000008866

PAGADOR: MARIA CICERA DA SILVA SANTOS CPF: 00033202290444  
R. STº ANTONIO 204 CEP: 57.043-170

NOSSO NÚMERO	NR. DOC	VENCIMENTO	VALOR DOCUMENTO	VAL. PAGO
31912590004768652	047677844	10/02/2021	R\$ 88,66	

BENEFICIÁRIO: EQUATORIAL ALAGOAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. - CNPJ: 12.272.084/0001-00  
AV. FERNANDES LIMA, 3349 - GRUTA DE LOURDES - CEP: 57.052-902 - MACEIO/AL

AGÊNCIA/BENEFICIÁRIO 3309 - 3191259-8  
EM CASOS DE ATRASO, MULTAS, JUROS E CORRECAO SERAO COBRADOS NA PROXIMA FATURA.



2006



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E AGRICULTURA**

000948

*Bebelour*

*CON-08*

Box nº:

Permissionário:

*MARIA CICERA DA SILVA S.*



- Semanal



- Mensal

Valor (R\$):

*2,00*

Obs.:

*1ª SEMANA ABRIL 2006*

*21/04/06*

Data

*ALi*

Assinatura do Responsável

2010

Página 248 de 291

**11.158.131/0001-18**

Praça Ciro Acioly, 96, Ponta Grossa  
Maceio / Alagoas

Corte na linha pontilhada

**Recibo do Sacado**



**BANCO DO BRASIL**

| 001-9 |

**00190.00009 02080.942002 00007.959182 2 47510000001350**

Cedente			Agência / Código do Cedente	Espécie	Quantidade	Nosso número
Secretaria Municipal de trabalho, Abastecimento e economia solidaria			3557-2 / 00006664-8	R\$		20809420000007959
Número do documento	Contrato	CPF/CEI/CNPJ	Vencimento	Valor documento		
8550	18554409	11.158.131/0001-18	10/10/2010	13,50		
(-) Desconto / Abatimento	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa	(+) Outros acréscimos	(=) Valor cobrado		

Sacado

**MARIA CICERA DA SILVA SANTOS - 332.022.904-44 - BEB CON 0008 - Mensalidade referente ao mes de Setembro/2010**



Autenticação  
mecânica

Corte na linha pontilhada



2019

14

		<b>SEMEC - PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ</b> <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA - SEMEC</b> <b>DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL - D.A.M MENSAL</b>				
Contribuinte <b>MARIA CICERA DA SILVA SANTOS</b>						D.A.M. <b>62195282 / 2019</b>
CPF/CNPJ	Inscrição / C.M.C.	Tributos	Referência	Vencimento	Nosso Número	
332.022.904-44	901445877	TAXAS / ENC. PECUNIÁRIOS 2019	Parc. Única	10/02/2019	31000000066776093	
Endereço de Correspondência Logradouro: RUA DR ANTÔNIO NUNES LEITE Bairro: BEBEDOURO			Número: S/M Lote:		Cep: 57.000-000 Quadra:	
Complemento:						
MB CON 0008 - 01/2019						
TAXAS PERMISSIVAS F. E MERCADOS		17,23				
TSA:		0,00	Valor R\$ 17,23			
DESCONTO:		0,00				
Total:		17,23				
81650000000-4 17232485201-8 90210310000-1 00066776093-8						Autenticação:

2020



**SEMEC - PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA - SEMEC**  
**DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL - D.A.M MENSAL**



Contribuinte		Perdeu o prazo do DAM? Emita automaticamente através do QRCC				
MARIA CICERA DA SILVA SANTOS		D.A.M. 62867882 / 2020				
CPF/CNPJ	Inscrição / C.M.C.	Tributos	Referência	Vencimento	Nosso Número	
32.022.904-44	901445877	TAXAS / ENC. PECUNIÁRIOS 2020	Parc. Única	13/03/2020	3100000006917394	
Endereço de Correspondência						
Logradouro: RUA DR ANTÔNIO NUNES LEITE						
Bairro: BEBEDOURO	Complemento:	Número: S/M		Cep: 57.000-000		
		Lote:		Quadra:		
BOX: MB.CON - MB 0008 - MÊS: 02/2020						
TAXAS PERMISSIVAS F. E MERCADOS		17,23				
TSA:		0,00	Valor R\$ 17,23			
DESCONTO:		0,00				
Total:		17,23				
81680000000-1 17232485202-6 00313310000-2 00069173947-8						Autenticação:



## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** MARIA JOSÉ DE LIMA, BRASILEIRA,  
CASADA, COMERCIANTE, portador de CPF 482.902.464-04 e Carteira de  
Identidade 868.806, residente na R. FAUSTINO SILVEIRA, S/N - REBEDOURO,  
MACEIÓ/AL telefone: (82) 98893-4586.

**OUTORGADO:** **BRUNO GABRIEL DE ARAÚJO**, advogado, devidamente inscrito na OAB/AL - 12385,  
com escritório profissional na Rua Hilda Pereira Monte, 11-D, Petrópolis, Maceió/AL.

**PODERES:** Os poderes das cláusulas "AD JUDICIA" e "EXTRA" para o foro em geral, com o fim de defender todos os direitos e interesses do outorgante, podendo transigir, desistir, fazer acordos, discordar, concordar, passar recibos, dar e receber quitação, apresentar, juntar e desembaraçar documentos, papéis, recibos e guias, interpor e seguir recursos até Superior instância e finalmente praticar e requerer todos os demais atos necessários ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes. Em especial, os poderes para representar em ações judiciais e procedimentos extrajudiciais em face da Braskem e Entes Públicos, para indenização dos danos causados ao imóvel e atividade econômica do outorgante, bem como os danos imateriais às pessoas dos morador e/ou empreendedor.



- a. No procedimento extrajudicial serão devidos honorários ao Outorgado no percentual de 15% (quinze por cento) de todo o proveito econômico obtido, a serem pagos pelo outorgante no momento da indenização, sendo passível de retenção pela entidade pagadora e repasse diretamente ao Advogado.
- b. Os honorários sucumbenciais serão devidos ao Advogado, bem como qualquer remuneração de natureza honorária prevista em Termo de Ajustamento de Conduta, ou outro acordo celebrado entre as partes.
- c. Caso seja a opção pela via Judicial, o outorgante acede em pagar aos advogados contratados, honorários correspondentes a 20% (vinte por cento) do total bruto da ação deferido com as devidas atualizações apuradas em procedimento de execução, até final pagamento.
- d. Caberá à parte contratante o pagamento das custas e despesas que forem necessárias ao bom e rápido andamento da ação, bem como fornecer os documentos que os advogados ora contratados lhe solicitar.
- e. havendo desistência após ajuizado o feito, ou composição amigável entre autor(a) e ré(u), os honorários continuarão devidos no mesmo percentual previamente acordado, neste caso, respectivamente, sobre o valor da causa ou sobre o valor bruto pactuado na composição amigável.
- f. Aplicam-se as demais condições do estatuto da advocacia.
- g. As partes contratantes elegem o foro da Cidade de Maceió/AL, para dirimir qualquer ação oriunda deste contrato.

ANALABETA. A Reco:

Maceió, 03 / 08 / 2020


x Gustavo da Silva Bezerra  
GUSTAVO DA SILVA BEZERRA

JAMERSON JOSÉ SANTOS CHAVES  
CPF: 009.925.804-80

	<b>SEMEC - PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIO</b> <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA - SEMEC</b> <b>DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL - D.A.M MENSAL</b>	
---	--	---

Perdeu o prazo do DAM? Emita automaticamente através do QR CODE

<b>Contribuinte</b>				<b>D.A.M.</b>	
<b>MARIA JOSE DE LIMA</b>				<b>65524263 / 2020</b>	
<b>CPF/CNPJ</b>	<b>Inscrição / C.M.C.</b>	<b>Tributos</b>	<b>Referência</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Nosso Número</b>
482.902.464-04	901447378	TAXAS / ENC. PECUNIÁRIOS 2019	Parc. Única	14/08/2020	31000000075065274
<b>Endereço de Correspondência</b> Logradouro: RUA DR ANTONIO NUNES LEITE Bairro: BARRA DO RIO Complemento: Número: 69 Lote: Cep: 57.000-000 Quadra:					
Mês 10, 11 e 12/2018 MB.CON10					
TAXAS PERMISSIVAS F. E MERCADOS		50,49			
JUROS DE MORA:		4,04			
MULTA DE MORA		10,10	<b>Valor R\$ 64,63</b>		
DESCONTO:		0,00			
<b>Total:</b>		<b>64,63</b>			
81620000000-7 64632485202-9 00814310000-9 00075065274-5					Autenticação

	<b>SEMEC - PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIO</b> <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA - SEMEC</b> <b>DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL - D.A.M MENSAL</b>				
<b>Contribuinte</b> <b>MARIA JOSE DE LIMA</b>					
<b>CPF/CNPJ</b>	<b>Inscrição / C.M.C.</b>	<b>Tributos</b>	<b>Referência</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Nosso Número</b>
482.902.464-04	901447378	TAXAS / ENC. PECUNIÁRIOS 20	Parc. Única	14/08/2020	31000000075065274
RUA DR ANTONIO NUNES LEITE, Número: 69, Quadra: , Lote: - CEP: 57.000-000 Bairro: BARRA DO RIO Mês 10, 11 e 12/2018 MB.CON10					
TAXAS PERMISSIVAS F. E MERCADOS		50,49	JUROS DE MORA:	4,04	MULTA DE MORA
				10,10	DESCONTO:
				0,00	
<b>Total a Pagar:</b>					<b>64,63</b>
Instruções: LOCAIS PARA PAGAMENTO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, SANTANDER, BRADESCO, ITAU, BANCO DO BRASIL, SICREDI, LOTERIAS, MULTIBANK E CORREIOS. EMITA SUA SEGUNDA VIA E OUTROS SERVIÇOS EM: WWW.ONLINE.MACEIO.AL.GOV.BR					

Ficha de Compensação - Autenticação Manual

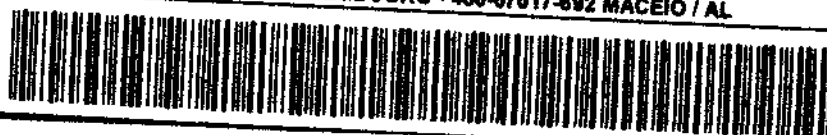
81620000000-7 64632485202-9 00814310000-9 00075065274-5



NÃO PAGAR!

<b>CAIXA 104-0</b>	
Beneficiário <b>PLASVIDE PLANO DE ASSISTÊNCIA FAMILIAR</b>	
Vencimento <b>30/08/2020</b>	
Agência / Código cedente <b>0711/801060-3</b>	
Número <b>14000110820005080-2</b>	
Valor Documento <b>39,00</b>	
(-) Desconto / Abatimento	
= Mora / Multa	
= Valor Cobrado	
<b>CARLA T. L. DA SILVA</b>	
Recibo do Sacado	

<b>CAIXA 104-0</b>		<b>10496.01063 01000.111045 82000.508026 1 83630000003900</b>	
Local de pagamento <b>PAGÁVEL PREFERENCIALMENTE NAS CASAS LOTÉRICAS</b>			
Beneficiário <b>PLASVIDE PLANO DE ASSISTÊNCIA FAMILIAR CNPJ: 18838085000193</b>			
Travessa Rotary, N°: 125 - Bairro: TABULEIRO DOS MARTINS, Cidade: MACEIO			
Data do Documento <b>12/12/2019</b>	N. documento <b>2020-7214JP-007</b>	Especie <b>N</b>	Data Processamento <b>12/12/2019</b>
Uso do Banco	Carteira <b>1</b>	Especie <b>R\$</b>	Quantidade <b>0,00</b>
Instruções (Texto de responsabilidade do cedente) <b>APÓS VENCIMENTO MULTA DE 2% E JUROS DE 0,033% AO DIA. NÃO RECEBER APÓS 120 DIAS DO VENCIMENTO.SR* CLIENTES PARA QUE POSSAMOS PRESTAR OS SERVIÇOS, AS PARCELAS DEVERAR ESTAR RIGOROSAMENTE EM DIAS A PARTIR DA SEGUNDA PARCELA EM ATRASO NAO SERAM PRESTADO OS SERVIÇOS.</b>			Valor Documento <b>R\$39,00</b>
Secado <b>CARLA THAYNARA LIMA DA SILVA CPF: 115.843.624-64</b>			(-) Desconto / Abatimento
<b>RUA: FAUSTINO SILVEIRA - BEBEDOURO - 460-67017-692 MACEIO / AL</b>			(-) Outras deduções
			(+) Mora / Multa
			(*) Outros Acréscimos
			(=) Valor Cobrado



Ficha de compensação



## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** MARIA JOSÉ FERREIRA DA SILVA, BRASILEIRA, SOLTEIRA, COMERCIANTE, portador de CPF 925.791.334-34 e Carteira de Identidade 120.2333 SP/M residente na Lt. JARDIM PETRÓPOLIS, II B - 13A QD. A, PETRÓPOLIS, MACEIÓ/AL - 57062-310 telefone: (82) 98842-7615.

**OUTORGADO:** **BRUNO GABRIEL DE ARAÚJO**, advogado, devidamente inscrito na OAB/AL - 12385, com escritório profissional na Rua Hilda Pereira Monte, 11-D, Petrópolis, Maceió/AL.

**PODERES:** Os poderes das cláusulas "AD JUDICIA" e "EXTRA" para o foro em geral, com o fim de defender todos os direitos e interesses do outorgante, podendo transigir, desistir, fazer acordos, discordar, concordar, passar recibos, dar e receber quitação, apresentar, juntar e desembargar documentos, papéis, recibos e guias, interpor e seguir recursos até Superior instância e finalmente praticar e requerer todos os demais atos necessários ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes. Em especial, os poderes para representar em ações judiciais e procedimentos extrajudiciais em face da Braskem e Entes Públicos, para indenização dos danos causados ao imóvel e atividade econômica do outorgante, bem como os danos imateriais às pessoas dos morador e/ou empreendedor.

- a. No procedimento extrajudicial serão devidos honorários ao Outorgado no percentual de 15% (quinze por cento) de todo o proveito econômico obtido, a serem pagos pelo outorgante no momento da indenização, sendo passível de retenção pela entidade pagadora e repasse diretamente ao Advogado.
- b. Os honorários sucumbenciais serão devidos ao Advogado, bem como qualquer remuneração de natureza honorária prevista em Termo de Ajustamento de Conduta, ou outro acordo celebrado entre as partes.
- c. Caso seja a opção pela via Judicial, o outorgante acede em pagar aos advogados contratados, honorários correspondentes a 20% (vinte por cento) do total bruto da ação deferido com as devidas atualizações apuradas em procedimento de execução, até final pagamento.
- d. Caberá a parte contratante o pagamento das custas e despesas que forem necessárias ao bom e rápido andamento da ação, bem como fornecer os documentos que os advogados ora contratados lhe solicitar.
- e. havendo desistência, após ajuizado o feito, ou composição amigável entre autor(a) e ré(u), os honorários continuarão devidos no mesmo percentual previamente acordado, neste caso, respectivamente, sobre o valor da causa ou sobre o valor bruto pactuado na composição amigável.
- f. Aplicam-se as demais condições do estatuto da advocacia.
- g. As partes contratantes elegem o foro da Cidade de Maceió/AL, para dirimir qualquer ação oriunda deste contrato.

Maceió, 03/08/2020

Maria Jose F. da Silva





**BANCO DO BRASIL**

001-9      00190.00009 (2367.380009 00362.731184 1 75810000001953

Cedente	SFC. MUN. DE TRAB. ABAST. E ECON. SOLIDÁRIA		Agência/Código do Cedente	Espécie	Quantidade	Nosso número
Número do documento	0000362731	CPF/CNPJ	12.200.135/0001-80	3557-2 / 00006999-X	R\$	1
(-) Desconto/Abatimentos		(+/-) Outras deduções		Vencimento		Valor documento
				10/07/2018		19,53
		(+/-) Outros acréscimos				(=) Valor cobrado
Sacado MARIA JOSE FERREIRA DA SILVA - Box: MB.VER-MB.0029 - Box: MB.VER-MB.0030 - Mês: 6/2018 - 925.791.834,34						
LOT. JARDIM PETROPOLIS II B. 014 - QD. D.						

Demonstrativo

Autenticação mecânica

Corte na linha pontilhada



<b>Banco do Brasil</b>		001-9		00190.00009 02367.380009 00303.246185 4 733900000001750	
Cedente:	SEC. MUN. DE TRAB. ABAST. E ECON. SOLIDARIA		Agência/Código da Agência	3557 2 - 00006999-X	Esporte
Quantidade	1		Valor documento	17,50	
Valor documento	17,50		Valor cobrado	17,50	
CPF/CNPJ	12.260.135/0001-80		Outros acréscimos	(+/-) Moral/Multa	
Outros acréscimos	(+/-) Moral/Multa		Outros acréscimos	(+/-) Moral/Multa	
Sacado MARIA JOSE FERREIRA DA SILVA - Box: MB. VER MB 0029 - Box: MB. VER MB 0030 Mês: 10/2017 925.791.834-34					
LOT. JARDIM PETROPOLIS II B. 014 QD. D.					
Instrutivo					

Autenticação mecânica

Corte na linha pontilhada

<b>Banco do Brasil</b>		001-9	00190.00009 02367.38009 00099.643181 3 62730000001750	
Cedente		Agência/Código do Cedente	Espécie	Quantidade
SEC. MUN. DE TRAB., ABAST. E ECON. SOLIDÁRIA		3537-2 / 00069999-X	R\$	1
Número do documento		Vencimento	Nosso número	
0000099843		12.200.135/0001-80	23673800000099643-3	
(-) Desconto/Abatimentos		(+) Outras deduções	Valor documento	
		(+) Multa	17,50	
		(+) Outros acréscimos	(-) Valor cobrado	
Sacado MARIA JOSE FERREIRA DA SILVA - Box: MB.VER-MB.0029 - Box: MB.VER-MB.0030 - Mês: 11/2014 - 925.791.834-34				
Demonstrativo				

Autenticação mecânica

Corte na linha pontilhada



**SEMEC - PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA - SEMEC**  
**DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL - D.A.M. MENSAL**

Perdeu o prazo do DAV? Então atualize-se imediatamente através do QR CODE.

D.A.N.

62336701 / 2019



<b>Contribuinte</b>		<b>Tributos</b>		<b>Referência</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Nosso Número</b>
MARIA JOSE FERREIRA DA SILVA		Tributos		PARC. Única	20/03/2019	31000000067112658
CPF/CNPJ	Inscrição / C.M.C.	TAXAS / ENC. PRECATORIOS 2019				
925.791.834-34	901445593					
<b>Endereço de Correspondência</b>		<b>Complementos:</b>		<b>Número:</b> N.º		
Logradouro: RUA DE ARMANDO RIBEIRO LALMEIDA				<b>Quilômetro:</b>		
Bairro: BRASILEIRA						
BOX:MB.VER-MB.0029 BOX:MB.VER-MB.0030		MÊS:02/2019				
TAXAS PERMISSIVAS F. E MERCADOS		19,53		<b>Valor R\$ 19,53</b>		
TSA:		0,00				
DESCONTO:		0,00				
<b>Total:</b>		19,53				
8164000000-5 19532485201-9 90320310000-8 00067112658-9						



**CAIXA ECONOMICA FEDERAL**  
CAIXA AQUÍ

**1356973-2**

CONTA Nº 36819381  
VENIMENTO 16/06/2020  
CONSUMO (KWH) 111  
TOTAL A PAGAR (R\$) 89,00

MARIA JOSE FERREIRA DA SILVA  
LT JARDIM PETROPOLIS IIE 13 A QD A - PETROPOLIS  
CPF: 00092579183434  
CEP: 57.062-310 - MACEIO  
ROT: 37.001.38.05.001197

DATA DE LEITURA 08/06/2020  
Anterior: 06/05/2020  
Anterior: 09/07/2020  
Próxima Leitura: 05/06/2020  
Ger. Arquivo: 08/06/2020  
Apresentação: 33  
Tipo de Consumo: NORMAL

Classe/Sub-classe	Unidade	Valor	Posto	Código Pat.	Média 12 meses
RESID. BX. RENDA	MONO	E2217308	S 1 04264	1.4.1.1.1	100
DESCRICAÇÃO DA CONTA					
CONSUMO	30 kWh a R\$	0,000000			0,00
	70 kWh a R\$	0,000000			0,00
	11 kWh a R\$	0,000000			0,00
DIF. P/ BASE CALCULO TRIBUTOS					61,85
SUBVENCAO BAIXA RENDA					56,97
CONTR. ILUMINACAO PUB. (COSIP)					18,29
PAGAMENTO A FAVOR 04/20 03					46,41

CAIXA ECONOMICA FEDERAL  
CAIXA AQUÍ

RECEBENTE DE PAGAMENTO  
RECEBIMENTO DE CONVENIO

15:36:18  
09/06/2020  
000691509  
PANELA

REPRESENTACAO NUMERICA  
8900000030001  
973206200089

09/06/2020

OPERACAO: 000141876

OPERACAO EFETIVADA OK

OPERACAO REALIZADA COM SUCESSO

CAIXA AQUÍ  
E A CAIXA EM TODO O BRASIL


0800 726 0101 (informações,  
sugestões e elogios)  
sem deficiência auditiva ou  
de fala: 0800 726 2492


Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

  
Polegar Direito



*Maria Jose F. da Silva*  
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO Nº 1207333  
DATA DE EMISSÃO 27/01/2016

MARIA JOSÉ FERREIRA DA SILVA  
NOME

JOSÉ FERREIRA DA SILVA  
NOME DO PAI

JOSEFA BORCELINA DA CONCEIÇÃO  
NOME DA MÃE

SANTANA DO MUNDO - AL  
MUNICÍPIO

CERTID MASC 4288 FLS 145 LIV 5  
NÚMERO DO REGISTRO

SANTANA DO MUNDO - AL  
MUNICÍPIO

925.791.834-34  
CPF

2 VIA

DATA DE EXPIRAÇÃO 20/06/1974

P 300

*Maria Jose F. da Silva*  
ASSINATURA DO TITULAR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE ALAGOAS  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
PERÍCIA OFICIAL - PO/AL  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DEL. MÁRIO PEDRO DOS SANTOS

 Polgar Direto

 maior de 18 anos

Maria José Ferreira dos Santos

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 864573 DATA DE EXPEDIÇÃO 28/02/2019

NOME MARIA JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS


FILIAÇÃO LUIZ MARQUES FERREIRA  
CECILIA MARIA FERREIRA

NATURALIDADE MACEIÓ - AL DATA DE NASCIMENTO 17/09/1956

DÓC. ORIGEM CERTO CAS AVERB DIVORCIO 91 FLS 46 LIV B-1-AUX  
ATALAIA - AL

CPF 644.086.984-15

2 VIA

  
RONEY PRESBITERO DE ABRUDA NASCIMENTO  
SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

P 300

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



CTC REC/FE PE PL6

MARIA JOSE FERREIRA DOS SANTOS  
RUA AUGUSTO BARRETO 52  
BEBEDOURO  
57052-902 MACEIO AL



72 09036539 48971 00000180501 3 0 160819  
Data da Postagem: 16/08/19 Vencimento: 25/08/2019

1a Via 01/02

Data de Emissão	Vencimento
15/08/2019	25/08/2019

Resumo das Operações	
Saldo Anterior R\$	303,86
(-) Créditos/Pagamentos R\$	303,86
(+) Compras/Débitos R\$	522,95
(=) Total da Fatura R\$	522,95

Total das Faturas R\$	Pagamento Mínimo R\$
522,95	102,88

Parcela esta fatura 1ª parcela de R\$58,82 + 17 x R\$58,82

Data prevista do fechamento da próxima fatura: 14/09/2019

Unidade de Crédito	
Compras	R\$ 610,00
Saque	R\$ 122,00
Parcelado	R\$ 2.897,00*

\* Consulte limites disponíveis, condições de contratação e restrições na Central de Atendimento

Juros Remuneratórios			
	% ao mês	% ao ano	CET Anual (%)
Parcelamento de fatura	9,80%	207,05%	223,38%
Parcelado Casas Bahia	4,99%	79,36%	84,36%
Parcelado Rede Visa	7,99%	151,53%	171,32%
Rotativo	9,90%	210,43%	230,86%
Saque/Telepague (*)	17,90%	624,36%	700,61%

(\*) Será cobrada taxa de R\$ 16,00 por operação em espécie

Multa 2,00% a m. Juros de Mora 1,00 % pro rata

Taxa máxima de juros p/ próxima fatura 17,90% a m. / CET ao ano 685,55% a a

\* Serviços com incidência de IOF Adicional (0,38%) e IOF Diário (0,0062%)

Em caso de pagamento inferior ao valor total, haverá cobrança de encargos de crédito rotativo apontados nesta fatura, incidentes sobre a diferença entre o valor total e o pago. No caso de pagamento inferior ao valor total, o saldo remanescente poderá ser parcelado em até 24 parcelas. Consulte a Central de Atendimento. Operações financeiras geram cobrança de impostos (inclusive IOF).

Data	Histórico de Lançamentos	US\$	R\$
	MARIA J F SANTOS	4271.XXXX.XXXX.0015	
25/01/2019	LOJAS AMERICANAPARCO710		102,78
26/05/2019	SHOPPING DO REPARCO303		119,30
25/07/2019	RECARGA QI*82988204014 SAO		20,00
25/07/2019	PAGAMENTO BRADESCO		303,86
26/07/2019	SERVIÇOS CLARO*8299343617 RIO		15,00
04/08/2019	PREMIO SEGURO - SUPERPROTEGDO		4,99
06/08/2019	SERVIÇOS CLARO*8299343617 RIO		15,00
09/08/2019	RECARGA QI*82988204014 SAO		14,00
12/08/2019	ZHENG COMERCIO MACE		87,00
12/08/2019	LINHAJOUTERIAPARCO102		131,00
14/08/2019	ANUIDADE DIFERENC 0015		14,86
	TOTAL GERAL DOS LANÇAMENTOS R\$		522,95

SALDO US\$ 0,00 X COTAÇÃO R\$ 4,2200 = 0,00

Central de Atendimento ao Cliente - Casas Bahia e Serviços Especializados: 4002-4029. Operações Regiões: 0800-680-4033 (Atendimento de 2ª a 5ª feira das 8h às 20h, exceto feriados). Consultas, informações e serviços Transacionais: SAC - BradesCard: 0800-727-9939 SAC - Definição Auditoria ou de Fato: 0800-722-0099 (Atendimento 24 horas). Para obter serviços: Recuperação, Cancelamento e Estorno de Cartão. Ouvidoria: 0800-727-9933 (Atendimento de 2ª a 5ª feira das 8h às 18h, exceto feriados). Se não ficar satisfeito com a solução apresentada, contate a Ouvidoria.

<b>Bradesco</b>	<b>237-2</b>	23794.02510 98746.202617 10000.060003 8 00000000000000	
Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço			
MARIA JOSE FERREIRA DOS SANTOS - 644.086.984-15 RUA AUGUSTO BARRETO 52 BEBEDOURO 57052-902 MACEIO AL			
Sacador/Avalista	Nosso Número	Nr do Documento	Data de Vencimento
	19/87462026110-7	19/87462026110-7	25/08/2019
Valor do Documento		(R) Valor Pago	
522,95			
Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ/Endereço			
Banco BradesCard S/A End: Alameda Rio Negro, 585 - Ed. Bradesco - 15º andar Alphaville - Barueri - SP CEP 06454-000 / CNPJ: 04.184.779/0001-01			
Agência/Código do Beneficiário		Autenticação Mecânica	
4025-8/0000600-9			

<b>Bradesco</b>	<b>237-2</b>	23794.02510 98746.202617 10000.060003 8 00000000000000	
Local de Pagamento		Data de Vencimento	
PAGÁVEL PREFERENCIALMENTE EM QUALQUER AGÊNCIA BRADESCO		25/08/2019	
Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ/Endereço		Agência/Código do Beneficiário	
Banco BradesCard S/A End: Alameda Rio Negro, 585 - Ed. Bradesco 15º andar - Alphaville - Barueri - SP CEP 06454-000 / CNPJ: 04.184.779/0001-01		4025-8/0000600-9	
Data do Documento	Nr do Documento	Especie DOC	Acerte
15/08/2019	19/87462026110-7	C.CREDITO	N
Use do Banco	Carteira	Especie	Quantidade
	19	R\$	
Data do Processamento		Nosso Número	
15/08/2019		19/87462026110-7	
(R) Valor do Documento		(R) Desconto/Abatimento	
522,95			
(+) Juros/Multa		(R) Valor Pago	
Informações de responsabilidade do Beneficiário			
Os encargos de pagamento rotativo ou de atraso, serão cobrados na próxima fatura.			
Pagamento em cheque será considerado liquidado somente após a sua compensação.			
Sr. Caixa, não receber este boleto após 15 dias do vencimento.			
Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço/Cidade/UF/CEP			
MARIA JOSE FERREIRA DOS SANTOS - 644.086.984-15 RUA AUGUSTO BARRETO 52 BEBEDOURO 57052-902 MACEIO AL			
Sacador/Avalista Nome/CPF/CNPJ			

Autenticação Mecânica - Ficha de Compensação





## PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: MARIA JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS, BRASILEIRA,  
DIVORCIADA, COMERCIANTE, portador de CPF 644.086.984-15 e Carteira de  
Identidade 864.573, residente na \_\_\_\_\_  
telefone: (22) 99828-4889.

OUTORGADO: **BRUNO GABRIEL DE ARAÚJO**, advogado, devidamente inscrito na OAB/AL - 12385,  
com escritório profissional na Rua Hilda Pereira Monte, 11-D, Petrópolis, Maceió/AL.

**PODERES:** Os poderes das cláusulas "AD JUDICIA" e "EXTRA" para o foro em geral, com o fim de defender todos os direitos e interesses do outorgante, podendo transigir, desistir, fazer acordos, discordar, concordar, passar recibos, dar e receber quitação, apresentar, juntar e desembaraçar documentos, papéis, recibos e guias, interpor e seguir recursos até Superior instância e finalmente praticar e requerer todos os demais atos necessários ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes. Em especial, os poderes para representar em ações judiciais e procedimentos extrajudiciais em face da Braskem e Entes Públicos, para indenização dos danos causados ao imóvel e atividade econômica do outorgante, bem como os danos imateriais às pessoas dos morador e/ou empreendedor.

a. No procedimento extrajudicial serão devidos honorários ao Outorgado no percentual de 15% (quinze por cento) de todo o proveito econômico obtido, a serem pagos pelo outorgante no momento da indenização, sendo passível de retenção pela entidade pagadora e repasse diretamente ao Advogado.

b. Os honorários sucumbenciais serão devidos ao Advogado, bem como qualquer remuneração de natureza honorária prevista em Termo de Ajustamento de Conduta, ou outro acordo celebrado entre as partes.

c. Caso seja a opção pela via Judicial, o outorgante acede em pagar aos advogados contratados, honorários correspondentes a 20% (vinte por cento) do total bruto da ação deferido com as devidas atualizações apuradas em procedimento de execução, até final pagamento.

d. Caberá a parte contratante o pagamento das custas e despesas que forem necessárias ao bom e rápido andamento da ação, bem como fornecer os documentos que os advogados ora contratados lhe solicitar.

e. havendo desistência, após ajuizado o feito, ou composição amigável entre autor(a) e ré(u), os honorários continuarão devidos no mesmo percentual previamente acordado, neste caso, respectivamente, sobre o valor da causa ou sobre o valor bruto pactuado na composição amigável.

f. Aplicam-se as demais condições do estatuto da advocacia.

g. As partes contratantes elegem o foro da Cidade de Maceió/AL, para dirimir qualquer ação oriunda deste contrato.

Maceió, 08/10/2020

\* Maria José Ferreira dos Santos



# AUTODECLARAÇÃO

Eu, MARIA JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS,  
residente à \_\_\_\_\_,  
CPF nº 644.086.984-15 RG nº 864573, Declaro, para os devidos fins  
que exerço atividade comercial no Mercado Público de Bebedouro, desde o ano de  
1998 no ramo de VENDA DE ROUPAS.

Por ser verdade, dato e assino o presente documento, declarando estar ciente  
de que responderei criminalmente em caso de falsidade das informações aqui prestadas.

Maceió, 08 / 10 / 2020.

X Maria José Ferreira dos Santos  
Assinatura do Declarante

## TESTEMUNHAS:

Maria José da Silva  
NOME:  
CPF: 617624.1487

X Daniel Gonçalves B.  
NOME:  
CPF: 055052874-32

## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** MARIA JOSÉ SANTOS DE OLIVEIRA, BRASILEIRA,  
CASADA, COMERCIANTE, portador de CPF 729.411.384-04 e Carteira de  
 Identidade 99002009594, residente na R. SÃO JOSÉ S/N - CENTRO - RIO LARGO,  
57.100-000 telefone: (82) 98769-1487.

**OUTORGADO:** **BRUNO GABRIEL DE ARAÚJO**, advogado, devidamente inscrito na OAB/AL - 12385, com escritório profissional na Rua Hilda Pereira Monte, 11-D, Petrópolis, Maceió/AL.

**PODERES:** Os poderes das cláusulas "AD JUDICIA" e "EXTRA" para o foro em geral, com o fim de defender todos os direitos e interesses do outorgante, podendo transigir, desistir, fazer acordos, discordar, concordar, passar recibos, dar e receber quitação, apresentar, juntar e desembaraçar documentos, papéis, recibos e guias, interpor e seguir recursos até Superior instância e finalmente praticar e requerer todos os demais atos necessários ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes. Em especial, os poderes para representar em ações judiciais e procedimentos extrajudiciais em face da Braskem e Entes Públicos, para indenização dos danos causados ao imóvel e atividade econômica do outorgante, bem como os danos imateriais às pessoas dos morador e/ou empreendedor.

a. No procedimento extrajudicial serão devidos honorários ao Outorgado no percentual de 15% (quinze por cento) de todo o proveito econômico obtido, a serem pagos pelo outorgante no momento da indenização, sendo passível de retenção pela entidade pagadora e repasse diretamente ao Advogado.

b. Os honorários sucumbenciais serão devidos ao Advogado, bem como qualquer remuneração de natureza honorária prevista em Termo de Ajustamento de Conduta, ou outro acordo celebrado entre as partes.

c. Caso seja a opção pela via Judicial, o outorgante acede em pagar aos advogados contratados, honorários correspondentes a 20% (vinte por cento) do total bruto da ação deferido com as devidas atualizações apuradas em procedimento de execução, até final pagamento.

d. Caberá a parte contratante o pagamento das custas e despesas que forem necessárias ao bom e rápido andamento da ação, bem como fornecer os documentos que os advogados ora contratados lhe solicitar.

e. havendo desistência, após ajuizado o feito, ou composição amigável entre autor(a) e ré(u), os honorários continuarão devidos no mesmo percentual previamente acordado, neste caso, respectivamente, sobre o valor da causa ou sobre o valor bruto pactuado na composição amigável.

f. Aplicam-se as demais condições do estatuto da advocacia.

g. As partes contratantes elegem o foro da Cidade de Maceió/AL, para dirimir qualquer ação oriunda deste contrato.

Maceió, 03/08/2020

Maria José Santos de Oliveira

# AUTODECLARAÇÃO

Eu, MARIA JOSÉ SANTOS DE OLIVEIRA  
portador do RG Nº 99002009594, CPF Nº 729.411.384-04  
residente e domiciliado na R. SÃO JOSÉ, 911 CENTRO - RIO LARGO/AL  
57.100-000 declaro sob as penas da lei, que exerço minhas  
atividades comerciais no MERCADO PÚBLICO DE BEBEDOURO desde o ano de 2007,  
e o objeto de minha atividade é a venda de REFEIÇÕES.

Declararam também as testemunhas abaixo que o referido é a absoluta expressão da verdade, e firmam a presente declaração, sob a responsabilidade civil e criminal de falso testemunho.

Maria José Santos de Oliveira

## TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
NOME:

\_\_\_\_\_  
CPF:

\_\_\_\_\_  
NOME:

\_\_\_\_\_  
CPF:

**equatorial**  
ENERGIA

PARA CONSULTA  
ENTRADA - Informe  
NOME NÚMERO

**EQUATORIAL ENERGIA ALAGOAS**  
Av. Tancredo de Almeida 7149 - Centro de Lavouras - CEP: 57052-902  
MACEIÓ, AL - CEP: 57.072-000/001 - CO-EL: 74005177-E  
REGIME ESPECIAL DE IMPRESSÃO AUTORIZADO PELA SEC. DA FAZENDA  
Nº / FIGURA DE IDENTIFICAÇÃO / SERVIÇO NÚMERO

Nº do Nota Fiscal: 30214881  
A Nota Fiscal de Energia Equatorial - 1982 em anexo  
pelo Lote nº 10.000 de 10 de abril de 2002

**LIQUINA DA SILVA**  
R. SÃO JOSÉ S/N - JARDIM  
CPF: 00064/000341-7  
CEP: 57.100-000 - MACEIÓ, AL

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Carimbo: \_\_\_\_\_

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE ALAGOAS

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DE LAMARCO PEREIRA DOS SANTOS

Polígono Direito

Maria José Santos & Oliveira

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

SERIE 99002009594

Nome

MARIA JOSÉ SANTOS DE OLIVEIRA

Patronômico

MARCEL TEOTONIO DOS SANTOS

MARIA LINA DOS SANTOS

Naturalidade

PIACABUçu - AL

Doc. Original

CERTIDÃO CAS 5457 FLS 70 LIV BANC19

10 DE MARÇO - AL

729.411.384-04

2 VIA

DATA DE EXPEDIÇÃO 05/08/2016

DATA DE NASCIMENTO 08/06/1965

*Handwritten signature*

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DE LAMARCO PEREIRA DOS SANTOS





Livro Nº  
Folhas Nº

Traslado

L-728  
F-112

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
1º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTOS  
COMARCA DE MACEIÓ - ESTADO DE ALAGOAS

Rua Dr. Luis Pontes de Miranda, 42 - Centro - CEP 57020-140 - Fone: (82) 3221-5000 - FAX: 3221-5345  
E-mail: carlos@tblcdmaceio@hotmail.com - Site: www.tblcdmaceio.com.br

**Celso Sarmiento Pontes de Miranda**  
TABELIÃO

**MARIA MADALENA GAMA**

**S A I B A M** quantos este público instrumento de Procuração Pública bastante virem que, no ano de Dois Mil e Vinte e Um (2021), aos 15 (quinze) dias do mês de janeiro, nesta cidade de Maceió, Capital do Estado de Alagoas da República Federativa do Brasil, perante mim Tabelião, compareceu como **OUTORGANTE: MARIA MADALENA GAMA**, brasileira, solteira, filha de Milton Muniz Gama e Maria da Conceição, aposentada/pensionista, portadora da Carteira de Identidade nº 487162-SESP/AL, inscrita no CPF/MF nº 648.296.424-91, residente e domiciliada na Rua Marques de Abrantes, nº 517 - Bebedouro, nesta cidade de Maceió/AL; Cep: 57017-601; com endereço eletrônico: maria\_vanusa35@hotmail.com. Reconhecida como a própria conforme os documentos apresentados, do que dou fé, e, por ela foi dito que por este público instrumento e na melhor forma de Direito, nomeia e constitui sua bastante **PROCURADORA: MARIA VANUSA DA SILVA**, brasileira, divorciada, Juvenal Antônio da Silva e Maria Madalena da Silva, técnica em radiologia, portadora da Carteira de Identidade nº 1188071-SESP/AL, inscrita no CPF/MF nº 648.486.634-15, residente e domiciliada na Rua Marques de Abrantes, nº 515 - Bebedouro, nesta cidade de Maceió/AL; Cep: 57017-601; com endereço eletrônico: maria\_vanusa35@hotmail.com, a quem confere os mais amplos e limitados poderes para representá-la junto ao **BANCO DO BRASIL S/A, BANCO BRADESCO S/A, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL** e/ou quaisquer estabelecimentos bancários, instituições financeiras e agências em geral, em todos os Estados do País, podendo resolver e tratar de quaisquer assuntos de interesse da outorgante, especialmente podendo para tanto abrir, encerrar e movimentar contas correntes, conta capital e/ou poupanças em nome da outorgante, fazer empréstimo e/ou financiamento, CDC automático, emitir TED, DOC e PIX, receber ordem de pagamento, requerer e receber cartão magnético, eletrônico e/ou crédito, alterar, contratar, cadastrar e renovar senhas em sistemas de Internet Transacional, autorizar trava de domicílio de créditos bancários, assinar contratos com suas cláusulas e condições; assinar contratos de alienação fiduciária, fazer cadastramento e recadastramento, solicitar saldo, extrato de conta, bem como qualquer operação a débito ou a crédito em conta corrente e/ou poupança da outorgante, fazer transferências, cadastrar e renovar senha se necessário for, efetuar saques em conta poupança e/ou conta corrente, cadastrar, alterar, desbloquear senhas, depositar, prestar aval, requisitar talões de cheques, emitir, endossar, sacar, descontar e assinar cheques, duplicatas, notas promissórias; autorizar débito em conta, assinar contrato de câmbio, boleto de câmbio e letras de câmbio, títulos de créditos, reconhecer duplicatas, protestar títulos, dívidas, hipotecar, parcelar, renegociar, prestar fiança, fazer aplicações, resgatá-las, receber, passar recibos e dar quitação, autorizar cobrança, autorizar débito em conta relativo a operações, caucionar títulos, receber citações, intimações e notificações, podendo confessar, transigir, desistir, reivindicar direitos, efetuar acordos, retirar cheques devolvidos, contratar e resgatar título de capitalização, assinar orçamento, apólice de seguro e/ou quaisquer documentos, receber quaisquer importâncias a que o outorgante tenha direito, podendo assinar e receber documentos, ou folhas de pagamentos ou qualquer outro, inclusive requerer aposentadoria, pensão e/ou benefício, podendo receber gatilhos, precatórios, bem como representá-la perante o **FORO EM GERAL**, para com os poderes das Cláusulas "AD JUDICIA E ET EXTRA JUDICIA", especialmente para requerer quaisquer documentos, concordar, discordar, desistir, transigir, participar e/ou representar em audiências, variar de ação, assumir compromisso, responder e interpor recursos, **representar em audiência de conciliação e/ou audiência de instrução e julgamento, contestar pedido, acatar pedido, prestar depoimento pessoal no quaisquer processos, prestar declarações, requerer e receber alvará judicial, receber e dar quitação, assinar requerimentos, dar entrada em inventário, receber e requerer citação judicial, requerer e receber alvará judicial, receber e passar recibos, dar e aceitar quitação, firmar acordos ou compromissos, receber aluguéis vencidos e vincendos, administrar aluguéis, contratar advogados, despejar inquilinos, requerer e acompanhar a abertura em todos os seus termos do inventário, arrolamento e/ou sobrepartilha administrativo e/ou judicial que será lavrado em Tabelionato de Notas, na conformidade da Lei 11.441/2007, bem como assinar Escritura Pública de Inventário e Sobrepartilha de Bens, podendo para tanto contratar advogado, usar dos poderes judiciais e extrajudiciais, para o foro em geral, ativa e passivamente, em qualquer grau de jurisdição, podendo receber citação, intimação, notificação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, receber e dar quitação, firmar compromissos, renunciar o direito sobre o que se funda a ação, assinar termos de inventariança, testamentária, ratificá-las, partilha amigável, primeiras de declarações e declarações finais e ratificações de partilha, concordar com cálculos de impostos, taxas, custas, avaliações, assinar termos de testamentária, firmar contratos de locação, assinar e requerer documentos, contratar, distratar e rescindir contratos, requerer e promover vistorias, receber qualquer importância, referente a aluguéis, podendo ainda vender, comprar, ceder, transferir, doar, alugar, receber aluguéis, hipotecar ou alienar por qualquer forma imóvel, contratar, distratar, rescindir, anuir, gravar, permutar, demarca ou por qualquer forma alienar qualquer bem imóvel ou móvel como (linha, aparelho, ações telefônicas, veículos e outros), em nome do outorgante, podendo transmitir ação, posse e domínio, responder pela evicção de direito, assinar escrituras de compra e venda, escritura de cessão de direitos hereditários, escritura de doação e/ou de qualquer outra espécie, assinar quaisquer documentos, receber importâncias, efetuar pagamentos, representá-lo perante quaisquer Repartições Públicas Federais, Estaduais, Municipais, Autárquicas e/ou particulares, especialmente os poderes **LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO E EXECUTIVO**, perante a Universidade e outras Instituições de Ensino, bem como perante a Cartórios de Notas e de Registros de Imóveis ou outros em geral, Imobiliárias, Seguradoras em geral, **TELEBRÁS, TIM, CLARO, OI TELEMAR, VIVO, RECEITA FEDERAL, POLICIA FEDERAL, MINISTÉRIO DA FAZENDA, TRIBUNAL DE CONTAS, PREFEITURA, MINISTÉRIO DA SAÚDE, MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, DETRAN, CONTRAN, CIRETRAN, SECRETARIA DA FAZENDA, SECRETARIA DA SAÚDE, SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS, EQUATORIAL ENERGIA, CASAL, ALGÁS, TELEMAR, JUSTIÇA DO TRABALHO, SPC, SCPC, PROCON, SERASA, inclusive INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, TRE - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL, DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS, TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO, AL PREVIDÊNCIA, UFAL - UNIVERSIDADE FEDERAL ALAGOAS**, e em especial para negociar, transigir, alienar, receber quaisquer valores, indenizações, negociar e concordar com créditos indenizações, negociar, transigir, alienar, firmar acordo, por eventuais danos morais/materiais. **Central do Morador resolver quaisquer assuntos referente ao imóvel de propriedade da****



Outorgante caracterizado como sendo: Ponto Comercial s/nº, situado na Rua Dr. Antônio Nunes Leite, no bairro de Bebedouro, nesta cidade; no Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação da BRASKEM; podendo resolver quaisquer assuntos sobre o TÍTULO DE ELEITOR, em nome do outorgante, inclusive fazer inscrição no CPF, podendo ainda cancelar contratos, recadastrar e/ou retirar o CPF, abrir e fechar firma, abrir crediário em qualquer loja do comércio, ser fiador, em especial para representá-lo junto ao DETRAN/AL e/ou de qualquer outro Estado, podendo vender, comprar, emplacar e/ou transferir veículos, assinar recibos de compra e venda, fazer vistorias, receber carta de liberação, receber qualquer importância referente a Rescisões Contratuais, assinar homologações, fazer acordo, receber INDENIZAÇÕES, solicitar suspensão de contrato e o mais lhe for de direito, podendo alterar dados cadastrais, bem como assiná-las a Seguro Desemprego, ou seguro em geral, receber quaisquer quantias referentes ao FGTS, SEGURO DESEMPREGO, PIS/PASEP, RESCISÃO CONTRATUAL, declarar e receber Imposto de Renda, fazer inscrição em qualquer concurso público ou privado, requerer e receber diplomas, fazer matrículas e inscrição, assinar recibos de compra e venda, requerer e retirar 2ª vias de quaisquer documentos, pagar taxas, abrir e dar baixa em empresa, parcelar dívidas, resolver quaisquer assuntos referente ao CARTÃO DE CRÉDITO JUNTO A QUAISQUER ADMINISTRADORA DE CARTÃO, assinar e requerer quaisquer documentos, inclusive contratos e demais documentos, fazer cadastramentos e recadastramento, solicitar certidões, representá-lo junto a QUAISQUER EMPRESA DE PLANO DE SAÚDE, podendo tratar e resolver de assuntos referentes ao PLANO DE SAÚDE, assinar quaisquer documentação, enfim, apresentar e retirar o que se fizer necessário, e tudo mais que for preciso, praticando, enfim todos os atos necessários para o bom e fiel desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer. CONSULTA À CENTRAL DE INDISPONIBILIDADE DE BENS – CNIB foi procedida nesta data, no endereço eletrônico <https://www.indisponibilidade.org.br>, na forma do Provimento nº 39 de 25/07/2014 do CNJ, com resultado negativo para o CPF/MF da Outorgante nos termos do código HASH nº 7464.ad3b.8f70.3452.7f1b.b7d4.1e58.b72b.d007.335f. E assim disse do que dou fê, lhes fiz este instrumento, que lido e achado conforme, vai devidamente assinado por duas testemunhas que são: seus primos Edilson da Silva, brasileiro, divorciado, filho de Juvenal Antônio da Silva e Maria Madalena da Silva, comerciante, portador da CNH nº 01451686001-DETRAN/AL onde consta a Carteira de Identidade nº 767591-SSP/AL, inscrito no CPF/MF nº 469.115.374-87, residente e domiciliado na Rua Boa Vista, nº 256 - Centro, nesta cidade de Maceió/AL.; Edilson Santos Silva, brasileiro, solteiro, filho de Edilson da Silva e Nadja Maria Ferreira dos Santos, motorista, portador da CNH nº 04431050871-DETRAN/AL onde consta a Carteira de Identidade nº 2002004144567-SSP/AL, inscrito no CPF/MF nº 068.378.924-44, residente e domiciliado no Conjunto Rosane Colior, Quadra L, nº 25 - Clima I, nesta cidade de Maceió/AL. E a pedido da Outorgante por ser analfabeta, assina a rogo sua prima Erika Larrissa Cassiano da Silva, brasileira, solteira, filha de Edmilson Cassiano da Silva e Maria Vanusa da Silva, estudante, portadora da Carteira de Identidade nº 34729062-SEDS/AL, inscrita no CPF/MF nº 102.074.854-02, residente e domiciliada no Condomínio Jardim das Palmeiras, Quadra T, nº 13, Conjunto Eustáquio Gomes de Melo, Cidade Universitária, nesta cidade de Maceió/AL. Eu, Maria da Conceição Teixeira Tavares, auxiliar de cartório que a digitei. E eu, CELSO SARMENTO PONTES DE MIRANDA, Tabelião que subscrevi. Em testo da verdade. Maceió, 15 de janeiro de 2021. (ass): EDILSON DA SILVA; EDEILSON SANTOS SILVA; a rogo ERIKA LARRISSA CASSIANO DA SILVA; CELSO SARMENTO PONTES DE MIRANDA. Traslada em ato contínuo a que me reporto e está conforme com o original. Eu,

Maceió, 15 de janeiro de 2021.  
Em testo da verdade.

Primeiro (1º) Tabelião Público de Notas















REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE ALAGOAS

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

MAIO ELORO DOBAGATOR

Polegar Direito

Maria Vanusa da Silva

24/11/2015

1188074

MARIA VANUSA DA SILVA

JUVENAL ANTONIO DA SILVA

MARIA MADALENA DA SILVA

NACIONALIDADE

MACETÔ - AL

CERTO CAS AVERB DIVORCIO 11739 FLS 217V LIV 823

6 D OF MACETÔ - AL

648.486.634-15

2 VTA

15/01/1972

DATA DE NASCIMENTO

MARIA MADALENA CARDOSO DA SILVA


PROFESSOR ASSAL NO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO


LEI Nº 7.115 DE 28/08/43

P 300





		<b>SEMEC - PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ</b> <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA - SEMEC</b> <b>DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL - D.A.M MENSAL</b>				
Contribuinte <b>MONICA MARIA DA SILVA</b>						D.A.M. <b>62195233 / 2019</b>
CPF/CNPJ	Inscrição / C.M.C.	Tributos	Referência	Vencimento	Nosso Número	
729.686.214-91	901445866	TAXAS / ENC. PECUNIÁRIOS 2019	Parc. Única	10/02/2019	31000000066776083	
Endereço de Correspondência Logradouro: RUA DR ANTÔNIO NUNES LEITE Bairro: BEBEDOURO Complemento: <i>CAE</i>						Número: S/M Cep: 57.000-000 Lote: Quadra:
BOX MB LB 0011, 0012, 0013 - 01/2019						
TAXAS PERMISSIVAS F. E MERCADOS		59,03				
TSA:		0,00	Valor R\$ 59,03			
DESCONTO:		0,00				
Total:		59,03				
81690000000-0 59032485201-1 90210310000-1 00066776083-9						Autenticação:

		<b>SEMEC - PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ</b> <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA - SEMEC</b> <b>DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL - D.A.M MENSAL</b>			
Contribuinte <b>MONICA MARIA DA SILVA</b>					
CPF/CNPJ	Inscrição / C.M.C.	Tributos	Referência	Vencimento	Nosso Número
729.686.214-91	901445866	TAXAS / ENC. PECUNIÁRIOS 20	Parc. Única	10/02/2019	31000000066776083
RUA DR ANTÔNIO NUNES LEITE, Número: S/M, Quadra: , Lote: - CEP: 57.000-000 Bairro: BEBEDOURO BOX MB LB 0011, 0012, 0013 - 01/2019					
TAXAS PERMISSIVAS F. E MERCADOS		59,03			
TSA:		0,00			
DESCONTO:		0,00			
			Total a Pagar:		
			59,03		
Instruções: LOCAIS PARA PAGAMENTO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, SANTANDER, BRADESCO, ITAU, BANCO DO BRASIL, SICREDI, LOTERIAS, MULTIBANK E CORREIOS. EMITA SUA SEGUNDA VIA E OUTROS SERVIÇOS EM WWW.ONLINE.MACEIO.AL.GOV.BR					

Ficha de Compensação - Autenticação Mecânica

81690000000-0 59032485201-1 90210310000-1 00066776083-9



13



**SEMEC - PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA - SEMEC**

**DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL - D.A.M MENSAL**



Perdeu o prazo do DAM? Emita automaticamente através do QR CODE

<b>Contribuinte</b> <b>MONICA MARIA DA SILVA</b>				<b>D.A.M.</b> <b>62336585 / 2019</b>	
<b>CPF/CNPJ</b> 729.686.214-91	<b>Inscrição / C.M.C.</b> 901445866	<b>Tributos</b> TAXAS / ENC. PECUNIÁRIOS 2019	<b>Referência</b> Parc. Única	<b>Vencimento</b> 20/03/2019	<b>Nosso Número</b> 31000000067112516
<b>Endereço de Correspondência</b> <b>Logradouro:</b> RUA DR ANTÔNIO NUNES LEITE <b>Bairro:</b> BEBEDOURO			<b>Complemento:</b> <b>Número:</b> S/M <b>Cep:</b> 57.000-000 <b>Lote:</b> <b>Quadra:</b>		
BOX:MB.LB-MB.0011 BOX:MB.LB-MB.0012 BOX:MB.LB-MB.0013 MÊS:02/2019					
TAXAS PERMISSIVAS F. E MERCADOS		59,03	<b>Valor R\$ 59,03</b>		
TSA:		0,00			
DESCONTO:		0,00			
<b>Total:</b>		<b>59,03</b>	Emissão: 28/02/2019 Usuário: 9503250		
81660000000-3 59032485201-1 90320310000-8 00067112516-9				Autenticação:	

Comprovante de transação  
24/07/2019 às 16h17  
Agente: 10124033  
ID da Ordem: 181 - 1  
NSU: 65137  
Descrição: Prefeitura  
Código de barras: 8164000000-5  
59032485201-1 90724310000-1  
00068627272-5  
Vencimento: 24/07/2019  
Valor do documento: R\$ 59,03  
Recibo válido como comprovante de  
transação.  
Pagamento realizado através do convenio em  
Um RecargaPay e o Banco Redimento S.A  
Emissor a qualquer momento no seu  
historial da sua conta RecargaPay.

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA - SEMEC

DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL - D.A.M MENSAL



Perdeu o prazo do DAM? Emita automaticamente através do QR CODE

D.A.M.

62508115 / 2019

CPF / C.M.C.	Tributos	Referência	Vencimento	Nosso Número
901445866	TAXAS / ENC. PECUNIÁRIOS 2019	Parc. Única	24/07/2019	31000000068627272

SITE

Complemento:

Número: S/M

Lote:

Cep: 57.000-000

Quadra:

BOX: MB.LB.MB-0011 - MÊS:06/2019  
BOX: MB.LB.MB-0012 - MÊS:06/2019  
BOX: MB.LB.MB-0013 - MÊS:06/2019

TAXAS PERMISSIVAS F. E MERCADOS 59,03  
TSA: 0,00  
DESCONTO: 0,00  
**Total: 59,03**

Valor R\$ 59,03

Emissão: 08/07/2019 Usual: 0

81640000000-5 59032485201-1 90724310000-1 00068627272-5

Autenticação:



## SEMEC - PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA - SEMEC

DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL - D.A.M MENSAL

Contribuinte

MONICA MARIA DA SILVA

CPF/CNPJ	Inscrição / C.M.C.	Tributos	Referência	Vencimento	Nosso Número
729.686.214-91	901445866	TAXAS / ENC. PECUNIÁRIOS 20	Parc. Única	24/07/2019	31000000068627272

RUA DR ANTÔNIO NUNES LEITE, Número: S/M, Quadra: , Lote: - CEP: 57.000-000 Bairro: BEBEDOURO

BOX: MB.LB.MB-0011 - MÊS:06/2019

BOX: MB.LB.MB-0012 - MÊS:06/2019

BOX: MB.LB.MB-0013 - MÊS:06/2019

TAXAS PERMISSIVAS F. E MERCADOS 59,03 TSA: 0,00 DESCONTO: 0,00

**Total a Pagar: 59,03**

Instruções:

LOCAIS PARA PAGAMENTO:

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, SANTANDER, BRADESCO, ITAU,

BANCO DO BRASIL, SICREDI, LOTERIAS, MULTIBANK E CORREIOS.

EMITA SUA SEGUNDA VIA E OUTROS SERVIÇOS EM

WWW.ONLINE.MACEIO.AL.GOV.BR

Ficha de Compensação - Autenticação Mecânica

81640000000-5 59032485201-1 90724310000-1 00068627272-5





23/03/2018 - BANCO DO BRASIL - 10:21:09  
318303183 0001

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

CLIENTE: PAULO SERGIO DA SILVA  
AGENCIA: 3183-6 CONTA: 13.567-4

BANCO DO BRASIL

00190000090236738000900337165187974590000005903  
NR. DOCUMENTO 32.302  
NOSSO NUMERO 23673800000337165  
CONVENIO 02367380

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIO  
AG/COD. BENEFICIARIO 3557/00006999  
DATA DE VENCIMENTO 12/03/2018  
DATA DO PAGAMENTO 23/03/2018  
VALOR DO DOCUMENTO 59,03  
JUROS/MULTA 0,26  
VALOR COBRADO 59,29

NR. AUTENTICACAO 8.B0B.F44.6BA.17F.249

0009 02367.380009 00337.165187 9 74590000005903

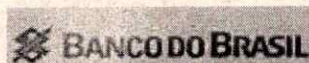
Agência/Código do Cedente	Espécie	Quantidade	Nosso número
3557-2 / 00006999-X	R\$	1	23673800000337165-5
Vencimento			Valor documento
10/03/2018			59,03
(+) Outros acréscimos			(=) Valor cobrado

MONICA MARIA DA SILVA - Box: MB.LB-MB.0011 - Box: MB.LB-MB.0012 - Box: MB.LB-MB.0013 - Mês: 2/2018 - 729.686.214-91  
CONJ. PORTAL DO RENASCER, 014 QD. L - FORENE,

Demonstrativo

Autenticação mecânica

Corte na linha pontilhada



001-9

00190.00009 02367.380009 00337.165187 9 74590000005903

Local de pagamento QUALQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO					Vencimento 10/03/2018
Cedente SEC. MUN. DE TRAB., ABAST. E ECON. SOLIDÁRIA					Agência/Código cedente 3557-2 / 00006999-X
Data do documento 01/03/2018	Nº documento 0000337165	Espécie doc. R\$	Aceite S	Data processamento	Nosso número 23673800000337165-5
Uso do banco	Carteira 18	Espécie 9	Quantidade 1	Valor Documento 59,03	(=) Valor documento 59,03
Instruções (Texto de responsabilidade do cedente) VALORIZE SEU BOX, PAGUE SEU BOLETO EM DIA. TAXA BANCARIA - R\$ 3,53. SR. CAIXA APÓS DEZ DIAS DO VENCIMENTO COBRAR JUROS DE 5% AO MÊS. EM CASO DE DUVIDA ENTRE EM CONTATO COM A SEMTABES - 82 3315-6213. EMITIDO PELO SISTEMA SEMTABES. RENOVE SUA TPRU A CADA DOIS ANOS.					(-) Desconto/Abatimentos
					(-) Outras deduções
					(+) Mora/Multa
					(+) Outros acréscimos
Sacado MONICA MARIA DA SILVA - Box: MB.LB-MB.0011 - Box: MB.LB-MB.0012 - Box: MB.LB-MB.0013 - Mês: 2/2018 - 729.686.214-91 CONJ. PORTAL DO RENASCER, 014 QD. L - FORENE,					(=) Valor cobrado
					Cód. baixa

Sacador/Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de Compensação



Corte na linha pontilhada



REPÚBLICA FEDERATIVA: DO BRASIL

ESTADO DE ALAGOAS  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PERÍCIA OFICIAL - POAL  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DEL MARIO PEDRO DOS SANTOS

Polgar Direito

Assinatura do Titular  
*Maria da Silva*

ASSINATURA DO TITULAR  
CARTEIRA DE IDENTIDADE

COPIA DO REGISTRO - 1983/1984

ALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 977383

NOME MONICA MARIA DA SILVA

FILIAÇÃO JOSÉ LAURINDO DA SILVA  
MARIA JOSÉ DA SILVA

NATURALIDADE MACEIÓ - AL

DDC ORIGEM CERTD CAS 27523 FLS 18 LIV 875  
6 D OF MACEIÓ - AL

CPF 729.686.214-91

2 VIA

DATA DE EXPEDIÇÃO 16/07/2018

DATA DE NASCIMENTO 05/05/1967




P 300


RONERY PRESIDENTE DE ARRUDA NASCIMENTO  
SUPLENTE INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

LEI Nº 7.116 DE 29/09/83

COPIA DO REGISTRO - 1983/1984

Rubrica do Responsável: _____ Reintegrado ao Serviço Postal em: _____ Motivo: _____	PARA USO DOS CORREIOS 01 - MUDANÇA 02 - ENDEREÇO INSUFICIENTE 03 - NÃO EXISTE N.º INDICADO 04 - FALSO 05 - DESCONHECIDO 06 - REUSADO 07 - AUSENTE 08 - NÃO PROCURADO 10 - OBJETO DANIFICADO 11 - END. DESCONHECIDO NA LOCALIDADE 12 - FALTA COMPLEMENTO (COLETA/GU) 13 - CAIXA POSTAL OCUPADA
---	---

 <p><b>FAC</b> 9912300997/2012-DR/SPM BVS Correios</p>	 <p>Devolução Eletrônica Correios</p>
 <p>CTC RECIFE PE PL6 MONICA MARIA DA SILVA R PEDRO BELTRAO 36 BEBEDOURO 57018-045 MACEIO-AL</p> <p>DATA DE POSTAGEM: 28/10/2020</p>	

 <p>72 12246682 07569 00000317703 0 281020</p>	<p>DEVOÇÃO ELETRÔNICA</p> <p>Av. Tamboré, 267, Torre Sul Tamboré 06460-000 Barueri SP</p>
--	---



## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** MONICA MARIA DA SILVA, Brasileira,  
casada, comerciante, portador de CPF 729.686.214-91 e Carteira de  
Identidade 977.383, residente na R. Pedro Beltrão - Nº 36 -  
Bebedouro - Maceió/AL telefone: (82) 99940-5043.

**OUTORGADO:** **BRUNO GABRIEL DE ARAÚJO**, advogado, devidamente inscrito na OAB/AL - 12385, com escritório profissional na Rua Hilda Pereira Monte, 11-D, Petrópolis, Maceió/AL.

**PODERES:** Os poderes das cláusulas "AD JUDICIA" e "EXTRA" para o foro em geral, com o fim de defender todos os direitos e interesses do outorgante, podendo transigir, desistir, fazer acordos, discordar, concordar, passar recibos, dar e receber quitação, apresentar, juntar e desembaraçar documentos, papéis, recibos e guias, interpor e seguir recursos até Superior instância e finalmente praticar e requerer todos os demais atos necessários ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes. Em especial, os poderes para representar em ações judiciais e procedimentos extrajudiciais em face da Braskem e Entes Públicos, para indenização dos danos causados ao imóvel e atividade econômica do outorgante, bem como os danos imateriais às pessoas dos morador e/ou empreendedor.

a. No procedimento extrajudicial serão devidos honorários ao Outorgado no percentual de 15% (quinze por cento) de todo o proveito econômico obtido, a serem pagos pelo outorgante no momento da indenização, sendo passível de retenção pela entidade pagadora e repasse diretamente ao Advogado.

b. Os honorários sucumbenciais serão devidos ao Advogado, bem como qualquer remuneração de natureza honorária prevista em Termo de Ajustamento de Conduta, ou outro acordo celebrado entre as partes.

c. Caso seja a opção pela via Judicial, o outorgante acede em pagar aos advogados contratados, honorários correspondentes a 20% (vinte por cento) do total bruto da ação deferido com as devidas atualizações apuradas em procedimento de execução, até final pagamento.

d. Caberá à parte contratante o pagamento das custas e despesas que forem necessárias ao bom e rápido andamento da ação, bem como fornecer os documentos que os advogados ora contratados lhe solicitar.

e. havendo desistência após ajuizado o feito, ou composição amigável entre autor(a) e ré(u), os honorários continuarão devidos no mesmo percentual previamente acordado, neste caso, respectivamente, sobre o valor da causa ou sobre o valor bruto pactuado na composição amigável.

f. Aplicam-se as demais condições do estatuto da advocacia.

g. As partes contratantes elegem o foro da Cidade de Maceió/AL, para dirimir qualquer ação oriunda deste contrato.

Maceió, 15 / 10 / 2020

\* Monica Maria da Silva



23/03/2018 - BANCO DO BRASIL - 10:17:37  
318303183 0001

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

CLIENTE: PAULO SERGIO DA SILVA  
AGENCIA: 3183-6 CONTA: 13.567-4

BANCO DO BRASIL

00190000090236738000900337173181674590000006553  
NR. DOCUMENTO 32.301  
NOSSO NUMERO 23673800000337173  
CONVENIO 02367380  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIO 3557/00006999  
AG/COD. BENEFICIARIO 12/03/2018  
DATA DE VENCIMENTO 23/03/2018  
DATA DO PAGAMENTO 65,53  
VALOR DO DOCUMENTO 0,28  
JUROS/MULTA 65,81  
VALOR COBRADO

NR. AUTENTICACAO 6.56D.419.B27.115.39D

00009 02367.380009 00337.173181 6 74590000006553

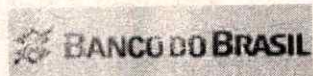
Agência/Código do Cedente	Espécie	Quantidade	Nosso número
3557-2 / 00006999-X	R\$	1	23673800000337173-6
Vencimento		Valor documento	
-80 10/03/2018		65,53	
Ita (+) Outros acréscimos		(=) Valor cobrado	

Sacado ANUNCIADO DOS SANTOS - Box: MB.LEX-MB.0003 - Mês: 2/2018 - 376.723.984-15  
CONJ. RES. PADRE PINHO I, S/N - BEBEDOURO,

Demonstrativo

Autenticação mecânica

Corte na linha pontilhada



001-9

00190.00009 02367.380009 00337.173181 6 74590000006553

Local de pagamento QUALQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO					Vencimento 10/03/2018
Cedente SEC. MUN. DE TRAB., ABAST. E ECON. SOLIDÁRIA					Agência/Código cedente 3557-2 / 00006999-X
Data do documento 01/03/2018	Nº documento 0000337173	Espécie doc. R\$	Aceite S	Data processamento	Nosso número 23673800000337173-6
Uso do banco	Carteira 18	Espécie 9	Quantidade 1	Valor Documento 65,53	(=) Valor documento 65,53
Instruções (Texto de responsabilidade do cedente) VALORIZE SEU BOX, PAGUE SEU BOLETO EM DIA. TAXA BANCARIA - R\$ 3,53. SR. CAIXA APÓS DEZ DIAS DO VENCIMENTO COBRAR JUROS DE 5% AO MÊS. EM CASO DE DUVIDA ENTRE EM CONTATO COM A SEMTABES - 82 3315-6213. EMITIDO PELO SISTEMA SEMTABES. RENOVE SUA TPRU A CADA DOIS ANOS.					(-) Desconto/Abatimentos
					(-) Outras deduções
					(+) Mora/Multa
					(+) Outros acréscimos
					(=) Valor cobrado
Sacado ANUNCIADO DOS SANTOS - Box: MB.LEX-MB.0003 - Mês: 2/2018 - 376.723.984-15- CONJ. RES. PADRE PINHO I, S/N - BEBEDOURO,					Cód. baixa



Sacador/Avalista


Autenticação mecânica - Ficha de Compensação



Corte na linha pontilhada





		<b>SEMEC - PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ</b> <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA - SEMEC</b> <b>DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL - D.A.M MENSAL</b>				
Contribuinte <b>ANUNCIADO DOS SANTOS</b>						D.A.M. <b>62429455 / 2019</b>
CPF/CNPJ	Inscrição / C.M.C.	Tributos	Referência	Vencimento	Nosso Número	
376.723.984-15	901447383	TAXAS / ENC. PECUNIÁRIOS 2019	Parc. Única	01/06/2019	31000000068419169	
Endereço de Correspondência Logradouro: RUA DR ANTÔNIO NUNES LEITE Bairro: BEBEDOURO Complemento: Número: S/M Cep: 57.000-000 Lote: Quadra: MÊS 01/2019 MB.LEX3 <i>NR AUT. 4.182. CLS. ABB. 208. 981</i> <i>03/06/19 B.B. RS 65,53 PJ</i>						
TAXAS PERMISSIVAS F. E MERCADOS		65,53				
TSA:		0,00	Valor R\$ 65,53			
DESCONTO:		0,00				
<b>Total:</b>		<b>65,53</b>				
81630000000-6 65532485201-2 90601310000-1 00068419169-5						Autenticação:


		<b>SEMEC - PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ</b> <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA - SEMEC</b> <b>DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL - D.A.M MENSAL</b>			
Contribuinte <b>ANUNCIADO DOS SANTOS</b>					
CPF/CNPJ	Inscrição / C.M.C.	Tributos	Referência	Vencimento	Nosso Número
376.723.984-15	901447383	TAXAS / ENC. PECUNIÁRIOS 20	Parc. Única	01/06/2019	31000000068419169
RUA DR ANTÔNIO NUNES LEITE, Número: S/M, Quadra: , Lote: - CEP: 57.000-000 Bairro: BEBEDOURO MÊS 01/2019 MB.LEX3 TAXAS PERMISSIVAS F. E MERCADOS 65,53 TSA: 0,00 DESCONTO: 0,00 <b>Total a Pagar: 65,53</b>					
Instruções: LOCAIS PARA PAGAMENTO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, SANTANDER, BRADESCO, ITAU, BANCO DO BRASIL, SICREDI, LOTERIAS, MULTIBANK E CORREIOS. EMITA SUA SEGUNDA VIA E OUTROS SERVIÇOS EM WWW.ONLINE.MACEIO.AL.GOV.BR					

Ficha de Compensação - Autenticação Mecânica

81630000000-6 65532485201-2 90601310000-1 00068419169-5





		<b>SEMEC - PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ</b> <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA - SEMEC</b> <b>DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL - D.A.M MENSAL</b>				
Contribuinte <b>ANUNCIADO DOS SANTOS</b>						D.A.M. <b>62429457 / 2019</b>
CPF/CNPJ	Inscrição / C.M.C.	Tributos	Referência	Vencimento	Nosso Número	
376.723.984-15	901447383	TAXAS / ENC. PECUNIÁRIOS 2019	Parc. Única	01/06/2019	31000000068419171	
Endereço de Correspondência Logradouro: RUA DR ANTÔNIO NUNES LEITE Bairro: BEBEDOURO Complemento:						Número: S/M Cep: 57.000-000 Lote: Quadra:
MÊS 02/2019 MB.LEX3						NR.AUT. 9.386. FAZ. 6AB. 9AF. 0C2 03/06/19 R\$ 65,53 Pj B. BRASIL
TAXAS PERMISSIVAS F. E MERCADOS		65,53				
TSA:		0,00	Valor R\$ 65,53			
DESCONTO:		0,00				
<b>Total:</b>		<b>65,53</b>	Emissão: 02/05/2019 Usuário: 0			
81690000000-0 65532485201-2 90601310000-1 00068419171-1					Autenticação:	


		<b>SEMEC - PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ</b> <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA - SEMEC</b> <b>DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL - D.A.M MENSAL</b>			
Contribuinte <b>ANUNCIADO DOS SANTOS</b>					
CPF/CNPJ	Inscrição / C.M.C.	Tributos	Referência	Vencimento	Nosso Número
376.723.984-15	901447383	TAXAS / ENC. PECUNIÁRIOS 20	Parc. Única	01/06/2019	31000000068419171
RUA DR ANTÔNIO NUNES LEITE, Número: S/M, Quadra: , Lote: - CEP: 57.000-000 Bairro: BEBEDOURO MÊS 02/2019 MB.LEX3					
TAXAS PERMISSIVAS F. E MERCADOS		65,53	TSA: 0,00		
			DESCONTO: 0,00		
<b>Total a Pagar:</b>					<b>65,53</b>
Instruções: LOCAIS PARA PAGAMENTO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, SANTANDER, BRADESCO, ITAU, BANCO DO BRASIL, SICREDI, LOTERIAS, MULTIBANK E CORREIOS. EMITA SUA SEGUNDA VIA E OUTROS SERVIÇOS EM WWW.ONLINE.MACEIO.AL.GOV.BR					

Ficha de Compensação - Autenticação Mecânica

81690000000-0 65532485201-2 90601310000-1 00068419171-1



		<b>SEMEC - PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ</b> <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA - SEMEC</b> <b>DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL - D.A.M MENSAL</b>				
Contribuinte <b>ANUNCIADO DOS SANTOS</b>						D.A.M. <b>62429458 / 2019</b>
CPF/CNPJ	Inscrição / C.M.C.	Tributos	Referência	Vencimento	Nosso Número	
376.723.984-15	901447383	TAXAS / ENC. PECUNIÁRIOS 2019	Parc. Única	01/06/2019	31000000068419173	
Endereço de Correspondência Logradouro: RUA DR ANTÔNIO NUNES LEITE Bairro: BEBEDOURO Complemento: Número: S/M Cep: 57.000-000 Lote: Quadra:						
MÊS 03/2019 MB.LEX3 <i>NR AUT. 3. AIT. 315. 992. 205 113</i> <i>RG 65.53 - B. BRASIL. 03/06/2019. PJ</i>						
TAXAS PERMISSIVAS F. E MERCADOS		65,53				
TSA:		0,00	Valor R\$ 65,53			
DESCONTO:		0,00				
<b>Total:</b>		<b>65,53</b>				
81650000000-4 65532485201-2 90601310000-1 00068419173-7						Autenticação:

		<b>SEMEC - PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ</b> <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA - SEMEC</b> <b>DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL - D.A.M MENSAL</b>			
Contribuinte <b>ANUNCIADO DOS SANTOS</b>					
CPF/CNPJ	Inscrição / C.M.C.	Tributos	Referência	Vencimento	Nosso Número
376.723.984-15	901447383	TAXAS / ENC. PECUNIÁRIOS 20	Parc. Única	01/06/2019	31000000068419173
RUA DR ANTÔNIO NUNES LEITE, Número: S/M, Quadra: , Lote: - CEP: 57.000-000 Bairro: BEBEDOURO MÊS 03/2019 MB.LEX3 TAXAS PERMISSIVAS F. E MERCADOS 65,53 TSA: 0,00 DESCONTO: 0,00					
<b>Total a Pagar:</b>					<b>65,53</b>
Instruções: LOCAIS PARA PAGAMENTO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, SANTANDER, BRADESCO, ITAU, BANCO DO BRASIL, SICREDI, LOTERIAS, MULTIBANK E CORREIOS. EMITA SUA SEGUNDA VIA E OUTROS SERVIÇOS EM WWW.ONLINE.MACEIO.AL.GOV.BR					

Ficha de Compensação - Autenticação Mecânica

81650000000-4 65532485201-2 90601310000-1 00068419173-7





Comprovante de transação  
24/07/2019 às 16h17  
Agente: 10124033  
ID da Ordem: 181735540  
NSU: 65079  
Descrição: Prefeituras  
Codigo de barras: 8162000000-7  
65532485201-2 90724310000-1  
00068627933-2  
Vencimento: 24/07/2019  
Valor do documento: R\$ 65,53  
Recibo válido como comprovante de  
transação.  
Pagamento realizado através do pagamento em  
RecargaPay e o Banco Redimento S.A.  
pode a qualquer momento no seu  
histórico da sua conta RecargaPay

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

MUNICIPAL DE ECONOMIA - SEMEC

ARRECAÇÃO MUNICIPAL - D.A.M MENSAL



Perdeu o prazo do DAM? Emita automaticamente através do QR CODE

D.A.M.

62508630 / 2019

o / C.M.C.	Tributos	Referência	Vencimento	Nosso Número
901447383	TAXAS / ENC. PECUNIÁRIOS 2019	Parc. Única	24/07/2019	31000000068627933

ITE

Complemento:

Número: S/M

Lote:

Cep: 57.000-000

Quadra:

BOX: MB.LEX.MB-0003 - MÊS:06/2019

TAXAS PERMISSIVAS F. E MERCADOS	65,53	
TSA:	0,00	Valor R\$ 65,53
DESCONTO:	0,00	
<b>Total:</b>	<b>65,53</b>	

Emissão: 05/07/2019 Usucine: 0

81620000000-7 65532485201-2 90724310000-1 00068627933-2

Autenticação:



## SEMEC - PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA - SEMEC

DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL - D.A.M MENSAL

Contribuinte

ANUNCIADO DOS SANTOS

CPF/CNPJ	Inscrição / C.M.C.	Tributos	Referência	Vencimento	Nosso Número
376.723.984-15	901447383	TAXAS / ENC. PECUNIÁRIOS 20	Parc. Única	24/07/2019	31000000068627933

RUA DR ANTÔNIO NUNES LEITE, Número: S/M, Quadra: , Lote: - CEP: 57.000-000 Bairro: BEBEDOURO  
BOX: MB.LEX.MB-0003 - MÊS:06/2019

TAXAS PERMISSIVAS F. E MERCADOS 65,53 TSA: 0,00 DESCONTO: 0,00

**Total a Pagar: 65,53**

Instruções:

LOCAIS PARA PAGAMENTO:

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, SANTANDER, BRADESCO, ITAU,  
BANCO DO BRASIL, SICREDI, LOTERIAS, MULTIBANK E CORREIOS.  
EMITA SUA SEGUNDA VIA E OUTROS SERVIÇOS EM  
WWW.ONLINE.MACEIO.AL.GOV.BR

Ficha de Compensação - Autenticação Mecânica

81620000000-7 65532485201-2 90724310000-1 00068627933-2



## Recibo

Eu Anunciado Lopes dos Santos portador da carteira de Identidade 287.618, proprietário da loja LEX 03 (lanchonete Bom Jesus), localizada na Rua Dr Antônio Nunes Leite- Bebedouro, recebi a quantia no valor 3.500,00 (TRÊS MIL E QUINHENTOS) da senhora Mônica Maria da Silva portadora da identidade 977.383, referente a venda da loja acima citada.

Testemunha: Glauceide Santana da Silva  
 Comprador: Mônica Maria da Silva  
 Vendedor: Anunciado Lopes dos Santos

Maceió 22 de Janeiro de 2014



## Acordo

Eu Mônica Maria da Silva portadora da CI 977.383, estou ciente de que irei pagar os impostos atrasados da loja 03 (lanchonete Bom Jesus) localizada em bebedouro, no total de dezenove meses. Firmado o acordo entre mim e o senhor Anunciado Lopes dos Santos, eu assumindo assim esta dívida acima citada.

Testemunha: Gilvaneide Santana da Silva

Comprador: Mônica Maria da Silva

Vendedor: Anunciado Lopes dos Santos


ALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL 977383	DATA DE EXPEDIÇÃO 16/07/2018
NOME MONICA MARIA DA SILVA	
FILIAÇÃO JOSÉ LAURINDO DA SILVA	
MATERIA JOSÉ DA SILVA	
NATURALIDADE MACÉIO - AL	DATA DE NASCIMENTO 05/05/1967
CERTIDÃO DAS 27523 FLS 18 LIV B75	
6.0 OF MACÉIO - AL	
729.686.214-91	
2 VIA	P 308
RONEVEMPRESENÇA DE ASSINATURA E CARTEIRA DE IDENTIDADE	
LEI Nº 7.116 DE 28/03/83	

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
ESTADO DE ALAGOAS	
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA	
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DEL MARIO PEDRO DOS SANTOS	
	
Polegar Direito	
ASSINATURA DO TITULAR	
CARTEIRA DE IDENTIDADE	




Reintegrado ao Serviço Postal em: _____	07 - AUSENTE <input type="checkbox"/>	01 - MUDOU-SE <input type="checkbox"/>
Rubrica do Responsável: _____	08 - NÃO PROCURADO <input type="checkbox"/>	02 - ENDEREÇO INSUFICIENTE <input type="checkbox"/>
Matrícula: _____	10 - OBJETO DANIFICADO <input type="checkbox"/>	03 - NÃO EXISTE Nº. INDICADO <input type="checkbox"/>
	11 - END. DESCONHECIDO NA LOCALIDADE <input type="checkbox"/>	04 - FALCIDO <input type="checkbox"/>
	12 - FALTA COMPLEMENTO (COLETA/GU) <input type="checkbox"/>	05 - DESCONHECIDO <input type="checkbox"/>
	13 - CAIXA POSTAL CANCELADA <input type="checkbox"/>	06 - RECUSADO <input type="checkbox"/>


PARA USO DOS CORREIOS



9912300997/2012-DR/SPM  
BVS  
Correios




Devolução Eletrônica  
Correios



CTC RECIFE PE PL6  
MONICA MARIA DA SILVA  
R PEDRO BELTRAO 36  
BEBEDOURO  
57018-045 MACEIO AL

DATA DE POSTAGEM: 28/10/2020



72 12246662 075668 000000031770 3 0 281020

DEVOÇÃO ELETRÔNICA

Av. Tamboré, 267, Torre Sul

Tamboré

06460-000 Barueri SP





Praca São Antônio, 120 - P. Grossa  
Maceió-AL - Fone 3223-5131  
CNPJ 06.811.224/0001-17  
Maria Rosinete R. de Oliveira -  
Márcia M. Rodrigues - Substituto  
Erica R. R. Ferreira - Escrevente Autorizada

República Federativa do Brasil  
Registro Civil das Pessoas Naturais

**CERTIDÃO DE CASAMENTO**

NOME:

**PAULO SERGIO DA SILVA  
MONICA MARIA DA SILVA**

MATRÍCULA:

**004028 01 55 2012 2 00075 018 0027523 88**

NOMES COMPLETOS DE SOLTEIRO, DATAS E LOCAIS DE NASCIMENTO, NACIONALIDADE E FILIAÇÃO DOS CÔNJUGES	
PAULO SERGIO DA SILVA, nacionalidade brasileira, profissão AGENTE ADMINISTRATIVO, nascido em Maceió, Estado de Alagoas, a 2 de novembro de 1967, filho de OTAVIO PAULO DA SILVA e MARIA ANA DA SILVA	MONICA MARIA DA SILVA, nacionalidade brasileira, profissão COMERCIANTE, nascida em Maceió, Estado de Alagoas, a 5 de maio de 1967, filha de JOSE LAURINDO DA SILVA e MARIA JOSE DA SILVA

DATA DO REGISTRO DO CASAMENTO POR EXTENSO -

Vinte e cinco de janeiro de dois mil e doze

DIA  
25

MÊS  
01

ANO  
2012

REGIME DE BENS DO CASAMENTO -

Comunhão Parcial de Bens

NOME QUE CADA UM DOS CÔNJUGES PASSOU A UTILIZAR (QUANDO HOUVER ALTERAÇÃO) -

PAULO SERGIO DA SILVA (O MESMO NOME) (ele) e MONICA MARIA  
DA SILVA (O MESMO NOME) (ela)

OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES

Ato registrado no livro B-75, às folhas 18, sob o n°  
27523.



O conteúdo da certidão é verdadeiro, dou fé.  
Maceió-AL, 25 de janeiro de 2012.

NOME DO OFÍCIO

6° Distrito de Maceió-AL

OFICIAL REGISTRADOR

Maria Rosinete R.R. de Oliveira

MUNICÍPIO/UF

Maceió-AL

ENDEREÇO

Praca Santo Antônio, 120,  
Ponta Grossa, Maceió-AL, Fone- (082-3223-5131)

AAA-Nº 209793



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTeira NACIONAL DE HABILITAÇÃO

PAULO SERGIO DA SILVA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF  
798286 SEDS AL

CPF 564.312.364-91 DATA NASCIMENTO 02/11/1967

FILIAÇÃO  
OTAVIO PAULO DA SILVA  
MARIA ANA DA SILVA

PERMISSÃO ACC CAT. HAB. B

Nº REGISTRO 01067043093 VALIDADE 09/04/2023 1ª HABILITAÇÃO 18/11/1999

OBSERVAÇÕES  
A

ASSINATURA DO PORTADOR  
Paulo Sergio da Silva

LOCAL MACEIO, AL DATA EMISSÃO 11/04/2018

ASSINATURA DO EMISSOR  
Antonio Carlos Gouveia  
Diretor Presidente

51144940419  
AL020547323

ALAGOAS

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 1563112578

PROIBIDO PLASTIFICAR 1563112578





COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS  
Rua Barão de Atalaia, 200 - Centro - Maceió - AL CEP 57.020-510  
C.N.P.J. 12.294.708/0001-81

\*\*\* FATURA \*\*\*

**CLIENTE/ENDEREÇO DE ENTREGA**  
PAULO SERGIO DA SILVA  
RUA PEDRO BELTRAO, 0036  
BEBEDOURO 57018-045

**MATRÍCULA**  
0000625205

**MES/ANO**  
09/2020

**RESPONSÁVEL**  
CPFC/CPF  
564.312.364-91

**Nº HIDRÔMETRO**  
Y101368147

DATA LEITURA	LEIT. ANTERIOR	LEIT. ATUAL	CONSUMO	MEDIA	CONS. RATEADO	INFORMAÇÕES ADICIONAIS
14/09	1424	1432	8	7	0	1R000032R

**ENDEREÇO DO IMÓVEL**  
CIDADE  
MACEIO SANEMA

SA	SE	ECONOMIAS	RES.	COM.	IND.	PUB.	SETOR	QUADRA	LOTE	SUBLOTE
3	1	1	0	0	0	0	017	0380	0029	000

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR
00	AGUA	49,70
Valor aproximado de tributos. 2,31 PIS e COFINS - Lei 43.741 de 2012		

**VENCIMENTO** 19/09/2020 **TOTAL A PAGAR** 49,70

AVISO: SUJEITO A CORTE APÓS O VENCIMENTO

**HISTORICO DE CONSUMO**

MES/ANO	LEITURA	OL	OC	CONSUMO	MES/ANO	LEITURA	OL	OC	CONSUMO
09/2019	1352	0	4	03/2020	1384	0	6		
10/2019	1357	0	5	04/2020	1391	0	7		
11/2019	1361	0	4	05/2020	1400	0	9		
12/2019	1367	0	6	06/2020	1410	0	10		
01/2020	1373	0	6	07/2020	1419	0	9		
02/2020	1378	0	5	08/2020	1424	0	5		

**QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA**

Nº AMOSTRAS	TURBIDEZ	COR	CLORO	PH	COLIF. TOTAIS	E. COL.
MÍNIMO EXIGIDO	77	24	77	24	77	77
REALIZADAS	122	122	77	122	122	122
QUE ATENDERAM A LEGISLAÇÃO	105	120	63	60	112	122
OBSERVAÇÃO						

**MSG/GENS:**  
MPAL#SUAATITUDE SALVA DENUNCIE A VIOLENCIA CONTRA A MULHER: 180

VIA USUÁRIO

03/09/2018

Comprovante de inscrição e de Situação Cadastral

# Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b> <b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>17.596.675/0001-48</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>19/02/2013</b>
NOME EMPRESARIAL <b>MONICA MARIA DA SILVA 72968621491</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>D&amp;E MERCADINHO</b>			PORTE <b>ME</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>47.12-1-00 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente</b> <b>47.23-7-00 - Comércio varejista de bebidas</b> <b>47.89-0-05 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários</b> <b>47.72-5-00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>213-5 - EMPRESARIO (INDIVIDUAL)</b>			
LOGRADOURO <b>R DOUTOR ANTONIO NUNES LEITE</b>		NÚMERO <b>s/n</b>	COMPLEMENTO
CEP <b>57.018-185</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>BEBEDOURO</b>	MUNICÍPIO <b>MACEIO</b>	UF <b>AL</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE <b>(32) 3352-3280</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>19/02/2013</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **03/09/2018** às **15:58:07** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar

Preparar Página  
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).  
[Analyze sua página](#)



# Certificado da Condição de Microempreendedor Individual

## Identificação

### Nome Empresarial

MONICA MARIA DA SILVA 72968621491

### Nome do Empresário

MONICA MARIA DA SILVA

### Nome Fantasia

D&E MERCADINHO

### Capital Social

7.000,00

### Nº da Identidade

977383

### Órgão Emissor

SSP

### UF Emissor

AL

### CPF

729.686.214-91

## Condição de Microempreendedor Individual

### Situação Cadastral Vigente

ATIVO

### Data de Início da Situação Cadastral Vigente

19/02/2013

## Números de Registro

### CNPJ

17.596.675/0001-48

### NIRE

27-8-0038592-9

## Endereço Comercial

### CEP

57018-185

### Logradouro

RUA DOUTOR ANTONIO NUNES LEITE s/n

### Número

### Bairro

BEBEDOURO

### Município UF

MACEIO AL

### Ponto de Referência

Proximo ao PAN Bebedouro

## Atividades

### Data de Início de Atividades

19/02/2013

### Código da Atividade Principal

47.12-1/00

### Descrição da Atividade Principal

Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns

### Código da Atividade Secundária

1 47.89-0/99

2 47.23-7/00

3 47.89-0/05

4 47.72-5/00

### Descrição da Atividade Secundária

Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente

Comércio varejista de bebidas

Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários

Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal

## Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Alvará de Licença e Funcionamento Provisório - declaração prestada no momento da inscrição:

Declaro, sob as penas da Lei, que conheço e atendo os requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município para emissão do Alvará de Licença e Funcionamento, compreendidos os aspectos sanitários, ambientais, tributários, de segurança pública, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos. O não-atendimento a esses requisitos acarretará o cancelamento deste Alvará de Licença e Funcionamento Provisório.

Este Certificado comprova as inscrições, alvará, licenças e a situação de enquadramento do empresário na condição de Microempreendedor Individual. A sua aceitação está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço:

14/05/2015

Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - Impressão

<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>

Certificado emitido com base na Resolução nº 16, de 17 de dezembro de 2009, do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM.

ATENÇÃO: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Para pesquisar a inscrição estadual e/ou municipal (quando convenientes do cadastro sincronizado nacional), informe os elementos abaixo no endereço eletrônico <http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/fcpj/consulta.asp>

Número do Recibo: ME82784391

Número do Identificador: 17596675000148

**Data de Emissão:**

14/05/2015



Rep.  
8169000

Convênio:

5.

e vencimento:

ção da

D.

Operação:

itativa: 0800 726 2492  
104

13

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

079-773793739-1

20/Mar/2019

HORA DE 17:37:43

LOT. 01.019419-3

TERM 030382

LOCALIDADE: MACEIO

AG. VINCULADA: 2391

CONTROLE: 003861834

COMPROVANTE DE PAGAMENTO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIO

VALOR DO PAGAMENTO: 59,03

816600000003 590324852011

903203100008 000671125169

ESTE RECIBO SUBSTITUI A AUTENTICAÇÃO MECÂNICA  
COMO COMPROVANTE DE PAGAMENTO DO DOCUMENTO  
IDENTIFICADO PELO NÚMERO ABAIXO

079-773793739-1

19 VIA

MUNICIPAL DE MACEIÓ

E ECONOMIA - SEMEC

MUNICIPAL - D.A.M MENSAL



Perdeu o prazo do DAM? Emita automaticamente através do QR CODE

D.A.M.

62336585 / 2019

Tributos	Referência	Vencimento	Nosso Número
/ ENC. PECUNIÁRIOS 2019	Parc. Única	20/03/2019	31000000067112516

lemento:

Número: S/M

Cep: 57.000-000

Lote:

Quadra:

-MB.0013 MÊS:02/2019

59,03

0,00

0,00

59,03

Valor R\$ 59,03

Emissão: 28/02/2019 Usuário: 9503250

Autenticação:

816600000003 590324852011 903203100008 000671125169

## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** NOEMIA VIANA DE SOUZA, BRASILEIRA,  
VIÚVA, COMERCIANTE, portador de CPF 383.958.944-49 e Carteira de  
 Identidade A10004 SSP/AL, residente na LOT. FRIOS, S/N. BAIRRO URBANO,  
UNIÃO DOS PALMARES/AL 54800-000 telefone: \_\_\_\_\_.

**OUTORGADO:** **BRUNO GABRIEL DE ARAÚJO**, advogado, devidamente inscrito na OAB/AL - 12385, com escritório profissional na Rua Hilda Pereira Monte, 11-D, Petrópolis, Maceió/AL.

**PODERES:** Os poderes das cláusulas "AD JUDICIA" e "EXTRA" para o foro em geral, com o fim de defender todos os direitos e interesses do outorgante, podendo transigir, desistir, fazer acordos, discordar, concordar, passar recibos, dar e receber quitação, apresentar, juntar e desembargar documentos, papéis, recibos e guias, interpor e seguir recursos até Superior instância e finalmente praticar e requerer todos os demais atos necessários ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes. Em especial, os poderes para representar em ações judiciais e procedimentos extrajudiciais em face da Braskem e Entes Públicos, para indenização dos danos causados ao imóvel e atividade econômica do outorgante, bem como os danos imateriais às pessoas dos morador e/ou empreendedor.

a. No procedimento extrajudicial serão devidos honorários ao Outorgado no percentual de 15% (quinze por cento) de todo o proveito econômico obtido, a serem pagos pelo outorgante no momento da indenização, sendo passível de retenção pela entidade pagadora e repasse diretamente ao Advogado.

b. Os honorários sucumbenciais serão devidos ao Advogado, bem como qualquer remuneração de natureza honorária prevista em Termo de Ajustamento de Conduta, ou outro acordo celebrado entre as partes.

c. Caso seja a opção pela via Judicial, o outorgante acede em pagar aos advogados contratados, honorários correspondentes a 20% (vinte por cento) do total bruto da ação deferido com as devidas atualizações apuradas em procedimento de execução, até final pagamento.

d. Caberá a parte contratante o pagamento das custas e despesas que forem necessárias ao bom e rápido andamento da ação, bem como fornecer os documentos que os advogados ora contratados lhe solicitar.

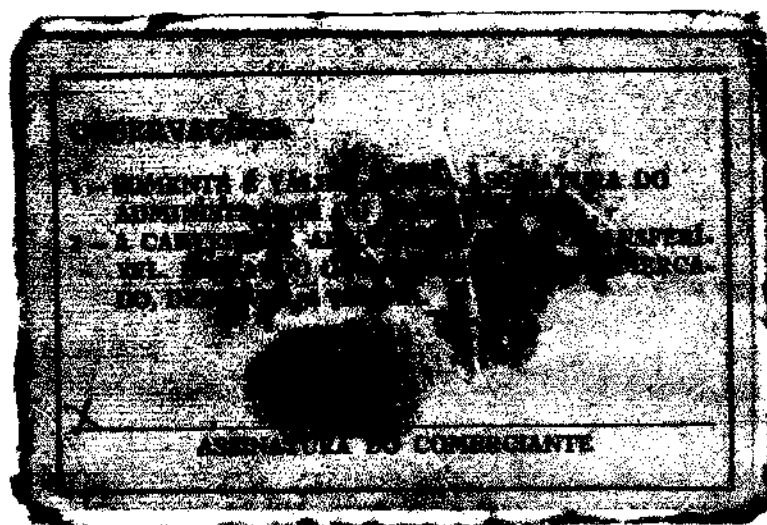
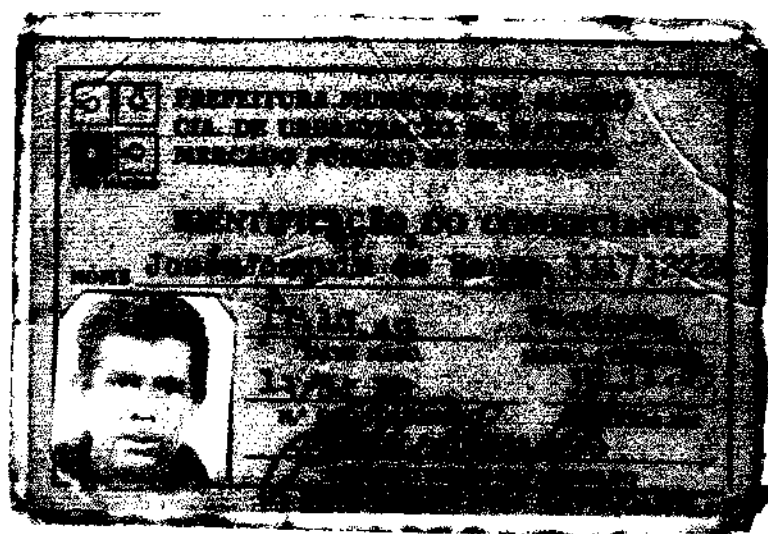
e. havendo desistência, após ajuizado o feito, ou composição amigável entre autor(a) e ré(u), os honorários continuarão devidos no mesmo percentual previamente acordado, neste caso, respectivamente, sobre o valor da causa ou sobre o valor bruto pactuado na composição amigável.

f. Aplicam-se as demais condições do estatuto da advocacia.

g. As partes contratantes elegem o foro da Cidade de Maceió/AL, para dirimir qualquer ação oriunda deste contrato.

Maceió, 03/08/2020

+ Noemia Viana de Souza





JOSÉ JOAQUIM DE SOUZA

MERCADO DE BEBEDOURO ESTRADO DE Nº 33 ALA"B"

COMPANHIA DE OBRAS E URBANIZAÇÃO DE MACEIÓ - COMURB  
RUA DO IMPERADOR, 397 - CENTRO - MACEIÓ - ALAGOAS

# Carnê de Cobrança

**COMURB** CGC 12.372.207/0001-76

COMPANHIA DE OBRAS E URBANIZAÇÃO DE MACEIÓ

1/12

Recibo recebido

Depositar	Vencimento
	98.01.91
Número de contrato	
01.17.0026	
Valor mensal	
R\$ 25	
Desconto	
Juros	
Valor cobrado	

Autenticação mecânica

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIJO		C.A. DE URBANIZAÇÃO DE MACIJO		MERCADO PÚBLICO DE REBORDURO	
IDENTIFICAÇÃO DO COMERCIANTE		NOME		JOSÉ JOAQUIM DE SOUZA 3317322	
17.10.49		DATA NASC.		13/04/49	
VENDURAS		NOME ALIADO		30.11.00	
ADMINISTRAÇÃO DO MERCADO		N.º DE REGISTRO		30.11.00	
ADMINISTRAÇÃO DO MERCADO		N.º DE REGISTRO		30.11.00	
ASSINATURA DO COMERCIANTE		ASSINATURA DO COMERCIANTE		ASSINATURA DO COMERCIANTE	

1 - SOMENTE É VÁLIDA COM A ASSINATURA DO  
ADMINISTRADOR DO MERCADO  
2 - Y CARTAS E ABSOLUTAMENTE TRANSFERIR  
VEL. DEIXANDO DE COMERCIALIZAR NO MERCADO  
DO DEVOVER A MESMA.

OBSERVAÇÕES:





REPÚBLICA FEDERAL DO BRASIL  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS



**Certidão de Casamento**

NOME:  
**JOSÉ JOAQUIM DE SOUZA**  
**NOEMIA VIANA BEZERRA**

Nº 003640 01 55 1973 2 00005 064 0000932 46  
(Termo: 932, Folha: 64 Livro: B-3)

NOMES COMPLETOS DE SOLTEIRO, DATAS E LOCAIS DE NASCIMENTO, NACIONALIDADE E FILIAÇÃO DOS CONJUGES							
JOSÉ JOAQUIM DE SOUZA, nacionalidade brasileira, nascido em Murici - AL, a 17 de outubro de 1978, filho de MARIA EULALIA DA CONCEIÇÃO, profissão agricultor	NOEMIA VIANA BEZERRA, nacionalidade brasileira, nascida em Paranavai - PR, a 23 de abril de 1959, filha de MIGUEL MANOEL BEZERRA e SEVERINA VIANA BEZERRA, profissão domestica						
LOCAL, CELEBRANTE, TESTEMUNHAS DO CASAMENTO E DATA DE REGISTRO DO CASAMENTO POR EXTENSO							
em Cartório, Perante o Dr. José Fernandes de Hollanda Ferreira, Testemunhas do Casamento José Luciano dos Santos e Braulio de Souza Guimarães	<table border="1"> <tr> <td>DIA</td> <td>MES</td> <td>ANO</td> </tr> <tr> <td>04</td> <td>04</td> <td>1976</td> </tr> </table>	DIA	MES	ANO	04	04	1976
DIA	MES	ANO					
04	04	1976					
REGIME DE BENS DO CASAMENTO							
Comunhão de Bens							
NOME QUE CADA UM DOS CONJUGES PASSOU A UTILIZAR (QUANDO HOUVER ALTERAÇÃO)							
NOEMIA VIANA DE SOUZA (ela)							
OBSERVAÇÕES							

Nome do Ofício  
Cartório do Registro Civil da Sede de União dos Palmares

Oficial Registrador  
Antonio Aragão Pereira

Município/UF  
União dos Palmares

Endereço  
Rua Tancredo Neves, 22

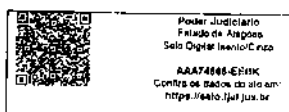
O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé  
União dos Palmares, 11 de setembro de 2011

Antonio Aragão Pereira  
Oficial



AA 017785





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

# Certidão de Óbito

NOME:

**JOSÉ JOAQUIM DE SOUZA**

CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF  
**331.732.224-15**

MATRÍCULA:

**002816 01 55 2019 4 002 11 032 0114042 92**

SEXO  
**Masculino**

COR  
**Preta**

ESTADO CIVIL / IDADE  
**Casado, 69 anos**

NATURALIDADE  
**Murici-AL**

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO  
**RG 378158 SSP/AL**

EDITADO  
**Sim**

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA

Filho de **MARIA EULALIA DA CONCEIÇÃO**. Residência do falecido: Rua José Moreira, nº 1970, bebedouro, Maceió-AL.

DATA E HORA DE FALECIMENTO

**Vinte e quatro de agosto de dois mil e dezenove, às 18h18min**

DIA  
**24**

MÊS  
**08**

ANO  
**2019**

LOCAL DE FALECIMENTO

**Hospital Geral do Estado Osvaldo Brandão Vilela, Maceió/AL**

CAUSA DA MORTE

**Choque Séptico; Pneumonia Bact. (SCT), Acido Vasculia; Encefalico Isquêmica, Hipertensão Arterial Sistêmica, Diabetes Mellitus II**

SEPULTAMENTO / CREMAÇÃO

**Cemitério Municipal Santo Antonio, Maceió/AL**

DECLARANTE

**Daniel Viana de Souza**

NOME E Nº DE DOCUMENTO DO(S) MÉDICO(S) QUE ATESTOU(ARAM) O ÓBITO

**Dr.(a) Antonio F de S Bezerra, CRM 3045/AL**

AVERBAÇÕES / ANOTAÇÕES A ACRESCER

Data do registro: 25 de agosto de 2019. Casado com Noemia Viana de Souza. Declaração de óbito: 27930238 0. Não constam averbações à margem do termo.

ANOTAÇÕES DE CADASTRO

TIPO DOCUMENTO

RG

NÚMERO

**378158**

DATA EMISSÃO

**01/10/2014**

ÓRGÃO EXPEDIDOR

**SSP/AL**

DATA DE VALIDADE

As anotações de cadastro acima não dispensam a apresentação do documento original, quando exigida pelo órgão solicitante.

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITO

**1º DISTRITO DE MACEÍO**

**Francisco de Assis Figueiredo Barbosa**

**Oficial**

**RUA DIAS CABRAL, nº199**

**rcpncnetas1distrito@gmail.com**

**(82) 3221-1838**

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.  
**MACEÍO, 25 de agosto de 2019.**

**CARTÓRIO REG. CIVIL E TABELIONATO**  
**1º DISTRITO MACEÍO - AL**  
**PLA DIAS CAVAL, 199 - 1º DISTRITO**  
**Francisco de Assis Figueiredo Barbosa**  
**Tabelião**  
**Cleomádon Azeite Figueiredo Barbosa**  
**Substituto**  
**João Santos Costa**  
**Escrivão**  
**João Carlos da Silva Lemos**  
**Escrivão**

AA 411719



90.00001023671800090035035181375200000004993	
7 - Identificação do Cedente	
3557-2 / 00006999-X	Espécie R\$
Quantidade 1	Nosso número 23673800000350353-5
Vencimento 10/05/2018	Valor Debito 49,93
Valor/Multa 1 - Outros acréscimos	(=) valor cobrado
- Box: MB.VER-MB.0031 - Box: MB.VER-MB.0032 - Box: MB.VER-MB.0033 - Box: MB.FRU-MB.0001	

Autenticação mecânica

Corte na linha pontilhada

## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** Pedro Galvão Lima, portador de CPF 053.909.244-60 e Carteira de Identidade 99001321128, residente na R: Agamenon Souza Santos A.C., Nº 51 Chã de Bebedouro RE, telefone: 98854-6917.

**OUTORGADO:** **BRUNO GABRIEL DE ARAÚJO**, advogado, devidamente inscrito na OAB/AL - 12385, com escritório profissional na Rua Hilda Pereira Monte, 11-D, Petrópolis, Maceió/AL.

**PODERES:** Os poderes das cláusulas "AD JUDICIA" e "EXTRA" para o foro em geral, com o fim de defender todos os direitos e interesses do outorgante, podendo transigir, desistir, fazer acordos, discordar, concordar, passar recibos, dar e receber quitação, apresentar, juntar e desembaraçar documentos, papéis, recibos e guias, interpor e seguir recursos até Superior instância e finalmente praticar e requerer todos os demais atos necessários ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes. Em especial, os poderes para representar em ações judiciais e procedimentos extrajudiciais em face da Braskem e Entes Públicos, para indenização dos danos causados ao imóvel e atividade econômica do outorgante, bem como os danos imateriais às pessoas dos morador e/ou empreendedor.

a. No procedimento extrajudicial serão devidos honorários ao Outorgado no percentual de 15% (quinze por cento) de todo o proveito econômico obtido, a serem pagos pelo outorgante no momento da indenização, sendo passível de retenção pela entidade pagadora e repasse diretamente ao Advogado.

b. Os honorários sucumbenciais serão devidos ao Advogado, bem como qualquer remuneração de natureza honorária prevista em Termo de Ajustamento de Conduta, ou outro acordo celebrado entre as partes.

c. Caso seja a opção pela via Judicial, o outorgante acede em pagar aos advogados contratados, honorários correspondentes a 20% (vinte por cento) do total bruto da ação deferido com as devidas atualizações apuradas em procedimento de execução, até final pagamento.

d. Caberá a parte contratante o pagamento das custas e despesas que forem necessárias ao bom e rápido andamento da ação, bem como fornecer os documentos que os advogados ora contratados lhe solicitar.

e. havendo desistência, após ajuizado o feito, ou composição amigável entre autor(a) e ré(u), os honorários continuarão devidos no mesmo percentual previamente acordado, neste caso, respectivamente, sobre o valor da causa ou sobre o valor bruto pactuado na composição amigável.

f. Aplicam-se as demais condições do estatuto da advocacia.

g. As partes contratantes elegem o foro da Cidade de Maceió/AL, para dirimir qualquer ação oriunda deste contrato.

Maceió, 13/08/2020

Pedro Galvão Lima





# AUTODECLARAÇÃO

Eu, PEDRO GALDINO LIMA,  
portador do RG Nº 990013121128 SSP/AL CPF Nº 053.909.274-60,  
residente e domiciliado na R. AGAMENON SOUZA SANTOS, Nº 51, QD. C  
CHÁ DE BEBEDOURO - NACIO/AL declaro sob as penas da lei, que exerço minhas  
atividades comerciais no MERCADO PÚBLICO DE BEBEDOURO desde o ano de 1996,  
e o objeto de minha atividade é a venda de OVOS.

Declararam também as testemunhas abaixo que o referido é a absoluta expressão da  
verdade, e firmam a presente declaração, sob a responsabilidade civil e criminal de falso  
testemunho.

Maceió, 03/08/2020

Pedro Galdino Lima

## TESTEMUNHAS:

Cícera Maria de Lima

NOME: CÍCERA MARIA DE LIMA

CPF: 037.095.644-33

Joana Darc Galdino Lima

NOME: JOANA DARC GALDINO LIMA

CPF: 065.272.314-40

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE ALAGOAS  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
PERÍCIA OFICIAL - POAL  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DEL. MARIO PEDRO DOS SANTOS

 Polegar Direito



*Rinaldo dos Santos*

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1116898 DATA DE EXPEDIÇÃO 15/04/2019

NOME  
**RINALDO DOS SANTOS**

FILIAÇÃO  
**NIVALDO MANOEL DOS SANTOS  
JOSEFA NOEMIA DOS SANTOS**

NATURALIDADE  
**PORTO DE PEDRAS - AL** DATA DE NASCIMENTO  
**30/04/1972**

DOC. ORIGEM  
**CERTD CAS 43491 FLS 239 LIV 107B**

NACIÓ - AL

CNPJ  
**023.002.644-39**

2 VIA

*R. Rinaldo*  
ROMENESSUBREDO DE ASSUNÇÃO NASCIMENTO  
IDENTIFICANTE DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

P 300

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

# PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: RINALDO DOS SANTOS, brasileiro, casado, comerciante, portador de CPF 023.002.644-39 e Carteira de Identidade 1116890, residente na Cj. OSMAN LOUREIRO, 134, AD-B-03 - CHINA BOM - MACEIÓ/AL telefone: (82) 98854-3076.

OUTORGADO: BRUNO GABRIEL DE ARAÚJO, advogado, devidamente inscrito na OAB/AL - 12385, com escritório profissional na Rua Hilda Pereira Monte, 11-D, Petrópolis, Maceió/AL.

**PODERES:** Os poderes das cláusulas "AD JUDICIA" e "EXTRA" para o foro em geral, podendo defender todos os direitos e interesses do outorgante, podendo transigir, desistir, fazer acordos, discordar, concordar, passar recibos, dar e receber quitação, apresentar, juntar e desembaraçar documentos, papéis, recibos e guias, interpor e seguir recursos até Superior instância e finalmente praticar e requerer todos os demais atos necessários ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes. Em especial, os poderes para representar junto à Braskem, em procedimento judicial ou extrajudicial de indenização dos danos causados ao imóvel de propriedade do outorgante.

- a. No procedimento extrajudicial não haverá qualquer cobrança de honorários ao Outorgante. Cabendo apenas a remuneração estabelecida em Termo de Ajustamento de Conduta, de responsabilidade da Braskem.
- b. Caso seja a opção pela via Judicial, o outorgante acede em pagar aos advogados contratados, honorários correspondentes a 20% (vinte por cento) do total bruto da ação deferido com as devidas atualizações apuradas em procedimento de execução, até final pagamento.
- c. Caberá a parte contratante o pagamento das custas e despesas que forem necessárias ao bom e rápido andamento da ação, bem como fornecer os documentos que os advogados ora contratados lhe solicitar.
- d. havendo desistência, após ajuizado o feito, ou composição amigável entre autor(a) e ré(u), os honorários continuarão devidos no mesmo percentual previamente acordado, neste caso, respectivamente, sobre o valor da causa ou sobre o valor bruto pactuado na composição amigável.
- e. Aplicam-se as demais condições do estatuto da advocacia.
- f. As partes contratantes elegem o foro da Cidade de Maceió/AL, para dirimir qualquer ação oriunda deste contrato.

Maceió, 05/01/2021

x Rinaldo dos Santos





Para contato conosco, informe este número

SEU CÓDIGO

0410235-5

EQUATORIAL ENERGIA ALAGOAS

Av. Fernandes Lima, 3349 - Gruta de Lourdes - CEP 57052-902

MACEIO/AL - CNPJ: 12.972.081/0001-00 - Fone: 34027177-9

REGIME ESPECIAL DE IMPOSTAÇÃO A TÍTULO DE IMPOSTO DA FAZENDA

Nº FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA / SERVIÇO SERVIDOR

Nº da Nota Fiscal

45337971

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002

CONTA MÊS DEZEMBRO/2020 VENCIMENTO 22/12/2020 CONSUMO (kWh) 225 TOTAL A PAGAR (R\$) 220,23

RINALDO DOS SANTOS  
CJ OSMAN LOUREIRO 134 QD B-03 - CLIMA BOM  
CPF: 0000230026439  
CEP: 57.071-480 - MACEIO

ROT: 42.001.43.12.001800

DADOS DA LEITURA	kWh	DATAS DA LEITURA
Atual:	23488	15/12/2020
Anterior:	23263	13/11/2020
Constante de Multiplicação:	1,000	13/01/2021
Consumo Medido:	225	14/12/2020
Consumo Faturado:	225	15/12/2020
Forma de Faturamento:	NORMAL	Apresentação:
		Dias de Consumo: 32

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA					
Classe/Subclasse	Ligação	Número Medidor	Poste	Código Fat.	Média 12 meses
RESIDENCIAL	MONO	E1977313	5 1 02399	1.1.1.1	204

HISTÓRICO kWh	DESCRIÇÃO DA CONTA
Mês/ano consumo	CONSUMO 225 kWh a R\$ 0,861771 = 193,89
NOV/20 206	CONTR. ILUMINACAO PUB. (COSIP) 26,34
OUT/20 191	ADICIONAL BANDEIRA VERMELHA - 6,57
SET/20 197	FECEP = 3,87
AGO/20 198	
JUL/20 195	
JUN/20 209	
MAI/20 197	
ABR/20 204	
MAR/20 219	
FEV/20 199	

TARIFA SEM TRIBUTOS:  
0 A 225 - 0,861771

### NOTIFICAÇÃO DE REAVISO DE VENCIMENTO / MENSAGEM


LIGUE 0800 082 0196 E FAÇA OPCAO VENCIMENTO 3 8 13 18 23 28  
Parabens! Até o dia 14/12/2020, não constatamos faturas vencidas nessa Unidade Consumidora.

Você pode optar pelas datas de vencimento da sua fatura nos dias 03, 08, 13, 18, 23 ou 28. ENTRE EM CONTATO POR MEIO DOS NOSSOS CANAIS DE ATENDIMENTO.

RESERVADO AO FISCO 9DF9.59B0.AE31.C984.0F04.FAA7.EEA6.3D33

COMPOSIÇÃO DA CONTA - R\$		IMPOSTOS/TRIBUTOS - R\$	
Distribuição:	80,76	Base de Cálculo	193,89
Energia:	36,02	Alíquota ICMS:	27,00%
Transmissão:	15,13	Valor do ICMS:	52,35
Encargos:	5,92	Valor do PIS:	0,46%
Tributos:	56,06	Valor do COFINS:	2,15%
			3,05

INDICADORES DE CONTINUIDADE								
	DIC			FIC			DMIC	DICRI
	Mensal	Trimestral	Anual	Mensal	Trimestral	Anual	Mensal	Mensal
Límite	5,31	10,62	21,25	3,42	6,85	13,70	3,03	
Realizado	7,77			1,00			7,77	
Conjunto	SE TABULEIRO DOS						Período de apuração:	10/2020
	ROT: 42.001.43.12.001800 0473 R 5.05 C001						EUSD:	71,63

 <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ</b> <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA COMUNITÁRIA E CONVÍVIO SOCIAL</b> <b>DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL</b>			<b>TRIBUTOS</b> <b>Use do Solo</b>																	
			<b>PROC. DIGITAL</b> <b>1/2020</b>	<b>C.M.C</b> <b>3470121</b>																
<b>CONTRIBUINTE</b> <b>RINALDO DOS SANTOS</b>			<b>CPF/CNPJ</b> <b>023.002.644-39</b>																	
<b>ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE</b> <b>PRAÇA CORONEL LUCENA MARANHÃO, n° S/N, BEBEDOURO, NA PRAÇA, 57018-155</b>																				
<b>NOSSO NÚMERO</b> <b>830000000000089706</b>	<b>PROCESSAMENTO</b> <b>05/02/2020</b>	<b>VENCIMENTO</b> <b>06/02/2020</b>	<b>D.A.M</b> <b>8089694/2020</b>																	
<table border="0"> <tr> <td>Requerimento para ambulantes:</td> <td>79,96</td> </tr> <tr> <td>Juros de Mora:</td> <td>0,80</td> </tr> <tr> <td>Multa:</td> <td>1,05</td> </tr> <tr> <td>Correção Monetária:</td> <td>0,00</td> </tr> <tr> <td>Desconto:</td> <td>0,00</td> </tr> <tr> <td>Abatimento:</td> <td>0,00</td> </tr> <tr> <td>TSA:</td> <td>0,00</td> </tr> <tr> <td><b>Total:</b></td> <td><b>81,71</b></td> </tr> </table>					Requerimento para ambulantes:	79,96	Juros de Mora:	0,80	Multa:	1,05	Correção Monetária:	0,00	Desconto:	0,00	Abatimento:	0,00	TSA:	0,00	<b>Total:</b>	<b>81,71</b>
Requerimento para ambulantes:	79,96																			
Juros de Mora:	0,80																			
Multa:	1,05																			
Correção Monetária:	0,00																			
Desconto:	0,00																			
Abatimento:	0,00																			
TSA:	0,00																			
<b>Total:</b>	<b>81,71</b>																			

Emissão:

05/02/2020

Usuário:

33901

Autenticação



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA COMUNITÁRIA E CONVÍVIO SOCIAL**  
**DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL**

TRIBUTOS	
Uso do Solo	
PROC. DIGITAL	C.M.C
2/2020	3470121

CPF/CNPJ	
023.002.644-39	

CONTRIBUINTE			
RINALDO DOS SANTOS			

ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE			
PRAÇA CORONEL LUCENA MARANHÃO, n° S/N, BEBEDOURO, NA PRAÇA, 57018-155			

NOSSO NÚMERO	PROCESSAMENTO	VENCIMENTO	D.A.M
88000000008089695	05/02/2020	02/03/2020	8089695/2020

Requerimento para ambulantes:	79,86
Juros de Mora:	0,00
Multa:	0,00
Correção Monetária:	0,00
Desconto:	0,00
Abatimento:	0,00
TSA:	0,00
<b>Total:</b>	<b>79,86</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA COMUNITÁRIA E CONVÍVIO SOCIAL**  
**DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL**

TRIBUTOS  
**Uso do Solo**  
 PROC. DIGITAL C.M.C  
**12/2020 3470121**

CONTRIBUINTE

**RINALDO DOS SANTOS**

CPF/CNPJ

**023.002.644-39**

ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE

**PRAÇA CORONEL LUCENA MARANHÃO, n° S/N, BEBEDOURO, NA PRAÇA, 57018-155**

NOSSO NÚMERO

**88000000008089705**

PROCESSAMENTO

**05/02/2020**

VENCIMENTO

**31/12/2020**

D.A.M

**8089705/2020**


Requerimento para ambulantes:	79,86
Juros de Mora:	0,00
Multa:	0,00
Correção Monetária:	0,00
Desconto:	0,00
Abatimento:	0,00
TSA:	0,00
<b>Total:</b>	<b>79,86</b>

Emissão: 05/02/2020

Usuário: 33901

Autenticação




 <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ</b> <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA COMUNITÁRIA E CONVÍVIO SOCIAL</b> <b>DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL</b>			<b>TRIBUTOS</b> <b>Uso do Solo</b>																	
			<b>PROC. DIGITAL</b> <b>5/2019</b>	<b>C.M.C</b> <b>3470121</b>																
<b>CONTRIBUINTE</b> <b>RINALDO DOS SANTOS</b>			<b>CPF/CNPJ</b> <b>023.002.644-39</b>																	
<b>ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE</b> <b>PRAÇA CORONEL LUCENA MARANHÃO, n° S/N, BEBEDOURO, NA PRAÇA, 57018-155</b>																				
<b>NOSSO NÚMERO</b> <b>88000000008063643</b>	<b>PROCESSAMENTO</b> <b>17/01/2019</b>	<b>VENCIMENTO</b> <b>31/05/2019</b>	<b>D.A.M</b> <b>8063643/2019</b>																	
<table> <tr> <td>Requerimento para ambulantes:</td> <td>74,95</td> </tr> <tr> <td>Juros de Mora:</td> <td>0,00</td> </tr> <tr> <td>Multa:</td> <td>0,00</td> </tr> <tr> <td>Correção Monetária:</td> <td>0,00</td> </tr> <tr> <td>Desconto:</td> <td>0,00</td> </tr> <tr> <td>Abatimento:</td> <td>0,00</td> </tr> <tr> <td>TSA:</td> <td>0,00</td> </tr> <tr> <td><b>Total:</b></td> <td><b>74,95</b></td> </tr> </table>					Requerimento para ambulantes:	74,95	Juros de Mora:	0,00	Multa:	0,00	Correção Monetária:	0,00	Desconto:	0,00	Abatimento:	0,00	TSA:	0,00	<b>Total:</b>	<b>74,95</b>
Requerimento para ambulantes:	74,95																			
Juros de Mora:	0,00																			
Multa:	0,00																			
Correção Monetária:	0,00																			
Desconto:	0,00																			
Abatimento:	0,00																			
TSA:	0,00																			
<b>Total:</b>	<b>74,95</b>																			

Emissão: 17/01/2019

Usuário: 0

Autenticação

 <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ</b> <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA COMUNITÁRIA E CONVÍVIO SOCIAL</b> <b>DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL</b>			<b>TRIBUTOS</b> <b>Uso do Solo</b>																	
			<b>PROC. DIGITAL</b> <b>3/2019</b>	<b>C.M.C</b> <b>3470121</b>																
<b>CONTRIBUINTE</b> <b>RINALDO DOS SANTOS</b>			<b>CPF/CNPJ</b> <b>023.002.644-39</b>																	
<b>ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE</b> <b>PRAÇA CORONEL LUCENA MARANHÃO, n° S/N, BEBEDOURO, NA PRAÇA, 57018-155</b>																				
<b>NOSSO NÚMERO</b> <b>88000000008063641</b>	<b>PROCESSAMENTO</b> <b>17/01/2019</b>	<b>VENCIMENTO</b> <b>31/03/2019</b>	<b>D.A.M</b> <b>8063641/2019</b>																	
<table> <tr> <td>Requerimento para ambulantes:</td> <td>74,95</td> </tr> <tr> <td>Juros de Mora:</td> <td>0,00</td> </tr> <tr> <td>Multa:</td> <td>0,00</td> </tr> <tr> <td>Correção Monetária:</td> <td>0,00</td> </tr> <tr> <td>Desconto:</td> <td>0,00</td> </tr> <tr> <td>Abatimento:</td> <td>0,00</td> </tr> <tr> <td>TSA:</td> <td>0,00</td> </tr> <tr> <td><b>Total:</b></td> <td><b>74,95</b></td> </tr> </table>					Requerimento para ambulantes:	74,95	Juros de Mora:	0,00	Multa:	0,00	Correção Monetária:	0,00	Desconto:	0,00	Abatimento:	0,00	TSA:	0,00	<b>Total:</b>	<b>74,95</b>
Requerimento para ambulantes:	74,95																			
Juros de Mora:	0,00																			
Multa:	0,00																			
Correção Monetária:	0,00																			
Desconto:	0,00																			
Abatimento:	0,00																			
TSA:	0,00																			
<b>Total:</b>	<b>74,95</b>																			


Emissão:


17/01/2019

Usuário:

0

Autenticação

		<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ</b> <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA COMUNITÁRIA E CONVÍVIO SOCIAL</b> <b>DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL</b>		<b>TRIBUTOS</b> <b>Uso do Solo</b> PROC. DIGITAL <b>5/2020</b> C.M.C <b>3470121</b>	
<b>CONTRIBUINTE</b> <b>RINALDO DOS SANTOS</b>				<b>CPF/CNPJ</b> <b>023.002.644-39</b>	
<b>ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE</b> <b>PRAÇA CORONEL LUCENA MARANHÃO, nº S/N, BEBEDOURO, NA PRAÇA, 57018-155</b>					
<b>NOSSO NÚMERO</b> <b>88000000008089698</b>		<b>PROCESSAMENTO</b> <b>05/02/2020</b>		<b>VENCIMENTO</b> <b>31/05/2020</b>	
				<b>D.A.M</b> <b>8089698/2020</b>	
Requerimento para ambulantes:		79,86			
Juros de Mora:		0,00			
Multa:		0,00			
Correção Monetária:		0,00			
Desconto:		0,00			
Abatimento:		0,00			
TSA:		0,00			
<b>Total:</b>		<b>79,86</b>			
<b>Emissão:</b> 05/02/2020 <b>Usuário:</b> 33901 <b>Autenticação</b>					

 <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ</b> <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA COMUNITÁRIA E CONVÍVIO SOCIAL</b> <b>DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL</b>			<b>TRIBUTOS</b> <b>Uso do Solo</b>																	
			<b>PROC. DIGITAL</b> <b>6/2019</b>	<b>C.M.C</b> <b>3470121</b>																
<b>CONTRIBUINTE</b> <b>RINALDO DOS SANTOS</b>			<b>CPF/CNPJ</b> <b>023.002.644-39</b>																	
<b>ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE</b> <b>PRAÇA CORONEL LUCENA MARANHÃO, n° S/N, BEBEDOURO, NA PRAÇA, 57018-155</b>																				
<b>NOSSO NÚMERO</b> <b>88000000008063644</b>	<b>PROCESSAMENTO</b> <b>17/01/2019</b>	<b>VENCIMENTO</b> <b>01/07/2019</b>	<b>D.A.M</b> <b>8063644/2019</b>																	
<table> <tr> <td>Requerimento para ambulantes:</td> <td>74,95</td> </tr> <tr> <td>Juros de Mora:</td> <td>0,00</td> </tr> <tr> <td>Multa:</td> <td>0,00</td> </tr> <tr> <td>Correção Monetária:</td> <td>0,00</td> </tr> <tr> <td>Desconto:</td> <td>0,00</td> </tr> <tr> <td>Abatimento:</td> <td>0,00</td> </tr> <tr> <td>TSA:</td> <td>0,00</td> </tr> <tr> <td><b>Total:</b></td> <td><b>74,95</b></td> </tr> </table>					Requerimento para ambulantes:	74,95	Juros de Mora:	0,00	Multa:	0,00	Correção Monetária:	0,00	Desconto:	0,00	Abatimento:	0,00	TSA:	0,00	<b>Total:</b>	<b>74,95</b>
Requerimento para ambulantes:	74,95																			
Juros de Mora:	0,00																			
Multa:	0,00																			
Correção Monetária:	0,00																			
Desconto:	0,00																			
Abatimento:	0,00																			
TSA:	0,00																			
<b>Total:</b>	<b>74,95</b>																			

Emissão: 17/01/2019

Usuário: 0

Autenticação



## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** SEBASTIÃO VIEIRA DOS SANTOS, BRASILEIRO,  
CASADO, COMERCIANTE, portador de CPF 383.543.224-91 e Carteira de  
 Identidade 979 851, residente na Pov. BARRA DO LAGO, S/Nº,  
JOAQUIM GOMES/AL - 57980-000 telefone: (32) 98859-3732.

**OUTORGADO:** **BRUNO GABRIEL DE ARAÚJO**, advogado, devidamente inscrito na OAB/AL - 12385, com escritório profissional na Rua Hilda Pereira Monte, 11-D, Petrópolis, Maceió/AL.

**PODERES:** Os poderes das cláusulas "AD JUDICIA" e "EXTRA" para o foro em geral, com o fim de defender todos os direitos e interesses do outorgante, podendo transigir, desistir, fazer acordos, discordar, concordar, passar recibos, dar e receber quitação, apresentar, juntar e desembaraçar documentos, papéis, recibos e guias, interpor e seguir recursos até Superior instância e finalmente praticar e requerer todos os demais atos necessários ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes. Em especial, os poderes para representar em ações judiciais e procedimentos extrajudiciais em face da Braskem e Entes Públicos, para indenização dos danos causados ao imóvel e atividade econômica do outorgante, bem como os danos imateriais às pessoas dos morador e/ou empreendedor.

- a. No procedimento extrajudicial serão devidos honorários ao Outorgado no percentual de 15% (quinze por cento) de todo o proveito econômico obtido, a serem pagos pelo outorgante no momento da indenização, sendo passível de retenção pela entidade pagadora e repasse diretamente ao Advogado.
- b. Os honorários sucumbenciais serão devidos ao Advogado, bem como qualquer remuneração de natureza honorária prevista em Termo de Ajustamento de Conduta, ou outro acordo celebrado entre as partes.
- c. Caso seja a opção pela via Judicial, o outorgante acede em pagar aos advogados contratados, honorários correspondentes a 20% (vinte por cento) do total bruto da ação deferido com as devidas atualizações apuradas em procedimento de execução, até final pagamento.
- d. Caberá à parte contratante o pagamento das custas e despesas que forem necessárias ao bom e rápido andamento da ação, bem como fornecer os documentos que os advogados ora contratados lhe solicitar.
- e. havendo desistência após ajuizado o feito, ou composição amigável entre autor(a) e ré(u), os honorários continuarão devidos no mesmo percentual previamente acordado, neste caso, respectivamente, sobre o valor da causa ou sobre o valor bruto pactuado na composição amigável.
- f. Aplicam-se as demais condições do estatuto da advocacia.
- g. As partes contratantes elegem o foro da Cidade de Maceió/AL, para dirimir qualquer ação oriunda deste contrato.

Maceió, 03/08/2020

x Sebastião Vieira dos Santos





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

# Certidão de Nascimento

NOME:

**MAYSA VITÓRIA VIEIRA DE LIMA**

MATRICULA:

**002428 01 55 2016 1 00041 322 0040037 77**

DATA DE NASCIMENTO (POR EXTENSO) Vinte e quatro de novembro de dois mil e dezesseis.		DIA 24	MÊS 11	ANO 2016
HORA DE NASCIMENTO 15h10min	MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO União dos Palmares - AL			
MUNICÍPIO DE REGISTRO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO Joaquim Gomes - ESTADO DE ALAGOAS		LOCAL DE NASCIMENTO HOSPITAL SANTA CATARINA, AV. DR. HERMANO, 469 UNIÃO DOS PALMARES		SEXO Feminino
FILIAÇÃO SEBASTIÃO VIEIRA DOS SANTOS, AGRICULTOR, natural de JOAQUIM GOMES - AL e ELIZANGELA LAMENHA DE LIMA, AGRICULTORA, natural de JOAQUIM GOMES - AL				
AVÓS JOSÉ VIEIRA DOS SANTOS e JÚLIA CAMILA DA CONCEIÇÃO (paternos) e ANTONIO CARLOS DE LIMA e AMARA LAMENHA LINS (maternos)				
GÊMEOS Não	NOME E MATRÍCULA DO(S) GÊMEO(S) Nada consta.			
DATA DE REGISTRO (POR EXTENSO) Vinte e oito de dezembro de dois mil e dezesseis.		NÚMERO DA CTP 30-72102696-0		
OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES Ato registrado no livro A-41, às folhas 322 sob o nº 40037. Data do registro: 28 de dezembro de 2016. Data de nascimento da registrada: 24 de novembro de 2016. Não constam averbações à margem do termo.				

Nome do ofício  
Registro Civil e Notas

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.  
Joaquim Gomes, 28 de dezembro de 2016.

Oficiala Substituta  
Thais Duarte Guimarães Costa

Município/UF  
Joaquim Gomes / AL

Endereço  
Praça Laurentino Gomes de Barros, nº 19, Centro, CEP.: 57980-000, Telefone/Fax: (82) 3252-1114

*for Vieira Guimarães*

José Vieira Guimarães  
Escrevente  
Mat. 55.165

AA 549110

ESTADO DE ALAGOAS  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

P.I.49

*Elizângela Lamenha de Lima*  
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2.074.868 DATA DE EXPEDIÇÃO 11/04/2002

NOME Elizângela Lamenha de Lima  
Antônio Carlos de Lima

FILIAÇÃO Amara Lamenha Lins

Joaquim Gomes/AL 07/03/1977  
NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

C.de Nasc.nº 5.066,L.A-6,Fls.V-17  
DSC ORIGEM

Joaquim Gomes/AL

CPF

ASSINATURA DO OFICINISTA

LE Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR ELIZANGELA LAMENHA DE LIMA

DATA DE NASCIMENTO 07/03/1977 Nº INSCRIÇÃO 0271 2789 1791 D.V. 003 ZONA 0020

MUNICÍPIO JOAQUIM GOMES/AL DATA DE EMISSÃO 21/09/2011

JUIZ ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

*Elizângela Lamenha de Lima*  
ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

CPF

077.271.634-06

ELIZANGELA LAMENHA DE LIMA

07/03/1977

Cartão de uso pessoal e intransferível.  
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

Setembro/2005

CORREIOS  
www.correios.com.br



ESTADO DE ALAGOAS  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

*Sebastião Vieira dos Santos*  
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 979.851 DATA DE EXPEDIÇÃO 07.08.1988  
NOME Sebastião Vieira dos Santos

FILIAÇÃO José Vieira dos Santos  
Júlia Camila da Conceição

Joachim Gomes-AL 03.10.1959  
NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

C.Oas. Nº 1415 fls. 39 liv. 415  
Água Preta-PE

CPF *Sebastião Vieira dos Santos*  
ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 20/08/83

DOCUMENTO 03.10.59  
INSCRIÇÃO NO CPF 383 543 224 91

CONTRIBUINTE

SEBASTIAO VIEIRA DOS SANTOS

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
CONDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO  
CADASTRO DE PESSOAS FISICAIS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

*Sebastião Vieira dos Santos*

TÍTULO ELEITORAL IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR  
SEBASTIAO VIEIRA DOS SANTOS

DATA DE NASCIMENTO 03/10/1959 Nº INSCRIÇÃO 0054 6155 1732  
MUNICÍPIO/UF JOAQUIM GOMES/AL DATA DE EMISSÃO 31/10/2011

2012 - ELEITORAL  
*Sebastião Vieira dos Santos*

POLEGAR DIREITO

*Sebastião Vieira dos Santos*  
ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

**equatorial**  
ENERGIA

COMPANHIA ENERGÉTICA DE ALAGOAS  
Av. Fernandes Lima, 3249 - Gruta de Lourdes - CEP 57052-902  
MACEIÓ/AL - CNPJ 12.272.084/0001-00 - IE 24007177-8  
REGIME ESPECIAL DE IMPRESSÃO AUTORIZADO PELA SEC. DA FAZENDA  
NF / FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA / SERVIÇO SÓC. U.M.

Para contato  
FONE NÚMERO

**SEU CÓDIGO**

Nº da Nota Fiscal 27566321

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438 de 29 de abril de 2002.

CONTA MES	VENCIMENTO	CONSUMO (kWh)	TOTAL A PAGAR (R\$)
NOVEMBRO/2019	11/11/2019	54	67,80

CICERO VIEIRA DOS SANTOS  
PV BARRA DO LAGO - N - NAO CADASTRADO  
CPF: 00007474126427  
CEP: 57.980-000 - JOAQUIM GOMES

ROT: 435.075.24.21.000120

Atual	Anterior	Constante de Multiplicação	Consumo Medido	Consumo Faturado	FCAM*	Ger. Arquivo	Apresentação	Dias de Consumo
7928	7874	1,000	54	54		01/11/2019	04/11/2019	31

Forma de Faturamento: **NORMAL**

Código de Irregularidade:

Classe/Subclasse	Ligação	Número Medidor	Posto	Código Pat.	Média 12 meses
RESID. BX. RENDA	MONO	01593473	S 1 47471	1.4.1.1	30

HISTÓRICO kWh  
Mês/ano consumo

OUT/19	63
SET/19	112
AGO/19	33
JUL/19	13
JUN/19	46
MAY/19	20
ABR/19	14
MAR/19	50
FEV/19	29
JAN/19	29

CONSUMO 30 kWh a R\$ 0,247822 = 7,43  
24 kWh a R\$ 0,424829 = 10,19  
DIFERENÇA DE TARIFA 20,61  
SUBVENÇÃO BAIXA RENDA 15,49-  
CONTR. ILUMINACAO PUB. (COSIP) 5,80  
PARCELAMENTO DE DEBITO 19/60 39,26  
ADICIONAL BANDEIRA AMARELA - 0,31  
ADICIONAL BANDEIRA VERMELHA - 0,12

TARIFA SEM TRF. 30  
3 A 30 - 0,126115  
3 A 54 - 0,424829

Mês/ano Valor R\$  
10/2019 26,79

Condição de consumo e sujeição a suspensão do fornecimento de energia elétrica a partir de 19/11/2019, em função das contas reavaliadas nesta fatura, o não pagamento poderá resultar, também, na inclusão do nome do consumidor na SERASA. Informamos ainda existirem contas vencidas e já reavaliadas no valor de R\$ 254,83 (valor histórico). Caso tenha efetuado o pagamento favor especificar este aviso.

LIGUE 0800 082 0196 E FAÇA OPCAO VENCIMENTO 3 8 13 18 23 28

RESERVADO AO FISCO  
COMPOSIÇÃO DA CONTA: R\$  
4556-2039-1454-53B4-AAAT-DE66-DARS-3766

Distribuição	Valor	Base do Cálculo	Alíquota ICMS	Valor do ICMS	Valor do PIS	Valor do COFINS	Valor do COFINS
Energia	28,73	38,23	17,00%	6,49	0,53	0,53	0,53
Transmissão	0,00						
Encargos	0,00						
Tributos	0,00						
TOTAL	28,73			6,49	0,53	0,53	0,53

Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
5,79	11,58	23,16	3,36	6,72	13,45	3,37	
0,00			0,00		0,00		
SE JOAQUIM GOMES					09/2019		17,85

ROT: 435.075.24.21.000120

SEU CÓDIGO

TOTAL A PAGAR - R\$

**equatorial**  
ENERGIA

0917592-0

67,80

MÊS FATURADO

VENCIMENTO

11/2019

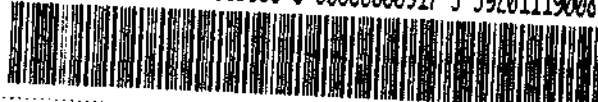
11/11/2019

Nº da Nota Fiscal:

27566321

FCAM\*

836400000000 3 678000003000 0 00000000917 5 59201119008 5



SEQ.: 00041 UC: 0917592-0 DT. LEIT.: 04/11/2019 T. ENTR.: 01  
LEITURA: 7928 NORMAL TOTAL: 67,80 CARGA: 003  
DT. VENC.: 11/11/2019 IRREG.: 000 COLETOR: 1011

MINISTÉRIO DO TRABALHO  
SECRETARIA DE EMPREGO E SALÁRIO  
CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL



Série 00003-AL



Polígono: Retângulo



85010348

Nome: Sebastião Virina dos Santos  
 Loc. Nas: Joaquim Camila  
 Est. AL, Data: 03/10/1982  
 Filiação: José Virina dos Santos  
Julia Camila da Carneiro  
 Est. Civil: Casado Doc. N.º: 413  
 Fls. 39, 40, 41, 42 Reg. Civil: Lib.  
 Outro doc.: Cert. de Nascimento  
 Situação Militar: Doc.: CAN  
20614200 2º CSM Est. AL  
 Naturalizado Doc. N.º: --- Est. ---

ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em: --- Exp. em: ---  
 Doc. Ident. N.º: ---  
 Estado: ---  
 Obs.: Joaquim Gomes  
 Data Emissão: 10/02/82 DRT: ---  
Maria do Carmo P. Monte  
 Assinatura do Funcionário



## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** SEVERINA DA SILVA FERREIRA BRAGUEIRA,  
CASADA, COMERCIANTE, portador de CPF 540.509.944-15 e Carteira de  
 Identidade 850043, residente na R. MANOEL ALMEIDA, 21-A - BURELDO,  
MACÉIO/AL - 57018-290 telefone: (82) 98706-2585.

**OUTORGADO:** **BRUNO GABRIEL DE ARAÚJO**, advogado, devidamente inscrito na OAB/AL - 12385, com escritório profissional na Rua Hilda Pereira Monte, 11-D, Petrópolis, Maceió/AL.

**PODERES:** Os poderes das cláusulas "AD JUDICIA" e "EXTRA" para o foro em geral, com o fim de defender todos os direitos e interesses do outorgante, podendo transigir, desistir, fazer acordos, discordar, concordar, passar recibos, dar e receber quitação, apresentar, juntar e desembaraçar documentos, papéis, recibos e guias, interpor e seguir recursos até Superior instância e finalmente praticar e requerer todos os demais atos necessários ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes. Em especial, os poderes para representar em ações judiciais e procedimentos extrajudiciais em face da Braskem e Entes Públicos, para indenização dos danos causados ao imóvel e atividade econômica do outorgante, bem como os danos imateriais às pessoas dos morador e/ou empreendedor.

a. No procedimento extrajudicial serão devidos honorários ao Outorgado no percentual de 15% (quinze por cento) de todo o proveito econômico obtido, a serem pagos pelo outorgante no momento da indenização, sendo passível de retenção pela entidade pagadora e repasse diretamente ao Advogado.

b. Os honorários sucumbenciais serão devidos ao Advogado, bem como qualquer remuneração de natureza honorária prevista em Termo de Ajustamento de Conduta, ou outro acordo celebrado entre as partes.

c. Caso seja a opção pela via Judicial, o outorgante acede em pagar aos advogados contratados, honorários correspondentes a 20% (vinte por cento) do total bruto da ação deferido com as devidas atualizações apuradas em procedimento de execução, até final pagamento.

d. Caberá a parte contratante o pagamento das custas e despesas que forem necessárias ao bom e rápido andamento da ação, bem como fornecer os documentos que os advogados ora contratados lhe solicitar.

e. havendo desistência, após ajuizado o feito, ou composição amigável entre autor(a) e ré(u), os honorários continuarão devidos no mesmo percentual previamente acordado, neste caso, respectivamente, sobre o valor da causa ou sobre o valor bruto pactuado na composição amigável.

f. Aplicam-se as demais condições do estatuto da advocacia.

g. As partes contratantes elegem o foro da Cidade de Maceió/AL, para dirimir qualquer ação oriunda deste contrato.

Maceió, 01/08/2020

X Severina da Silva Ferreira

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 350043 DATA DE EXPEDIÇÃO 28/07/20

NOIAR SEVERINA DA SILVA FERREIRA

FLUXOÇÃO

SEVERINA CAMILO DE LIMA

NATURALIDADE QUEBRANGULO - AL DATA DE NASCIMENTO 01/11/1965

DOC ORIGEM CERTO CAS 6188 FLS 505 LIV 20-BAD

MACEIO - AL

540.309.944-15

2 VIA

NILSON SANTOS SILVA  
DIRETOR DE REGISTRO E IDENTIFICAÇÃO

P 380

LE Nº 7.116 DE 20/08/83





**equatorial**  
ENERGIA

Para contato  
conosco, informe  
este número.

SEU CÓDIGO

EQUATORIAL ENERGIA ALACÓAS  
Av. Fernandes Lima, 3349 - Grupo de Lojas - CEP 57052-902  
MACEIÓ - AL - CNPJ: 12.272.084/0001-00 - IE: 14037177-8  
REG. ME ESP. 04-01-IMPRESSÃO AUTORIZADA PELA SEC. DA FAZENDA  
ESTADO DE ALAGOAS - E-STAT - SERVIÇO DE REGISTRO

Nº da Nota Fiscal 38898462

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada  
pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002

CONSUMO  
JULHO/2020

VENCIMENTO  
03/08/2020

CONSUMO (kWh)  
80

SEVERINA DA SILVA FERREIRA  
R. MANOEL ALMEIDA 21 A - BEBEDOURO  
CPF: 00054030994415  
CEP: 57.018-290 - MACEIO

ROT: 35.001.36.16.000960

DADOS DA LEITURA: KWH: 7054  
Atual: 27/07/2020  
Anterior: 24/06/2020  
Constante de Multiplicação: 1,000  
Proxima Leitura: 25/08/2020  
Consumo Medido: 80  
Ger. Arquivo: 24/07/2020  
Consumo Fabricado: 80 FCAM\* Apresentação: 27/07/2020  
Forma de Faturamento: NORMAL Código de Irregularidade: Dias de Consumo: 33

Classe/Subclasse	Ligação	Número Medidor	Poste	Código Pat.	Média 12 meses
RESIDENCIAL	MONO	E2111560	S 1 04392	1.1.1.1	86

HISTÓRICO kWh	DESCRICAÇÃO DA CONTA	Valor
Mês/ano consumo	CONSUMO 80 kWh a R\$ 0,751550 =	60,12
JUN/20 84	CONTR. ILUMINACAO PUB. (COSIP)	14,67
MAI/20 85	CORRECAO MONETARIA 04/20-00	1,06
ABR/20 96	MULTA POR ATRASO 04/20-00	1,34
MAR/20 106	JUROS DE MORA DE IMPO 04/20-00	1,54
FEV/20 86		
JAN/20 93		
DEZ/19 89		
NOV/19 93		
OUT/19 79		
SET/19 85		



### NOTIFICAÇÃO DE REAVISO DE VENCIMENTO / MENSAGEM

Mes/Ano 06/2020 Valor R\$ 72,46  
Unidade consumidora sujeita a suspensão do fornecimento de energia elétrica a partir de 11/08/2020, em função das contas reavistas desta fatura. O não pagamento poderá ensejar, também a inclusão de juros de correção monetária e de multa por atraso, ainda existirem contas vencidas e de valores superiores ao valor de R\$ 79,75 (valor histórico). Caso tenha efetuado o pagamento favor desconsiderar este aviso.

LIGUE 0800 082 0196 E FAÇA OPCAO VENCIMENTO 3 8 13 18 23 28

VOCE PODE OTIMIZAR PELAS DATAS DE VENCIMENTO DA SUA FATURA NOS DIAS 03, 08, 13, 18, 23 OU 28, ENTRE EM CONTATO POR MEIO DOS NÚMEROS CHAMADAS DE REAVISAMENTO.

RESERVADO AO FISCO B1AF, D8FE, E3CC, 8651, 7AB0, D0FC, C4AA, B7F2

Descrição	Valor	Base de Cálculo	Alíquota	Valor
Distribuição	26,95	60,12		49,90
Energia	12,01		17,00%	
Transmissão	5,04			10,22
Encargos	1,97	1,41%		0,70
Tributos	14,15	6,48%		3,23

INDICADORES DE CONTINUIDADE

Índice	Valor
Índice de Continuidade	4,95
Índice de Qualidade	9,91
Índice de Satisfação	19,82
Índice de Segurança	3,36
Índice de Eficiência	6,72
Índice de Acesso	13,45
Índice de Custos	2,77
Índice de Meio Ambiente	11,90
Índice de Inovação	2,00
Índice de Governança	3,06
Índice de Responsabilidade Social	SE PARECER
Índice de Transparência	06/2020
Índice de Comunicação	25,85

ROT: 35.001.36.16.000960

SEU CODIGO

TOTAL A PAGAR - R\$

0091577-7

78,73

**equatorial**  
ENERGIA

MÊS FATURADO

VENCIMENTO

07/2020

03/08/2020

Nº da Nota Fiscal: 38898462

FCAM\*

Av. Fernandes Lima, nº 3349 - Grupo de Lojas, CEP: 57052-902  
MACEIÓ - AL - CNPJ: 12.272.084/0001-00 - IE: 14037177-8

836500000000 2 78730003000 6 000000000091 9 577707200008 2



 **PREFEITURA DE MACEIÓ**  
TRABALHO, ABASTECIMENTO  
E ECONOMIA SÓLIDÁRIA

Nº 507055  
**AMBULANTE**  
R\$ 4,50

NOME: Assis de S. L.

CPF: \_\_\_\_\_

RAMO DE ATIVIDADE: Tráfego

12/8/12  
DATA

ASSINATURA DO FISCAL: \_\_\_\_\_

 **PREFEITURA DE MACEIÓ**  
TRABALHO, ABASTECIMENTO  
E ECONOMIA SÓLIDÁRIA

Nº \_\_\_\_\_  
**AMBULANTE**

NOME: Silvia de S.

CPF: \_\_\_\_\_

RAMO DE ATIVIDADE: Tráfego



12/8/12  
DATA

ASSINATURA DO FISCAL: \_\_\_\_\_





001-9		00190.00009		2367.380000.00345.133		185.8.749000000003	
Cedente SEC. MUN. DE TRAB., ABAST. E ECON. SOLIDÁRIA				3553-2 / 00008999-X		23673800000345133-0	
Número do documento 0000345133				12.208.135/0001-00		Valor documento 38,63	
(-) Desconto/Abatimentos		(+/-) Outras deduções		(+/-) Outros abatimentos		(-) Valor cobrado	
Sacado SEVERINA DA SILVA FERREIRA - Box: MB LB-MB.0007 - Box: MB VER-MB.0034 - Box: MB VER-MB.0035 - Mês: 3/2018 - 540.309.944-15				Autenticação em			
RUA MANOEL ALMEIDA, 021A - BEBEDOURO.				Corte na linha			

Demonstrativo

		<b>SEMEC - PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ</b> <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA - SEMEC</b> <b>DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL - D.A.M MENSAL</b>			
Contribuinte <b>SEVERINA DA SILVA FERREIRA</b>				D.A.M. <b>62542412 / 2019</b>	
CPF/CNPJ	Inscrição / C.M.C.	Tributos	Referência	Vencimento	Nosso Número
540.309.944-15	901445809	TAXAS / ENC. PECUNIÁRIOS 2019	Parc. Única	01/10/2019	3100000006876395
Endereço Domicílio Fiscal Logradouro: RUA - MANOEL ALMEIDA Bairro: CRA DA JAQUEIRA Complemento:			Número: 21 Lote:	Cep: 57018-260 Quadra:	
BOX: MB.LB-MB.0007 -MÊS:07/2019 BOX: MB.VER-MB.0034 -MÊS:07/2019 BOX: MB.VER-MB.0035 -MÊS:07/2019					
TAXAS PERMISSIVAS F. E MERCADOS		31,63			
TSA:		0,00			
JGROS DE MORA:		0,39			
MULTA DE MORA		4,72			
DESCONTO:		3,07			
<b>Total:</b>		<b>40,67</b>	<b>Valor R\$ 40,67</b>		
81660000000-3 40672485201-6 91001310000-3 00068785952-0					Data: 26/09/2019 Usuário: 223456 Autenticação:



		<b>SEMEC - PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ</b> <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA - SEMEC</b> <b>DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL - D.A.M MENSAL</b>			
Contribuinte <b>SEVERINA DA SILVA FERREIRA</b>				D.A.M. <b>62579114 / 2019</b>	
CPF/CNPJ	Inscrição / C.M.C.	Tributos	Referência	Vencimento	Nosso Número
540.309.944-15	901445809	TAXAS / ENC. PECUNIÁRIOS 2019	Parc. Única	04/11/2019	31000000068888712
Endereço Domicílio Fiscal Logradouro: RUA - MANOEL ALMEIDA Bairro: CRA DA JAQUEIRA Complemento:			Número: 21 Lote:	Cep: 57018-260 Quadra:	
BOX:MB.LB - MB.0007 - BOX:MB.VER-MB.0034 - BOX:MB.VER-MB.0035 - MÊS: 08/2019					
TAXAS PERMISSIVAS F. E MERCADOS		52,63			
TSA:		0,00			
JGROS DE MORA:		0,39			
MULTA DE MORA		6,12			
DESCONTO:		3,91			
<b>Total:</b>		<b>41,23</b>	<b>Valor R\$ 41,23</b>		
81610000000-8 41232485201-8 91104310000-5 00068855772-7					Autenticação:



001-9		00190.00009		2367.380909.00245.133185 8 749000000038	
Cedente		Agência de Apoio do Cidadão		Nosso número	
SEC. MUN. DE TRAB. ABAST. E ECON. SOLIDÁRIA		RUA MANOEL ALMEIDA, 021A - BEBEDOURO		236738000000345133-0	
Número do documento		CPF/CNPJ		Valor documento	
0000345133		12.200.135/0001-60		38,63	
(-) Desconto/Abatimentos		(-) Outras deduções		(+/-) Valor cobrado	
Sacado SEVERINA DA SILVA FERREIRA - Box: MB.LB-MB.0007 - Box: MB-VER-MB.0034 - Box: MB-VER-MB.0035 - Mês: 3/2018 - 540.309.944-15					
RUA MANOEL ALMEIDA, 021A - BEBEDOURO					
Demonstrativo					
Autenticação mecânica					
Corte na linha pontilhada					

**11.158.131/0001-18**

Praça Ciro Acioly, 96, Ponta Grossa  
Maceio / Alagoas

Corte na linha pontilhada

**Recibo do Sacado**

**BANCO DO BRASIL** | 001-9 | 00190.00009 02080.942002 00009.716184 9 47820000003550

Cedente Secretaria Municipal de trabalho, Abastecimento e economia solidaria		Agência / Código do Cedente 3557-2 / 00006664-8		Espécie R\$	Quantidade	Nosso número 20809420000009716
Número do documento 5644	Contrato 18554409	CPF/CNPJ 11.158.131/0001-18	Vencimento 10/11/2010	Valor documento 35,50		
(-) Desconto / Abatimento	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa	(+) Outros acréscimos	(=) Valor cobrado		

Sacado  
SEVERINA DA SILVA FERREIRA - 540.309.944-15 - BEB LB 0007 0034.0035 - Mensalidade referente ao mês de Outubro/2010

Autenticação mecânica

Corte na linha pontilhada

**BANCO DO BRASIL**

001-9 | 00190.00009 02367.380009 00036.501187 1 56330000003660

Cedente		Agência/Código do Cedente		Espécie	Quantidade	Nosso número
SEC. MUN. DE TRAB., ABAST. E ECON. SOLIDÁRIA		3557-2 / 00006999-X		R\$	1	23673800000036501-8
Número do documento	CPF/CNPJ	Vencimento		Valor documento		
0000036501	12.200.135/0001-80	10/03/2013		36,60		
(-) Desconto/Abatimentos	(-) Outras deduções	(+) Mora/Multa	(+) Outros acréscimos	(=) Valor cobrado		
Sacado SEVERINA DA SILVA FERREIRA - Box: MB.LB-MB.0007 - Box: MB.VER-MB.0034 - Box: MB.VER-MB.0035 - Mês: 2/2013 - 54.0.3.09./944-15						
RUA MANOEL ALMEIDA, 021A - BEBEDOURO,						
Demonstrativo						

Demonstrativo

Autenticação mecânica

Corte na linha pontilhada

<b>BANCO DO BRASIL</b>		001-9	00190.00009 02367.380009 00078.264181.9 60790000003660		
Cedente SEC. MUN. DE TRAB., ABAST. E ECON. SOLIDÁRIA		Agência/Código do Cedente 3557-2 / 00006999-X	Espécie R\$	Quantidade 1	Nosso número 23673800000078264-6
Número do documento 0000078264		CPF/CNPJ 12.200.135/0001-80	Vencimento 30/05/2014	Valor documento 36,60	
(-) Desconto/Abatimentos	(-) Outras deduções	(+) Mora/Multa	(+) Outros acréscimos	(=) Valor cobrado	
Sacado SEVERINA DA SILVA FERREIRA - Box: MB.LB-MB.0007 - Box: MB.VER-MB.0034 - Box: MB.VER-MB.0035 - Mês: 4/2014 - 540.309.944-15 RUA MANOEL ALMEIDA, 021A - BEBEDOURO.					
Demonstrativo			Autenticação mecânica		

Corte na linha pontilhada

<b>BANCO DO BRASIL</b>		001-9	00190.00009 02367.380009 00142.432186 5 65160000003660		
Cedente SEC. MUN. DE TRAB., ABAST. E ECON. SOLIDÁRIA		Agência/Código do Cedente 3557-2 / 00006999-X	Espécie R\$	Quantidade 1	Nosso número 236738000000142432-8
Número do documento 0000142432		CPF/CNPJ 12.200.135/0001-80	Vencimento 10/08/2015	Valor documento 36,60	
(-) Desconto/Abatimentos	(-) Outras deduções	(+) Mora/Multa	(+) Outros acréscimos	(=) Valor cobrado	
Sacado SEVERINA DA SILVA FERREIRA - Box: MB.LB-MB.0007 - Box: MB.VER-MB.0034 - Box: MB.VER-MB.0035 - Mês: 7/2015 - 540.309.944-15 RUA MANOEL ALMEIDA, 021A - BEBEDOURO.					
Demonstrativo			Autenticação mecânica		

Corte na linha po

**11.158.131/0001-18**  
Praça Ciro Acioly, 96, Ponta Grossa  
Maceio / Alagoas

Corte na linha pontilhada

Recibo do Sacado

**BANCO DO BRASIL** | 001-9 | 00190.00009 02080.942002 00008.667180 4 50880000003550

Cedente			Agência / Código do Cedente	Espécie	Quantidade	Nosso número
Secretaria Municipal de trabalho, Abastecimento e economia solidária			3557-2 / 00006664-8	RS		20809420000008867
Número do documento	Contrato	CPF/CEI/CNPJ	Vencimento		Valor documento	
9350	18554409	11.158.131/0001-18	12/09/2011		35,50	
(-) Desconto / Abatimento			(-) Outras deduções		(+*) Valor cobrado	
Sacado			(+*) Mora / Multa			
SEVERINA DA SILVA FERREIRA - 540.309.944-15 - BEB LB 0007 0034 0035 - Mensalidade referente ao mes de agosto/2011						
Autenticação mecânica						

Autenticação mecânica

Corte na linha pontilhada





SECRETARIA MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO  
Secretaria Municipal de Abastecimento  
Guia Rápida - Cobrança de Taxa - Prefeitura - TLU  
12 2009

PERMISSIONÁRIO  
SEVERINA DA SILVA FERREIRA  
BEB VER 0034/0035

BOLETO

54030994415

Mensagem

PAGUE ESTA TAXA NAS AGÊNCIAS DO BANCO DO BRASIL



001-9

00190.00009 02367.380009 00183.339183 1 69430000003660

Cedente		Agência/Código do Cedente		Espécie	Quantidade	Nosso número
SEC. MUN. DE TRAB., ABAST. E ECON. SOLIDÁRIA		3557-2 / 00006999-X		R\$	1	23673800000183339-2
Número do documento		CPF/CNPJ	Vencimento		Valor documento	
0000183339		12.200.135/0001-80	10/10/2016		36,60	
(-) Desconto/Abatimentos	(-) Outras deduções	(*) Mora/Multa		(*) Outros acréscimos		(=) Valor cobrado
Sacado SEVERINA DA SILVA FERREIRA - Box: MB.LB-MB.0007 - Box: MB.VER-MB.0034 - Box: MB.VER-MB.0035 - Mês: 9/2016 - 540.309.944-15 RUA MANOEL ALMEIDA, 021A - BEBEDOURO.						

Demonstrativo

Autenticação mecânica

Corte na linha pontilhada

**SEMICA**

4975-03062007

Local / Permissionário

BEB VER 0035 SEVERINA DA SILVA FERREIRA

Tipo de Cobrança	Referente
área	3 Sem. Jun, 06/2007
Vencimento	Juros / Multa (R\$)
20/06/2007	0,00
Área (R\$)	Ressarcimento (R\$)
2,00	0,00
Valor Documento (R\$)	Valor Cobrado (R\$)
2,00	2,00

**SEMICA**

4974-03062007

Local / Permissionário

BEB VER 0034 SEVERINA DA SILVA FERREIRA

Tipo de Cobrança	Referente
área	3 Sem. Jun, 06/2007
Vencimento	Juros / Multa (R\$)
20/06/2007	0,00
Área (R\$)	Ressarcimento (R\$)
2,00	0,00
Valor Documento (R\$)	Valor Cobrado (R\$)
2,00	2,00

**SEMICA**

5072-03062007

Local / Permissionário

BEB LB 0007 SEVERINA DA SILVA FERREIRA

Tipo de Cobrança	Referente
área	3 Sem. Jun, 06/2007
Vencimento	Juros / Multa (R\$)
20/06/2007	0,00
Área (R\$)	Ressarcimento (R\$)
4,50	0,00
Valor Documento (R\$)	Valor Cobrado (R\$)
4,50	4,50

## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** WELLINGTON HILÁRIO DA SILVA, BRASILEIRO, SOLTEIRO, CARREGADOR, portador de CPF 172.278.854-32 e Carteira de Identidade 3506752-7, residente na CS. ARY VEIRA, Nº 14, CHA DE BEZERRA - MACEIÓ, telefone: (82) 98805-3748.

**OUTORGADO:** BRUNO GABRIEL DE ARAÚJO, advogado, devidamente inscrito na OAB/AL - 12385, com escritório profissional na Rua Hilda Pereira Monte, 11-D, Petrópolis, Maceió/AL.

**PODERES:** Os poderes das cláusulas "AD JUDICIA" e "EXTRA" para o foro em geral, com o fim de defender todos os direitos e interesses do outorgante, podendo transigir, desistir, fazer acordos, discordar, concordar, passar recibos, dar e receber quitação, apresentar, juntar e desembaraçar documentos, papéis, recibos e guias, interpor e seguir recursos até Superior instância e finalmente praticar e requerer todos os demais atos necessários ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes. Em especial, os poderes para representar em ações judiciais e procedimentos extrajudiciais em face da Braskem e Entes Públicos, para indenização dos danos causados ao imóvel e atividade econômica do outorgante, bem como os danos imateriais às pessoas dos morador e/ou empreendedor.

- a. No procedimento extrajudicial serão devidos honorários ao Outorgado no percentual de 15% (quinze por cento) de todo o proveito econômico obtido, a serem pagos pelo outorgante no momento da indenização, sendo passível de retenção pela entidade pagadora e repasse diretamente ao Advogado.
- b. Os honorários sucumbenciais serão devidos ao Advogado, bem como qualquer remuneração de natureza honorária prevista em Termo de Ajustamento de Conduta, ou outro acordo celebrado entre as partes.
- c. Caso seja a opção pela via Judicial, o outorgante acede em pagar aos advogados contratados, honorários correspondentes a 20% (vinte por cento) do total bruto da ação deferido com as devidas atualizações apuradas em procedimento de execução, até final pagamento.
- d. Caberá à parte contratante o pagamento das custas e despesas que forem necessárias ao bom e rápido andamento da ação, bem como fornecer os documentos que os advogados ora contratados lhe solicitar.
- e. havendo desistência após ajuizado o feito, ou composição amigável entre autor(a) e ré(u), os honorários continuarão devidos no mesmo percentual previamente acordado, neste caso, respectivamente, sobre o valor da causa ou sobre o valor bruto pactuado na composição amigável.
- f. Aplicam-se as demais condições do estatuto da advocacia.
- g. As partes contratantes elegem o foro da Cidade de Maceió/AL, para dirimir qualquer ação oriunda deste contrato.

Maceió, 03/08/2020

x Wellington Hilário da Silva

# AUTODECLARAÇÃO

Eu, WELLINGTON HILÁRIO DA SILVA  
 portador do RG Nº 3506752-7, CPF Nº 122.278.854-32,  
 residente e domiciliado na CF. ARY VIEIRA, Nº 14, CHÃ DE BEBEDOURO  
MACAÍO/AL declaro sob as penas da lei, que exerço minhas  
 atividades comerciais no MERCADO PÚBLICO DE BEBEDOURO desde o ano de 2011,  
 e o objeto de minha atividade é a venda de CARREGADOR.

Declararam também as testemunhas abaixo que o referido é a absoluta expressão da verdade, e firmam a presente declaração, sob a responsabilidade civil e criminal de falso testemunho.

x Wellington Hilário da Silva

## TESTEMUNHAS:

x Maria Jose F. da Silva

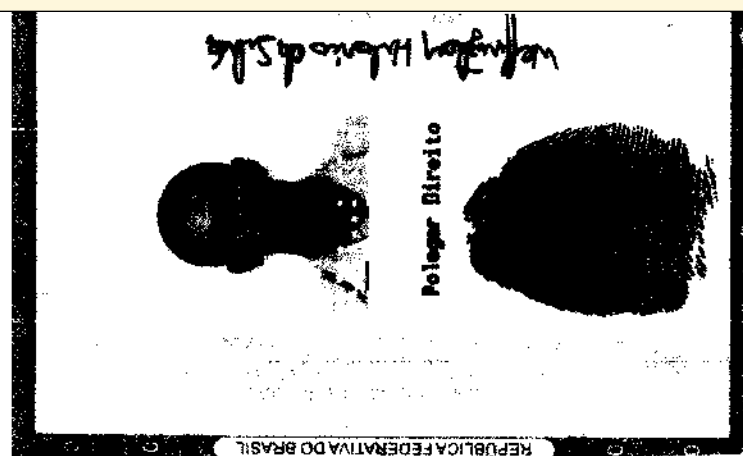
NOME:

CPF: 925.791.834-34

x Elson Maria da Silva Santos

NOME:

CPF: 786.772.624-15



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

3504752-7 18/04/2015

WELLINGTON HILARIO DA SILVA

REGINALDO HILARIO DA SILVA  
ERIBALDA MARIA DA SILVA

PORTO CALVO - AL 14/04/1993

CERTID MASC 49875 FLS 141V LIV A44  
3 OF NACE16-AL

122.278.854-32

2 VIA

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



Receita Federal  
Departamento de Registro e Identificação



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número  
122.278.854-32

Nome  
WELLINGTON HILARIO DA SILVA

Nascimento  
14/04/1993

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO



663.277.924-72 Y11X141937

MAÇEIO LIN FAROL

00	AGUA		87,66
00080	MULTA P/IMPONTUALIDADE	1/1	2,38
00091	JUROS DE MORA	1/1	0,55

19/08/2020

90.59

HISTÓRICO DE CONSUMO				HISTÓRICO DE CONSUMO			
MES/ANO	LEITURA	OL	OC CONSUMO	MES/ANO	LEITURA	OL	OC CONSUMO
08/2019	592	0	13	02/2020	707	0	29
09/2019	609	0	17	03/2020	723	0	16
10/2019	623	0	14	04/2020	738	0	15
11/2019	637	0	14	05/2020	751	0	13
12/2019	655	0	18	06/2020	762	0	11
01/2020	678	0	23	07/2020	773	0	11

6	3	6	3	6	6
4	4	6	4	4	4
3	4	1	4	3	4

PREVENCAO COVID-19: HIDROMETROS INTERNOS FATURADOS OR MEDIA.  
EXTERNOS COM LEITURA REAL.  
MPAJ#SUAATITUDE SALVA DENUNCIE A VOLENCIA CONTRA A MULHER: 180

0020148755	08/2020	472	028	0095	0387	000
------------	---------	-----	-----	------	------	-----

19/08/2020

90,59

82690000000-9 90590012820-8 20148755082-8 02000000003-2



### AUTODECLARAÇÃO

Eu, Zilda Rosa Santos da Silva,  
residente à Rua Benedito de Lima, 133-A, Bebedouro,  
CPF nº 222.695.334-53 RG nº 2001001221846, Declaro, para os devidos fins  
que exerço atividade comercial no Mercado Público de Bebedouro, desde o ano de  
1988 no ramo de comerciante (roupas).

Por ser verdade, dato e assino o presente documento, declarando estar ciente  
de que responderei criminalmente em caso de falsidade das informações aqui prestadas.

Maceió, 21 / 10 / 2020.

Zilda Rosa Santos da Silva

Assinatura do Declarante

### TESTEMUNHAS:

Maria José da Silva  
NOME: Maria José da Silva  
CPF: 011.051.874-89

Yasmim Alves dos Santos  
NOME: Yasmim Alves dos Santos  
CPF: 114.315.184-41

## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** ZILDA ROSA SANTOS DA SILVA, BRASILEIRA,  
CASADA, COMERCIANTE, portador de CPF 222.695.334-53 e Carteira de  
 Identidade 2001001221846, residente na R. SÃO JOSE, 133-A, CID. DE ZEBEDOURO,  
MACÉIO/AL - CEP. 57.018-860 telefone: (82) 98814-3300  
98721-8291

**OUTORGADO:** BRUNO GABRIEL DE ARAÚJO, advogado, devidamente inscrito na OAB/AL - 12385,  
 com escritório profissional na Rua Hilda Pereira Monte, 11-D, Petrópolis, Maceió/AL.

**PODERES:** Os poderes das cláusulas "AD JUDICIA" e "EXTRA" para o foro em geral, com o fim de defender todos os direitos e interesses do outorgante, podendo transigir, desistir, fazer acordos, discordar, concordar, passar recibos, dar e receber quitação, apresentar, juntar e desembaraçar documentos, papéis, recibos e guias, interpor e seguir recursos até Superior instância e finalmente praticar e requerer todos os demais atos necessários ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes. Em especial, os poderes para representar em ações judiciais e procedimentos extrajudiciais em face da Braskem e Entes Públicos, para indenização dos danos causados ao imóvel e atividade econômica do outorgante, bem como os danos imateriais às pessoas dos morador e/ou empreendedor.

a. No procedimento extrajudicial serão devidos honorários ao Outorgado no percentual de 15% (quinze por cento) de todo o proveito econômico obtido, a serem pagos pelo outorgante no momento da indenização, sendo passível de retenção pela entidade pagadora e repasse diretamente ao Advogado.

b. Os honorários sucumbenciais serão devidos ao Advogado, bem como qualquer remuneração de natureza honorária prevista em Termo de Ajustamento de Conduta, ou outro acordo celebrado entre as partes.


c. Caso seja a opção pela via Judicial, o outorgante acede em pagar aos advogados contratados, honorários correspondentes a 20% (vinte por cento) do total bruto da ação deferido com as devidas atualizações apuradas em procedimento de execução, até final pagamento.

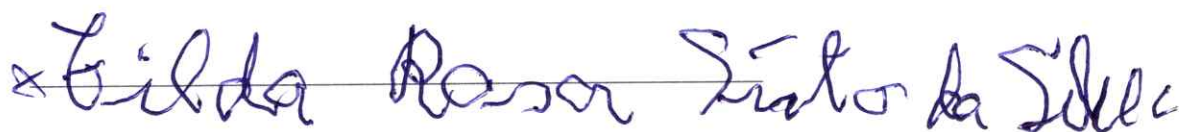
d. Caberá a parte contratante o pagamento das custas e despesas que forem necessárias ao bom e rápido andamento da ação, bem como fornecer os documentos que os advogados ora contratados lhe solicitar.

e. havendo desistência, após ajuizado o feito, ou composição amigável entre autor(a) e ré(u), os honorários continuarão devidos no mesmo percentual previamente acordado, neste caso, respectivamente, sobre o valor da causa ou sobre o valor bruto pactuado na composição amigável.

f. Aplicam-se as demais condições do estatuto da advocacia.

g. As partes contratantes elegem o foro da Cidade de Maceió/AL, para dirimir qualquer ação oriunda deste contrato.

Maceió, 13/10/2020 



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO  
GERAL

2001001221846

DATA DE  
EXPIRAÇÃO

11/01/2019

ZILDA ROSA SANTOS DA SILVA

MANOEL SEBASTIÃO DOS SANTOS  
ROSA LUZIA LINA DOS SANTOS

DATA DE NASCIMENTO

29/10/1942

NATURALIDADE

ATALAIA - AL

CERTO CAS 55031 FLS 68 LIV 185

OF MACEIÓ - AL

222.695.334-53

2 VIA

ASSINATURA

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

P 300

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE ALAGOAS

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS

MAIOR DE 60 ANOS

Polegar Direito

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE



Zilda Rosa Santos da Silva



DOC . 1

# **Relatório do Programa Compensação Financeira e Apoio à Realocação**

**Relatório de Atualização**

28 de Fevereiro de 2021

# Sumário de Indicadores

Status em  
28/02/2021

Total Imóveis <sup>1, 2</sup>	Imóveis Selados	Imóveis Realocados <sup>3</sup>	Imóveis selados pendentes de desocupação	Acordos de compensação realizados
-------------------------------	-----------------	---------------------------------	--	-----------------------------------

## Áreas do Acordo

Resguardo	525	525	525	0	460
Zona A	1.632	1.632	1.632	0	1.677
Zona B	77	77	77	0	77
Zona C	159	159	159	0	91
Zona D	2.785	2.785	2.724	61	1.451
Zona E	2.600	2.600	2.542	58	169
Zona F	60	60	59	1	0
Zona G	2.347	2.347	2.180	167	9
Zona H	1.309	1.309	430	879	0
TOTAL ÁREA 00	11.494	11.494	10.328	1.166	3.934
Área 01	2.442	81	54	27	0
TOTAL GERAL	13.936	11.575	10.382	1.193	3.934

## Destaques

### Realocação

- **Zona D: 61 pendentes**, sendo 38 residenciais e 23 comerciais
- **Zona E: 58 pendentes**, sendo 42 residenciais e 16 comerciais
- **Zonas F e G: 168 pendentes de desocupação**, sendo 141 residenciais e 27 comerciais
- **Zona H:** Selagem concluída com 1.309 selos
  - 879 pendentes de realocação, sendo 832 residenciais e 47 comerciais
- **Área 01:** Selagem prevista para Fev-Mar/21, expectativa de 2.442 selos
  - Selos antigos da Junta Técnica: 27 pendentes de realocação, sendo 26 residenciais e 1 comercial

### Compensação

- **4.669 propostas de compensação** apresentadas:
  - 3.934 propostas aceitas e apenas 16 recusadas
  - 339 propostas feitas, aguardando resposta
  - 380 propostas em reanálise
  - +300 propostas a serem apresentadas nas próximas semanas
- **563 propostas apresentadas em Janeiro**
- **650 propostas apresentadas em Fevereiro**

1. Não considera grandes supramentos. Imóveis de Brasília e demais locais que não serão realocados na Central do Morador, e imóveis que entraram no PEF via Junta Técnica e que se sobrepõe a área delimitada no novo Acordo estão contabilizados pelo critério geográfico. 2. Inclui mudanças realizadas, mudanças agendadas (incluindo 28 com datas passadas) e imóveis desocupados mapeados em campo. Assinado em login e senha por ANA CAROLINA QUINTILIANO BARROS ELIZIARIO, em 23/03/2021, 22:50. Para verificar a autenticidade, acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave: BACE3FE8.94FD409E.B2ACA860.62AB852B

# Imóveis Comerciais & Mistos

Status em  
28/02/2021

## Realocação

## Compensação

Selos <sup>1</sup>	Imóveis Realocados ou em Processo de Mudança	Pleitos Ingressados <sup>2</sup>	Propostas apresentadas	Propostas Pagas
--------------------	--	----------------------------------	------------------------	-----------------

Resguardo	127	127	145	110 (~76%)	78
Zona A	201	201	220	161 (~73%)	109
Zona B	5	5	6	5 (~83%)	4
Zona C	50	50	56	33 (~59%)	22
Zona D	579	555	659	205 (~31%)	57
Zona E	383	366	325	12 (~4%)	3
Zona F	7	6	Imóveis da Zona F ingressarão no fluxo de compensação a partir de Março de 2021		
Zona G	439	408	Imóveis da Zona G ingressarão no fluxo de compensação a partir de Abril de 2021		
TOTAL	1.791	1.718	1.411	526 (~37%)	273

## Destaques

### Realocação

- ~96% do total de imóveis comerciais & mistos já foram desocupados
- Todos os imóveis comerciais & mistos de Resguardo, Zona A, Zona B e Zona C já foram desocupados
- ~96% do total de imóveis comerciais & mistos das Zonas D e E já foram desocupados, estimados 41 imóveis pendentes de desocupação: 24 da Zona D e 17 da Zona E
- ~93% do total de imóveis comerciais & mistos das Zonas F e G já foram desocupados, estimados 32 pendentes de desocupação: 1 da Zona F e 31 da Zona G

### Compensação

- 526 propostas já apresentadas (~37% dos pleitos ingressados) das quais:
  - 346 de imóveis mistos
  - 154 de proprietários de imóveis comerciais
  - 26 de locatários de imóveis comerciais
- 273 propostas já pagas
- Ingresso no fluxo de compensação de todos os imóveis comerciais & mistos de Resguardo, Zonas A, B e C, com ~72% de apresentação de propostas
- Fluxo de compensação para a Zona E se iniciou em Janeiro/2021, de modo que estamos no 2º mês de programa para esta zona

Assinado com login e senha por ANA CAROLINA QUINTILLIANO BARROS ELIZIARIO, em 23/03/2021, 22:50. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpb.mp.gov.br/arquivos/docs/pleitos>. Chave: BAC3FE8-94FD409E-B5AC86D9-62AB832B

1 Total de selos classificados como comercial e misto considera informação da seleção/pleito de realocação e pleito do beneficiário durante reunião de ingresso no fluxo de compensação. Para a Zonas F e G considerado apenas informação da selagem.

2 Número de pleitos ingressados para o Resguardo e para as Zonas A, B, C e D é maior que o respectivo número de imóveis realocados porque alguns imóveis possuem mais de um pleito (tipicamente proprietário + locatário).

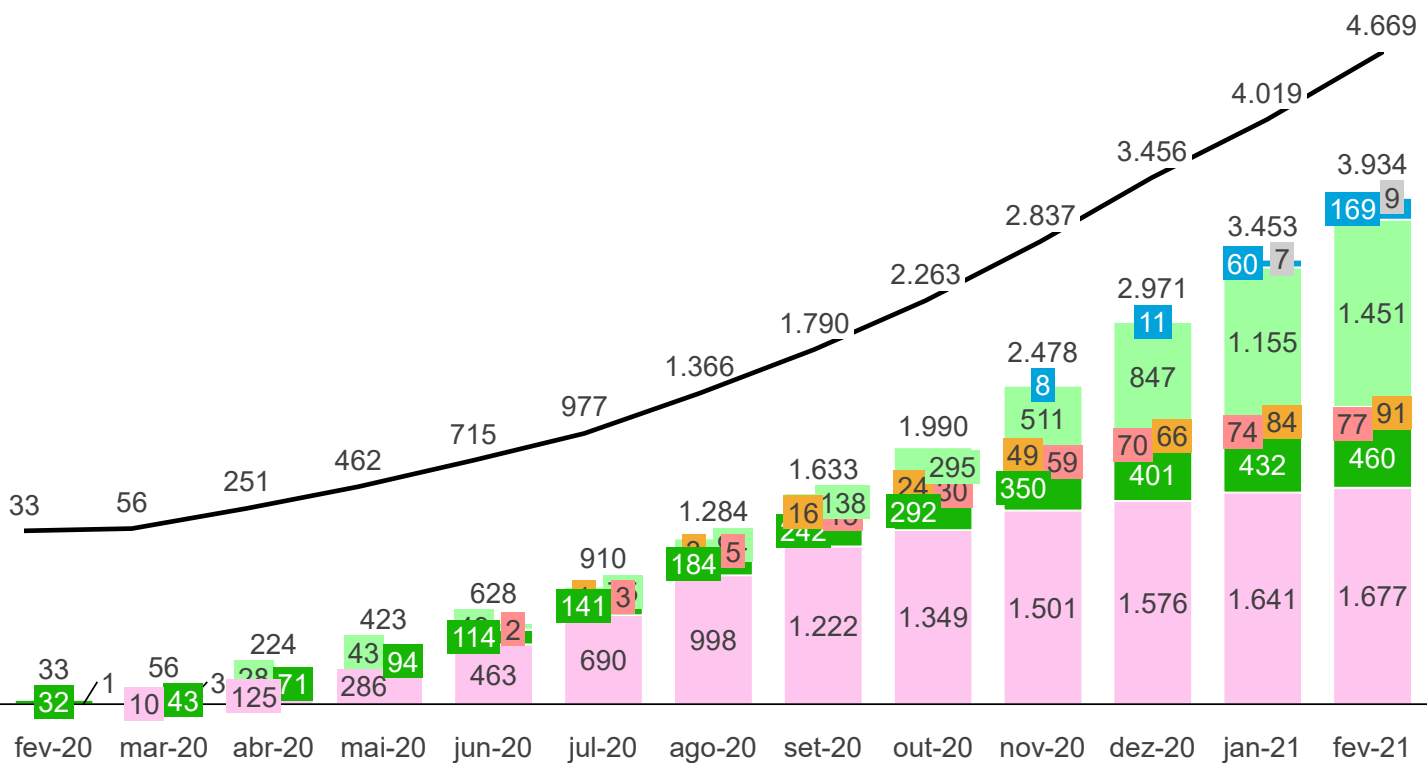
# Evolução do Programa de Compensação

Status em  
28/02/2021

Propostas aceitas: Zona G Zona E Zona D Zona C Zona B Resguardo Zona A — Propostas apresentadas

## Evolução das propostas aceitas e apresentadas

Quantidade de propostas



## Propostas apresentadas: 4.669

- Propostas aceitas: **3.934**
- Propostas recusadas: **16**
- Aguardando resposta: **339**
- Propostas em reanálise: **380**

Índice de 99,6% de aceitação das propostas apresentadas

- Pagamentos concluídos: **3.072**
- Em processo de pagamento: **86**
- Em homologação: **142**
- Em prazo de desistência: **51**
- Aguardando documentação final: **389**
- Em processo de assinatura: **194**
  - Elaboração do termo: **130**
  - Assinatura Braskem: **12**
  - Assinatura morador: **52**



Relatório Financeiro: Pagamentos Realizados no Âmbito do PCF

Status em  
28/02/2021

Pagamento <sup>1</sup> – R\$ Mil	jan/20	fev/20	mar/20	abr/20	mai/20	jun/20	jul/20	ago/20	set/20	out/20	nov/20	dez/20	jan/21	fev/21	Total
Total	730	1.764	13.365	10.966	21.540	32.469	29.333	35.113	34.612	47.731	85.781	95.860	72.502	94.349	576.115
Auxílio temporário	720	1.644	10.230	5.437	8.908	8.040	6.020	7.518	10.702	11.693	10.284	13.861	13.060	10.333	118.450
Antecipação indenização lucro cessante	10	120	400	1.500	550	520	610	490	1.610	4.190	4.710	3.570	4.840	5.089	28.209
Compensação final	-	-	2.603	3.837	11.503	22.676	21.599	25.783	21.223	30.298	67.326	74.608	51.887	74.903	408.246
Honorários Advocatícios	-	-	132	192	579	1.233	1.104	1.322	1.077	1.550	3.461	3.821	2.715	4.024	21.210

STATUS DE OCUPADOS E DESOCUPADOS/REALOCADOS – 28/02/2021



### Legenda

**Status**  
28/02/2021

- Desocupado
- Ocupado
- Setores de Identificação

**ZONAS DE DESOCUPAÇÃO**

- RESGUARDO
- ZONA A
- ZONA B
- ZONA C
- ZONA D
- ZONA E
- ZONA F
- ZONA G
- ZONA H
- CRITICIDADE 01

**MAPEAMENTO - BRASKEM**

**MAPA STATUS OCUPADOS E DESOCUPADOS OU REALOCADOS - 28/02/2021**

Fonte: GeoCidade

BRASKEM: MAPA DE OCUPAÇÃO E DESOCUPAÇÃO DE IMÓVEIS DO Loteamento BRASKEM, em 28/02/2021. O mapa foi elaborado com base em imagens de satélite e dados de campo. A escala é de 1:10.000. O mapa foi elaborado com base em imagens de satélite e dados de campo. A escala é de 1:10.000.

BRASKEM: MAPA DE OCUPAÇÃO E DESOCUPAÇÃO DE IMÓVEIS DO Loteamento BRASKEM, em 28/02/2021. O mapa foi elaborado com base em imagens de satélite e dados de campo. A escala é de 1:10.000. O mapa foi elaborado com base em imagens de satélite e dados de campo. A escala é de 1:10.000.

Comentários

- Este mapa não contempla os Grandes Equipamentos
- A selagem e a verificação de base da área de criticidade 01 estão em processo de finalização. A ocupação está indicada no mapa apenas para os imóveis que já estão selados e em atendimento pelo PCF

# Relatório do Programa Compensação Financeira e Apoio à Realocação

## Relatório de Atualização

28 de Fevereiro de 2021



Processo: **0804765-60.2020.4.05.8000**

Assinado eletronicamente por:

**ADILSON VIEIRA MACABU FILHO - Advogado**

**Data e hora da assinatura:** 08/03/2021 22:38:58

**Identificador:** 4058000-8040488

Para conferência da autenticidade do documento: <https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

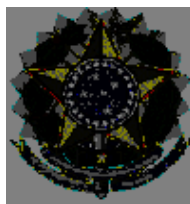


21030822371575400000008096657

Assinado com código e senha por ANA CAROLINA QUINTILIANO BARROS ELIZIARIO, em 23/03/2021 22:50. Para verificar a autenticidade acesse

o site <https://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave BACE3FE8.94FD409E.B2ACA860.62AB852B





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

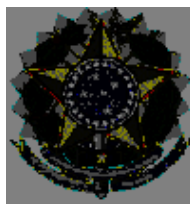
ATA DE REUNIÃO

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de fevereiro do ano 2021, às 14 h, reuniram-se via Zoom, as **PROCURADORAS DA REPÚBLICA** Niedja Gorete de Almeida Rocha Kaspary, Juliana de Azevedo Santa Rosa Câmara e Roberta Lima Barbosa Bomfim; o **DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL** Diego Bruno Martins Alves; os **REPRESENTANTES DO MOVIMENTO LUTO POR BEBEDOURO** Abilene Lourenço Costa (98825-5826), o advogado Bruno Gabriel de Araújo (98801-2870), Israel Wanderley Maux Lessa (99917-9808), Cícera (Cícera do Ovo – Mercado Público do Bebedouro) e Rosana da Silva Macedo (99935-3005); e o **REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BOM PARTO** José Fernando Lima Silva para tratar de questões relativas ao caso dos bairros do Pinheiro, Mutange, Bebedouro e Bom Parto, a pedido do Movimento Luto por Bebedouro e da Associação de Moradores do Bom Parto.

O **Sr. José Fernando Silva** iniciou a sua fala salientando que a área que era de monitoramento e passou a ser de realocação não atende às solicitações dos moradores. Há fissuras que não foram novamente consideradas. Na visita do Defensor Público Ricardo Melro, ele presenciou eventos em casas que não estão no perímetro. Portanto, solicita que esses imóveis sejam abrangidos pelo mapa. Estão passando por um momento em que cerca de 40% do bairro ficará similar ao Mutange, que deixa de existir. Quem está ficando no bairro está sofrendo tanto quanto quem está saindo. Pediram ajuda à Secretaria de Segurança, mas não foram atendidos. Formalizaram a situação junto à Prefeitura e estão ajuizando uma ação na Holanda, no Tribunal de Haia. Solicita a regularização da situação, notadamente da beira da lagoa. Estão próximos de uma quadra chuvosa, que promete ser uma das piores, e sequer alguém foi ao local verificar a situação. As vias estão totalmente intransitáveis, pois a CBTU, junto com a Braskem, instalaram a parada de ônibus de transbordo no local. Desculpou-se por ser repetitivo, mas os moradores dos imóveis que estão fora do perímetro estão morrendo psicologicamente. O que fazer com quem fica? Solicitaram à Braskem a distribuição de kits para enfrentamento da Covid, que até agora não chegaram. Não sabem mais a quem recorrer. É muito difícil para quem ficou no bairro. Não há mais transporte público, segurança, saúde. Precisam ter o mínimo possível. Ingressaram no MPF com uma representação contra advogados que estão trabalhando de forma incorreta, financiando crimes ambientais, e até agora não há nenhuma ação por parte da Justiça, não tem notícia de que exista sequer um inquérito policial.

A **Dra. Roberta Bomfim** salientou que este foi o motivo pelo qual estão fazendo a reunião em conjunto, pois a pauta que o Sr. José Fernando Silva apresentou é muito semelhante à pauta encaminhada pelo Movimento Luto por Bebedouro. Esclareceu que, em relação aos imóveis que não estão incluídos no mapa, a partir do aditivo ao acordo celebrado em janeiro com a Braskem, criaram um novo órgão, o Comitê de Acompanhamento Técnico, para acompanhar a situação desses imóveis nas margens do mapa. Assim, o MPF expedirá ofício a este Comitê, que fará a avaliação na visão geológica e da engenharia civil. Quando o novo mapa saiu, imaginavam que alcançaria todos os imóveis que apresentavam patologia naquele momento. No entanto, assim não o foi. Mas conseguiram, após difícil negociação, a criação deste Comitê para acompanhar a eventual expansão do movimento e o alcance de novos imóveis, o que se mostra acertado diante destes pleitos.

A **Dra. Juliana Câmara** salientou que é importante deixar claro que, após a divulgação do mapa da Defesa Civil, que é o mapa oficial, considerando que a Braskem havia feito estudos próprios, que demonstravam novas áreas atingidas, o MPF oficiou a Defesa Civil para que esclarecesse a razão de tais



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

áreas não estarem incluídas no mapa. A Defesa Civil respondeu sustentando que as evidências não correlacionavam as patologias ao fenômeno de afundamento. Por essa razão é que resolveram submeter a questão ao Comitê.

A **Dra. Roberta Bomfim** acrescentou que sempre lutaram pela inclusão do Bom Parto no mapa, e novamente irão buscar essa inclusão dos imóveis ainda não abrangidos, respeitados os critérios técnicos. Há outras demandas que fogem da alçada do MPF, as quais serão direcionadas ao Município. No primeiro acordo firmado, em janeiro de 2020, a área classificada de criticidade 01 não foi incluída. Quando, após intensas negociações com a Braskem durante todo o ano de 2020, isso se tornou possível, receberam críticas do próprio Município e, ao mesmo tempo, recebem diariamente essas demandas de inserção de novos imóveis. É importante deixar claro que a atuação é sempre pautada por critérios técnicos. A Defesa Civil não pode incluir áreas no mapa apenas por sua vontade nem o MPF pode incluir novas áreas no acordo apenas por sua vontade. Sempre precisam se basear na técnica. E essas demandas necessitam de tempo, tempo de reunião, de negociação, de estudos técnicos.

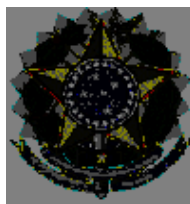
O **Sr. Israel Lessa** agradeceu a oportunidade e as respostas que o MPF lhe deu a todas às solicitações feitas nos últimos oito meses. Salientou que, se não tivessem se socorrido do MPF, até hoje não teriam sido feitas as visitas técnicas pela Braskem e Defesa Civil que estavam agendadas para esse ano e que foram adiantadas. Ressaltou, todavia, que não se trata apenas de técnica, pois a Defesa Civil não ampliou o mapa baseado no laudo do engenheiro civil. Informou que se reuniu com a nova gestão da Defesa Civil, oportunidade em que o novo Coordenador da Defesa Civil comprometeu-se a ampliar as linhas de interferometria para alcançar a região do Flexal, então, além da questão técnica, é uma questão também de boa vontade. Ressaltou que entregarão um documento à ONU sobre a situação de Maceió.

A **Sra. Cícera (Cícera do Ovo)** destacou que um dos fundadores do Mercado Público do Bebedouro é o seu pai, que hoje conta com 70 anos. Toda a sua família é comerciante do Mercado Público do Bebedouro. O seu pai está doente e, hoje, ela está cuidando do seu pai e da sua mãe. Salientou que vendia 10 caixas de ovos por semana. O Mercado Público do Bebedouro funcionava apenas às sextas-feiras e aos sábados, mas foi lacrado, e os clientes foram perdidos. Portanto, começarão do zero. Salientou que está sobrevivendo se alimentando cada dia na casa de um parente. Ressaltou que os demais comerciantes também estão passando fome e que os fornecedores do interior do Estado passam por dificuldades, pois não têm mais para quem vender os produtos que colhem em suas roças. Solicitou que façam algo pelos comerciantes. Salientou que o Sr. Israel Lessa os ajudou muito e continua ajudando mesmo após as eleições e que ainda trouxe o Dr. Bruno Araújo, nome que nunca esquecerá.

A **Sra. Abilene Costa** ressaltou que estão passando por momentos difíceis no Flexal de Baixo. Há imensas rachaduras. Ela e seus filhos trabalham com *delivery*, mas não estão mais trabalhando, porque não há mais clientes para fazer entregas na região. Não há mais segurança, saúde, as igrejas estão fechando, bem como supermercados e açougues. Não sabem mais com viverão. A salvação dos moradores tem sido o Sr. Israel Lessa e o Dr. Bruno Araújo. Informou que tem uma criança especial em casa e não há escola no local para matriculá-la. A escola foi deslocada para outro local, mas ela não tem como levá-la.

A **Sra. Rosana Macedo** salientou que a Defesa Civil afirmou que a sua casa foi mal estruturada, o que seria a causa das rachaduras. Mas se for problema de estrutura, todo o bairro tem o mesmo problema. Informou que precisa pegar ônibus, mas, ao andar para a sua casa, fica à mercê de ladrões. Não pode mais





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

ficar na frente da sua casa, pois não há segurança. Há apenas uma padaria no Flexal, pois as demais fecharam. Não passa mais uma viatura policial no local. Informou que fazia fisioterapia no Farol e hoje não mais pode fazer, pois subia a Ladeira do Calmon a pé, o que hoje não é mais possível.

A **Dra. Niedja Kaspary** indagou se o Município está enviando transporte escolar para os bairros que estão sem escola. Indagou ainda se as questões de saúde, educação e segurança foram encaminhadas às autoridades municipais competentes.

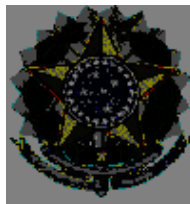
O **Dr. Diego Alves** salientou que a questão das escolas foi parcialmente solucionada via acordo do MPT, mas apenas para novas escolas. O transporte está sendo feito, mas é insuficiente, não há cuidadores.

O **Sr. Israel Lessa** informou que a Secretaria de Segurança Pública, a Polícia Militar e o Governo do Estado de Alagoas receberam as demandas de segurança e educação. Quanto à segurança pública, nenhum dos três responderam. A Secretaria de Educação respondeu no final do ano, mas a Secretaria Municipal e o prefeito não se manifestaram.

O **Dr. Bruno Araújo** informou que há oito meses vem conversando com os feirantes do Mercado Público do Bebedouro e tentaram um canal com a Braskem, sem sucesso. Somente três ou quatro primeiros feirantes receberam a antecipação da indenização. Na quinta-feira soube que os feirantes não mais conseguem acesso ao local para retirar suas bancas. Além disso, foram selados os boxes da prefeitura, mas muitos feirantes utilizam bancas de madeira, as quais não foram seladas, de modo que não podem participar do programa. Passam pela mesma situação comerciantes de demais localidades, que vendiam em bancas de madeira nas ruas dos bairros. Sobre o Flexal de Cima, de Baixo e Rua Marquês de Abrantes, indagou se foi considerado o dano socioeconômico sofrido pelos moradores (falta de segurança, de serviços e desvalorização dos imóveis), pois o mapa considera apenas o dano geológico e estrutural. Indagou, ainda, se, na definição do Comitê, seria considerada a avaliação socioeconômica da área, bem como, em relação ao PCF, como está a negociação, pois destacou que a Braskem não se responsabiliza pelo pagamento do ITCMD e do ITBI, cujo pagamento se mostra necessário para a regularização dos imóveis em algumas situações, possibilitando, finalmente, o pagamento da indenização. Quanto à celeridade das indenizações, indagou se há alguma tratativa em relação aos casos dos imóveis usucapíveis ou arrolados em inventário, haja vista que, apesar de a maioria ser resolvida em cartório, em alguns casos não é possível.

A **Dra. Niedja Kaspary** ressaltou que todos os encaminhamentos de segurança, saúde, educação serão feitos. E em relação aos demais fatos relatados, também atuarão. Tudo o que foi feito até aqui sempre foi e será em prol dos atingidos, mas tudo tem um tempo e precisam sempre se pautar pela técnica. Desculpou-se, pois precisaria se ausentar em razão de outra reunião.

O **Dr. Diego Alves** salientou que, em relação aos imóveis que estão fora do mapa, não há como exigir da Braskem a inclusão, pois baseiam-se em laudos técnicos. Além disso, essas áreas que não foram incluídas no mapa foram consideradas pela Braskem como áreas de risco. Conforme já dito, irão cobrar uma resposta do Comitê, que avaliará a geologia e a estrutura. Não há avaliação socioeconômica, pois esse não é um critério para inclusão no PCF. Esse dano socioeconômico não é mensurável de forma objetiva, esse trabalho deve ficar a cargo de cada morador, pois é uma questão individualizada. O que as instituições farão é lutar pela inclusão de toda a área do Flexal de Baixo e de Cima no acordo, respeitados os critérios



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

técnicos. Quanto à questão do inventário, não há como fazer o pagamento sem se saber a quem pagar. Mas foi acordado com a Braskem que essa questão não impedirá o fluxo da negociação. No entanto, no momento do pagamento, caso a situação não esteja regularizada, o valor deverá ser depositado em conta judicial, e não há outra forma, pois é uma questão legal. A questão do ITBI é muito interessante, e é a primeira vez que se deparam com esse questionamento, o qual será encaminhado à Braskem. Quanto ao Mercado Público, a questão já foi discutida com a Braskem na última reunião do dia 9 de fevereiro, que informou que foi instaurado um canal de comunicação com a população, o que será cobrado novamente. Em relação aos feirantes informais, a Braskem informou que estaria aguardando a relação de feirantes da Prefeitura.

O **Dr. Bruno Araújo** destacou que, logicamente, o inventário precisa da regularização, mas existe o instituto da cessão de direitos, que a Braskem não aceitou, mas acredita que seja uma boa alternativa para agilizar as indenizações. Quanto aos feirantes informais, destacou que a Prefeitura não tem esse controle. Acredita que há 10 anos esse cadastro não é atualizado, portanto, será bem diferente da realidade.

O **Dr. Diego Alves** salientou que essa também é a visão das instituições públicas e já conseguiram flexibilizar bastante em prol da indenização integral. O próprio programa da Braskem é mais flexível do que o próprio programa Posse Legal. Quanto à cessão, precisam saber exatamente qual é a posição da Braskem.

A **Sra. Cícera (Cícera do Ovo)** corroborou que a Prefeitura não tem esse controle dos feirantes, pois ela iniciou suas atividades no Mercado há 20 anos e, desde então, a Prefeitura já havia abandonado o Mercado. São os feirantes, inclusive, que pagavam para realizar a limpeza do local. E há filhos e netos que sucederam seus pais e avós. O cadastro existente na Prefeitura não mostra todas as pessoas que estavam lá desenvolvendo suas atividades.

O **Dr. Diego Alves** indagou se os feirantes possuem alguma lista de todos os comerciantes. Destacou a importância desse controle, haja vista a possibilidade de fraudes. Pontuou a importância de que juntem todas as provas de que a pessoa trabalhava no local.

O **Dr. Bruno Araújo** informou que já possui essa lista dos feirantes.

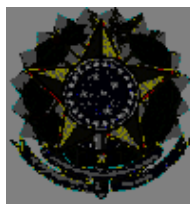
A **Dra. Juliana Câmara** esclareceu que, quando o Dr. Diego Alves falou em fraude, ele se referiu à Braskem, pois ela precisa de uma segurança para a indenização. Não se trata de desconfiança em relação aos feirantes.

A **Dra. Roberta Bomfim** acrescentou que a preocupação em relação à fraude também se justifica porque já passaram por situações como essa em outros locais.

O **Dr. Diego Alves** indagou quantos são os feirantes.

O **Dr. Bruno Araújo** informou que contabilizaram 45 pessoas até o momento.

A **Sra. Rosana Macedo** informou que trabalha em sua casa vendendo Natura e Avon e que deve IPTU. No entanto, a sua casa não tem mais de 5 m construídos de frente e sabe que há uma isenção para essa



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

situação.

O **Dr. Diego Alves** esclareceu que o fato de ser devedora de IPTU não impede que participe do programa, mas o valor será abatido da indenização. Sugeriu que a Sra. Rosana Macedo vá à Prefeitura e já solicite a isenção do IPTU, pois pode ser que seja possível. Quanto à venda dos cosméticos, terá que comprovar.

O **Sr. José Fernando Silva** destacou que sugeriram, em relação a quem está ficando no bairro, que o decreto sobre o IPTU cubra essa situação. O ideal seria que o decreto pudesse ser estendido para todo o bairro envolvido. Por exemplo, Bom parto está incluído, mas não a totalidade, todavia, todos foram atingidos.

A **Dra. Juliana Câmara** indagou ao Sr. José Fernando Silva o que são os kits da pandemia.

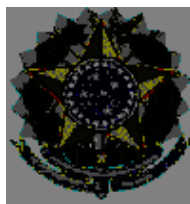
O **Sr. José Fernando Silva** esclareceu que são kits de higienização, já doados pela Braskem anteriormente.

A **Dra. Juliana Câmara** salientou que, quanto aos problemas de quem está ficando na área, a partir das informações coletadas em ata, serão feitos os encaminhamentos devidos. Em relação à representação dos advogados, embora o MPF seja uno, conta com diversos procuradores. Essa representação é da alçada criminal, portanto, está fora da atribuição das procuradoras que fazem parte desta Força-Tarefa. Esclareceu ao Sr. Israel Lessa, que, em sua fala, afirmou que aguardou muito por esta reunião, que estavam com a agenda apertadíssima, mas sempre deram andamento às solicitações encaminhadas por escrito. Ademais, as procuradoras da Força Tarefa não foram desoneradas. Portanto, além deste caso, precisam dar conta de todas as outras atribuições. Indagou se as questões de competência do Município já foram encaminhadas ao GGI do Município. Em relação aos danos socioeconômicos, foi previsto um valor relativo aos danos morais coletivos no acordo ambiental e informou que será realizada uma audiência pública para que a sociedade ajude na construção dos caminhos para a utilização deste montante.

A **Dra. Roberta Bomfim** ressaltou que há um procedimento específico sobre a questão dos empreendedores. Solicitou ao Dr. Bruno Araújo que encaminhe a documentação para juntada aos autos. Quanto aos imóveis fora do mapa, os encaminhamentos serão feitos. Destacou a importância dos critérios técnicos. Salientou que muitas vezes não conseguem realizar reunião, mas sempre encaminham todas as questões recebidas. Já são dois anos inteiros dedicados ao caso e, até hoje, deparam-se com situações novas e que não são simples. Realizam reuniões frequentemente, nas quais buscam melhorar o que já foi ajustado. Compreendem a dor e a angústia dos moradores. Em que pese os signatários do acordo possam se sentir desconfortáveis com algumas críticas, isso não os impede de entregar o serviço público que lhes compete.

O **Dr. Diego Alves** destacou que o papel aceita tudo, então cabe a cada um acreditar no que quiser. Independente de provocação à ONU, ao Tribunal de Haia ou a políticos, as instituições continuarão a trabalhar como sempre trabalharam.

O **Sr. Israel Lessa** agradeceu a oportunidade e pediu que perdoem todo e qualquer mal entendido que ele possa ter gerado durante o período de 2020, pois recebeu uma pressão descomunal dos moradores.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

Pontuou que a questão técnica da Defesa Civil e da Braskem só acontece quando são pressionadas pelas instituições.

Nada mais havendo a discutir, foi encerrada a reunião às 17 h, lavrando-se a presente ata, que, digitada pela Analista/Direito Nathália Diz Cenovicz, lida e achada conforme, vai por todos assinada.

*(assinado eletronicamente)*

**NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA  
KASPARY**  
Procuradora da República

*(assinado eletronicamente)*

**JULIANA DE AZEVEDO SANTA ROSA  
CÂMARA**  
Procuradora da República

*(assinado eletronicamente)*

**ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM**  
Procuradora da República



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Assinatura/Certificação do documento **PR-AL-00007274/2021 ATA nº 11-2021**

Signatário(a): **NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA KASPARY**

Data e Hora: **18/03/2021 11:47:04**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM**

Data e Hora: **16/03/2021 18:17:09**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **JULIANA DE AZEVEDO SANTA ROSA CAMARA**

Data e Hora: **05/04/2021 10:33:42**

Assinado com login e senha

Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 80b6ebff.a7f9f818.9631bf23.896d5512





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA - ALAGOAS/UNIÃO DOS PALMARES**  
**GABPR3-RLBB - GABINETE DE PROCURADOR DA REPÚBLICA**

**Termo de Remessa**

*(Gerado automaticamente pelo Sistema Único)*

**Expediente:**

1.11.000.000513/2021-14

**Remetente:**

GABPR3-RLBB - GABPR3-RLBB - ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM

**Destinatário:**

SEEXTJ/PRAL - SEEXTJ/PRAL - SETOR EXTRAJUDICIAL DA PR/AL

**Usuário:**

BRUNO LUIS FARIAS RIZZO

**Data:**

08/04/2021 10:10:59

**Observação:**

Para ativar distribuição.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA - ALAGOAS/UNIÃO DOS PALMARES**  
**SETOR EXTRAJUDICIAL DA PR/AL**

**Termo de Distribuição e Conclusão**

*(Gerado automaticamente pelo sistema)*

**Expediente:** PA - OUT - 1.11.000.000513/2021-14

Os presentes autos foram distribuídos conforme descrição a seguir:

**Titularidade da Distribuição**

**Ofício Titular:** PR-AL - 7º Ofício

**Grupo de Distribuição:** AA - FT Pinheiro Tutela Coletiva

**Forma de Execução:** Automática

**Prevenção:** 1.11.000.000893/2020-14

**Conclusão da Distribuição**

**Vínculo:** Titular

**Responsável:** ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM

**Ofício Responsável:** PR-AL - 7º Ofício

**Forma de Execução:** Automática

**Usuário:** CICERO RODOLFO GRACILIANO DOS SANTOS

**Data:** 08/04/2021 11:28:04



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA - ALAGOAS/UNIÃO DOS PALMARES**  
**SEEXTJ/PRAL - SETOR EXTRAJUDICIAL DA PR/AL**

**Termo de Remessa**

*(Gerado automaticamente pelo Sistema Único)*

**Expediente:**

1.11.000.000513/2021-14

**Remetente:**

SEEXTJ/PRAL - SEEXTJ/PRAL - SETOR EXTRAJUDICIAL DA PR/AL

**Destinatário:**

GABPR3-RLBB - GABPR3-RLBB - ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM

**Usuário:**

CICERO RODOLFO GRACILIANO DOS SANTOS

**Data:**

08/04/2021 11:28:04

**Observação:**

Conclusão automática para o Ofício Titular - PR-AL/GABPR3-RLBB - Chefia da Unidade:  
ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM - Ofício da Distribuição: PR-AL - 7º Ofício -  
GABPR3-RLBB

PR-AL-00010308/2021



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA - ALAGOAS/UNIÃO DOS PALMARES**  
**GABINETE DE PROCURADOR DA REPÚBLICA**  
**GABINETE DE PROCURADOR DA REPÚBLICA**

**Ofício nº 251/2021/PR-AL/7º Ofício/GAB-RLBB**

Maceió-AL, data da assinatura digital.

A Sua Senhoria o Senhor

**Fernando Mota dos Santos**

Representante da BRASKEM S.A

fernando.mota@braskem.com; informaçãoopcf@faleck.com.br

**Referência: Procedimento Administrativo n.º 1.11.000.000513/2021-14**

Senhor Representante Legal,

Visando à instrução dos autos em epígrafe, o Ministério Público Federal, por suas procuradoras da República signatárias, com fundamento no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 75/1993, solicita a Vossa Senhoria, informações pormenorizadas acerca dos seguintes pontos:

- 1) providências que estão sendo adotadas em relação ao equipamento público Mercado de Bebedouro;
- 2) providências adotadas em relação aos comerciantes que tiveram suas atividades interrompidas em razão da interdição de seu local de trabalho (Mercado Público de Bebedouro);
- 3) manifestação sobre os documentos compartilhados em anexo (que instruem o procedimento).

Ademais, remete-se a ata da reunião ocorrida no dia 09 de fevereiro de 2021, para que a Braskem manifeste-se sobre os questionamentos postos ao final como encaminhamento, que reproduzem perguntas feitas por atingidos por ocasião de reunião que

fora com eles realizada.

Certas de contar com a presteza de Vossa Senhoria, com fundamento no artigo 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, fixamos o prazo de 10 dias, a contar do recebimento, para o atendimento da presente solicitação, colocando-nos à disposição para qualquer esclarecimento.

Por ocasião da resposta, solicitamos que seja feita referência expressa ao número do ofício e dos procedimentos em epígrafe.

Alfim, tendo em vista se tratar de procedimento eletrônico, nos termos da Portaria PGR/MPF nº.: 1.213, de 26.12.2018, a resposta deverá ser encaminhada exclusivamente por meio do sistema de peticionamento eletrônico do Ministério Público Federal, no endereço [apps.mpf.mp.br/spe/login](https://apps.mpf.mp.br/spe/login) (formatação de arquivos em PDF pesquisável -pdfA de até 100 mb por arquivo). Apenas no primeiro acesso, caso não possua certificado digital, será necessário o comparecimento pessoal do usuário cadastrado à Procuradoria da República em Alagoas, na Av. Juca Sampaio, nº.: 1800, Barro Duro, Maceió/AL, Setor de Protocolo, portando documento original de identificação pessoal, para ativação de senha de acesso, o que será dispensado nos acessos futuros. Não serão mais recepcionados documentos físicos, nem mesmo via Correios e o uso do e-mail institucional não substituirá o peticionamento eletrônico, não se consubstanciando em canal válido, salvo raríssimas exceções expressamente ressalvadas na Portaria mencionada.

Atenciosamente,

Assinado Digitalmente

**Juliana de Azevedo Santa Rosa Câmara**

Procuradora da República

Assinado Digitalmente

**Júlia Wanderley Vale Cadete**

Procuradora da República

Assinado Digitalmente

**Niedja Gorete de Almeida Rocha Kaspary**

Procuradora da República

Assinado Digitalmente

**Roberta Lima Barbosa Bomfim**



Procuradora da República

Assinado digitalmente em 16/04/2021 16:07. Para verificar a autenticidade acesse  
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave B64FF62C.1158D276.F7A7AD99.646099FD



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Assinatura/Certificação do documento **PR-AL-00010308/2021 OFÍCIO nº 251-2021**

.....  
Signatário(a): **ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM**

Data e Hora: **13/04/2021 18:34:57**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **JULIA WANDERLEY VALE CADETE**

Data e Hora: **14/04/2021 10:12:40**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **JULIANA DE AZEVEDO SANTA ROSA CAMARA**

Data e Hora: **14/04/2021 11:00:26**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA KASPARY**

Data e Hora: **16/04/2021 16:07:34**

Assinado com login e senha

.....  
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave b64ff62c.1158d276.f7a7ad99.646099fd

PR-AL-00010314/2021



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA - ALAGOAS/UNIÃO DOS PALMARES**  
**GABINETE DE PROCURADOR DA REPÚBLICA**  
**GABINETE DE PROCURADOR DA REPÚBLICA**

**Ofício nº 252/2021/PR-AL/7º Ofício/GAB-RLBB**

Maceió-AL, data da assinatura digital.

A Sua Senhoria o Senhor

**Bruno Gabriel de Araújo**

advaraujoal@outlook.com

82 98801-2870

**Referência: Procedimento Administrativo n.º 1.11.000.000513/2021-14**

Prezado Senhor,

Comunicamos a Vossa Senhoria sobre a instauração do Procedimento Administrativo, em epígrafe, no âmbito do Ministério Público Federal, que tem como objeto o acompanhamento da situação que envolve o equipamento público Mercado de Bebedouro, assim como de todos aqueles que exerciam atividade econômica na referida localidade.

Cientificamos, ainda, sobre os termos do despacho, em anexo, exarado no bojo do referido procedimento (PR-AL-00008400/2021).

Ressalte-se que eventual documentação que, porventura, entenda pertinente e que interesse à instrução do feito deverá ser juntada nos autos em epígrafe.

Alfim, tendo em vista se tratar de procedimento eletrônico, nos termos da Portaria PGR/MPF n.º: 1.213, de 26.12.2018, as petições/documentos/respostas deverão ser encaminhadas exclusivamente por meio do sistema de peticionamento eletrônico do Ministério Público Federal, no endereço apps.mpf.mp.br/spe/login (formatação de arquivos

em PDF pesquisável -pdfA de até 100 mb por arquivo). Apenas no primeiro acesso, caso não possua certificado digital, será necessário o comparecimento pessoal do usuário cadastrado à Procuradoria da República em Alagoas, na Av. Juca Sampaio, nº.: 1800, Barro Duro, Maceió/AL, Setor de Protocolo, portando documento original de identificação pessoal, para ativação de senha de acesso, o que será dispensado nos acessos futuros. Não serão mais recepcionados documentos físicos, nem mesmo via Correios e o uso do e-mail institucional não substituirá o peticionamento eletrônico, não se consubstanciando em canal válido, salvo raríssimas exceções expressamente ressalvadas na Portaria mencionada.

Atenciosamente,

(assinado digitalmente)

**Júlia Wanderley Vale Cadete**

Procuradora da República

(assinado digitalmente)

**Juliana de Azevedo Santa Rosa Câmara**

Procuradora da República

(assinado digitalmente)

**Niedja Gorete de Almeida Rocha Kaspary**

Procuradora da República

(assinado digitalmente)

**Roberta Lima Barbosa Bomfim**

Procuradora da República



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Assinatura/Certificação do documento **PR-AL-00010314/2021 OFÍCIO nº 252-2021**

Signatário(a): **ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM**

Data e Hora: **13/04/2021 18:36:42**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **JULIA WANDERLEY VALE CADETE**

Data e Hora: **14/04/2021 10:12:40**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **JULIANA DE AZEVEDO SANTA ROSA CAMARA**

Data e Hora: **14/04/2021 11:00:26**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA KASPARY**

Data e Hora: **16/04/2021 16:07:34**

Assinado com login e senha

Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 0cf56f1b.c0df479c.e4839b06.3ab26156



A Sua Senhoria o Senhor  
Fernando Mota dos Santos  
Representante da BRASKEM S.A

De ordem das Exmas. procuradoras da República integrantes da FT-Pinheiro, encaminham-se cópia dos Ofícios n.281/2021 (Ref. PP - 1.11.000.000572/2021-92), n. 266/2021 (Ref. PP - 1.11.000.000565/2021-91), n. 251/2021 (Ref. PA - OUT - 1.11.000.000513/2021-14) e n. 250/2021 (Ref. NF - 1.11.000.000194/2021-47) para ciência e adoção da providências requisitadas.

**Por gentileza, acusar o recebimento.**

Atenciosamente,

Secretaria do 7º Ofício  
Ministério Público Federal  
Procuradoria da República em Alagoas

Assinado com login e senha por BRUNO LUIS FARIAS RIZZO, em 19/04/2021 08:14. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaoodocumento>. Chave EA4A02DB.3504EDF7.4211D036.53AD4117

☐
☐
☐

☐


☐
☐

Correio

Propriedades

De: **PRAL-7º Ofício** segunda-feira - 19/abril/2021 8:28  
 Para: **advaraujoal@outlook.com**  
 Assunto: **Ofícios n. 252/2021 - Procedimento Administrativo n.º 1.11.000.000513/2021-14 - Ministério Público Federal**  
 Anexos: [1.11.000.000513.2021-14 \(1\).pdf](#) (185 KB) [Ver](#)

A Sua Senhoria o Senhor  
 Bruno Gabriel de Araújo

De ordem das Exmas. procuradoras da República integrantes da FT-Pinheiro, encaminha-se cópia do Ofício n. 252/2021 (e despacho anexo) para ciência.

Atenciosamente,

Secretaria do 7º Ofício  
 Ministério Público Federal  
 Procuradoria da República em Alagoas

Bruno Gabriel de Araújo

Assinado com login e senha por BRUNO LUIS FARIAS RIZZO, em 19/04/2021 08:29. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaoodocumento>. Chave 1884EC4F.7E611474.547BC960.6CDA011A



Maceió/AL, 4 de maio de 2021

**Ilmas. Sras. Dras. Procuradoras da República**  
**Ministério Público Federal**  
**Procuradoria da República - Alagoas**

**Assunto:** Resposta ao Ofício nº 251/2021/PR-AL/7º Ofício/GAB-RLBB. Procedimento Preparatório nº 1.11.000.000513/2021-14.

Prezadas Doutoras,

A Braskem S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 42.150.391/0001-70, com sede na Rua Eteno, 1.561, Polo Industrial de Camaçari, Camaçari - BA, CEP 42816-200 ("Braskem"), vem, pelo presente documento, responder ao Ofício nº 250/2021, por meio do qual foi instada a apresentar informações acerca do encaminhamento dado ao Mercado de Bebedouro no âmbito do Programa de Compensação Financeira e de Apoio à Realocação instituído pela Braskem ("PCF").

De pronto, para evitar qualquer concepção equivocada, vale ponderar que os permissionários do Mercado de Bebedouro não são proprietários dos locais onde exercem suas atividades. Ao contrário, tais comerciantes são permissionários sob o regime de "concessão comum"; ou seja, o único vínculo do permissionário com seu "box" no Mercado de Bebedouro é o fato de existir permissão de utilizar o espaço público para a realização de suas atividades comerciais.

Acerca das providências que estão sendo adotadas em relação ao Mercado de Bebedouro, duas frentes tratam do imóvel: **(i)** uma via frente de Grandes Equipamentos ("GE") acerca do equipamento público em si; e **(ii)** outra, relacionada aos comerciantes/permissionários que ocupavam o local.

Acerca da frente de GE, pontua-se que o time da Braskem envolvido na desocupação das áreas realizou reuniões em 16/04/2021 e 23/04/2021 com a Secretaria Municipal do Trabalho, Abastecimento e Economia Solidária ("SEMTABES"), ocasiões em que a SEMTABES se comprometeu a enviar à Braskem informações sobre o imóvel desocupado, eventuais pleitos indenizatórios decorrentes da desocupação e, ainda, eventual necessidade de realocação. Assim, na frente de GE, o desenvolvimento do caso depende de fornecimento de informações e de documentos pela Administração Pública.

No que se refere ao atendimento dos feirantes, constatando-se que exerciam suas atividades na forma de permissionários, destaca-se que já foi iniciado o atendimento daqueles indicados em lista preliminar fornecida pela SEMTABES (indicação e



permissionários adimplentes com a taxa de autorização para os exercícios fiscais de 2018 a 2020). Cerca de 50% dos permissionários listados inicialmente pela SEMTABES ingressaram no PCF até o momento, para recebimento da antecipação por perda de renda no fluxo emergencial, no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais) e posterior compensação financeira.

Em complementação, atualmente a equipe de técnicos sociais do PCF realiza estudo para investigar possíveis feirantes que não estavam incluídas na lista de permissionários da SEMTABES, mas exerciam atividade econômica no local. Nesse sentido, a Braskem também contactou a Secretaria Municipal de Economia (“SEMEC”), solicitando a lista com todos os contribuintes que já passaram pelo local, de modo a assegurar que, na checagem de informação, seja assegurado o atendimento a todas as pessoas que efetivamente atuavam como comerciantes no local, com vinculação formal.

Sem prejuízo, também foi acordado (nas reuniões acima mencionadas) com a SEMTABES a disponibilização, pela secretaria, de diagnóstico informativo sobre a possível transferência dos permissionários para outro(s) mercado(s) públicos.

Sendo isso que nos cumpria para o momento, colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

**Braskem S.A.**

Daniela Correia de Lima Bezerra  
OAB/PE nº 39.186

Assinado com login e senha por MARCELO IRANLEY PINTO DE LUNA ROSA, em 04/05/2021 19:41. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave BBEFF745.D5F735FC.41C04445.75BDC629



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

ATA DE REUNIÃO

Aos 12 (doze) dias do mês de maio do ano 2021, às 14 h, reuniram-se, via Zoom, as **PROCURADORAS DA REPÚBLICA** Juliana de Azevedo Santa Rosa Câmara, Niedja Gorete de Almeida Rocha Kaspary e Roberta Lima Barbosa Bomfim; o **PROMOTOR DE JUSTIÇA** Vicente José Cavalcante Porciúncula; o **DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL** Diego Alves Bruno Martins; o **DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS** Carlos Eduardo de Paula Monteiro; os **REPRESENTANTES DA BRASKEM S.A.**, os **ADVOGADOS** Bruno Maia Souto, Daniel Andrade Jacintho, Fernando Mota dos Santos, Guilherme Duarte Abud, Telmo Calheiros e Thiago Fontana Gemignani; e a **ENGENHEIRA** Ana Carolina Carvalho Viana Cerqueyra para tratar de questões relativas ao caso dos bairros do Pinheiro, Mutange, Bebedouro e Bom Parto, mais especificamente para acompanhar o cumprimento do acordo de desocupação e realocação.

Dando início aos trabalhos, o **Dr. Thiago Gemignani** iniciou a apresentação do material que trata do Programa de Compensação Financeira – PCF, atualizado até 12 de maio de 2021, destacando o que segue.

**Slide 3**

A desocupação segue com avanço em todas as zonas.

**Slide 4**

A realocação dos imóveis comerciais e mistos também segue de forma positiva. Desde 9 de abril, foram apresentadas mais de 200 propostas.

Foi recebida a relação da Prefeitura em 11 de maio com a lista dos vendedores informais com ponto fixo nos bairros.

O **Dr. Fernando dos Santos** acrescentou que a Braskem oficiou a secretaria responsável pelos vendedores com ponto fixo, que encaminhou uma relação com cerca de 54 nomes. Ao longo desse mês ou na próxima reunião, trarão um cenário mais claro sobre o atendimento dessas pessoas.

O **Dr. Diego Alves** indagou se vendedores com ponto fixo são os ambulantes que já atuam na área há muito tempo.

O **Dr. Fernando dos Santos** confirmou. Ressaltou que se trata de vendedores que têm relação com o bairro, e não aqueles que estão apenas de passagem.

O **Dr. Diego Alves** salientou que o ideal seria que essas pessoas sejam encaminhadas à Defensoria Pública ou à Faleck, pois é provável que estejam sem assistência jurídica.

O **Dr. Fernando dos Santos** ressaltou que em todos os atendimentos a equipe já informa sobre a possibilidade da contratação de advogado ou de acompanhamento pela Defensoria Pública, mas irá reforçar a comunicação nesses casos.

A **Dra. Juliana Câmara** salientou que, em reunião recente com os empreendedores, o presidente da Associação dos Empreendedores do Pinheiro proferiu diversas críticas infundadas. Assim, sugeriu que seja mais detalhado esse ponto dos imóveis comerciais.





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

O **Dr. Fernando dos Santos** salientou que estabeleceram um ponto importante com os empreendedores, que reclamam por não terem participado da discussão do acordo, mas o programa foi todo arquitetado com base em conhecimentos técnicos. O diálogo tem sido no sentido das pessoas entenderem o programa e trazerem críticas e sugestões. Em alguns casos, como o do balé, bem como do Sr. Alexandre Sampaio, há uma dificuldade grande da obtenção de documentos. Por exemplo, no caso do balé, não foi apresentada nem mesmo a relação de alunos com o valor da mensalidade de cada um.

O **Dr. Diego Alves** comunicou que o Sr. Alexandre Sampaio informou na última reunião com as instituições que a Braskem não estaria levando em consideração na valoração a questão do ponto comercial. Outro ponto levantado pelos empreendedores foi que também não é levado em consideração o tempo entre 2018 até a data da valoração. Indagou se é verdade que a Braskem age dessa forma.

A **Dra. Niedja Kaspary** salientou que o fundo de comércio muitas vezes tem valor superior ao próprio imóvel, portanto, não se pode olvidar deste critério na valoração. Outro ponto é sobre a questão dos informais. Segundo entendeu, a Braskem está considerando tão somente aqueles que estavam cadastrados na Prefeitura. Indagou se foi feita uma busca ativa para encontrar pessoas que estão totalmente na informalidade, conforme já salientado em reunião anterior.

O **Dr. Fernando dos Santos** ressaltou que o programa se pautou por premissas importantes. Em relação aos lucros cessantes, comprometeram-se a pagar o lucro comprovado, independentemente se a empresa continuou lucrando ou não, se ela se restabeleceu ou não, caso contrário, o programa restaria inviabilizado, pois demandaria uma análise mais complexa. Quanto ao ponto comercial, o qual é sempre apurado por meio de perícia, que pressupõe quesitação, há necessidade de comprovação documental. Optou-se por um programa que paga 24 meses de lucros cessantes no caso das empresas formais, com base no maior faturamento. Mas não significa que não estão ouvindo os pleitos e estudando para dar uma devolutiva. Em relação à questão do tempo, estão avaliando, pois o programa não foi projetado para durar tanto tempo. Precisam refletir sobre este ponto.

A **Dra. Roberta Bomfim** salientou que entende que o ponto de corte é o fenômeno, pois as empresas já sofreram impacto desde o tremor e desde então algumas pessoas já vinham saindo, independentemente do acordo.

O **Dr. Fernando dos Santos** comprometeu-se a refletir sobre o ponto.

O **Dr. Diego Alves** pontuou que a questão do ponto comercial não ficou muito clara, sugerindo que melhorem a comunicação com as empresas. Valor do imóvel e investimentos são danos materiais e lucros cessantes são os valores que a empresa deixou de ganhar. Em relação ao ponto comercial, há todo um contexto, pois a empresa terá que iniciar toda a sua história em outro ponto, terá que conquistar novos clientes. Não consegue ver como plausível dizer que isso só pode ser resolvido no Judiciário. Espera que a empresa, após resolvido o assunto, faça uma divulgação da questão, pois serão cobrados novamente.

O **Dr. Fernando dos Santos** ressaltou que estão avaliando, não ignoram os argumentos trazidos.

A **Dra. Niedja Kaspary** salientou que fez uma pesquisa rápida na jurisprudência, e esta é clara no sentido da obrigação da indenização do fundo de comércio, inclusive quanto se trata de



## MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

desapropriação, e desocupação forçada como é o caso: “No que tange à perda do ponto, a indenização refere-se à reparação pela perda do fundo de comércio do qual é o ponto comercial parte integrante.”

A **Dra. Roberta Bomfim**, para exemplificar a questão do fundo de comércio, citou o próprio caso do balé, pois quem mora na parte baixa da cidade vai para a escola de balé x, quem mora na parte alta ia para essa escola de balé y. Talvez em alguns estabelecimentos não se encontre essa situação tão clara, mas em outros sim, e o balé é um exemplo. É possível, inclusive, que essa escola tenha dificuldade de se estabelecer em outro local, pois a clientela já está dividida.

O **Dr. Thiago Gemignani** pontuou que o tema passou pelas pautas da empresa, mas irão discuti-lo novamente.

A **Dra. Juliana Câmara** informou, via chat, que o balé está funcionando na Gruta de Lourdes, mas que soube, por meio de alunas de lá, que a mudança acarretou uma diminuição no número de alunos.

A **Dra. Roberta Bomfim** destacou que talvez seja o caso de voltarem a trabalhar com resoluções.

O **Dr. Thiago Gemignani** retomou a apresentação, salientando que foi implementada metodologia para os casos em que os beneficiários têm limitações nas informações, garantindo a valoração de mais 300 casos de lucros cessantes que não possuíam informações de receita e/ou lucro nos últimos 2 anos.

### Slide 5

O programa já superou o patamar de 6.200 propostas apresentadas e 5.200 aceitas. O índice de aceitação está no patamar de 99,6%.

### Slide 6 – Propostas apresentadas mês a mês

Informou que houve 50% de superação da meta de referência de 450-500 propostas/mês, sendo que foram 675 propostas apresentadas em abril. Houve uma diminuição em relação a março, o que se deu em razão dos feriados. No mês de maio voltarão ao patamar de abril.

O **Dr. Carlos Eduardo Monteiro** indagou se a Braskem pretende adiantar a conclusão das indenizações, considerando o ritmo do programa.

O **Dr. Thiago Gemignani** esclareceu que, se for possível, essa é a ideia, pois é o melhor para as pessoas.

### Slide 8

A velocidade do programa tem sido mantida.

Houve evolução na estruturação do programa de comunicação proativa e transparente com o beneficiário, incluindo a funcionalidade de WhatsApp e multicanal.

A **Dra. Roberta Bomfim** indagou qual é a perspectiva de implementação do programa de comunicação.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

O **Dr. Thiago Gemignani** informou que o prazo de 3 a 4 semanas seria para o projeto-piloto. Após, seriam mais 10 semanas. Não sabe ao certo o prazo final, mas não houve nenhuma descontinuidade em relação à última reunião.

O **Dr. Fernando dos Santos** precisou se ausentar em razão de questões familiares.

O **Dr. Diego Alves** destacou que restou pendente a questão do prazo para a devolutiva quando os moradores pedem revisão.

O **Dr. Thiago Gemignani** informou que estão em discussão quanto a isso, pois não é tão objetivo, considerando as peculiaridades de cada caso. Comprometeu-se a trazer uma resposta na próxima reunião, com amparo documental.

A **Dra. Roberta Bomfim** salientou que, nessa linha, em sua opinião, a Braskem já consegue categorizar os pedidos de revisão. Pensou também nessa sugestão para o prazo de referência de 60 dias para a apresentação da proposta, pois não ficou claro. Todos acham que são 60 dias em todas os casos, mas há diversas situações que demandam mais tempo.

O **Dr. Thiago Gemignani** comprometeu-se a seguir essas sugestões.

A **Dra. Niedja Kaspary**, tratando sobre a questão das avaliações, ressaltou que, para a população, parece que as instituições não estão dando resposta, e tiveram a notícia de que o Município fará convênio com o CREA para a realização de avaliações para servir de contraponto à avaliação da Braskem. É uma situação muito desconfortável, e a Braskem sempre passa a ideia de que está tudo bem. Citou o caso de um atingido que, na reunião para a apresentação da proposta de indenização, a advogada da Braskem informou que não conhece a cidade, pois reside em São Paulo. Em sua opinião, o profissional deve conhecer a cidade. Sabe de um caso que a pessoa recebeu uma proposta de 800 reais por metro quadrado. Tem a impressão de que o êxito em relação ao número de propostas aceitas se deve ao cansaço das pessoas, que querem resolver suas vidas. A situação não pode continuar dessa forma. O laudo deve ser apresentado, os valores propostos devem estar em consonância com o imóvel e dignidade com que vivia o atingido antes do problema causado pela mineração, considerando ainda que não foi a vítima que deu causa a sua saída compulsória. Ademais, os advogados contratados pela empresa Braskem que fazem a reunião para proposta dos valores devem conhecer a realidade da cidade, para que não se presuma que os atingidos vivem em palafitas.

A **Dra. Roberta Bomfim**, ainda sobre o tema, salientou que receberam informações da Braskem e fizeram reuniões com a população e com os conselhos profissionais. Uma coisa que ficou clara é que estão em um momento em que precisam dar um passo a mais. Tratar da valoração especificamente, talvez não valha, mas duas questões parecem ser endereçamentos coletivos para o tema. Um deles é que se forneça uma documentação escrita acerca da valoração na apresentação da proposta. Sabe que a Braskem já justificou a ausência desse documento em razão da velocidade que se busca na apresentação das propostas. No entanto, o passo precisa ser dado, pois as reclamações não arrefeceram e não há como fazer o contraponto aos laudos que são apresentados pelos moradores com valores maiores, ainda que todos saibam que existe deficiência em diversos laudos. Mencionou um caso no qual a Braskem alegou que o laudo do atingido não trouxe os requisitos necessários. No entanto, a própria Braskem não apresenta documentação com tais requisitos.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

A **Dra. Juliana Câmara** corroborou a fala da Dra. Roberta Bomfim, salientando que o caso concreto por ela mencionado lhe causou indignação, exatamente pelo fato de a Braskem exigir requisitos por ela própria não apresentados. Existem ajustes que precisam ser feitos.

O **Dr. Diego Alves** pontuou que lhe parece que o não fornecimento desta documentação gera uma violação ao acesso à Justiça. Está errado o assistido precisar ir à Defensoria Pública ou ao MPF para conseguir essa documentação. Assim, propôs que seja apresentada essa documentação mais simples de valoração sempre que houver irresignação. Após, se ainda assim o atingido não concordar e fizer uma impugnação específica, que seja apresentado o laudo de avaliação propriamente dito. Outro ponto é que estão vislumbrando casos de divergência extrema entre laudos da Braskem e de particulares. Propôs que, em casos de divergência extrema, a qual deve ser definida com base em um percentual, seja criado um mecanismo alternativo, a fim de evitar a judicialização, o que seria feito por meio dos órgãos técnicos (CREA, CAU e/ou CRECI). Se a pessoa já optar por essa via, os custos seriam da Braskem; caso contrário, se a pessoa quiser se valer dos órgãos técnicos no caso de impugnação, ela própria arca com os custos.

A **Dra. Niedja Kaspary** indagou sobre o atingido que não tem condições de contratar um avaliador para apresentar um laudo.

O **Dr. Diego Alves** esclareceu que, para esse caso, não se contrapõe à proposta do Município, se esta for nesse sentido.

O **Dr. Fernando dos Santos**, retornando à reunião antes de precisar se ausentar novamente, salientou que vale a pena recapitular de forma rápida o processo. Em relação à documentação, já estão trabalhando, e isso será instituído como documento padrão. Quanto às divergências, não são todos os laudos particulares que a apresentam, mas apenas aqueles que não são realizados com a metodologia correta. A metodologia que se adota é a comparativa e são considerados os critérios mais benéficos para as pessoas. Por exemplo, não se consideram as depreciações.

A **Dra. Niedja Kaspary** salientou que uma das pessoas ontem presente na reunião com os órgãos técnicos e que também era atingida informou que a Braskem não visita os imóveis.

O **Dr. Fernando dos Santos** salientou que não é verdade, que a empresa sela todos os imóveis.

A **Dra. Juliana Câmara** esclareceu que o caso citado pela Dra. Niedja foi de um edifício, no qual não se realizou uma avaliação do interior das unidades.

O **Dr. Fernando dos Santos** ressaltou que realmente em prédios não são avaliadas todas as unidades, mas consideram a unidade de maior valor. No entanto, os moradores podem trazer aspectos que denotem a necessidade de recomposição de investimentos feitos no imóvel, como armários embutidos.

A **Dra. Roberta Bomfim** indagou se as benfeitorias são somadas depois.

O **Dr. Fernando dos Santos** confirmou. Não é alterada a tipologia do imóvel, o que ocorre é a adição da benfeitoria à proposta.

O **Dr. Thiago Gemignani** salientou que lhe parece que trazer perícias não é adequado ao programa.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

O **Dr. Bruno Souto** ressaltou que a lógica do programa é de mediação, que é totalmente diferente de uma lógica de arbitragem, que pressupõe um terceiro para mediar eventuais discordâncias. Toda vez que se traz uma dinâmica de arbitragem para um programa de mediação subverte-se a lógica, pois será estabelecido um contraditório, que pressupõe uma burocracia que precisará ser cumprida e trará entraves. O contraditório não é bloqueado, ele é feito no Judiciário nos casos em que não se consegue o consenso. Mudar a lógica do programa vai tirar a eficiência e credibilidade do programa, pois ninguém mais confiará no laudo. A preocupação é relevante, precisam encontrar uma solução, mas não acha que a saída é subverter a lógica do programa.

O **Dr. Thiago Gemignani** pontuou que o Faleck é o maior escritório de mediação do Brasil e concorda que um terceiro laudo se tornará o caminho padrão.

O **Dr. Guilherme Abud** salientou que eventuais divergências são naturais, mas precisam ter cuidado para não tornar os casos pontuais a regra e subverter todo o programa. Não lhe parece adequado colocar que os advogados tratam de forma injusta os casos ou as pessoas. Os advogados que cuidam do caso conhecem a realidade da cidade. Também não é justo falar que as pessoas aceitam as propostas por cansaço. É um programa que tem o seu mérito e pode ter seus pontos de melhoria.

A **Dra. Roberta Bomfim** pontou que não seria um terceiro decidindo, a decisão caberia sempre ao atingido. E não seria a regra, seria em casos de extrema diferença, que pode ser um patamar de 30 ou 40%. Parece-lhe que é vantajosa essa proposta, pois causa menos transtorno do que levar o caso ao Judiciário. Destacou que estão mudando o foco, não estão mais discutindo valoração. Estão trazendo um elemento para enriquecer, com o fito de finalizar essa discussão sem a necessidade de ir ao Judiciário. Sugeriu o encaminhamento para que estabeleçam um prazo para que as informações sobre a avaliação sejam fornecidas aos atingidos.

A **Dra. Niedja Kaspary** entende que a empresa se comprometeu a indenizar. Indenização para o Código Civil é a reparação financeira por perda patrimonial provocada por outrem. Portanto, se não se recompõe o patrimônio da pessoa de forma adequada e devida de forma que o atingido possa adquirir outro imóvel semelhante e em bairro semelhante e de forma digna como vivia antes do fenômeno provocado pela mineração, resta caracterizado o descumprimento. A sua proposta é peticionar levando os casos concretos ao Juiz para que arbitre multa por descumprimento. Essa é a sua posição.

O **Dr. Bruno Souto** ressaltou que discorda do posicionamento da Dra. Niedja Kaspary de que há descumprimento do acordo por parte da Braskem. Disse que a obrigação da Braskem, segundo o acordo, é apresentar uma proposta de compensação integral ao assistido, que deve avaliá-la, em conjunto com seu advogado/defensor, e optar por aceitá-la ou não, a depender de sua avaliação pessoal.

A **Dra. Niedja Kaspary** discordou, salientando que a obrigação é de indenizar, considerando ainda que a Ação Civil Pública ajuizada foi para indenização dos atingidos pela mineração, e o acordo celebrado foi no sentido de indenizar, e não de ofertar proposta.

O **Dr. Diego Alves** ressaltou que vislumbra que a Dra. Niedja fez um desabafo e que é essa a visão que ela tem, mas não precisam discutir aqui as estratégias que as instituições irão utilizar e levar ao Judiciário. A proposta apresentada é para solucionar o problema que surgiu, de modo que evitem o Judiciário.





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

O **Dr. Vicente Porciúncula** ratificou a fala da Dra. Niedja no que concerne à obrigação da empresa de indenização e, isto é, que a simples proposta não atende o acordado. Concordou, ainda, com a fala da Dra. Niedja e também do Dr. Diego em relação à necessidade da transparência quando há dissenso. Indagou se já houve caso de algum morador que quis ser indenizado sem transferir a propriedade à empresa.

O **Dr. Thiago Gemignani** salientou que precisariam do Dr. Fernando dos Santos para responder essa última resposta, mas, em sua opinião, não é esse o caminho delineado no acordo, e que este ponto, até onde tem conhecimento, não se revelou um ponto de atenção trazido pelos moradores.

A **Dra. Juliana Câmara** entende que a celeridade é um objetivo perseguido e reconhece os méritos do PCF. No entanto, não há como desprezar algumas especificidades, deixando-se de olhar para os indivíduos. Não sabe se chegam à empresa as reclamações, mas têm chegado muitas ao MPF. Trata-se de um volume que não é desprezível. Solicitou que a empresa pare e reflita para encontrar uma solução. Não conseguiu entender como a proposta do Dr. Diego possa subverter o programa. Pontuou que seria interessante inclusive uma melhor exposição do método Faleck para que as instituições possam compreender a visão da Braskem sobre o ponto. Na reunião de ontem, os técnicos informaram que a metodologia de avaliação que vem sendo utilizada pela Braskem é adequada e que muitas vezes a avaliação da empresa é maior do que a feita por eles. Portanto, não estão sugerindo uma mudança de rumo. Não consegue entender, por exemplo, como pode haver justiça na avaliação de todos os apartamentos do mesmo prédio da mesma forma.

O **Dr. Bruno Souto** salientou que seria produtivo trazer o Faleck para explicar a metodologia.

A **Sra. Ana Carolina Cerqueyra** pontuou que o que lhes trouxe até aqui foi o diálogo. O compromisso da Braskem é avaliar o assunto. O fato de criar qualquer mecanismo que faça com que exista qualquer forma de uma verificação adicional levará necessariamente a todas as pessoas irem por essa via. No entanto, irão refletir. Não há precedentes no Brasil de um programa desse porte.

O **Dr. Diego Alves** indagou qual seria o prazo razoável para que a Braskem se posicione sobre a proposta de prazo para passarem a apresentar aos moradores o documento que fundamenta a valoração de seus imóveis.

A **Dra. Niedja Kaspary** salientou que, considerando que tal questão sobre a reanálise da proposta já foi levada para empresa na última reunião realizada em 13/04/2021, ocasião em que Braskem se comprometeu a dar um retorno, qual seja, há trinta dias, sugeriu um prazo de no máximo 5 dias, até porque 60 dias é muito tempo para os atingidos, que já estão em estado de vulnerabilidade extrema.

O **Dr. Telmo Calheiros** ressaltou que se trata de uma mudança muito grande, não é uma coisa simples, portanto, em 5 dias não é possível que deem essa resposta. Em todo canto só há elogios ao programa, e os números de aceitação de proposta são altos. O programa não está dando errado.

A **Dra. Juliana Câmara** destacou que não se pode confundir aceitação com satisfação, mas concordou que não se trata de uma discussão trivial.

O **Dr. Guilherme Abud** comprometeu-se a informar até o fim de semana o prazo necessário para tanto.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

A **Dra. Niedja Kaspary** sugeriu que seja no máximo em 10 dias, mais do que isso se mostra por demais excessivo.

O **Dr. Bruno Souto** comprometeu-se a trazer até sexta-feira uma proposta de prazo.

O **Dr. Diego Alves** salientou que não acha que será prejuízo que a empresa traga uma resposta bem deliberada acerca do prazo de resposta aos pedidos de reanálise em 30 dias, isto é, na próxima reunião, pois os casos que estão travados continuarão travados.

A **Dra. Niedja Kaspary** discordou. Consignou que, conforme salientado acima, já se passaram trinta dias desde a outra reunião realizada em 13/04/2021, quando foi falado que a empresa deveria trazer um prazo para a resposta ao pedido de reanálise. Não concordou também que esse prazo seja trazido na próxima reunião, que será daqui a 30 dias, o que totalizaria sessenta dias. No entanto, o seu entendimento foi vencido.

O **Dr. Thiago Gemignani** salientou que se recorda que o tema foi comentado em reunião, mas não restou definido que a empresa apresentaria o prazo na presente reunião.

O **Dr. Diego Alves**, acerca das seguradoras, ressaltou que não foi trazida nenhuma informação sobre mudanças no fluxo e ainda estão aparecendo muitas reclamações. Indagou o que foi feito nesse período para trazer as seguradoras para as reuniões para explicar os termos do que foi pago. Muitas seguradoras pagaram as prestações mensais enquanto o segurado estava fora do imóvel. A sub-rogação deve ir para a seguradora. Essa situação está travando diversos casos. Solicitou que a seguradora seja levada às reuniões. Tem levantado essa questão há 3 meses. Não é culpa da Braskem, mas irá respingar na empresa.

O **Dr. Bruno Souto** destacou que, infelizmente, a melhor pessoa para responder essa questão seria o Dr. Fernando. Sugeriu que agendem uma reunião o mais breve possível para conversar sobre o tema.

O **Dr. Diego Alves** esclareceu que o Dr. Fernando já tem ciência, pois já conversou com ele sobre o tema diversas vezes. Precisam de uma resposta qualificada dentro do fluxo. O agendamento de reunião está muito complicado, pois ele próprio está sem agenda.

A **Dra. Juliana Câmara** solicitou que os representantes da Braskem discorressem rapidamente sobre a inclusão da região do Flexal pela Defesa Civil no mapa.

A **Sra. Ana Carolina Cerqueyra** esclareceu que só conhecem até hoje o que apareceu na mídia. Conseguiram fazer uma reunião de 1 hora com a Defesa Civil, quando indagaram se há algum fato que norteou a ideia. Não conseguiram nenhuma informação significativa, nenhum dado, fato ou relatório. As únicas informações obtidas foram aquelas que apareceram na entrevista. Foi informado que não fizeram um desenho, porque não é um mapa, e sim uma recomendação com viés social. O entendimento da Braskem é que, se é uma questão de isolamento social, não havendo risco à vida e de movimentação do terreno, há medidas que podem ser tomadas que não a desocupação, a qual geraria outro problema social.

A **Dra. Juliana Câmara** indagou então se a ideia inicial é resolver através do acordo socioambiental.

A **Sra. Ana Carolina Cerqueyra** confirmou.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

O **Dr. Diego Alves** indagou se as áreas nas quais a Braskem já reconhece que há risco estão inseridas nesse mesmo mapa.

A **Sra. Ana Carolina Cerqueyra** esclareceu que, segundo saiu na mídia, nenhuma das áreas corresponde.

O **Dr. Diego Alves** ressaltou que algumas áreas que estavam isoladas foram inseridas no acordo, independentemente de criticidade. Se o isolamento social é decorrente direta ou indiretamente do evento minerário, a empresa tem o dever de incluir essas pessoas no programa.

A **Sra. Ana Carolina Cerqueyra** pontuou que houve coincidência das motivações na região que no ano passado foi incluída, ou seja, a região estava sendo afetada pela movimentação de solo e alegou-se ainda o isolamento social. A Braskem deixou claro que não aceitava a justificativa do isolamento social, e sim do risco de movimentação de solo.

Como **encaminhamentos**, deliberou-se que:

- a) a Braskem apresentará, no prazo de 5 (cinco) dias, a data na qual iniciará o fornecimento da documentação referente à avaliação aos atingidos, a qual deverá ser anterior à data da próxima reunião;
- b) a Braskem apresentará até o dia 28/05/2021 as referências e os respectivos prazos necessários para a devolutiva dos pedidos de reanálise, com minuta de resolução;
- c) a próxima reunião será realizada no dia 09/06/2021, às 14 horas, ocasião em que será discutida a proposta apresentada na presente reunião pelas instituições.

**A Braskem terá 15 dias corridos, a partir do recebimento da ata, para devolvê-la revisada, sendo que a ausência de manifestação será interpretada como anuência dos seus termos.**

**A Braskem revisou a ata no prazo acima fixado.**

Nada mais havendo a discutir, foi encerrada a reunião às 18 h, lavrando-se a presente ata, que, digitada pela Analista/Direito Nathália Diz Cenovicz, lida e achada conforme, vai abaixo assinada.

**JULIANA DE AZEVEDO SANTA ROSA**  
**CÂMARA**  
Procuradora da República

**NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA**  
**KASPARY**  
Procuradora da República

**ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM**  
Procuradora da República



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Assinatura/Certificação do documento **PR-AL-00019209/2021 ATA nº 32-2021**

Signatário(a): **JULIANA DE AZEVEDO SANTA ROSA CAMARA**

Data e Hora: **15/06/2021 17:05:31**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA KASPARY**

Data e Hora: **16/06/2021 10:24:49**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM**

Data e Hora: **16/06/2021 19:40:15**

Assinado com login e senha

Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 30ce2e03.2ba49f25.1ff0d895.49aad6eb

**Referência: PA nº 1.11.000.000513/2021-14**

### **DESPACHO**

Trata-se de Procedimento de Acompanhamento instaurado no âmbito da Procuradoria da República em Alagoas com o escopo de acompanhar a situação do equipamento público Mercado de Bebedouro, assim como de todos aqueles que exerciam atividade econômica na referida localidade.

Instada a se manifestar, a Braskem encaminhou o documento de etiqueta PR-AL-00013690/2021, por meio do qual informa que em relação ao Mercado de Bebedouro, duas frentes tratam do imóvel, sendo uma afeta aos grandes equipamentos, e outra no que toca aos comerciantes/permissionários que ocupavam o local.

Nesse sentido, aduz que sobre o GE foram realizadas reuniões com a SEMTABES, e que essa Secretaria se comprometeu a enviar à Braskem informações sobre o imóvel desocupado, eventuais pleitos indenizatórios decorrentes da desocupação e, ainda, quanto à necessidade de realocação. Assim, assinalou que nessa frente de trabalho o desenvolvimento do caso dependeria de fornecimento de informações e de documentos pela Administração Pública.

Acerca dos comerciantes e feirantes, esclarece que já foi iniciado o atendimento daqueles indicados em lista preliminar fornecida pela SEMTABES (indicação e permissionários adimplentes com a taxa de autorização para os exercícios fiscais de 2018 a 2020). Cerca de 50% dos permissionários listados inicialmente pela SEMTABES ingressaram no PCF até o momento, para recebimento da antecipação por perda de renda no fluxo emergencial, no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais) e posterior compensação financeira.

Acrescenta, ainda, que a equipe de técnicos sociais do PCF vem investigando possíveis feirantes que não estavam incluídas na lista de permissionários da SEMTABES, mas exerciam atividade econômica no local. Fora contatada a Secretaria Municipal de Economia (“SEMEC”), solicitando a lista com todos os contribuintes que já passaram pelo local, de modo a assegurar que na checagem de informação seja assegurado o atendimento a todas as pessoas que efetivamente atuavam como comerciantes no local, com vinculação formal.

Informa que fora acordado com a SEMTABES a disponibilização, pela Secretaria, de diagnóstico informativo sobre a possível transferência dos permissionários para



outro(s) mercado(s) públicos.

É o relatório.

Pois bem, transcorrido lapso temporal razoável, desde que aportaram as informações retro, cumpre que a empresa petroquímica seja instada a se manifestar trazendo aos autos informações atualizadas sobre o andamento das tratativas retromencionadas.

Outrossim, necessário, que seja oficiada à SEMTABES, a fim de que informe acerca das tratativas sobre a realocação do equipamento Mercado Público de Bebedouro. Oficie-se, ainda, ao causídico dos representantes, ofertando vistas do documento de etiqueta PR-AL-00013690/2021, bem como para que se manifeste nos autos trazendo informações atualizadas acerca do desenvolvimento das ações que envolva a realocação e indenização dos comerciantes/feirantes do Mercado Público.

Ante ao exposto, **determina-se a expedição dos seguintes ofícios, assinalando o prazo de 10 dias:**

- a) à Braskem, solicitando esclarecimentos pormenorizados sobre o andamento do processo de realocação do Mercado Público de Bebedouro e indenizatório dos comerciantes que desenvolviam suas atividades junto ao Mercado Público de Bebedouro e tiveram essas interrompidas, considerando os esclarecimentos veiculados no documento de etiqueta PR-AL-00013690/2021;
- b) à SEMTABES, solicitando esclarecimentos pormenorizados sobre o andamento das tratativas sobre a realocação do equipamento Mercado Público de Bebedouro;
- c) aos representantes, por meio do seu advogado, a fim de que tenha vistas do documento de etiqueta PR-AL-00013690/2021, assim como, manifeste-se nos autos trazendo dados e informações atualizadas acerca do desenvolvimento das atividades de realocação e indenização dos comerciantes/feirantes do Mercado Público de Bebedouro.

Com a resposta ou com o decurso do prazo, faça-se conclusivo o feito.

**Com os ofícios deve seguir cópia do documento PR-AL-00013690/2021.**

Maceió/AL, data da assinatura digital.

(assinado digitalmente)

**Júlia Wanderley Vale Cadete**

Procuradora da República

(assinado digitalmente)

**Juliana de Azevedo Santa Rosa Câmara**

Procuradora da República

(assinado digitalmente)

**Niedja Gorete de Almeida Rocha Kaspary**

Procuradora da República

(assinado digitalmente)

**Roberta Lima Barbosa Bomfim**

Procuradora da República



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Assinatura/Certificação do documento **PR-AL-00039893/2021 DESPACHO nº 1050-2021**

.....  
Signatário(a): **ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM**

Data e Hora: **17/12/2021 16:57:13**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **JULIANA DE AZEVEDO SANTA ROSA CAMARA**

Data e Hora: **20/12/2021 20:13:14**

Assinado com login e senha

.....  
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 56208d57.ea584279.02fa67e5.3515bebb

PR-AL-00039895/2021



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA - ALAGOAS/UNIÃO DOS PALMARES**  
**GABINETE DE PROCURADOR DA REPÚBLICA**  
**GABINETE DE PROCURADOR DA REPÚBLICA**

**Ofício nº 1044/2021/PR-AL/7º Ofício/GAB-RLBB**

Maceió-AL, data da assinatura digital.

A Sua Senhoria o Senhor

**Fernando Mota dos Santos**

Representante da BRASKEM S.A

fernando.mota@braskem.com; informaçãopcf@faleck.com.br

**Referência: PA nº 1.11.000.000513/2021-14**

Senhor Representante Legal,

Visando à instrução dos autos em epígrafe, o Ministério Público Federal, por suas procuradoras da República signatárias, com fundamento no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 75/1993, solicita a Vossa Senhoria manifestação pormenorizada sobre o andamento do processo de realocação e indenizatório dos comerciantes que desenvolviam suas atividades junto ao equipamento do Mercado Público de Bebedouro, considerando os esclarecimentos veiculados no documento de etiqueta PR-AL-00013690/2021, em anexo.

Ademais, requer também sejam prestadas informações sobre a frente de trabalho GE, informando o avanço das tratativas de realocação do equipamento Mercado Público Bebedouro.

Certas de contar com a presteza de Vossa Senhoria, com fundamento no artigo

8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, **fixamos o prazo de 10 dias**, a contar do recebimento, para o atendimento da presente requisição, colocando-me à disposição para qualquer esclarecimento.

Por ocasião da resposta, solicito que seja feita referência expressa ao número do ofício e do procedimento administrativo em epígrafe.

Alfim, tendo em vista se tratar de procedimento eletrônico, nos termos da Portaria PGR/MPF nº.: 1.213, de 26.12.2018, a resposta deverá ser encaminhada exclusivamente por meio do sistema de peticionamento eletrônico do Ministério Público Federal, no endereço apps.mpf.mp.br/spe/login (formatação de arquivos em PDF pesquisável -pdfA de até 100 mb por arquivo). Apenas no primeiro acesso, caso não possua certificado digital, será necessário o comparecimento pessoal do usuário cadastrado à Procuradoria da República em Alagoas, na Av. Juca Sampaio, nº.: 1800, Barro Duro, Maceió/AL, Setor de Protocolo, portando documento original de identificação pessoal, para ativação de senha de acesso, o que será dispensado nos acessos futuros. Não serão mais recepcionados documentos físicos, nem mesmo via Correios e o uso do e-mail institucional não substituirá o peticionamento eletrônico, não se consubstanciando em canal válido, salvo raríssimas exceções expressamente ressalvadas na Portaria mencionada.

Atenciosamente,

Assinado Digitalmente

**JULIANA DE AZEVEDO SANTA ROSA CÂMARA**

Procuradora da República

Assinado Digitalmente

**JÚLIA WANDERLEY VALE CADETE**

Procuradora da República

Assinado Digitalmente

**NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA KASPARY**

Procuradora da República

Assinado Digitalmente

**ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM**

Procuradora da República





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Assinatura/Certificação do documento **PR-AL-00039895/2021 OFÍCIO nº 1044-2021**

.....  
Signatário(a): **ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM**

Data e Hora: **17/12/2021 16:59:55**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **JULIANA DE AZEVEDO SANTA ROSA CAMARA**

Data e Hora: **20/12/2021 20:13:15**

Assinado com login e senha

.....  
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 03179aca.0013fd79.411af7a1.281c3420

PR-AL-00039897/2021



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA - ALAGOAS/UNIÃO DOS PALMARES**  
**GABINETE DE PROCURADOR DA REPÚBLICA**  
**GABINETE DE PROCURADOR DA REPÚBLICA**

**Ofício nº 1045/2021/PR-AL/7º Ofício/GAB-RLBB**

Maceió-AL, data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor

**Carlos Ronalsa Beltrão Coelho da Paz**

Secretário Municipal do Trabalho, Abastecimento e Economia Solidária

Rua do Imperador, 141, Centro

57020-670 Maceió

**Referência: PA nº 1.11.000.000513/2021-14**

Senhor Secretário,

Visando à instrução dos autos em epígrafe, o Ministério Público Federal, por intermédio da suas presentantes adiante assinadas, com fundamento no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 75/1993, solicita a Vossa Excelência esclarecimentos pormenorizados sobre o avanço das tratativas acerca da realocação e compensação do Mercado Público de Bebedouro, considerando as informações constantes no documento em anexo, encaminhado pela Braskem.

Certas de contar com a presteza de Vossa Excelência, com fundamento no artigo 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, **fixamos o prazo de 10 dias**, a contar do recebimento, para o atendimento da presente solicitação, colocando-me à disposição para qualquer esclarecimento.

Por ocasião da resposta, solicitamos que seja feita referência expressa ao

número do ofício e do procedimento preparatório em epígrafe.

Alfim, tendo em vista se tratar de procedimento eletrônico, nos termos da Portaria PGR/MPF nº.: 1.213, de 26.12.2018, a resposta deverá ser encaminhada exclusivamente por meio do sistema de peticionamento eletrônico do Ministério Público Federal, no endereço apps.mpf.mp.br/spe/login (formatação de arquivos em PDF pesquisável -pdfA de até 100 mb por arquivo). Apenas no primeiro acesso, caso não possua certificado digital, será necessário o comparecimento pessoal do usuário cadastrado à Procuradoria da República em Alagoas, na Av. Juca Sampaio, nº.: 1800, Barro Duro, Maceió/AL, Setor de Protocolo, portando documento original de identificação pessoal, para ativação de senha de acesso, o que será dispensado nos acessos futuros. Não serão mais recepcionados documentos físicos, nem mesmo via Correios e o uso do e-mail institucional não substituirá o peticionamento eletrônico, não se consubstanciando em canal válido, salvo raríssimas exceções expressamente ressalvadas na Portaria mencionada.

Atenciosamente,

(assinado digitalmente)

**Júlia Wanderley Vale Cadete**

Procuradora da República

(assinado digitalmente)

**Juliana de Azevedo Santa Rosa Câmara**

Procuradora da República

(assinado digitalmente)

**Niedja Gorete de Almeida Rocha Kaspary**

Procuradora da República

(assinado digitalmente)

**Roberta Lima Barbosa Bomfim**

Procuradora da República



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Assinatura/Certificação do documento **PR-AL-00039897/2021 OFÍCIO nº 1045-2021**

.....  
Signatário(a): **ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM**

Data e Hora: **17/12/2021 17:04:00**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **JULIANA DE AZEVEDO SANTA ROSA CAMARA**

Data e Hora: **20/12/2021 20:13:15**

Assinado com login e senha

.....  
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave afe21456.fb77699c.02f84cb9.d3cbf8c6

PR-AL-00039900/2021



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA - ALAGOAS/UNIÃO DOS PALMARES**  
**GABINETE DE PROCURADOR DA REPÚBLICA**  
**GABINETE DE PROCURADOR DA REPÚBLICA**

**Ofício nº 1046/2021/PR-AL/7º Ofício/GAB-RLBB**

Maceió-AL, data da assinatura digital.

A Sua Senhoria o Senhor

**Bruno Gabriel de Araújo**

advaraujoal@outlook.com

82 98801-2870

**Referência: PA n.º 1.11.000.000513/2021-41**

Prezado Senhor,

Visando colher informações imprescindíveis para adoção de medidas previstas nos incisos I a VI do artigo 4º da Resolução n.º: 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, o Ministério Público Federal, por intermédio de suas presentantes adiante assinadas, encaminha a Vossa Senhoria a manifestação ofertada pela empresa Braskem, no que concerne ao andamento do caso dos comerciantes que desenvolviam suas atividades perante o Mercado Público de Bebedouro, bem como solicita informações atualizadas no que concerne ao avanço do fluxo de compensação no que se referente aos comerciantes/feirantes do referido equipamento público.

Certas de contar com a presteza de Vossa Senhoria, com fundamento no artigo 8º, § 5º, da Lei Complementar n.º 75/93, **fixamos o prazo de 10 dias**, a contar do recebimento, para o atendimento da presente solicitação, nos colocando à disposição para qualquer esclarecimento.



Alfim, tendo em vista se tratar de procedimento eletrônico, nos termos da Portaria PGR/MPF nº.: 1.213, de 26.12.2018, a resposta deverá ser encaminhada exclusivamente por meio do sistema de peticionamento eletrônico do Ministério Público Federal, no endereço apps.mpf.mp.br/spe/login (formatação de arquivos em PDF pesquisável -pdfA de até 100 mb por arquivo). Não sendo possível o peticionamento eletrônico, a resposta poderá ser encaminhada para o seguinte correio eletrônico institucional: pral-07oficio@mpf.mp.br. Não serão mais recepcionados documentos físicos, nem mesmo via correios.

Atenciosamente,

Assinado Digitalmente

**JULIANA DE AZEVEDO SANTA ROSA CÂMARA**

Procuradora da República

Assinado Digitalmente

**JÚLIA WANDERLEY VALE CADETE**

Procuradora da República

Assinado Digitalmente

**NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA KASPARY**

Procuradora da República

Assinado Digitalmente

**ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM**

Procuradora da República



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Assinatura/Certificação do documento **PR-AL-00039900/2021 OFÍCIO nº 1046-2021**

.....  
Signatário(a): **ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM**

Data e Hora: **17/12/2021 17:01:39**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **JULIANA DE AZEVEDO SANTA ROSA CAMARA**

Data e Hora: **20/12/2021 20:13:15**

Assinado com login e senha

.....  
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 9b82bf28.994a3a40.6c4b4b8a.77a18fd6



**PREFEITURA DE  
MACEIÓ**  
TRABALHO, ABASTECIMENTO  
E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Ofício nº 027 - 2022 / SEMTABES/GAB.

Maceió, 18 de fevereiro de 2022.

A Ilma. Sr<sup>a</sup>.

**DR<sup>a</sup> ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM**

DD. Procuradora da República do MPF/AL

Nesta.

**Assunto:** Referente ao ofício nº. 1.045/2021/PR-AL/7<sup>a</sup>. Ofício/GAB-RLBB  
(Inquérito Civil nº. 1.11.000.000513/2021-14)

Senhora Procuradora,

Em atenção ao ofício acima mencionado, através do qual o Ministério Público Federal solicita manifestação acerca da realocação e compensação do Mercado do Público de Bebedouro, venho informar que:

- a) Após reunião com os permissionários do Mercado Público do Bebedouro, ficou acertado que o problema seria resolvido de acordo com a situação individual. Como consequência, alguns, por já possuírem outros locais de comercialização de seus produtos, optaram por receber uma indenização da Braskem e investir nos seus próprios negócios. Outros optaram pela transferência para o Mercado Público do Tabuleiro em razão de sua proximidade com o Mercado Público de Bebedouro, ficando decidido que parte da indenização a ser recebida pela Braskem será utilizada para construção de um galpão onde atualmente fica a Feirinha do Tabuleiro -- distante aproximadamente 300m (trezentos metros) daquele Mercado -- onde serão instalados os permissionários egressos do Mercado do Bebedouro e os atuais trabalhadores daquela Feirinha, resolvendo um pleito antigo daqueles feirantes e proporcionando melhores condições para os novos e atuais permissionários daquele espaço público;




**PREFEITURA DE  
MACEIÓ**  
TRABALHO, ABASTECIMENTO  
E ECONOMIA SOLIDÁRIA

- b) Já foram realizadas diversas reuniões com a Braskem sobre a indenização dos imóveis municipais nos bairros afetados pela atividade daquela empresa -- dentre os quais o Mercado Público do Bebedouro, tendo sido solicitado ao Município diversos documentos referentes a propriedade e utilização daquele imóvel, as quais atualmente estão sendo providenciadas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – SEDET.

Aproveitamos o ensejo para apresentar votos da mais alta admiração e apreço, colocando-me a disposição para quaisquer informações adicionais que se fizerem necessárias.

Atenciosamente,

  
**CARLOS RONALSA BELTRÃO COELHO DA PAZ**  
Secretário Municipal



Maceió/AL, 17 de fevereiro de 2022

**Exmas. Sras. Dras. Procuradoras**  
**Ministério Público Federal**  
**Procuradoria da República – Alagoas/União dos Palmares**

**Assunto:** Ofício nº 1044/2021/PR-AL/7º Ofício/GAB-RLBB

Excelentíssimas Procuradoras,

A Braskem S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 42.150.391/0001-70, com sede na Rua Eteno, 1.561, Polo Industrial de Camaçari, Camaçari - BA, CEP 42816-200 ("Braskem"), vem, pelo presente documento, responder ao Ofício 1044/2021, referente ao Mercado Público de Bebedouro.

No referido ofício, este Parquet solicitou que a Braskem apresente manifestação pormenorizada acerca do atendimento no âmbito do Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação ("PCF"), dos comerciantes que desenvolviam suas atividades junto ao Mercado Público de Bebedouro, bem como que sejam prestadas informações quanto ao avanço de realocação do equipamento Mercado Público de Bebedouro.

Isto posto, a Braskem tem a informar o quanto segue:

**I. Andamento dos casos dos comerciantes que desenvolviam suas atividades no Mercado Público de Bebedouro**

Conforme resposta dada a este *Parquet* em 04/05/2021, a Braskem informou que já havia iniciado o atendimento aos comerciantes indicados em lista preliminar fornecida pela Secretaria Municipal do Trabalho, Abastecimento e Economia Solidária ("SEMTABES"), sendo que cerca de 50% dos comerciantes listados tinham ingressado no PCF à época para recebimento da antecipação por perda de renda no fluxo emergencial, no valor de R\$ 10.000,00 e posterior compensação financeira. Além disso, foi informado que a equipe de técnicos sociais do PCF realizava estudo complementar para investigar possíveis comerciantes que não estavam incluídos na lista da SEMTABES, mas que exerciam atividade no local.

Em caráter de atualização, a Braskem informa que, atualmente, **135 feirantes do Mercado Público de Bebedouro já ingressaram no PCF**, sendo que 86 atendimentos foram realizados com base na lista SEMTABES e 49 ingressaram por meio de estudo social realizado pela equipe técnica do PCF e apresentação de documentos. Ressalta-se que, ainda há cerca de 15 comerciantes que constam na

TEXT-56483072v1





lista encaminhada pela da SEMTABES, sem ingresso no PCF, com esgotamento das tentativas de contato.

Com relação aos 135 casos que já ingressaram no PCF, a Braskem informa que 126 deles já estão em fase de pagamento das antecipações pela realocação, 6 deles ainda estão em trâmite no fluxo de realocação (fase de análise do pleito, pendência documental, dentre outros) e 3 deles foram considerados inelegíveis seja por não constarem na lista da SEMTABES, seja pela ausência de comprovação documental da atividade no local.

Já quanto ao **fluxo de compensação**, a Braskem informa que dos 135 casos que ingressaram no PCF, 7 já estão na fase de pagamento concluído, **100 já tiveram a reunião de ingresso e estão em trâmite no fluxo** (fase de análise jurídica inicial, pendência documental, dentre outros), 27 ainda aguardam a realização da reunião de ingresso e 1 foi considerado inelegível. Ressalte-se que os casos identificados como prioridades legais vem recebendo as tratativas em caráter prioritário.

## II. Andamento do caso do equipamento Mercado Público de Bebedouro

Conforme resposta enviada a esta Procuradoria em 04/05/2021, a Braskem áreas realizou reuniões em 16/04/2021 e 23/04/2021 com a SEMTABES, para início das tratativas relativas ao equipamento público Mercado do Bebedouro. Naquelas ocasiões, a Secretaria, por seu representante, comprometeu-se a enviar à Braskem informações sobre o imóvel desocupado, eventuais pleitos indenizatórios decorrentes da desocupação e, ainda, eventual necessidade de realocação do equipamento como um todo.

Dando continuidade às tratativas, a Braskem encaminhou ofícios à SEMTABES nas datas de 01/07/2021, 28/07/2021 e 03/09/2021, solicitando informações e esclarecimentos sobre a realocação do Mercado de Bebedouro, a data de paralização das atividades, os lucros cessantes, dentre outros.

Em 01/10/21, foi realizada uma reunião entre as partes, na qual a SEMTABES manifestou sua pretensão de realocar definitivamente as atividades do Mercado do Bebedouro ao Mercado do Tabuleiro. Referido Mercado será ampliado do com a construção de Galpão, mediante pagamento de indenização pela Braskem ao Município. Em cumprimento aos encaminhamentos dessa reunião, a Braskem enviou ofício à SEMTABES em 07/12/21, com a minuta preliminar do Termo de Compromisso a ser celebrado entre as partes com a finalidade de tratar sobre a indenização definitiva do Mercado do Bebedouro.

Em 18/01/22, a Braskem enviou ofício à SEMTABES reiterando o pedido de (i) disponibilização dos documentos e informações pendentes em relação ao



Mercado do Bebedouro, conforme então descritos, tendo em vista que apenas parte foi disponibilizada nos autos do processo administrativo nº 00100.031641/2021; **(ii)** a disponibilização dos projetos necessários para a construção do galpão no Mercado do Tabuleiro; e **(ii)** o agendamento de reunião *online* a fim de melhor encaminhar as tratativas envolvendo o Termo de Compromisso da solução definitiva para o Mercado de Bebedouro.

Atualmente aguarda-se as medidas solicitadas por meio do ofício de 18/01/22, em especial o agendamento de reunião entre as partes pelo Gabinete de Gestão Integrada para a Adoção de Medidas de Enfrentamento aos Impactos do Afundamento dos Bairros (GGI dos Bairros).

Outrossim, a Braskem ratifica o seu compromisso com a transparência do Programa e se coloca à disposição para as informações complementares que se fizerem necessárias.

Atenciosamente,

**Braskem S.A.**

Patricia Brasil Massmann

OAB/SP nº 241.790

OAB/AL nº 17.622-A

PR-AL-00005273/2022



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA - ALAGOAS/UNIÃO DOS PALMARES**

---

Procedimento nº: PR-AL-00039900/2021

**CERTIDÃO**

**CERTIFICO** que, em 14.02.2022, transcorreu *in albis* o prazo para apresentação de resposta ao Ofício n. 1046/2022. O referido é verdade e dou fé.

Maceió/AL, **data da assinatura eletrônica.**

**BRUNO LUIS FARIAS RIZZO**  
**ASSISTENTE NÍVEL II**

Assinado com login e senha por BRUNO LUIS FARIAS RIZZO, em 24/02/2022 10:50. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 0B6D275E.9CBA4BB7.CDA4CCBE.176EB96D

PR-AL-00021556/2022

**Referência: PA n.º 1.11.000.000513/2021-14**

**DESPACHO**

Trata-se de Procedimento de Acompanhamento instaurado no âmbito da Procuradoria da República em Alagoas com o escopo de acompanhar a situação do equipamento público Mercado de Bebedouro, assim como de todos aqueles que exerciam atividade econômica na referida localidade.

Pois bem, transcorrido lapso temporal razoável, desde que aportaram as últimas informações encaminhadas pela Braskem (PR-AL-00005053/2022) e pela SEMTABES (PR-AL-00004581/2022), dando conta das tratativas concernentes ao processo de realocação e compensação do Mercado Público de Bebedouro cumpre que sejam colhidas dados atualizados.

Ante ao exposto, determina-se a expedição dos seguintes ofícios, assinalando o prazo de 10 dias:

- a) à Braskem, solicitando esclarecimentos pormenorizados sobre o andamento do processo de realocação do Mercado Público de Bebedouro e indenizatório dos comerciantes que desenvolviam suas atividades junto ao Mercado Público de Bebedouro e tiveram essas interrompidas, considerando os esclarecimentos veiculados no documento de etiqueta PR-AL-00005053/2022;
- b) à SEMTABES, solicitando esclarecimentos pormenorizados sobre o andamento das tratativas sobre a realocação do equipamento Mercado Público de Bebedouro, em vistas das informações constante no documento de etiqueta PR-AL-00004581/2022.

Com os ofícios devem seguir cópias dos documentos de etiquetas PR-AL-00005053/2022 (para Braskem) e PR-AL-00005053/2022 (para SEMTABES).

Ademais, mantenha-se contato com Dr Bruno, que representa os comerciantes do mercado, solicitando informações atualizadas acerca da situação dos comerciantes do Mercado Público do Bebedouro no âmbito do PCF, sobretudo, quanto à elegibilidade.

Destarte, tendo em vista o escoamento do prazo do procedimento em epígrafe, determino a sua prorrogação por mais 1 ano.

Maceió/AL, data da assinatura digital.

(Assinado digitalmente)

**JÚLIA WANDERLEY VALE CADETE**

Procuradora da República

(Assinado digitalmente)

**JULIANA DE AZEVEDO SANTA ROSA CÂMARA**

Procuradora da República

(Assinado digitalmente)

**NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA KASPARY**

Procuradora da República

(Assinado digitalmente)

**ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM**

Procuradora da República





**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Assinatura/Certificação do documento **PR-AL-00021556/2022 DESPACHO nº 666-2022**

.....  
Signatário(a): **ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM**

Data e Hora: **28/07/2022 18:40:24**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **JULIANA DE AZEVEDO SANTA ROSA CAMARA**

Data e Hora: **29/07/2022 09:39:27**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA KASPARY**

Data e Hora: **29/07/2022 17:32:09**

Assinado com login e senha

.....  
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 9b62691b.4d448826.468e933c.8b8a6115

PR-AL-00021560/2022



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA - ALAGOAS/UNIÃO DOS PALMARES**  
**GABINETE DE PROCURADOR DA REPÚBLICA**  
**GABINETE DE PROCURADOR DA REPÚBLICA**

**Ofício nº 560/2022/PR-AL/7º Ofício/GAB-RLBB**

Maceió-AL, data da assinatura digital.

A Sua Senhoria o Senhor

**Fernando Mota dos Santos**

Representante da BRASKEM S.A

fernando.mota@braskem.com; informaçãopcf@faleck.com.br

**Referência: Procedimento Administrativo n.º 1.11.000.000513/2021-14**

Senhor Representante Legal,

Visando à instrução dos autos em epígrafe, o Ministério Público Federal, por suas procuradoras da República signatárias, com fundamento no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 75/1993, solicita a Vossa Senhoria esclarecimentos atualizados sobre o andamento do processo de realocação do Mercado Público de Bebedouro e indenizatório dos comerciantes que desenvolviam suas atividades junto ao Mercado Público de Bebedouro e tiveram essas interrompidas, considerando os esclarecimentos veiculados no documento de etiqueta PR-AL-00005053/2022 (anexo);

Certas de contar com a presteza de Vossa Senhoria, com fundamento no artigo 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, **fixamos o prazo de 10 dias**, a contar do recebimento, para o atendimento da presente solicitação, colocando-me à disposição para qualquer esclarecimento.

Por ocasião da resposta, solicito que seja feita referência expressa ao número do ofício e do procedimento administrativo em epígrafe.

Alfim, tendo em vista se tratar de procedimento eletrônico, nos termos da Portaria PGR/MPF nº.: 1.213, de 26.12.2018, a resposta deverá ser encaminhada exclusivamente por meio do sistema de peticionamento eletrônico do Ministério Público Federal, no endereço apps.mpf.mp.br/spe/login (formatação de arquivos em PDF pesquisável -pdfA de até 100 mb por arquivo). Apenas no primeiro acesso, caso não possua certificado digital, será necessário o comparecimento pessoal do usuário cadastrado à Procuradoria da República em Alagoas, na Av. Juca Sampaio, nº.: 1800, Barro Duro, Maceió/AL, Setor de Protocolo, portando documento original de identificação pessoal, para ativação de senha de acesso, o que será dispensado nos acessos futuros. Não serão mais recepcionados documentos físicos, nem mesmo via Correios e o uso do e-mail institucional não substituirá o peticionamento eletrônico, não se consubstanciando em canal válido, salvo raríssimas exceções expressamente ressalvadas na Portaria mencionada.

Atenciosamente,

Assinado Digitalmente

**JULIANA DE AZEVEDO SANTA ROSA CÂMARA**

Procuradora da República

Assinado Digitalmente

**JÚLIA WANDERLEY VALE CADETE**

Procuradora da República

Assinado Digitalmente

**NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA KASPARY**

Procuradora da República

Assinado Digitalmente

**ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM**

Procuradora da República



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Assinatura/Certificação do documento **PR-AL-00021560/2022 OFÍCIO nº 560-2022**

.....  
Signatário(a): **ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM**

Data e Hora: **28/07/2022 18:26:17**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **JULIANA DE AZEVEDO SANTA ROSA CAMARA**

Data e Hora: **29/07/2022 09:39:28**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA KASPARY**

Data e Hora: **29/07/2022 17:32:09**

Assinado com login e senha

.....  
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 340dfa37.47092e82.d58789ed.677e7c0d

PR-AL-00021561/2022



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA - ALAGOAS/UNIÃO DOS PALMARES**  
**GABINETE DE PROCURADOR DA REPÚBLICA**  
**GABINETE DE PROCURADOR DA REPÚBLICA**

**Ofício nº 561/2022/PR-AL/7º Ofício/GAB-RLBB**

Maceió-AL, data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor

**Carlos Ronalsa Beltrão Coelho da Paz**

Secretário Municipal do Trabalho, Abastecimento e Economia Solidária

Rua do Imperador, 141, Centro

57020-670 - Maceió/AL

**Referência: Procedimento Administrativo n.º 1.11.000.000513/2021-14**

Senhor Secretário,

Visando à instrução dos autos em epígrafe, o Ministério Público Federal, por suas procuradoras da República signatárias, com fundamento no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 75/1993, solicita a Vossa Excelência esclarecimentos atualizados sobre o avanço das tratativas acerca da realocação e compensação do Mercado Público de Bebedouro, considerando as informações constantes no documento em anexo anteriormente encaminhado por esta Secretaria.

Certas de contar com a presteza de Vossa Excelência, com fundamento no artigo 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, **fixamos o prazo de 10 dias**, a contar do recebimento, para o atendimento da presente solicitação, colocando-me à disposição para qualquer esclarecimento.



Por ocasião da resposta, solicito que seja feita referência expressa ao número do ofício e do procedimento administrativo em epígrafe.

Alfim, tendo em vista se tratar de procedimento eletrônico, nos termos da Portaria PGR/MPF nº.: 1.213, de 26.12.2018, a resposta deverá ser encaminhada exclusivamente por meio do sistema de peticionamento eletrônico do Ministério Público Federal, no endereço apps.mpf.mp.br/spe/login (formatação de arquivos em PDF pesquisável -pdfA de até 100 mb por arquivo). Apenas no primeiro acesso, caso não possua certificado digital, será necessário o comparecimento pessoal do usuário cadastrado à Procuradoria da República em Alagoas, na Av. Juca Sampaio, nº.: 1800, Barro Duro, Maceió/AL, Setor de Protocolo, portando documento original de identificação pessoal, para ativação de senha de acesso, o que será dispensado nos acessos futuros. Não serão mais recepcionados documentos físicos, nem mesmo via Correios e o uso do e-mail institucional não substituirá o peticionamento eletrônico, não se consubstanciando em canal válido, salvo raríssimas exceções expressamente ressalvadas na Portaria mencionada.

Atenciosamente,

Assinado Digitalmente

**JULIANA DE AZEVEDO SANTA ROSA CÂMARA**

Procuradora da República

Assinado Digitalmente

**JÚLIA WANDERLEY VALE CADETE**

Procuradora da República

Assinado Digitalmente

**NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA KASPARY**

Procuradora da República

Assinado Digitalmente

**ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM**

Procuradora da República



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Assinatura/Certificação do documento **PR-AL-00021561/2022 OFÍCIO nº 561-2022**

.....  
Signatário(a): **ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM**

Data e Hora: **28/07/2022 18:28:06**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **JULIANA DE AZEVEDO SANTA ROSA CAMARA**

Data e Hora: **29/07/2022 09:39:28**

Assinado com login e senha

.....  
Signatário(a): **NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA KASPARY**

Data e Hora: **29/07/2022 17:32:10**

Assinado com login e senha

.....  
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave cbf2bf33.0734db93.19345af2.6dc7c8e8



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA - ALAGOAS/UNIÃO DOS PALMARES**  
**GABINETE DE PROCURADOR DA REPÚBLICA**

**Termo de Prorrogação**

*(Gerado automaticamente pelo Sistema Único)*

**Expediente:**

1.11.000.000513/2021-14

**Data prevista de finalização:**

07/04/2023 18:41

**Usuário:**

ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM

**Data:**

29/07/2022 18:09

**PRAL-7º Ofício - GT PINHEIRO - OF 560/2022 PA n.º 1.11.000.000513/2021-14 - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

**De:** PRAL-7º Ofício  
**Para:** fernando.mota@braskem.com <fernando.mota@braskem.com>; informacaopcf@f...  
**Data:** 03/08/2022 12:29  
**Assunto:** GT PINHEIRO - OF 560/2022 PA n.º 1.11.000.000513/2021-14 - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
**Anexos:** OF 560-2022 PA 513-2021-14 BRASKEM.pdf

A Sua Senhoria o Senhor  
**Fernando Mota dos Santos**  
 Representante da BRASKEM S.A

De ordem das Exmas. procuradoras da República integrantes da GT-Pinheiro, encaminha-se cópia do Ofício n. 560/2022 para ciência e adoção da providências solicitadas.

**Por gentileza, acusar o recebimento.**

Atenciosamente,

Secretaria do 7º Ofício  
 Ministério Público Federal  
 Procuradoria da República em Alagoas

**PRAL-7º Ofício - Ofício n. 561/2022 - PA n.º 1.11.000.000513/2021-14 - Ministério Público Federal**

**De:** PRAL-7º Ofício  
**Para:** gabinetesemtabes.gabinete@gmail.com <gabinetesemtabes.gabinete@gmail.com>  
**Data:** 03/08/2022 12:40  
**Assunto:** Ofício n. 561/2022 - PA n.º 1.11.000.000513/2021-14 - Ministério Público Federal  
**Anexos:** OF 561-2022 PA 513-2021-14 SEMTABES.pdf

A Sua Excelência o Senhor

**Carlos Ronalsa Beltrão Coelho da Paz**

Secretário Municipal do Trabalho, Abastecimento e Economia Solidária Secretaria Municipal do Trabalho,  
 Abastecimento e Economia Solidária

De ordem da Exma. Procuradora da República Roberta Lima Barbosa Bomfim, encaminha-se cópia do  
 ofício em epígrafe para ciência e adoção das providências requisitadas.

**Por gentileza, solicita-se confirmação de recebimento.**

Atenciosamente,

Secretaria do 7º Ofício  
 Procuradoria da República em Alagoas  
 Ministério Público Federal





Maceió/AL, 17 de agosto de 2022.

**Exmas. Sras. Dras. Procuradoras**

**Ministério Público Federal**

**Procuradoria da República – Alagoas/União dos Palmares**

**Assunto:** Ofício nº 560/2022/PR-AL/7º Ofício/GAB-RLBB

Excelentíssimas Procuradoras,

A Braskem S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 42.150.391/0001-70, com sede na Rua Eteno, 1.561, Polo Industrial de Camaçari, Camaçari - BA, CEP 42816-200 ("Braskem"), vem, pelo presente documento, responder ao Ofício 560/2022, acerca da situação do Mercado Público de Bebedouro.

#### **I – Síntese das informações requisitadas**

No referido ofício, esta D. Procuradoria solicita informações atualizadas sobre o andamento do processo de realocação do equipamento Mercado Público de Bebedouro, bem como do atendimento, no âmbito do Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação ("PCF"), dos comerciantes que desenvolviam suas atividades no local.

Inicialmente, recorda-se que, na data de 22/02/2022, em resposta ao ofício nº 1044/2021, relativamente ao atendimento no âmbito do PCF dos casos dos comerciantes que desenvolviam suas atividades junto ao Mercado Público de Bebedouro, foi informado que 135 feirantes haviam ingressado no PCF, sendo que:

- no fluxo de realocação: (i) 126 deles já estavam na fase de pagamento, (ii) 6 deles ainda estavam em trâmite no fluxo de realocação e (iii) 3 deles foram considerados inelegíveis;
- no fluxo de compensação: (i) 7 estavam na fase de pagamento concluído, 100 já haviam realizado a reunião de ingresso e estão em trâmite no fluxo, (ii) 27 ainda aguardavam a realização da reunião de ingresso e (iii) 1 foi considerado inelegível.

Já com relação ao equipamento Mercado Público de Bebedouro, na oportunidade, foi informado que se aguardava o retorno da Secretaria Municipal do Trabalho, Abastecimento e Economia Solidária SEMTABES



("SEMTABES"), em especial quanto ao agendamento de reunião pelo Gabinete de Gestão Integrada para a Adoção de Medidas de Enfrentamento aos Impactos do Afundamento dos Bairros ("GGI dos Bairros") para o prosseguimento das tratativas.

## II – Atualização do andamento dos casos dos comerciantes

Quanto ao atendimento dos 135 comerciantes que desenvolviam suas atividades no Mercado Público de Bebedouro, faz-se necessário dividir a atualização do andamento no PCF em duas partes, a saber:

### (a) Andamento na realocação:

- 129 casos em pagamento concluído;
- 4 casos considerados inelegíveis;
- 2 casos em trâmite dentro do fluxo de realocação.

### (b) Andamento na compensação:

- 98 casos em pagamento concluído;
- 8 casos com propostas aceitas e em andamento para o pedido de homologação do termo de transação e quitação;
- 16 casos já tiveram a reunião de ingresso realizada, estão em trâmite no fluxo compensatório, mas ainda não tiveram aceite da proposta;
- 3 casos ainda aguardam a realização da reunião de ingresso;
- 10 casos considerados inelegíveis.

## III - Atualização das tratativas quanto ao equipamento Mercado Público de Bebedouro

Conforme mencionado na resposta anterior, a Braskem e a SEMTABES vêm realizando tratativas desde o início de 2021, tendo sido realizadas reuniões nas seguintes datas: 26/01/21, 01/10/21 e 31/05/22. Adicionalmente, também foram enviados ofícios pela Braskem à mencionada Secretaria em 18/01/21, 04/03/21, 23/04/21, 11/06/21, 01/07/21, 28/07/21, 03/09/21 e 07/12/21, 18/01/22 e 30/06/22, solicitando a disponibilização de informações e documentos necessários para prosseguimento das análises quanto à realocação e indenização definitiva do imóvel do Mercado Público do Bebedouro.



Como fruto do bom desenvolvimento das tratativas, a SEMTABES disponibilizou à Braskem as informações e documentos sobre o imóvel do Mercado Público do Bebedouro, tendo a Braskem, em 07/12/2021, compartilhado com a SEMTABES minuta preliminar do Termo de Compromisso a ser celebrado entre as partes, com a finalidade de tratar sobre a indenização definitiva do Mercado Público do Bebedouro.

Mais recentemente, em 31/05/22, a Braskem e a SEMTABES realizaram reunião, mediada pelo GGI dos Bairros, ocasião na qual a Braskem reafirmou sua pretensão em indenizar a SEMTABES definitivamente em razão da realocação do Mercado Público do Bebedouro. Ao seu turno, o novo Secretário da SEMTABES confirmou a pretensão de realocação definitiva das atividades do Mercado do Bebedouro para o Mercado Público do Tabuleiro, mediante sua ampliação e construção de um Galpão, considerando que a maior parte dos permissionários migrou espontaneamente a este segundo Mercado.

A título de encaminhamentos da referida reunião, a SEMTABES se comprometeu **(i)** a disponibilizar os documentos pendentes do Mercado Público do Bebedouro, todos relativos à ampliação do Mercado Público do Tabuleiro, bem como **(ii)** a apresentar considerações acerca da minuta do Termo de Compromisso que rege a indenização definitiva.

Todavia, até então a SEMTABES disponibilizou somente os documentos e informações pendentes do Mercado Público do Bebedouro, tendo a Braskem, através de Ofício enviado à Secretaria em 27/06/2022, reiterado a solicitação de apresentação de considerações a respeito da minuta do Termo de Compromisso enviada pela Braskem em 07/12/2021, bem como da formalização dos pleitos indenizatórios pela SEMTABES, em decorrência da realocação das atividades do Mercado do Bebedouro. Atualmente, a Braskem aguarda o retorno da Secretaria para que as partes possam seguir com a formalização jurídica do ajuste.

Sendo o que cumpria para o momento, a Braskem ratifica o seu compromisso com a transparência do Programa e se coloca à disposição para as informações complementares que se fizerem necessárias.

**Braskem S.A.**

Patricia Brasil Massmann

OAB/SP nº 241.790

OAB/AL nº 17.622-A

PR-AL-00025077/2022



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA - ALAGOAS/UNIÃO DOS PALMARES**

**Referência nº: PR-AL-00021561/2022**

**CERTIDÃO**

**CERTIFICO** que na presente data, transcorreu *in albis* o prazo para apresentação de resposta ao Ofício nº.: 561/2022.

O referido é verdade e dou fé.

Maceió/AL, **data da assinatura eletrônica.**

Assinado Digitalmente

**ANA CAROLINA QUINTILIANO BARROS ELIZIARIO**  
ANALISTA DO MPU/DIREITO

Assinado com login e senha por ANA CAROLINA QUINTILIANO BARROS ELIZIARIO, em 25/08/2022 11:22. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 0ecb1887.87f8c8ae.bc082210.b23051ae

PR-AL-00016220/2023

**Referência: PA n.º 1.11.000.000513/2021-14**

### **DESPACHO**

Trata-se de Procedimento de Acompanhamento instaurado no âmbito da Procuradoria da República em Alagoas com o escopo de acompanhar a situação do equipamento público Mercado de Bebedouro, assim como de todos aqueles que exerciam atividade econômica na referida localidade.

Pois bem, transcorrido lapso temporal razoável, desde que aportaram as últimas informações encaminhadas pela Braskem (PR-AL-00024030/2022) dando conta das tratativas concernentes ao processo de realocação e compensação do Mercado Público de Bebedouro cumpre que sejam colhidas dados atualizados.

Outrossim, consigne-se que instada a se manifestar a SEMTABES quedou-se inerte.

Ante ao exposto, em vista da necessidade da coleta de dados atualizados acerca do andamento do processo de realocação e indenização dos comerciantes que exerciam atividade econômica da localidade do equipamento público do Mercado de Bebedouro, determina-se a expedição dos seguintes ofícios, assinalando-se o prazo de 10 dias:

- a) à Braskem, solicitando esclarecimentos pormenorizados sobre o andamento do processo de realocação e indenizatório dos comerciantes que desenvolviam suas atividades junto ao Mercado Público de Bebedouro, e tiveram essas interrompidas, considerando os esclarecimentos veiculados no documento de etiqueta PR-AL-00024030/2022;
- b) ao GGI, solicitando esclarecimentos pormenorizados sobre o andamento das tratativas sobre a realocação do equipamento Mercado Público de Bebedouro, em vistas das informações constante no documento de etiqueta PR-AL-00024030/2022, cuja cópia segue em anexo..

**Com o ofício direcionado ao GGI deve seguir cópia do documento de etiqueta PR-AL-00024030/2022.**

Destarte, tendo em vista o escoamento do prazo do procedimento em epígrafe, determino a sua prorrogação por mais 1 ano.

Maceió/AL, data da assinatura digital.

(Assinado digitalmente)

**JÚLIA WANDERLEY VALE CADETE**

Procuradora da República



(Assinado digitalmente)

**JULIANA DE AZEVEDO SANTA ROSA CÂMARA**

Procuradora da República

(Assinado digitalmente)

**NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA KASPARY**

Procuradora da República

(Assinado digitalmente)

**ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM**

Procuradora da República



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Assinatura/Certificação do documento **PR-AL-00016220/2023 DESPACHO nº 311-2023**

Signatário(a): **ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM**

Data e Hora: **26/05/2023 16:05:14**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **JULIA WANDERLEY VALE CADETE**

Data e Hora: **26/05/2023 16:09:36**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **JULIANA DE AZEVEDO SANTA ROSA CAMARA**

Data e Hora: **29/05/2023 21:30:42**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA KASPARY**

Data e Hora: **30/05/2023 16:34:01**

Assinado com login e senha

Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 9e0f53f6.3e2891c6.f678e9d2.4a9a28c6

PR-AL-00016222/2023



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA - ALAGOAS/UNIÃO DOS PALMARES**  
**GABINETE DE PROCURADOR DA REPÚBLICA**  
**GABINETE DE PROCURADOR DA REPÚBLICA**

**Ofício nº 233/2023/PR-AL/7º Ofício/GAB-RLBB**

Maceió-AL, data da assinatura digital.

A Sua Senhoria o Senhor

**Fernando Mota dos Santos**

Representante da BRASKEM S.A

fernando.mota@braskem.com; informaçãoopcf@faleck.com.br

**Referência: PA n.º 1.11.000.000513/2021-14**

Senhor Representante Legal,

Visando à instrução dos autos em epígrafe, o Ministério Público Federal, por suas procuradoras da República signatárias, com fundamento no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 75/1993, solicita a Vossa Senhoria esclarecimentos atualizados sobre o andamento do processo de realocação e indenizatório dos comerciantes que desenvolviam suas atividades junto ao Mercado Público de Bebedouro e tiveram essas interrompidas, haja vistas as últimas informações encaminhadas.

Certas de contar com a presteza de Vossa Senhoria, com fundamento no artigo 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, **fixamos o prazo de 10 dias**, a contar do recebimento, para o atendimento da presente solicitação, colocando-me à disposição para qualquer esclarecimento.

Por ocasião da resposta, solicito que seja feita referência expressa ao número

do ofício e do procedimento administrativo em epígrafe.

Alfim, tendo em vista se tratar de procedimento eletrônico, nos termos da Portaria PGR/MPF nº.: 1.213, de 26.12.2018, a resposta deverá ser encaminhada exclusivamente por meio do sistema de peticionamento eletrônico do MPF, no endereço peticionamento.mpf.mp.br, usando login único na plataforma Gov.br. Se o usuário não tiver uma conta Gov.br, deve cadastrá-la no site <https://www.gov.br/pt-br/servicos/criar-sua-conta-gov.br>. Para usar o sistema de peticionamento eletrônico do MPF, é necessário ter uma conta Prata ou Ouro.

Atenciosamente,

Assinado Digitalmente

**JULIANA DE AZEVEDO SANTA ROSA CÂMARA**

Procuradora da República

Assinado Digitalmente

**JÚLIA WANDERLEY VALE CADETE**

Procuradora da República

Assinado Digitalmente

**NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA KASPARY**

Procuradora da República

Assinado Digitalmente

**ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM**

Procuradora da República

Assinatura digital conjunta, primeira assinatura em 26/05/2023 16:06. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave be12ee66.016fde16.0200cb77.3dafaf6cf



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Assinatura/Certificação do documento **PR-AL-00016222/2023 OFÍCIO nº 233-2023**

Signatário(a): **ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM**

Data e Hora: **26/05/2023 16:06:07**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **JULIA WANDERLEY VALE CADETE**

Data e Hora: **26/05/2023 16:08:14**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **JULIANA DE AZEVEDO SANTA ROSA CAMARA**

Data e Hora: **29/05/2023 21:30:42**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA KASPARY**

Data e Hora: **30/05/2023 16:34:01**

Assinado com login e senha

Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave be12ee66.016fde16.0200cb77.3dafa6cf



PR-AL-00016223/2023



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA - ALAGOAS/UNIÃO DOS PALMARES**  
**GABINETE DE PROCURADOR DA REPÚBLICA**  
**GABINETE DE PROCURADOR DA REPÚBLICA**

**Ofício nº 234/2023/PR-AL/7º Ofício/GAB-RLBB**

Maceió-AL, data da assinatura digital.

A Sua Senhoria o Senhor

**Coordenador do GGI**

Gabinete de Gestão Integrada para Adoção de Medidas de Enfrentamento aos Impactos do Afundamento e Danos Sócios/Geológicos/Ambientais nos Bairros Atingidos

**Referência: Procedimento Administrativo n.º 1.11.000.000513/2021-14**

Senhor Coordenador,

Visando à instrução dos autos em epígrafe, o Ministério Público Federal, por suas procuradoras da República signatárias, com fundamento no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 75/1993, solicita a Vossa Senhoria esclarecimentos atualizados sobre o avanço das tratativas acerca da realocação e compensação do Mercado Público de Bebedouro, considerando as informações constantes no documento em anexo encaminhado pela Braskem.

Certas de contar com a presteza de Vossa Excelência, com fundamento no artigo 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, **fixamos o prazo de 10 dias**, a contar do recebimento, para o atendimento da presente solicitação, colocando-me à disposição para qualquer esclarecimento.

Por ocasião da resposta, solicito que seja feita referência expressa ao número

do ofício e do procedimento administrativo em epígrafe.

Alfim, tendo em vista se tratar de procedimento eletrônico, nos termos da Portaria PGR/MPF nº.: 1.213, de 26.12.2018, a resposta deverá ser encaminhada exclusivamente por meio do sistema de peticionamento eletrônico do MPF, no endereço peticionamento.mpf.mp.br, usando login único na plataforma Gov.br. Se o usuário não tiver uma conta Gov.br, deve cadastrá-la no site <https://www.gov.br/pt-br/servicos/criar-sua-conta-gov.br>. Para usar o sistema de peticionamento eletrônico do MPF, é necessário ter uma conta Prata ou Ouro.

Atenciosamente,

Assinado Digitalmente

**JULIANA DE AZEVEDO SANTA ROSA CÂMARA**

Procuradora da República

Assinado Digitalmente

**JÚLIA WANDERLEY VALE CADETE**

Procuradora da República

Assinado Digitalmente

**NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA KASPARY**

Procuradora da República

Assinado Digitalmente

**ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM**

Procuradora da República



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Assinatura/Certificação do documento **PR-AL-00016223/2023 OFÍCIO nº 234-2023**

Signatário(a): **ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM**

Data e Hora: **26/05/2023 16:06:56**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **JULIA WANDERLEY VALE CADETE**

Data e Hora: **26/05/2023 16:09:36**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **JULIANA DE AZEVEDO SANTA ROSA CAMARA**

Data e Hora: **29/05/2023 21:30:42**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA KASPARY**

Data e Hora: **30/05/2023 16:34:01**

Assinado com login e senha

Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave a6e2e340.aff155c6.79e27ce2.cea011c7



Maceió/AL, 17 de agosto de 2022.

**Exmas. Sras. Dras. Procuradoras**

**Ministério Público Federal**

**Procuradoria da República – Alagoas/União dos Palmares**

**Assunto:** Ofício nº 560/2022/PR-AL/7º Ofício/GAB-RLBB

Excelentíssimas Procuradoras,

A Braskem S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 42.150.391/0001-70, com sede na Rua Eteno, 1.561, Polo Industrial de Camaçari, Camaçari - BA, CEP 42816-200 ("Braskem"), vem, pelo presente documento, responder ao Ofício 560/2022, acerca da situação do Mercado Público de Bebedouro.

#### **I – Síntese das informações requisitadas**

No referido ofício, esta D. Procuradoria solicita informações atualizadas sobre o andamento do processo de realocação do equipamento Mercado Público de Bebedouro, bem como do atendimento, no âmbito do Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação ("PCF"), dos comerciantes que desenvolviam suas atividades no local.

Inicialmente, recorda-se que, na data de 22/02/2022, em resposta ao ofício nº 1044/2021, relativamente ao atendimento no âmbito do PCF dos casos dos comerciantes que desenvolviam suas atividades junto ao Mercado Público de Bebedouro, foi informado que 135 feirantes haviam ingressado no PCF, sendo que:

- no fluxo de realocação: (i) 126 deles já estavam na fase de pagamento, (ii) 6 deles ainda estavam em trâmite no fluxo de realocação e (iii) 3 deles foram considerados inelegíveis;
- no fluxo de compensação: (i) 7 estavam na fase de pagamento concluído, 100 já haviam realizado a reunião de ingresso e estão em trâmite no fluxo, (ii) 27 ainda aguardavam a realização da reunião de ingresso e (iii) 1 foi considerado inelegível.

Já com relação ao equipamento Mercado Público de Bebedouro, na oportunidade, foi informado que se aguardava o retorno da Secretaria Municipal do Trabalho, Abastecimento e Economia Solidária SEMTABES



("SEMTABES"), em especial quanto ao agendamento de reunião pelo Gabinete de Gestão Integrada para a Adoção de Medidas de Enfrentamento aos Impactos do Afundamento dos Bairros ("GGI dos Bairros") para o prosseguimento das tratativas.

## II – Atualização do andamento dos casos dos comerciantes

Quanto ao atendimento dos 135 comerciantes que desenvolviam suas atividades no Mercado Público de Bebedouro, faz-se necessário dividir a atualização do andamento no PCF em duas partes, a saber:

### (a) Andamento na realocação:

- 129 casos em pagamento concluído;
- 4 casos considerados inelegíveis;
- 2 casos em trâmite dentro do fluxo de realocação.

### (b) Andamento na compensação:

- 98 casos em pagamento concluído;
- 8 casos com propostas aceitas e em andamento para o pedido de homologação do termo de transação e quitação;
- 16 casos já tiveram a reunião de ingresso realizada, estão em trâmite no fluxo compensatório, mas ainda não tiveram aceite da proposta;
- 3 casos ainda aguardam a realização da reunião de ingresso;
- 10 casos considerados inelegíveis.

## III - Atualização das tratativas quanto ao equipamento Mercado Público de Bebedouro

Conforme mencionado na resposta anterior, a Braskem e a SEMTABES vêm realizando tratativas desde o início de 2021, tendo sido realizadas reuniões nas seguintes datas: 26/01/21, 01/10/21 e 31/05/22. Adicionalmente, também foram enviados ofícios pela Braskem à mencionada Secretaria em 18/01/21, 04/03/21, 23/04/21, 11/06/21, 01/07/21, 28/07/21, 03/09/21 e 07/12/21, 18/01/22 e 30/06/22, solicitando a disponibilização de informações e documentos necessários para prosseguimento das análises quanto à realocação e indenização definitiva do imóvel do Mercado Público do Bebedouro.





Como fruto do bom desenvolvimento das tratativas, a SEMTABES disponibilizou à Braskem as informações e documentos sobre o imóvel do Mercado Público do Bebedouro, tendo a Braskem, em 07/12/2021, compartilhado com a SEMTABES minuta preliminar do Termo de Compromisso a ser celebrado entre as partes, com a finalidade de tratar sobre a indenização definitiva do Mercado Público do Bebedouro.

Mais recentemente, em 31/05/22, a Braskem e a SEMTABES realizaram reunião, mediada pelo GGI dos Bairros, ocasião na qual a Braskem reafirmou sua pretensão em indenizar a SEMTABES definitivamente em razão da realocação do Mercado Público do Bebedouro. Ao seu turno, o novo Secretário da SEMTABES confirmou a pretensão de realocação definitiva das atividades do Mercado do Bebedouro para o Mercado Público do Tabuleiro, mediante sua ampliação e construção de um Galpão, considerando que a maior parte dos permissionários migrou espontaneamente a este segundo Mercado.

A título de encaminhamentos da referida reunião, a SEMTABES se comprometeu **(i)** a disponibilizar os documentos pendentes do Mercado Público do Bebedouro, todos relativos à ampliação do Mercado Público do Tabuleiro, bem como **(ii)** a apresentar considerações acerca da minuta do Termo de Compromisso que rege a indenização definitiva.

Todavia, até então a SEMTABES disponibilizou somente os documentos e informações pendentes do Mercado Público do Bebedouro, tendo a Braskem, através de Ofício enviado à Secretaria em 27/06/2022, reiterado a solicitação de apresentação de considerações a respeito da minuta do Termo de Compromisso enviada pela Braskem em 07/12/2021, bem como da formalização dos pleitos indenizatórios pela SEMTABES, em decorrência da realocação das atividades do Mercado do Bebedouro. Atualmente, a Braskem aguarda o retorno da Secretaria para que as partes possam seguir com a formalização jurídica do ajuste.

Sendo o que cumpria para o momento, a Braskem ratifica o seu compromisso com a transparência do Programa e se coloca à disposição para as informações complementares que se fizerem necessárias.

**Braskem S.A.**

Patricia Brasil Massmann

OAB/SP nº 241.790

OAB/AL nº 17.622-A



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA - ALAGOAS/UNIÃO DOS PALMARES**  
**GABINETE DE PROCURADOR DA REPÚBLICA**

**Termo de Prorrogação**

*(Gerado automaticamente pelo Sistema Único)*

**Expediente:**

1.11.000.000513/2021-14

**Data prevista de finalização:**

06/04/2024 18:41

**Usuário:**

ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM

**Data:**

01/06/2023 20:01

PR-AL-00017282/2023



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA - ALAGOAS/UNIÃO DOS PALMARES**

Procedimento Administrativo nº: 1.11.000.000513/2021-14

**CERTIDÃO**

**CERTIFICO** para os devidos fins que procedi com o envio dos ofícios a Braskem e ao GGI, em cumprimento a determinação do despacho.

O referido é verdade e dou fé.

Maceió/AL, **data da assinatura eletrônica.**

Assinado Digitalmente

**ANA CAROLINA QUINTILIANO BARROS ELIZIARIO**  
ANALISTA DO MPU/DIREITO

Assinado com login e senha por ANA CAROLINA QUINTILIANO BARROS ELIZIARIO, em 06/06/2023 10:49. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave d0c401ae.67f2cbf7.80a7b0ef.e1300896



Maceió/AL, 20 de junho de 2023

**Exmas. Sras. Dras. Procuradoras da República  
Ministério Público Federal  
Procuradoria da República – Alagoas**

**Assunto:** Ofício nº 233/2023/PR-AL/7º Ofício/GAB-RLBB  
Procedimento Administrativo nº 1.11.000.000513/2021-14

Excelentíssimas Senhoras Doutoras Procuradoras,

A Braskem S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 42.150.391/0001-70, com sede na Rua Eteno, 1.561, Polo Industrial de Camaçari, Camaçari - BA, CEP 42816-200 ("Braskem"), vem, pelo presente documento, responder ao Ofício em epígrafe, conforme segue.

No referido Ofício, foram solicitadas informações atualizadas acerca do andamento do processo de realocação e compensação dos comerciantes que desenvolviam atividades junto ao Mercado Público do Bebedouro.

De início, destaca-se que o tema foi objeto de três ofícios anteriores, respondidos em maio de 2021<sup>1</sup>, fevereiro<sup>2</sup> e agosto<sup>3</sup> de 2022. Em síntese, os ofícios buscavam informações com relação ao atendimento aos comerciantes que desenvolviam suas atividades no Mercado Público do Bebedouro. Em resposta, foram fornecidas informações concernentes ao cenário dos 135 (cento e trinta e cinco) ingressos e seus *status* nos fluxos de realocação e compensação.

Rememorando, no tocante ao último ofício respondido, os números com informações a respeito dos 135 casos eram:

- no fluxo de realocação **(i)** 129 casos estavam na fase de pagamento; **(ii)** 2 casos estavam em trâmite no fluxo de realocação; e **(iii)** 4 casos foram considerados inelegíveis; e
- no fluxo de compensação **(i)** 98 casos estavam com pagamento concluído; **(ii)** 8 casos estavam com propostas aceitas e em andamento para o pedido de

<sup>1</sup> Ofício 251/2021/PR-AL/7º Ofício/GAB-RLBB – Procedimento Administrativo nº 1.11.000.000513/2021-14, respondido em maio de 2021;

<sup>2</sup> Ofício 1044/2021/PR-AL/7º Ofício/GAB-RLBB – Procedimento Administrativo nº 1.11.000.000513/2021-14, respondido em fevereiro de 2022;

<sup>3</sup> Ofício 560/2022/PR-AL/7º Ofício/GAB-RLBB – Procedimento Administrativo nº 1.11.000.000513/2021-14, respondido em agosto de 2022.



homologação do termo de transação e quitação; **(iii)** 16 casos já tinham a reunião de ingresso realizada e estavam em trâmite no fluxo compensatório, mas ainda sem aceite da proposta; **(iv)** 3 casos aguardavam realização de reunião de ingresso; e **(v)** 10 casos foram considerados inelegíveis.

Pois bem. Atualizando o andamento dos casos, informa-se que não ocorreram novos ingressos no PCF. Deste modo, com relação aos 135 casos previamente informados, revela-se o seguinte cenário:

- no fluxo de realocação **(i)** 131 casos estão na fase de pagamento; **(ii)** 1 caso está em trâmite regular no fluxo de realocação; e **(iii)** 3 foram considerados inelegíveis (um a menos do quanto informado na última resposta, haja vista reanálise efetuada a partir de novos documentos);
- no fluxo de compensação **(i)** 127 estão encerrados, com pagamento concluído; **(ii)** 2 casos estão com propostas aceitas e em andamento para o pedido de homologação do termo de transação e quitação; **(iii)** 1 caso está em trâmite no fluxo, com reversão de inelegibilidade mediante reanálise, mas ainda sem aceite da proposta; **(iv)** 1 caso aguarda a realização da reunião de ingresso; e **(v)** 4 foram considerados inelegíveis.

Sendo o que nos cumpria, a Braskem reitera seu compromisso com a transparência do PCF e se coloca à disposição para fornecer as informações complementares que porventura se fizerem necessárias.

Atenciosamente,

**Braskem S.A.**  
 Patricia Brasil  
 OAB/SP nº 241.790  
 OAB/AL nº 17622-A

Assinado com login e senha por ALINE OMENA GOMES DE BARROS, em 20/06/2023 19:14. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 664122FA.CC17484B.1397E4EB.ACED29AF



**Referência: PA n.º 1.11.000.000513/2021-14**

### **DESPACHO**

Trata-se de Procedimento de Acompanhamento instaurado no âmbito da Procuradoria da República em Alagoas com o escopo de acompanhar a situação do equipamento público Mercado de Bebedouro, assim como de todos aqueles que exerciam atividade econômica na referida localidade.

Como últimas diligências, a Braskem fora instada a se manifestar sobre o andamento do processo de realocação e indenizatório dos comerciantes que desenvolviam suas atividades junto ao Mercado Público de Bebedouro e tiveram essas interrompidas, haja vistas as últimas informações que haviam sido encaminhadas.

Dessa forma, a empresa apresentou o documento de etiqueta PR-AL-00018836/2023, por meio do qual, atualiza o panorama da realocação dos comerciantes, esclarecendo que desde da última informação prestada não ocorreram novos ingressos no PCF, subsistindo o número de 135 casos previamente informados, traduzindo nas informações abaixo transcritas:

(...)

- no fluxo de realocação (i) 131 casos estão na fase de pagamento; (ii) 1 caso está em trâmite regular no fluxo de realocação; e (iii) 3 foram considerados inelegíveis (um a menos do quanto informado na última resposta, haja vista reanálise efetuada a partir de novos documentos);
- no fluxo de compensação (i) 127 estão encerrados, com pagamento concluído; (ii) 2 casos estão com propostas aceitas e em andamento para o pedido de homologação do termo de transação e quitação; (iii) 1 caso está em trâmite no fluxo, com reversão de inelegibilidade mediante reanálise, mas ainda sem aceite da proposta; (iv) 1 caso aguarda a realização da reunião de ingresso; e (v) 4 foram considerados inelegíveis.

A SEMTABES não obstante tenha sido mais uma vez oficiada, não contribuiu, se omitindo na prestação das informações solicitadas.

É o relatório.

Pois bem, o Ministério Público Federal vem acompanhando o andamento do fluxo junto ao PCF dos comerciantes que exerciam suas atividades econômicas junto ao Mercado Público de Bebedouro, ao passo em que fiscaliza a situação do próprio equipamento equipamento público.

A esse respeito, cabe registrar que se encontra em andamento estudo complementar sobre o Mercado de Bebedouro, de forma que se aguarda a conclusão desse,

com o material resultante para que seja possível finalizar a análise do caso.

Nesse interregno, importante solicitar à Braskem o envio de dados atualizados acerca do andamento do processo de realocação e indenização dos comerciantes que exerciam atividade econômica da localidade do equipamento público do Mercado de Bebedouro, considerando que as últimas informações datam de junho de/2023.

De outra banda, cabe insistir com a expedição de ofício para o Município.

Ante ao exposto, determina-se a expedição dos seguintes ofícios, assinalando-se o prazo de 10 dias:

- a) à Braskem, solicitando esclarecimentos pormenorizados sobre o andamento do processo de realocação e indenizatório dos comerciantes que desenvolviam suas atividades junto ao Mercado Público de Bebedouro, e tiveram essas interrompidas, uma vez que as últimas informações data de junho de 2023
- b) ao GGI, solicitando esclarecimentos pormenorizados sobre o andamento das tratativas sobre a realocação do equipamento Mercado Público de Bebedouro, em vistas das informações constante no documento de etiqueta PR-AL-00018836/2023, cuja cópia segue em anexo..

**Com o ofício direcionado ao GGI deve seguir cópia do documento de etiqueta PR-AL-00018836/2023.**

Maceió/AL, data da assinatura digital.

(Assinado digitalmente)

**JÚLIA WANDERLEY VALE CADETE**

Procuradora da República

(Assinado digitalmente)

**JULIANA DE AZEVEDO SANTA ROSA CÂMARA**

Procuradora da República

(Assinado digitalmente)

**NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA KASPARY**

Procuradora da República

(Assinado digitalmente)

**ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM**

Procuradora da República

PR-AL-00006238/2024



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA - ALAGOAS/UNIÃO DOS PALMARES**  
**GABINETE DE PROCURADOR DA REPÚBLICA**  
**GABINETE DE PROCURADOR DA REPÚBLICA**

**Ofício nº 75/2024/PR-AL/7º Ofício/GAB-RLBB**

Maceió-AL, data da assinatura digital.

A Sua Senhoria o Senhor

**Daniel Andrade Jacintho**

Representante da BRASKEM S.A

sceficienciajuridica-notificacoes@braskem.com

**Referência: PA n.º 1.11.000.000513/2021-14**

Senhor Representante Legal,

Visando à instrução dos autos em epígrafe, o Ministério Público Federal, por suas procuradoras da República signatárias, com fundamento no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 75/1993, solicita a Vossa Senhoria esclarecimentos atualizados sobre o andamento do processo de realocação e indenizatório dos comerciantes que desenvolviam suas atividades junto ao Mercado Público de Bebedouro e tiveram essas interrompidas, haja vistas que as últimas informações encaminhadas remontam de junho/2023.

Certas de contar com a presteza de Vossa Senhoria, com fundamento no artigo 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, **fixamos o prazo de 10 dias**, a contar do recebimento, para o atendimento da presente solicitação, colocando-me à disposição para qualquer esclarecimento.

Por ocasião da resposta, solicito que seja feita referência expressa ao número

do ofício e do procedimento administrativo em epígrafe.

Alfim, tendo em vista se tratar de procedimento eletrônico, nos termos da Portaria PGR/MPF nº.: 1.213, de 26.12.2018, a resposta deverá ser encaminhada exclusivamente por meio do sistema de peticionamento eletrônico do MPF, no endereço peticionamento.mpf.mp.br, usando login único na plataforma Gov.br. Se o usuário não tiver uma conta Gov.br, deve cadastrá-la no site <https://www.gov.br/pt-br/servicos/criar-sua-conta-gov.br>. Para usar o sistema de peticionamento eletrônico do MPF, é necessário ter uma conta Prata ou Ouro.

Atenciosamente,

Assinado Digitalmente

**JULIANA DE AZEVEDO SANTA ROSA CÂMARA**

Procuradora da República

Assinado Digitalmente

**JÚLIA WANDERLEY VALE CADETE**

Procuradora da República

Assinado Digitalmente

**NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA KASPARY**

Procuradora da República

Assinado Digitalmente

**ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM**

Procuradora da República



PR-AL-00006240/2024



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA - ALAGOAS/UNIÃO DOS PALMARES**  
**GABINETE DE PROCURADOR DA REPÚBLICA**  
**GABINETE DE PROCURADOR DA REPÚBLICA**

**Ofício nº 76/2024/PR-AL/7º Ofício/GAB-RLBB**

Maceió-AL, data da assinatura digital.

A Sua Senhoria o Senhor

**Coordenador do GGI**

Gabinete de Gestão Integrada para Adoção de Medidas de Enfrentamento aos Impactos do Afundamento e Danos Sócios/Geológicos/Ambientais nos Bairros Atingidos

**Referência: Procedimento Administrativo n.º 1.11.000.000513/2021-14**

Senhor Coordenador,

Visando à instrução dos autos em epígrafe, o Ministério Público Federal, por suas procuradoras da República signatárias, com fundamento no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 75/1993, solicita a Vossa Senhoria esclarecimentos atualizados sobre o avanço das tratativas acerca da realocação e compensação do Mercado Público de Bebedouro, considerando as informações constantes no documento em anexo encaminhado pela Braskem.

Certas de contar com a presteza de Vossa Excelência, com fundamento no artigo 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, **fixamos o prazo de 10 dias**, a contar do recebimento, para o atendimento da presente solicitação, colocando-me à disposição para qualquer esclarecimento.

Por ocasião da resposta, solicito que seja feita referência expressa ao número

do ofício e do procedimento administrativo em epígrafe.

Alfim, tendo em vista se tratar de procedimento eletrônico, nos termos da Portaria PGR/MPF nº.: 1.213, de 26.12.2018, a resposta deverá ser encaminhada exclusivamente por meio do sistema de peticionamento eletrônico do MPF, no endereço [peticionamento.mpf.mp.br](http://peticionamento.mpf.mp.br), usando login único na plataforma Gov.br. Se o usuário não tiver uma conta Gov.br, deve cadastrá-la no site <https://www.gov.br/pt-br/servicos/criar-sua-conta-gov.br>. Para usar o sistema de peticionamento eletrônico do MPF, é necessário ter uma conta Prata ou Ouro.

Atenciosamente,

Assinado Digitalmente

**JULIANA DE AZEVEDO SANTA ROSA CÂMARA**

Procuradora da República

Assinado Digitalmente

**JÚLIA WANDERLEY VALE CADETE**

Procuradora da República

Assinado Digitalmente

**NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA KASPARY**

Procuradora da República

Assinado Digitalmente

**ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM**

Procuradora da República



Maceió/AL, 20 de junho de 2023

**Exmas. Sras. Dras. Procuradoras da República  
Ministério Público Federal  
Procuradoria da República – Alagoas**

**Assunto:** Ofício nº 233/2023/PR-AL/7º Ofício/GAB-RLBB  
Procedimento Administrativo nº 1.11.000.000513/2021-14

Excelentíssimas Senhoras Doutoras Procuradoras,

A Braskem S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 42.150.391/0001-70, com sede na Rua Eteno, 1.561, Polo Industrial de Camaçari, Camaçari - BA, CEP 42816-200 ("Braskem"), vem, pelo presente documento, responder ao Ofício em epígrafe, conforme segue.

No referido Ofício, foram solicitadas informações atualizadas acerca do andamento do processo de realocação e compensação dos comerciantes que desenvolviam atividades junto ao Mercado Público do Bebedouro.

De início, destaca-se que o tema foi objeto de três ofícios anteriores, respondidos em maio de 2021<sup>1</sup>, fevereiro<sup>2</sup> e agosto<sup>3</sup> de 2022. Em síntese, os ofícios buscavam informações com relação ao atendimento aos comerciantes que desenvolviam suas atividades no Mercado Público do Bebedouro. Em resposta, foram fornecidas informações concernentes ao cenário dos 135 (cento e trinta e cinco) ingressos e seus *status* nos fluxos de realocação e compensação.

Rememorando, no tocante ao último ofício respondido, os números com informações a respeito dos 135 casos eram:

- no fluxo de realocação **(i)** 129 casos estavam na fase de pagamento; **(ii)** 2 casos estavam em trâmite no fluxo de realocação; e **(iii)** 4 casos foram considerados inelegíveis; e
- no fluxo de compensação **(i)** 98 casos estavam com pagamento concluído; **(ii)** 8 casos estavam com propostas aceitas e em andamento para o pedido de

<sup>1</sup> Ofício 251/2021/PR-AL/7º Ofício/GAB-RLBB – Procedimento Administrativo nº 1.11.000.000513/2021-14, respondido em maio de 2021;

<sup>2</sup> Ofício 1044/2021/PR-AL/7º Ofício/GAB-RLBB – Procedimento Administrativo nº 1.11.000.000513/2021-14, respondido em fevereiro de 2022;

<sup>3</sup> Ofício 560/2022/PR-AL/7º Ofício/GAB-RLBB – Procedimento Administrativo nº 1.11.000.000513/2021-14, respondido em agosto de 2022.



homologação do termo de transação e quitação; **(iii)** 16 casos já tinham a reunião de ingresso realizada e estavam em trâmite no fluxo compensatório, mas ainda sem aceite da proposta; **(iv)** 3 casos aguardavam realização de reunião de ingresso; e **(v)** 10 casos foram considerados inelegíveis.

Pois bem. Atualizando o andamento dos casos, informa-se que não ocorreram novos ingressos no PCF. Deste modo, com relação aos 135 casos previamente informados, revela-se o seguinte cenário:

- no fluxo de realocação **(i)** 131 casos estão na fase de pagamento; **(ii)** 1 caso está em trâmite regular no fluxo de realocação; e **(iii)** 3 foram considerados inelegíveis (um a menos do quanto informado na última resposta, haja vista reanálise efetuada a partir de novos documentos);
- no fluxo de compensação **(i)** 127 estão encerrados, com pagamento concluído; **(ii)** 2 casos estão com propostas aceitas e em andamento para o pedido de homologação do termo de transação e quitação; **(iii)** 1 caso está em trâmite no fluxo, com reversão de inelegibilidade mediante reanálise, mas ainda sem aceite da proposta; **(iv)** 1 caso aguarda a realização da reunião de ingresso; e **(v)** 4 foram considerados inelegíveis.

Sendo o que nos cumpria, a Braskem reitera seu compromisso com a transparência do PCF e se coloca à disposição para fornecer as informações complementares que porventura se fizerem necessárias.

Atenciosamente,

**Braskem S.A.**

Patricia Brasil

OAB/SP nº 241.790

OAB/AL nº 17622-A

Assinado com login e senha por ALINE OMENA GOMES DE BARROS, em 20/06/2023 19:14. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 664122FA.CC17484B.1397E4EB.ACED29AF



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA - ALAGOAS/UNIÃO DOS PALMARES**

Procedimento de Acompanhamento nº: 1.11.000.000513/2021-14

**CERTIDÃO**

**CERTIFICO** para os devidos fins o envio dos Ofícios à Braskem e ao GGI, conforme determinação em despacho.

O referido é verdade e dou fé.

Maceió/AL, **data da assinatura eletrônica.**

Assinado Digitalmente

**ANA CAROLINA QUINTILIANO BARROS ELIZIARIO**  
ANALISTA DO MPU/DIREITO

Assinado com login e senha por ANA CAROLINA QUINTILIANO BARROS ELIZIARIO, em 07/03/2024 13:13. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 2854a52e.6a084268.f5eb22cf.8418d7eb